



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO - CCE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MIRIAM RAMOS DOS SANTOS

**A ESCRITA ACADÊMICA EM (DIS)CURSO: O DIZER-SE SURDO E NARRAR  
VIVÊNCIAS DE SI EM TEXTOS DE DISSERTAÇÕES E TESES DA UFSC.**

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - LÍNGUA E CULTURA

MIRIAM RAMOS DOS SANTOS

**A ESCRITA ACADÊMICA EM (DIS)CURSO: O DIZER-SE SURDO E NARRAR  
VIVÊNCIAS DE SI EM TEXTOS DE DISSERTAÇÕES E TESES DA UFSC.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Linguística da Universidade Federal de Santa  
Catarina – UFSC, como requisito para obtenção do  
grau de doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Braga

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Miriam Ramos dos

A ESCRITA ACADÊMICA EM (DIS)CURSO : O DIZER-SE SURDO E  
NARRAR VIVÊNCIAS DE SI EM TEXTOS DE DISSERTAÇÕES E TESES DA  
UFSC / Miriam Ramos dos Santos ; orientador, Sandro Braga,  
2021.

262 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós  
Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Análise de Discurso de linha francesa  
pecheutiana. 3. Escrita acadêmica - dissertações e teses de  
surdos da UFSC . 4. Escrita de vivências surdas de si em  
textos acadêmicos. 5. Escrita do sujeito surdo: discurso,  
identidade e língua de sinais. I. Braga, Sandro. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Linguística. III. Título.

Miriam Ramos dos Santos

**A escrita acadêmica em (dis)curso:** o dizer-se surdo e narrar vivências de si em textos de dissertações e teses da UFSC.

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Dra.  
Universidade Estadual de Campinas

Profa. Solange Maria Leda Gallo, Dra.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

Profa. Ronice Müller de Quadros, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Ana Paula Santana, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Linguística.

---

Profa. Rosângela Pedralli, Dra.  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Sandro Braga, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2021.

Aos mestres e doutores surdos da UFSC, cujo legado deixado na escrita acadêmica de dissertações e teses possibilitou a existência da escrita desta tese, corporificando boas sementes que, a depender do solo e dos (muitos) cuidados dedicados, podem multiplicar-se no campo do conhecimento sobre a língua e por meio da língua.

## AGRADECIMENTOS

Ao criador do universo – o Pai, o Filho e o Espírito Santo, os três que formam um -, fonte de sabedoria, conhecimento e entendimento. À Ele, meu amor eterno e gratidão pela minha existência, por se fazer presente no barco da minha vida em meio a turbulências, capacitando-me e me fazendo acreditar em dias melhores.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sandro Braga, que me ajudou e permitiu subir em seu ombro, como gigante que ele é, para que eu pudesse ver sob um ângulo privilegiado meu objeto de estudo e a análise deste segundo a Análise de Discurso de linha francesa. Grata pela sua disposição em dedicar horas de seus domingos, e de outros dias, para me orientar.

Aos docentes que participaram da minha banca de qualificação, Prof. Dra. Solange Gallo (também membro da banca de minha defesa final), Prof. Dr. Atílio Buturi, e aos docentes membros da banca de minha defesa, Profa. Dra. Ana Paula Santana, Prof. Dra. Claudia Pfeiffer, Prof. Dra. Ronice Quadros, pelas contribuições para esta tese.

À minha filha Melissa, que adoça meus dias com sua companhia e desperta o melhor de mim na ânsia de lhe servir como um referencial positivo em um mundo tão complexo.

Aos meus pais – Aurino e Maura, meus irmãos – Wilson, Valto, Léia e Sara, e parentes mais próximos, por compreenderem minha ausência para me dedicar aos estudos.

À minha família do coração, D. Romilda e filhas, pelo carinho sincero e por terem me auxiliado no cuidado com minha filha.

À família Stopassola por ter prestado auxílio para mim e para minha filha quando saímos da Bahia e fomos residir em Santa Catarina, por ocasião do início das aulas do doutorado.

Aos amigos professores, especialmente Derlan Lopes (*in memoriam*) e Giselle Smaniotto, pelo apoio durante o período de doutoramento. E também a todos que, de modo direto ou indireto, contribuíram para meu caminhar nessa trajetória acadêmica e no desenvolvimento da minha pesquisa.

À UFSC, em especial ao PPGL, pela experiência de ser doutoranda em instituição e programa de pós-graduação caracterizados pela seriedade e excelência em aspectos gerais, e, em particular por ser referência em políticas inclusivas de surdos e na pesquisa voltadas aos Estudos Surdos e demais estudos vinculados aos surdos.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especificamente à direção e aos colegas do Campus XXI (Ipiaú), pelo incentivo e apoio prestado na minha trajetória profissional e acadêmica.

Ao Centro de Apoio Pedagógico de Ipiaú, CAPI, à direção, aos professores e alunos surdos e ouvintes e, em especial à Prof. Ms. Jorgina de Cássia Tannus (já aposentada), minha primeira professora de Libras, considero que a dedicação dela ao ensino de Libras e aos surdos tem sido inspiração para que muitos enveredassem nessa área.

Aos meus alunos surdos da Educação Básica, do programa Universidade Para Todos (UPT) – UNEB/polo de Ipiaú - BA, e do Ensino Superior, a língua de sinais e as produções textuais escritas em português de vocês tanto me intrigou que me levou a querer saber mais, aprender sobre os surdos a ponto de construir um projeto de pesquisa que culminou nesta tese. Obrigada pela oportunidade de ter sido professora de vocês e por aprendido tanto com vocês sobre o universo do ser surdo. De fato, o mestre além de ensinar, também aprende, tal como poetizou Guimarães Rosa.

Aos mestres e doutores surdos em Linguística, Educação e Tradução da UFSC, em especial os autores de dissertações e teses de minha pesquisa, pelo legado que deixaram na escrita acadêmica aos surdos e ouvintes. Meus sinceros agradecimentos, sem vocês essa tese não poderia existir, poderia haver outra tese desenvolvida por mim, mas não esta que vos apresento.

“Se a linguagem e, mais concretamente, a língua constituem o sujeito, atribuindo-lhe um lugar na sociedade, a língua do outro o destitui desse lugar, o impede de ocupar um lugar confortável no grupo a que pertence, perturba o sentimento de pertença, de identidade, que, embora ilusoriamente, todo sujeito constrói para si, a partir do olhar do outro com que se relaciona.”  
(CORACINI, 2007, p. 140)



## RESUMO

Neste trabalho, buscamos analisar o dizer-se surdo e as narrativas de si inscritas na escrita de dissertações e teses de alunos surdos. Para esse fim, selecionamos como *corpus* de pesquisa trabalhos de finalização de curso da UFSC de alunos surdos que frequentaram os programas de pós-graduação em Linguística (PPGL), em Estudos de Tradução (PGET) e em Educação (PPGE), desde a instauração desses programas até o ano de 2017, período definido para a coleta de dados no site da biblioteca denominado “Repositório UFSC”. Trata-se de textos acadêmicos em que afirmativas do tipo “Sou Surdo(a)” e as narrativas de si fazem-se presentes em suas partes introdutórias, marcando na escrita o lugar de inscrição do dizer do sujeito – pautado em sua condição de surdez. Em nossa metodologia, analisamos os efeitos de sentidos mobilizados pelas marcas de identificação do lugar social do sujeito – surdo – e as narrativas de suas vivências surdas na escrita dos textos que compõem o *corpus*. As escritas de si presentes nesses textos acadêmicos tornam-se alvos de nossa investigação devido ao estranhamento causado por abrir brechas nas regularidades constitutivas da escrita acadêmica, sobretudo no que tange ao “efeito de objetividade” e ao “apagamento” do tom subjetivo esperados nessa escrita. Como aporte teórico, recorreremos à AD com textos de Pêcheux (1997, 1990), Orlandi (1996, 1998, 2001, 2005, 2015) e outros teóricos da área, aos Estudos Culturais, com ênfase no pensamento de Stuart Hall (2004, 2011, 2016 [2013]), e aos Estudos Surdos, por meio da perspectiva de Quadros (2006), Scliar (2013), Stumpf (2012), Strobel (2009), Perlin (2013), Rosa (2012), entre outros. Filiados à AD pecheutiana, entendemos ser a escrita uma materialidade em que os efeitos de sentidos estão em curso, de modo a se constituir um lugar de deslocamento de sentidos e sujeitos. Esta análise aponta que a mobilização da subjetividade da escrita de si, marcada por posição discursiva identitária (surda), dentro de uma outra escrita – a acadêmica - constituída pela objetividade da escrita da ciência, produz sentidos de singularidade no inscrever-se do sujeito surdo na escrita acadêmica, e que, devido a sua recorrência em nosso *corpus*, acaba por produzir uma regularidade no discurso acadêmico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escrita acadêmica. Escrita da ciência. Escrita de si. Texto Acadêmico. Sujeito Surdo. Escrita do surdo. Língua de sinais.

## ABSTRACT

In this work, we seek to analyze the deaf person's speech and narratives on themselves in the writing of dissertations and theses by deaf students. For this purpose, we have selected as a research corpus UFSC course works of deaf students who have attended the postgraduate programs in Linguistics, Translation Studies and Education, since the establishment of these programs until the year 2017, the defined period for data collection on the library website called "*Repositório UFSC*". These are academic texts in which statements of the type "I am Deaf" and the narratives of themselves are present in their introductory parts, marking in their writing the place of the subject's speech - based on their condition of deafness. In our methodology, we analyze the effects of meanings mobilized by the identification marks of the subject's social place – deaf person – and the narratives of their experiences of being deaf in the writing of the texts that make up the corpus. The writings on themselves present in these academic texts become targets of our investigation due to the strangeness caused by opening loopholes in the constitutive regularities of academic writing, especially with regard to the "objectivity effect" and the "effacement" of the subjective tone expected in this writing. As a theoretical contribution, we will use texts of Discourse Analysis (DA) by Pêcheux (1997, 1990), Orlandi (1996, 1998, 2001, 2005, 2015) and other theorists in the area, of Cultural Studies, with emphasis on Stuart Hall's works (2004, 2011, 2016 [2013]), and Deaf Studies, through the perspective of Quadros (2006), Scliar (2013), Strobel (2009), Perlin (2013) and Rosa (2012), among others. Affiliated to the DA of Pêcheux, we understand that writing is a materiality in which the effects of meanings are ongoing, in order to constitute a place of displacement of meanings and subjects. This analysis points out that the mobilization of the subjectivity of the writing of oneself, marked by discursive (deaf) identity position, within another writing – the academic one – constituted by the objectivity of the writing of science, produces meanings of singularity in the registration of the deaf subject in academic writing, which, due its recurrence in our corpus, ends up producing a regularity in academic discourse.

**KEYWORDS:** Academic writing. Science writing. Writing on oneself. Academic Text. Deaf Subject. Writing of the Deaf. Sign language.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – That Deaf Guy .....	30
Figura 02 - Tibi e Joca (BISOL, 2001).....	32
Figura 03 – Adão e Eva (KARNOPP; ROSA, 2011, p. 08).....	81
Figura 04 – Depoimento de uma surda na Página do Facebook: Libras no Detran.....	94
Figura 05 – Cartum de Ricardo Ferraz - “Lá vem o ‘mudinho’”.....	103
Figura 06 – Camiseta “Aprender Libras é uma forma de amor”.....	103
Figura 07 – Propaganda de curso de Libras: “Quando você desiste de se comunicar em Libras, você desiste de um surdo.....	104
Figura 08 - E-mail sobre a oferta de um curso de Libras, intitulado “Desistiu dos surdos?”.....	106
Figura 09 – Cartum do NaniHumor (a tradutora de Libras – Adão e Eva).....	107
Figura 10 – Cartum do Nanihumor intitulada “Deus está surdo” .....	108
Figura 11 – Imagem de Débora Gobatto Gasperin na matéria: “Professora surda relata dificuldade enfrentada durante a pandemia” publicada pelo jornal “Pioneiro” de Caxias do Sul/RS em 24.04.20.....	125
Figura 12 - Bilhete publicado no jornal Rosário News (formato digital), no dia 04.04.19, integrando a matéria intitulada “Mulher surda e muda usa bilhete para pedir socorro à polícia”.....	127
Figura 13 – Bilhete de assaltante surdo publicado no jornal “O tempo” em 05/12/18.....	140
Figura 14 – Santinho de campanha eleitoral de 2016 para vereador de Maués/AM do candidato ALDREY DA COMUNIDADE SURDA (PT).....	147
Figura 15 - Santinho de campanha eleitoral para deputado federal de 2018 (São Paulo) do candidato PROF. SURDO MAURINHO FAGUNDES (PT).....	147
Figura 16 - Santinho de campanha eleitoral para vereador de Marabá/PA (2016) do candidato Prof. Hugo Surdo (PRB) .....	147
Figura 17 - Santinho de campanha eleitoral para vereador de Pedrão/BA (2016) do candidato SURDO DO CAMBUBE (PSD).....	147
Figura 18 - Santinho de campanha eleitoral para vereador (2016) de Curitiba/PR da candidata Chris Surda (PSOL).....	147

Figura 19 - Santinho de campanha eleitoral para vereador de Porto Alegre do candidato Diego Silva Surdo (PRB).....	147
Figura 20 - Santinho de campanha eleitoral para vereador de Guareí/SP (2016) do candidato Márcio do Zinho Surdo (PMDB).....	147
Figura 21 - Tira de Humor intitulada “Vida de intérpretes de Língua de Sinais”.....	155
Figura 22 – Capa da dissertação em Linguística (UFSC) de João Paulo Ampessan (2015)...	217
Figura 23 - Capa da dissertação em Educação (UFSC) de Carolina Hessel Silveira (2006).....	218
Figura 24 - Capa de dissertação em Linguística (UFSC) de Gabriela Otaviani Barbosa (2017).....	218
Figura 25 – Capa da dissertação em Linguística (UFSC) Débora Campos Wanderley (2012)	219
Figura 25 – Capa e contracapa – com tradução em SignWriting - da Dissertação de Machado (2013) .....	219
Figura 26 - Esquema sobre o funcionamento discursivo do “dizer-se surdo e narrar vivências surdas na escrita acadêmica do corpus, considerando a constituição do sujeito surdo; e da passagem do sujeito à objeto como implicação desse dizer sobre si no discurso.....	248

## LISTA DE QUADROS

Figura 01 – Quadro abaixo de Morgado (2011) sobre a identidade surda.....	55
Figura 02 – Quadro intitulado “O texto na Análise do Discurso” .....	152
Figura 03 - Quadro com discriminação do <i>corpus</i> - dissertações e teses de surdos com narrativas surdas de si, divididos por programas de pós-graduação da UFSC (PPGL, PPGE e PGET).....	171

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
<b>1. O SUJEITO E A SURDEZ: ser “surdo” como condição do sujeito e como posição discursiva.....</b>	<b>26</b>
1.1 OS DISCURSOS SOBRE A SURDEZ E O SURDO: reverberações de efeitos de sentidos pautados nos modelos clínico e linguístico-cultural da surdez.....	26
1.1.1 Discursos da surdez como “deficiência” e do surdo como “deficiente”: reverberações do modelo clínico ou médico da surdez.....	28
1.1.2 Discursos da surdez como “diferença” e do surdo como “diferente”: reverberações do modelo cultural-linguístico da surdez.....	41
1.2. DISCURSOS SOBRE IDENTIDADE E DIFERENÇA SURDAS.....	46
1.3 O “SURDO” DE SUJEITO SURDO COMO CONDIÇÃO DO SUJEITO E COMO POSIÇÃO DISCURSIVA.....	59
<b>2. O “DIZER” DO SUJEITO “ENTRE LÍNGUAS” EM POSIÇÃO DISCURSIVA IDENTITÁRIA DE SURDO SINALIZANTE E DE SURDOS ORALIZADOS.....</b>	<b>70</b>
2.1 O SILÊNCIO E O “DIZER” DO SUJEITO SURDO: se falo, logo existo; se sinalizo, logo resisto.....	70
2.2 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA (FORMA MATERIAL) E IDENTIDADE NA AD.....	78
2.3 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA DE SINAIS E CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE IDENTIDADES SURDAS.....	87
2.4 ENTRE LÍNGUAS E IDENTIDADES - A LIBRAS É A LÍNGUA DOS SURDOS BRASILEIROS?: “lei de Libras” <i>versus</i> O manifesto dos surdos oralizados.....	97
2.4.1 Sobre língua brasileira de sinais e surdos brasileiros sinalizantes: “Lei de libras” e suas implicações discursivas.....	98
2.4.2 “Lei de libras” e o manifesto dos surdos oralizados.....	110
<b>3. A ESCRITA DO SUJEITO SURDO NO TEXTO ACADÊMICO EM (DIS)CURSO.....</b>	<b>119</b>
3.1 A ESCRITA EM UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA - O INSCREVER-SE DO SUJEITO SURDO AO ESCREVER EM PORTUGUÊS: “A caneta é a voz do surdo”? .....	119
3.2 O SUJEITO DA ESCRITA SURDO E A AUTORIA.....	130

3.3 A ESCRITA ACADÊMICA E O TEXTO ACADÊMICO EM DISCURSO: sobre funcionamento da escrita textual acadêmica e o inscrever-se do sujeito-aluno universitário nessas práticas de escrita.....	145
<b>3.3.1 O funcionamento discursivo do texto.....</b>	<b>145</b>
<b>3.3.2 A escrita acadêmica: a inscrição do sujeito aluno universitário surdo na escrita de textos acadêmicos em português.....</b>	<b>157</b>
<b>4. ESCRITA ACADÊMICA EM DISCURSO: ANÁLISE DO DIZER-SE SURDO E O NARRAR VIVÊNCIAS DE SI EM DISSERTAÇÕES E TESES DA UFSC.....</b>	<b>168</b>
4.1 SOBRE O <i>CORPUS</i> E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	169
4.2 ESCRITA DE SI, DISCURSOS SOBRE SI NO TEXTO ACADÊMICO.....	186
4.3 O DIZER DO SUJEITO SURDO SOBRE SI NO TEXTO ACADÊMICO: brechas para a subjetivação e suas implicações discursivas na escrita do sujeito surdo pesquisador em dissertações e teses da UFSC.....	195
<b>4.3.1 Escre(vi)vendo entre duas línguas: de como o sujeito em posição discursiva identitária surda e no entremeio língua de sinais e a língua portuguesa mobiliza a escrita de si na sua inscrição na escrita acadêmica.....</b>	<b>197</b>
<b>4.3.2 Escrita de si na escrita acadêmica: implicações discursivas do dizer-se surdo e narrar vivências de si no <i>corpus</i>.....</b>	<b>226</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>245</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>250</b>

## INTRODUÇÃO

Na escrita, narrar-se é recorrer a imagens de si produzindo efeitos de sentidos diversos. É expor-se, subjetivar-se no texto. Para escrever o sujeito precisa se inscrever na escrita e ao fazê-lo acaba por trazer no seu texto escrito marcas de si, de sua constituição no discurso. Entendemos que isso pode ocorrer de modo mais ou menos acentuado no texto a depender das regularidades que constituem uma ou outra escrita.

Na nossa tese, lidamos com duas escritas, a escrita de si e a escrita acadêmica, sendo que analisamos a presença da primeira na segunda, por meio de textos acadêmicos escritos em português por sujeito surdo. Iniciamos essa nossa discussão pela escrita de si, para, a seguir, situarmos sua presença na escrita acadêmica, que constitui o foco maior de nosso trabalho. Fazemos isso seguindo a mesma sequência do modo como enveredamos na pesquisa que desenvolvemos e apresentamos nesse texto.

Sabemos que os textos escritos que mais exploram a escrita de si são as autobiografias. Nas autobiografias o autor pode contar com minúcias acerca de si, partindo de uma interpretação subjetiva sobre suas vivências. Imagens de si, do outro e das suas próprias vivências estão atreladas ao modo do sujeito se subjetivar na escrita, que por sua vez, podem estar correlacionadas com posições discursivas vinculadas à identidade(s) desse sujeito-autor no texto.

No grupo de autores de autobiografias produzidas no Brasil, destacamos a emergência no presente século de obras de autores que ressaltam na escrita em língua portuguesa a sua condição de surdez, ou melhor, as suas vivências surdas. Vale ressaltar que segundo as perspectivas dos movimentos e as militâncias surdas, as histórias de lutas e superação de pessoas surdas podem representar um ato de escrita para a inclusão do surdo. Nessa visão, seriam escritas sobre lutas, que constituem discursivamente a própria luta do surdo.

Os surdos são considerados como diferentes para alguns sujeitos – para os que se posicionam em formações discursivas da surdez como diferença identitária, da valorização do “outro”, do diferente -, e como deficientes para outros sujeitos – para os que concebem a surdez em uma perspectiva de “ausência”, “falta” de um dos sentidos (a audição) e do surdo como alguém que porta uma “deficiência”. Nesse confronto ideológico de discursos sobre o surdo e a surdez, as histórias de vivências de surdos começaram a chamar a atenção de editoras no



Brasil, especialmente no início do século XXI, após a promulgação da Lei 10.346<sup>1</sup>, de modo que foram iniciados e ampliados os números de publicações de obras autobiográficas de surdos no nosso país.

Quem são esses autores surdo dessas obras autobiográficas brasileiras? De que lugares discursivos eles “falam”? Observando as autobiografias de surdos publicadas no Brasil, percebemos que esses autores costumam ser: os mais famosos e/ou bem-sucedidos, como o ex-jogador de futebol Júlio Cesar de Souza que passou para uma condição de surdez profunda; os tidos como mais diferentes e/ou excluídos na sociedade, “falando” do lugar da diferença e/ou exclusão, como Armando Guimarães Nembri, Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia pela UFRJ, um surdo que nasceu sem orelhas; os que possuem histórias de superação e/ou mais excêntricas, como a modelo surda Vanessa Vidal que se tornou miss Ceará 2008 e vice-miss Brasil 2008, e também a modelo surda Brenda Costa que se tornou conhecida internacionalmente.

No território brasileiro, considerando as publicações de obras literárias autobiográficas na língua portuguesa que surgiram até o ano de 2017, encontramos um total de doze (12) obras autobiográficas escritas em português de declarada autoria de surdos, as quais se não são as únicas publicadas no período (foram as únicas encontradas em nossa busca), certamente são as de maior divulgação por tornarem públicas as vidas de pessoas de maior destaque social, entre elas modelos, jogador de futebol, professor universitário, *influencers* digital (autoras de *blogs*) etc. São essas obras: *Ser Surda* (ANDREIS-WITKOSKI; SANTOS, 2013), *Pérolas da minha surdez* (CICCO, 2016), *Bela do silêncio* (COSTA, 2008), *Desculpe, eu não ouvi* (LOBATO, 2014), *Quem decide?: caminhos e escolhas na vida de uma criança surda* (LEITE; LEITE, 2014), *Crônicas da Surdez* (PFEIFER, 2013), *Novas Crônicas da Surdez* (PFEIFER, 2015), *Ouvindo o silêncio: Surdez, linguagem e educação* (SILVA; NEMBRI, 2012), *Jogadas da vida: uma história de amor e superação* (SOUZA, 2009), *A verdadeira beleza: uma história de superação* (VIDAL, 2011), *Despertar do silêncio* (VILHALVA, 2004), *Surdez: silêncio em vôo de borboleta* (WITT, 2013).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A Lei 10.346/2002, mais conhecida como Lei da Libras, reconhece a Libras como língua da comunidade surda brasileira e visa assegurar o uso e a difusão da mesma nos contextos sociais, entre eles na educação.

<sup>2</sup> Há também obras de cunho autobiográficas, como por exemplo *E não é que eu ouvi* (LOBATO, 2017) escritas para o público infantil de autoria de pessoas surdas, nas quais as histórias e vivências de surdos são representadas e simbolizadas para atender aos leitores mirins.

Entre os autores dessas obras, percebemos que há dois grupos distintos, a saber, o grupo dos surdos que se identificam com a língua de sinais e são integrantes de comunidade surda e o grupo dos surdos oralizados, sendo a maioria implantada (usuária de Implante Coclear).

Apesar de a literatura constituir um espaço comum das autobiografias, das publicações autobiográficas, no caso de surdos, não é apenas na escrita literária que o sujeito recorre ao narrar-se no texto escrito. Um exemplo é o surgimento de *blogs* de pessoas autodeclaradas surdas ou deficientes auditivas que permitem a divulgação de autonarrativas de experiências surdas tanto dos blogueiros quanto do público em geral que com eles dialogam. Entre os autores desses blogs destacam-se Paula Pfeiffer (blog “Crônicas da Surdez”), Vanessa Vidal (blog “Vanessa Vidal e a caravana da cidadania”), Lak Lobato (blog “Desculpe, eu não ouvi”), Nucia de Cicco (blog “As 1001 Nuccias”), que, como pode ser constatado, também figuram como autoras das obras literárias autobiográficas citadas anteriormente.

Percebemos que nos dizeres sobre si das minorias, certos discursos, que até então não tinham muita visibilidade ou aceitação social, ganham força, materializando-se em textos diversos escritos por sujeitos surdos e para sujeitos surdos e ouvintes. Situados em um contexto sócio-histórico em que discursos sobre surdez e surdos imbuídos de ideologias de repúdio, deficiência e maldição parecem estar gradativamente sendo cerceados, sobretudo pela criação de leis que buscam assegurar espaços para as chamadas minorias identitárias, nos textos de cunho autobiográfico de pessoas surdas não poderia ser diferente, neles é possível notar mudanças em posições discursivas acerca do surdo.

Além dessas materialidades textuais citadas, percebemos que há outro texto escrito de autoria de surdos, em que o dizer-se surdo, o narrar vivências de si como surdo, tem emergido: trata-se do texto acadêmico. Assim, deparamo-nos com a presença da escrita de si na inscrição do sujeito surdo na escrita acadêmica.

Nesse ponto, enveredando por uma perspectiva de experiência mais profissional e pessoal, ressalto que minha condição de docente em turmas com alunos surdos, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, representou o limiar do interesse e da observação da inscrição discursiva do surdo na escrita, em especial em narrativas de cunho autobiográfico. Pude perceber isso, por exemplo, em uma produção escrita de Memórias de Leituras elaborada por uma de minhas alunas surdas do curso de Letras da UNEB/Campus XXI – Ipiaú/BA, em que a construção de identidade surda permeava o “dizer” na escrita, por meio das marcas de posições discursivas do sujeito surdo no texto de natureza autobiográfica. Em outras palavras, nesse texto de Memórias de leitura era a condição de ser surda dessa aluna que direcionava a sua narrativa de memórias enquanto leitora, de modo que na escrita dessas memórias a imagem

de si como surda se (con)fundia com a imagem de si como leitora, demarcando uma posição discursiva identitária de ser surdo – ou simplesmente, posição sujeito surdo - na escrita de texto acadêmico.

Acrescento que esse contato com surdos favoreceu meu conhecimento sobre a comunidade surda, a Libras e a observação de questões discursivas e linguísticas envolvendo a posição sujeito surdo em formações discursivas, sobretudo em textos escritos em língua portuguesa por discentes em condição de surdez. Também o encontro com os alunos surdos favoreceu o meu contato com os Estudos Surdos por intermédio de pesquisadores e profissionais da área de surdez, e, sobretudo, possibilitou meu acesso às obras literárias autobiográficas de surdos.

A observação dos relatos com perfis autobiográficos em textos acadêmicos de surdos, ou melhor, o narrar vivências surdas pelos sujeitos nesses textos, só ocorreria tempos depois, após minha entrada no Doutorado em Linguística da UFSC. Na ocasião, passei a participar do projeto de pesquisa e extensão LABEAL – Laboratório de escrita acadêmica e leituras, coordenado pelo meu orientador, Prof. Dr. Sandro Braga. Como parte da equipe, pude atentar-me para a inscrição de estudantes da UFSC na escrita, em especial, na escrita acadêmica e iniciar uma investigação acerca da escrita enquanto prática discursiva em que o sujeito traz marcas de si, de sua constituição discursiva na escrita.

Posso afirmar que integrar a equipe do LABEAL direcionou meu foco de pesquisa para a escrita acadêmica e a produção de textos acadêmicos escritos por sujeitos alunos universitários. Aliado a isso e aos diálogos com meu orientador, passei a refletir sobre as práticas de escrita desses textos pela comunidade surda da UFSC, a fim de buscar analisar traços de subjetivação na escrita desses sujeitos surdos. O passo seguinte foi, a partir da análise de textos acadêmicos de autoria desses alunos surdos, mais precisamente suas dissertações e teses concluídas e publicadas no site da biblioteca da UFSC, poder me deparar com a presença de uma escrita de si singular, pautada no dizer-se surdo e narrar vivências surdas de si nessas escritas acadêmicas.

É importante salientar que nossa pesquisa desde seu início sempre buscou focar nas marcas de inscrição de subjetividade do sujeito surdo nesses textos acadêmicos escritos em língua portuguesa, pautando-nos nos traços de identificação do sujeito como surdo e, em especial, em suas narrativas de vivências surdas de si. Dizemos isso para esclarecermos que não é nossa pretensão nesta tese tomar esses textos para identificar e analisar a escrita de surdos por particularidades linguísticas de sujeito que escreve em língua portuguesa como segunda língua, tais como aspectos morfossintáticos, coerência e coesão textual, pontuação etc. Até porque

como nosso *corpus* é composto por textos em sua versão final, esses podem ter sido revisados por uma outra pessoa (um ouvinte), de modo que possivelmente ocorra, nesse processo, o apagamento das marcas dessas particularidades linguísticas desses surdos, tornando mais dificultoso esse tipo de análise. Caso fosse esse o foco de nossa pesquisa, seria necessário ter acesso às versões anteriores desses textos que nos permitissem analisar o processo de construção desses textos acadêmicos pelos surdos.

Cabe, no entanto, fazer um adendo. Pelo entendimento de que a escrita em língua portuguesa pelo sujeito surdo é diferente do que ocorre com ouvintes, em alguns momentos no nosso texto, uma ou outra dessas particularidades podem fazer parte de algum ponto de análise, porém sempre em correlação com a análise de marcas de posição discursiva identitária de sujeito surdo na escrita acadêmica.

Vale ressaltar que, de acordo com observações de textos de alunos surdos de pós-graduação de outras universidades do Brasil, como a UFRGS, a UFES, a UFOP, entre outras, essas ocorrências de narrativas de si em dissertações e teses também se fazem presentes. Em alguns casos foram constatados também em TCC de surdos de universidades brasileiras, contudo há dificuldades no acesso aos trabalhos de conclusão de curso de graduação em sites de busca, pois esses textos nem sempre apresentam versão em formato digital disponibilizada pelas instituições de ensino superior, o que geralmente ocorre com os trabalhos finais de defesa de mestrado e doutorado. Na UFSC, por exemplo, especificamente no curso de Letras-Libras – curso de graduação em que a maioria dos alunos surdos tende a cursar - são poucas as monografias em formato PDF disponibilizadas no site de sua biblioteca. Vale ressaltar que esse curso da UFSC possui as modalidades de licenciatura e bacharelado, sendo que apenas os alunos do bacharelado precisam entregar o TCC e a maioria dos alunos surdos opta pela licenciatura<sup>3</sup>, de modo que entregam relatório de estágio e não o TCC<sup>4</sup>.

Na UFSC, entre os programas de pós-graduação, identificamos que três deles têm se destacado por concentrarem uma maior quantidade de surdos em seus quadros de alunos em comparação com os demais programas, são eles: Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET) e Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE). Nesses programas há linhas de pesquisas com temas voltados

---

<sup>3</sup> Na realidade, de acordo com o regulamento do curso de Letras-Libras da UFSC, a preferência no ingresso das vagas de Licenciatura em Letras-Libras é para alunos em condição de surdez, logo os alunos surdos tendem a ocupar essas vagas.

<sup>4</sup> Por isso optamos por não incluir as monografias de graduação (TCC) de alunos surdos da UFSC como nosso *corpus*.

ao contexto de surdez/surdo/língua de sinais e professores nessas linhas que, com conhecimento na área e, comumente, na Libras, orientam ou coorientam esses alunos surdos.

Com base em levantamento de dados de dissertações e teses, constantes na página Biblioteca /Repositório da UFSC, constatamos, no período pesquisado<sup>5</sup>, que os três programas juntos apresentavam um total de 107 trabalhos finais de defesa de pós-graduação - entre dissertações e teses - de alunos surdos e ouvintes vinculados às linhas de pesquisa citadas, com temas relacionados ao contexto do surdo/da surdez<sup>6</sup> e/ou língua de sinais, sendo esse número dividido por programas: 46 no PPGL, 42 no PPGET, e 19 no PPGE.

Desse total, identificamos trabalhos de declarada autoria de surdos – em que aparece o dizer-se surdo em construções como “Sou surdo(a)” -, e entre esses trabalhos, 24 textos também apresentam narrativas de si em suas introduções e/ou capítulos iniciais, no geral como justificativa, introdução pessoal e/ou profissional.<sup>7</sup> Esses 24 textos – dissertações e teses – cujo dizer-se surdo aliado a narrativas de si destacando vivências surdas são marcados na grafia da escrita interessam a nossa pesquisa, passando a integrar nosso *corpus*.

Especificando os dados por programa, no PPGL, constatamos o maior número desses trabalhos de autoria de surdos com narrativas de vivências surdas de si, perfazendo um total de 10 (sendo todos os textos dissertações). Já no PPGE, encontramos 08 desses trabalhos (sendo 05 dissertações e 03 teses) de surdos em que há essas autonarrativas de si. No PPGET, localizamos em 06 desses trabalhos de autoria de surdos (todos os textos são dissertações) com a presença dessas escritas de si<sup>8</sup>.

Tendo em vista as constatações acima relacionadas à materialidade de nosso *corpus*, afirmamos que o dizer-se surdo e as narrativas de si no *corpus* despertaram nossa atenção em primeiro lugar por serem escritas por sujeitos surdos, fato que viabiliza investigar a inscrição desse sujeito na condição de surdez na escrita acadêmica em língua portuguesa, podendo ser ele utente<sup>9</sup> da Libras. E em segundo lugar, observando esses textos acadêmicos despertou nossa

---

<sup>5</sup> A seleção do *corpus* foi feita a partir dos dados publicados e atualizados até o dia 12.06.18 no Repositório de teses e dissertações da UFSC, disponível no site <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74645>

<sup>6</sup> Lembrando que trabalhos voltados para a inclusão e outros temas mais gerais que envolvem não apenas o surdo, mas também cegos, deficientes intelectuais etc, não foram considerados nesse levantamento de dados, por não tratar especificamente e individualmente de temática surdez/contexto do surdo.

<sup>7</sup> Há outros casos que discutiremos no capítulo em que analisaremos esses TCCs, por exemplo, trabalho em que flashes da história de aluna surda, que também escreveu uma obra autobiográfica, estão presentes nos agradecimentos de sua dissertação.

<sup>8</sup> As especificações como títulos, autores, ano de publicação e programas de pós-graduação da UFSC à que pertencem as dissertações e teses que integram o *corpus* desta pesquisa podem ser verificadas no Capítulo 4, especificamente no tópico 4.1.

<sup>9</sup> O termo utente é utilizado por teóricos dos Estudos Surdos como Quadros e Karnopp (2004) em relação ao uso da língua de sinais por surdos, com sentidos análogos ao termo “falante” comumente utilizada em referência aos ouvintes em relação ao uso de línguas como o português.

atenção investigar os efeitos de sentidos do dizer-se surdo e a própria presença dessa escrita de si na escrita acadêmica, em que o narrar-se deveria ser um tanto incomum, por não ser considerado apropriado aos textos acadêmicos dada a ênfase na objetividade e o “apagamento” (ilusório) de subjetividade do autor que caracterizam a escrita acadêmico-científica.

Assim, levando em consideração o já exposto da escrita de si na literatura e em sua aparição no texto acadêmico, e tendo como base teórica a Análise de Discurso de vertente pecheutiana (AD) em nossa tese interessa analisar: **O que implica, discursivamente, dizer-se surdo e narrar vivências surdas de si na escrita acadêmica de textos de dissertações e teses?**

A partir dessa questão norteadora, instituímos como nosso **objetivo geral**: Analisar as implicações discursivas do sujeito dizer-se surdo e discorrer sobre vivências de si na escrita acadêmica, mais especificamente, em textos de dissertações e teses em português de sujeito surdo pesquisador mestrando/doutorando da UFSC.

Tal objetivo geral subdivide-se em quatro **objetivos específicos**. O primeiro deles é identificar os discursos sobre a surdez e o surdo, envolvendo formações discursivas contrapostas pautadas em diferentes modelos de surdez (o modelo clínico ou médico e o modelo cultural-linguístico da surdez).

O segundo é investigar as posições sujeito surdo sinalizante e oralizado, enquanto posições discursivas identitárias atravessadas pela relação do sujeito com as línguas de sinais e língua portuguesa que (de)marcam o seu “poder dizer” e a construção de si no discurso pela escrita.

O terceiro é averiguar o inscrever-se do sujeito surdo na escrita em língua portuguesa, em geral, e na escrita acadêmica, em particular, considerando as regularidades discursivas que constituem essas escritas e as práticas de produção de textos acadêmicos por sujeitos surdos alunos pesquisadores.

Nosso quarto e último objetivo específico é analisar as implicações discursivas do dizer-se surdo do sujeito e narrar vivências de si na escrita de textos acadêmicos de dissertações e teses de alunos surdos de programas pós-graduação da UFSC (PPGL, PPGE e PGET).

A pesquisa que desenvolvemos é pautada nos mecanismos analíticos da Análise de Discurso de linha francesa, priorizando a discussão teórica de Pêcheux, Orlandi e outros teóricos da área no contexto brasileiro e, por algumas considerações teóricas foucaultianas.

Pela natureza de nosso *corpus* e particularidades de nossa investigação, recorreremos, secundariamente, aos Estudos Culturais - com ênfase nos textos de Stuart Hall (2004, 2011, 2016 [2013]) e seus seguidores) e em uma de suas subdivisões de campo de investigação, a

saber, os Estudos Surdos - por meio de aporte teórico de autores como Quadros (2006), Rosa (2012), Perlin (2013), Strobel (2009) etc.<sup>10</sup>

Vale ressaltar que, apesar de recorrermos aos estudos culturais e aos estudos surdos, em que há alguns conceitos de identidade(s) e identidade(s) surda(s) estabelecidos, a corrente teórica principal em que nos apoiamos para analisar os traços de identidade na escrita em nosso *corpus* é a Análise do Discurso de linha francesa. Desse modo, pautamo-nos, sobretudo, no conceito elaborado por Orlandi (2015) de que identidade é resultado do processo de identificação/interpelação do sujeito no discurso. E também na noção apresentada por Evandra Grigoletto (2006, p. 207) de que “[...] a escrita articula-se entre o linguístico, o histórico, o social e o ideológico, constituindo-se num espaço simbólico, lugar de interpretação, num trabalho de memória e de construção de identidades.”

Em nossa pesquisa, levantamos algumas hipóteses. A primeira delas diz respeito à constituição do sujeito surdo e as marcas de sua subjetividade que ele traz na escrita acadêmica dos textos de dissertações e teses de nosso *corpus*. Partimos do pressuposto de que ao trazer a escrita de si, por dizer sobre si e narrar suas vivências, na escrita acadêmica, esse sujeito de nosso *corpus* traz traços de sua constituição no discurso pautada em como ele se significa enquanto sujeito em condição de surdez. Quanto à constituição desse sujeito, partimos da hipótese de que o sujeito do *corpus* é constituído no discurso por posição discursiva identitária, isto é, por ser surdo como uma identificação com discursos que envolvem pertença surda, pautada em diferenças culturais e linguísticas.

Como esse sujeito surdo do *corpus* se identifica como utente da língua de sinais, sendo, assim, surdo sinalizante ou sinalizado<sup>11</sup>, essa condição o leva a estar “entre línguas”, a língua de sinais e a língua portuguesa, em sua inscrição na escrita em português. Isso pode trazer marcas discursivas na escrita de dissertação/tese desse surdo, já seus textos podem trazer traços dessas duas línguas, seja no dizer do sujeito sobre sua relação com ambas (de inclusão e/ou de

---

<sup>10</sup> Conforme já apontado, trilhamos, em nossa pesquisa, pela Análise do Discurso de linha francesa e demais teorias citadas, como os Estudos Culturais e os Estudos Surdos. Contudo, gostaríamos de destacar que temos ciência da relevância dos estudos sobre as questões linguísticas envolvendo minorias (no caso, os surdos) desenvolvidos por outros campos teóricos, especialmente pela área de Políticas Linguísticas, e reconhecemos que essas teorias podem dar grandes contribuições para pesquisas como a que desenvolvemos nessa tese.

<sup>11</sup> Vale ressaltar que, em nosso *corpus*, há a identificação feita pelo próprio sujeito surdo utente de língua de sinais como sendo surdo *sinalizado*. Em nosso texto, preferimos utilizar o termo surdo *sinalizante* e não surdo *sinalizado*, a princípio, por seguirmos a denominação “surdos sinalizantes” dada por Pizzio, Rezende e Quadros (2010). No capítulo 2 (seção 2.4.1), discorreremos mais acerca do que nos levou a utilizar um termo e não o outro em nosso texto.

exclusão social por elas), seja na presença de escrita de sinais – SignWriting e/ou sistema Elis<sup>12</sup> –, por exemplo, como segunda língua, no texto acadêmico escrito em língua portuguesa.

Dessa forma, entendemos que a posição discursiva sujeito surdo é marcada pela língua de sinais, que marca o sujeito como surdo sinalizante e com diferença linguística e cultural. Mas também é marcada pela língua portuguesa, uma vez que na escrita acadêmica do *corpus* o sujeito escreve em português para se inscrever nessa escrita e no discurso.

Além disso, esse sujeito se inscreve na escrita acadêmica a partir de lugares sociais, os quais podem funcionar como lugares discursivos no seu texto. Os lugares a que nos referimos são: o lugar de sujeito em condição de surdez e o lugar de aluno pesquisador mestrando/doutorando da UFSC. A partir desses lugares o sujeito pode assumir posições em formações discursivas, como a posição de sujeito surdo pesquisador que parece predominar nos textos acadêmicos que analisamos nesta tese.

A nossa segunda hipótese é a de que para se subjetivar como surdo na escrita acadêmica, que é constituída por regularidades da escrita científica, como o efeito de objetividade e o “valor de verdade”, o sujeito se ressignifica, assumindo função de objeto, tornando-se alvo de sua pesquisa e de seu dizer no texto. Nesse sentido, dizer sobre si e narrar vivências surdas pode significar a entrada do sujeito como objeto de que se diz, e também a ressignificação das vivências de si como “experiências de si” integrando a pesquisa desenvolvida - que em geral, nas teses e dissertações analisadas, são sobre o surdo, a língua de sinais, educação inclusiva e outros temas voltados ao surdo sinalizante.

A nossa última hipótese é a de que para dizer-se surdo e narrar vivências surdas de si o sujeito abre “brechas” nas regularidades que constituem a escrita acadêmica. Entre essas brechas destacamos a ressignificação de suas vivências surdas e da visão de afastamento entre sujeito pesquisador e objeto de pesquisa científica, como citamos no parágrafo anterior. E essas brechas trazem um “novo dizer”, ou melhor, “um novo modo de dizer”, estabelecendo, pela singularidade do dizer sobre si, a polissemia no Discurso Acadêmico. Ao mesmo tempo em que essas brechas produzem uma singularidade pelo novo dizer, dada a sua recorrência no *corpus* é possível que elas também possam produzir uma regularidade na escrita acadêmica do sujeito surdo. Um outro ponto digno de questionamento é se essas brechas causam ou não um rompimento com as regularidades constitutivas dessa escrita, se ao trazer essa escrita de si esse sujeito rompe com o efeito de objetividade no texto acadêmico ou se apenas há uma mexida nos sentidos que leva apenas a *ressignificação de* e não a *cisão com* o que constitui essa escrita.

---

<sup>12</sup> Sobre os sistemas de escrita de sinais, especialmente SignWriting e Elis, abordamos melhor no Capítulo 4, mais precisamente na seção 4.3.1, quando analisamos a presença dessas escritas no nosso *corpus*.



Esclarecemos que a análise que propomos não tem a pretensão de exaurir a temática com estudo descritivo ou enveredar pela multiplicidade de temas discutidos nesses textos. Buscamos, sim, analisar nas obras selecionadas para constituírem nosso *corpus* de pesquisa o dizer-se surdo e o narrar vivências de si destacando sua condição de surdez na escrita dos textos acadêmicos selecionados. Entendemos que a marca identitária surda no texto, permite-nos investigar a inscrição do sujeito-autor em posição sujeito-surdo em formações discursivas.

Vale lembrar que os textos acadêmicos em análise configuram-se como resultado final de um processo de escrita, logo nosso estudo parte da constituição de sujeito-autor-surdo na e pela palavra do texto escrito, partindo das ocorrências nessa escrita de marcadores de construção de identidade(s) surda(s) desse sujeito nessa escrita, tais como “Sou surdo(a)”, “Nasci surdo(a)” etc., e percorrendo a análise das narrativas de vivências desse sujeito-autor-surdo presentes nesses textos.

Tendo por norte as problematizações por ora levantadas em torno do dizer-se surdo e do narrar-se destacando a sua própria condição de surdez na escrita acadêmica que compõe o *corpus*, o desenvolvimento deste trabalho será apresentado em quatro capítulos e em suas respectivas seções e subseções.

Especificamente, no nosso primeiro capítulo, intitulado **“O SUJEITO E A SURDEZ: ser “surdo” como condição do sujeito e como posição discursiva”**, discorreremos sobre o sujeito e a surdez, enveredando pela discussão entre a condição de surdo e a posição sujeito-surdo. Dada a natureza desse assunto, faz-se necessário no decorrer do capítulo explanarmos acerca dos discursos sobre a surdez e o surdo, abarcando as formações discursivas mais proeminentes, a saber: da surdez como “deficiência” e do surdo como “deficiente”; e a da surdez como “diferença” e do surdo como “diferente”. Para elaboração desse capítulo, buscamos uma interlocução envolvendo a Análise de Discurso de base pecheutiana - por intermédio de textos de seu fundador Michel Pêcheux (1990, 1997) e autores que coadunam sua teoria -, com outros autores e correntes teóricas dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos. Recorreremos aos estudos culturais na perspectiva de Stuart Hall (2004, 2011, 2016 [2013]), para discutirmos acerca de identidade e diferença, e aos Estudos Surdos - com autores como Quadros e Schmiedt (2004), Perlin (2013), Rosa (2012), Strobel (2009a; 2009b), Campos e Stumpf (2012), bem como estudos da área de fonoaudiologia – como as obras de Santana (2007) - para discorrermos sobre aspectos relacionados ao surdo, a surdez, identidade surda e contexto histórico relacionado a esses aspectos.

No segundo capítulo, cujo título é **“O ‘DIZER’ DO SUJEITO ‘ENTRE LÍNGUAS’ EM POSIÇÃO DISCURSIVA IDENTITÁRIA DE SURDO SINALIZANTE E DE**

**SURDOS ORALIZADOS**”, discutimos acerca da língua enquanto forma material, por meio da qual o discurso se materializa, e também a relação entre língua, identidade e resistência e suas implicações nos efeitos de sentido na escrita do sujeito surdo. Considerando o uso de línguas de diferentes modalidades linguísticas – a língua portuguesa (modalidade oral-auditiva) e da língua de sinais (modalidade visual-espacial) pelos surdos universitários autores dos textos que compõem o *corpus*, discutimos nesse capítulo as implicações entre o uso de uma e/ou de duas modalidades linguísticas pelos surdos, na escrita e na fala/comunicação por sinais distinguindo-os entre surdos oralizados (surdos usuários da língua portuguesa tanto na escrita quanto na fala) e surdos sinalizantes (surdos utentes da Libras, podendo ser usuário da língua portuguesa na escrita). O referencial teórico que utilizamos para embasar o capítulo em questão são as obras da área da AD, a saber: Orlandi (1998, 2005a, 2013, 2014), LAGAZZI, (2011), Gallo (2011); e também recorreremos a obras teóricas da área dos Estudos surdos, tais como: Ladd (2003) e Paden e Humphries (2005), Quadros; Karnopp (2004), Ferreira (2010), entre outros.

Em nosso terceiro capítulo, cujo título é **“A ESCRITA DO SUJEITO SURDO NO TEXTO ACADÊMICO EM (DIS)CURSO”**, abordamos acerca da inscrição do surdo na escrita em língua portuguesa, em especial, no texto acadêmico. O inscrever-se do surdo na escrita de texto acadêmico em português nos interessa por dizer respeito ao nosso objeto de nossa pesquisa nessa tese, ou seja, as dissertações e teses de surdos da UFSC. Assim, discutimos acerca do funcionamento discursivo da escrita e do texto, de modo geral, e da escrita acadêmica acadêmica e do texto acadêmico, em particular, considerando as regularidades que os constituem, e, a partir disso, analisamos a inscrição do sujeito surdo na escrita acadêmica em textos acadêmicos escritos em língua portuguesa. Para isso, buscamos fazer uma intersecção teórica entre a Análise de Discurso pecheutiana (AD) e os Estudos Surdos, recorrendo a autores que abordam a escrita e o texto na perspectiva da AD - como Orlandi (1996, 1998, 2001, 2005, 2015), Gallo (1992, 2001, 2008), Indursky (2015, 2016); autores que abordam a escrita acadêmica e o texto acadêmico na AD, como Braga (2015); Braga e Senem (2017); Pereira (2013); e aos Estudos Surdos, com foco no trabalho de autores sobre a escrita de surdos em português - como Guarinello (2007) e Fernandes (2006)

Por fim, no último capítulo, denominado **“ESCRITA ACADÊMICA EM DISCURSO: ANÁLISE DO DIZER-SE SURDO E O NARRAR VIVÊNCIAS DE SI EM DISSERTAÇÕES E TESES DA UFSC”**, analisamos em nosso *corpus* as implicações discursivas do dizer-se surdo e narrar vivências surdas de si pelo sujeito surdo pesquisador na escrita acadêmica. Nesse intuito, interessa-nos proceder a análise das marcas de constituição do

sujeito e de sua inscrição na escrita acadêmica trazidas, sobretudo, pela escrita de si, e também as brechas utilizadas por esse sujeito para se subjetivar na escrita acadêmica e suas implicações desse “novo modo de dizer” nas regularidades constitutivas dessa escrita nos textos analisados.

Ressaltamos que, por estarmos escrevendo a partir da perspectiva discursiva, em nossa tese priorizamos mobilizar as condições de produção e as formações discursivas que envolvem o surdo, a surdez e as práticas de escrita do e sobre o sujeito surdo em nosso país. Nessa perspectiva, buscamos fazer isso trazendo a nossa discussão propostas nos capítulos, diversas produções textuais escritas por ou sobre surdos (em sua maioria) e publicados em diversos meios, sobretudo digitais, a saber: notícias, quadrinhos, literatura autobiográfica de surdos, notícias de jornais digitais, santinhos de candidatos surdos, publicações em *blogs*, Facebook entre outros.

Permeando nosso trabalho, partimos da noção de “escrita em dis(curso)”, entendendo a escrita como forma material em que os efeitos de sentidos estão em curso, como lugar de deslocamento de sentidos e sujeitos. Nessa perspectiva, a “Escrita acadêmica si em (Dis)curso” envolve o transitar, o mover da escrita de si, cuja subjetividade “em evidência” constitui uma de suas mais notáveis regularidades. E essa mobilização de dizer sobre si atravessa a escrita do sujeito de modo a lhe permitir “desnudar-se” no texto, ou melhor, em sua inscrição na escrita acadêmica, escrita esta cuja objetividade (ou efeito de objetividade) é parte de suas regularidades constitutivas, constituindo assim, nessa confluência entre a escrita de si na escrita acadêmica, um “novo modo de dizer” nos textos de dissertações e teses de sujeito surdo em nosso *corpus*.

## **1. O SUJEITO E A SURDEZ: ser “surdo” como condição do sujeito e como posição discursiva**

O sujeito surdo é um sujeito constituído no discurso que se destaca por ser interpelado pela ideologia a partir de um seu lugar social que o identifica, a saber, a sua condição de surdez. Como afirmou Lopes (2011), a surdez é a materialidade inscrita no corpo do sujeito. E a presença dessa materialidade, dos discursos e ideologias sobre ela, pode orientar as posições-sujeito (surdo) no discurso, que por sua vez, produzem movimentos de construções identitárias do sujeito surdo no discurso.

Para compreendermos melhor esse processo de constituição do sujeito surdo no discurso, da transição do lugar social de surdo (condição de surdez) para posição sujeito-surdo, propomos nesse capítulo investigar os discursos sobre a surdez e o surdo, com enfoque nas formações discursivas que envolvem os discursos clínico ou médico e os discursos de base cultural-linguístico da surdez.

### **1.1 OS DISCURSOS SOBRE A SURDEZ E O SURDO: reverberações de efeitos de sentidos pautados nos modelos clínico e cultural-linguístico da surdez.**

Os discursos sobre a surdez e o surdo perpassaram a história de povos distintos, dada a condição de surdez de pessoas de diferentes etnias, em momentos históricos variados. Além disso, a surdez, vista pelo âmbito fisiológico, não é condição exclusiva de pessoas de uma ou outra origem cultural, classe social, religião etc. E, como não poderia ser diferente, a presença da surdez permeando sujeitos e contextos sócio-históricos de tamanha diversidade, reverberou em distintos discursos sobre a surdez e o surdo.

Ao longo da história, os discursos sobre a surdez e sobre o surdo vão desde a adoração ao repúdio da pessoa com surdez. Segundo Karin Strobel (2008), na antiguidade, os egípcios, por exemplo, consideravam o surdo como um deus mediador entre os homens e os deuses, por isso, veneravam-no por ver o surdo como possuidor de “códigos secretos” que permitiam a comunicação com o divino. Logo, entre os egípcios daquele contexto, a surdez era considerada uma dádiva, um dom divino, como diferença que possibilitava ao surdo destacar-se positivamente dos ouvintes. Mas entre esses povos a situação do surdo não era de inclusão

social, pois como afirma a autora, “Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e ‘adoravam’ os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social.” (STROBEL, 2008, p. 82)

Já entre os gregos e os romanos de períodos remotos, os surdos eram considerados incapazes, tendo sua aptidão intelectual questionada devido às barreiras de comunicação com os ouvintes. Entre europeus, na Idade Média, a surdez foi relacionada à maldição divina, a castigo por pecados cometidos sobretudo por familiares, associando, assim, a surdez à sentimento de culpa. A surdez, entre esses povos, era considerada uma “anormalidade”, deficiência capaz de distinguir o surdo negativamente dos ouvintes pelo viés da ausência de um dos sentidos. Vale ressaltar que tais imagens de surdez como deficiência foram historicamente predominantes entre povos diversos, dando margens a discursos com conotação bastante negativizada ao surdez e ao surdo. (STROBEL, 2008)

Para alguns uma dádiva, para outros maldição, assim, historicamente, a condição de surdez vem marcando o surdo com sentidos relativos aos modos distintos de produzir discursos sobre a própria surdez. Dizemos isso, entendendo o discurso dentro da teoria que orienta nosso trabalho, a Análise de Discurso de linha francesa, uma teoria fundada pelo filósofo francês Michel Pêcheux, nos anos de 1960, a partir da relação entre três domínios disciplinares, a saber: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

A etimologia da palavra “discurso” sugere a ideia de curso, percurso, de estar em movimento. O discurso é a prática da linguagem, a utilização da língua pelo homem, mobilizando os sentidos (ORLANDI, 2005a). Pêcheux (1990, p. 82) define discurso como um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B. Os efeitos de sentidos resultam da relação dos sujeitos simbólicos participantes do discurso, em circunstâncias dadas, e ocorrem porque os sujeitos estão inseridos em certas circunstâncias e são afetados por suas memórias discursivas, ou seja, o saber discursivo, o já-dito que possibilita todo dizer, de modo a sustentá-lo, ou seja, o que foi dito antes, em outro contexto, que torna possível atribuir sentido(s) a um novo dizer.

O discurso materializa-se na língua e ela é sujeita a equívoco e a historicidade. Essas características da língua são explicadas pelo fato de que “Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2005a, p. 38). A linguagem não é transparente, os sentidos não estão prontos no texto para serem apreendidos, pois, sendo a linguagem um fenômeno social, o sujeito que se apropria dela também está reproduzido nela. Na linguagem está refletida a interpelação do sujeito pela ideologia, só que este sujeito não percebe que não é a origem do discurso, ou seja, que necessita retomar sentidos

pré-existentes para conseguir (se) significar (ORLANDI, 2001, p. 19). Por meio da linguagem o indivíduo subjetiva-se, ele é afetado pelo simbólico, pelo sistema significante.

A noção de ideologia utilizada na AD é a apresentada por Althusser em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* (1980), para esse autor, “a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 267-268). Segundo Althusser (1980) a ideologia está ligada ao inconsciente por meio da interpelação dos indivíduos em sujeitos.

Como a formação discursiva é um aspecto constitutivo dessa análise, é imprescindível saber o conceito dela. Para Pêcheux (1997, p. 160), define-se como formação discursiva “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

As formações discursivas, na concepção de Orlandi (2005a, p. 43), são definidas como aquilo que determina “o que pode e deve ser dito”, considerando estar em uma formação ideológica, isto é, a partir de uma posição e em uma conjuntura sócio-histórica estabelecidas. A autora aponta dois pontos que caracterizam a formação discursiva: o primeiro ponto apresentado é que o discurso se constitui em seu sentido devido ao fato de o que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra, para ter um sentido e não outro; no segundo ponto observamos que, no funcionamento discursivo, é pela referência à formação discursiva que se pode compreender os diferentes sentidos (mesmo as palavras iguais podem significar diferentemente por se inscreverem em formações discursivas diferentes).

Em se tratando da surdez, observamos que há duas formações discursivas que se destacam e ambas são pautadas em dois modelos de surdez, a saber, o modelo clínico ou médico e o modelo linguístico-cultural da surdez. A primeira compreende a ideologia da surdez como deficiência e a segunda da surdez como diferença. Sobre esses discursos que tratamos nas duas subseções seguintes de nosso texto.

### **1.1.1 Discursos da surdez como “deficiência” e do surdo como “deficiente”: reverberações do modelo clínico ou médico da surdez**

A formação discursiva de surdez como “deficiência” agrega discursos da surdez na perspectiva médica, que toma o discurso da surdez como patologia. A palavra patologia tem

origem na junção do grego *pathos* (doença, sofrimento) e *logos* (estudo) e corresponde a “ramo da medicina que se preocupa em estudar as doenças do ponto de vista clínico e anatômico” (SILVA; SILVA; VIANA, 2007, p. 599).

A surdez nesta perspectiva é descrita como um desvio anatômico ou fisiológico que compromete a “normalidade” do ser, por lhe produzir uma perda, uma falta: a “deficiência” auditiva. Sendo definida como “doença” no discurso médico, ela é denominada como perda auditiva, deficiência auditiva, além do termo surdez. Outros termos comuns em textos da área são hipoacusia (surdez parcial ou diminuição da acuidade auditiva), disacusia (dificuldade para ouvir), cofose (surdez profunda ou perda total de audição)<sup>13</sup>.

Segundo Luciano Moreira, médico otorrinolaringologista com formação em Cirurgia do Ouvido e da Surdez, autor do blog “Portal Otorrino” e conhecido nacionalmente por participar dos programas televisivos “Encontro” (Rede Globo) e “Sem censura” (TV Brasil):

*Perda auditiva, deficiência auditiva ou surdez* têm, do ponto de vista médico, o mesmo significado. Os 3 termos são usados para as pessoas com diminuição dos limiares (limites) auditivos acima de níveis estabelecidos como normais. Embora o conceito de normalidade sempre gere discussões, o estabelecimento de critérios diagnósticos é fundamental para guiar os tratamentos. (MOREIRA, 2017, on-line)

Moreira explica que na medicina estabeleceu-se a normalidade auditiva considerando como “portadores de audição normal aqueles que possuem limiares auditivos abaixo de 20-25 decibéis (db) em todas as frequências testadas, entre 250 e 8.000 hertz” (MOREIRA, 2017, on-line), com base na observação da média da população. Aliás, o nível de decibéis capitados pelos indivíduos são tomados como critérios para estabelecimento de escalas de surdez como perda auditiva leve (26 a 40 db), perda auditiva moderada (41 a 70 db), perda auditiva severa (71 a 90 db) e perda auditiva profunda (acima de 91 db).

As causas da surdez podem ser diversas, congênita, fatores hereditários, usos indevidos de medicamentos como antibióticos, complicações causadas por doenças como rubéola na gestação, complicações no parto, otites na infância etc. A origem da surdez no indivíduo pode

---

<sup>13</sup> Utilizamos fontes diversas on-line, especialmente sites da área da saúde voltados à surdez, para o conhecimento desses conceitos, tais como o já citado blog “Portal Otorrino” de Moreira (2017), Biblioteca Virtual de Saúde - Ministério da Saúde (Disponível em [Surdez \(saude.gov.br\)](http://Surdez.saude.gov.br) Acesso 07.02.21), entre outros.

ser genética ou adquirida, sendo que a maioria dos casos de surdez envolve alterações no ouvido<sup>14</sup>.

A partir da identificação médica da origem da surdez há a classificação da surdez em perda auditiva de transmissão ou condutiva – quando decorre de obstruções da orelha externa, com em casos de infecções no canal da orelha, tampões de cera, tímpano lesionado - e perda auditiva neurossensorial ou surdez de percepção – quando há danos no ouvido interno, nas células ciliadas da cóclea. (MONTEIRO; SILVA; RATNER, 2016, p. 01)

Essas concepções médicas sobre a surdez perpassam a formação discursivas pautadas na surdez como patologia, ou seja, como uma “doença” que pode acometer um indivíduo, tornando-o “deficiente” auditivo, com privação/falta total ou parcialmente de um de seus sentidos (a audição). Logo, nessa discursividade em que a surdez é vista como uma “doença”, é entendida como algo a ser combatido, amenizado e se possível erradicado. O surdo, nessa perspectiva, passa à condição de paciente que precisa passar por tratamento para poder ouvir e se comunicar oralmente a fim de que possa integrar-se à sociedade. Nesses discursos, o surdo é quem precisaria adaptar-se à sociedade, buscando ouvir e oralizar, para resolver os entraves na comunicação com os ouvintes.

Os discursos sobre a surdez na perspectiva médica acabam por produzir um efeito sobre o sujeito surdo como “anormal”, deficiente, um “coitadinho” digno de pena pelo “infortúnio” de ser surdo, à semelhança do exemplo abaixo:



15

<sup>14</sup> Há casos de surdez devido a lesão central no cérebro, mas esses casos são bastante raros.

<sup>15</sup>That Deaf Guy - Disponível em <http://2.bp.blogspot.com/-7PRBnjPn0U/Tw2NsmDimdI/AAAAAAAAADe4/AkOia49HtyM/s1600/marrying.jpg> Acesso: 25.09.19



Esses discursos da surdez como deficiência, apesar de se fundamentar essencialmente no discurso médico, ou melhor, medicalizante, transpassa-o abrangendo outros discursos como o discurso religioso, o discurso pedagógico, o discurso inclusivo, daí que podemos dizer que se trata de discurso medicalizante por não se restringir à medicina.

Dentro do discurso religioso, ideologias de surdez como maldição divina, karma, punição, perpassaram o tempo e o espaço mobilizando sentidos e imagens do surdo como “anormal”, “deficiente”, “desafortunado”, “amaldiçoado” pelo destino ou por juízo divino, assim como as “deficiências” visuais, intelectuais etc. Exemplo disso é a autonarrativa de Cicco (surda aos 10 anos de idade) sobre a sua condição de surda:

Quando eu fiquei surda, achei que todas as oportunidades desta vida, desfrutadas ou não, foram roubadas de mim por uma doença idiota. Se era um tipo de carma, achei injusto ser esse. Eu só enxergava o lado negativo. Era-me impossível ver que havia alternativas ou que poderia manter minhas perspectivas de vida com adaptações. Cismeí que ser surda era uma droga.. (CICCO, 2016, p. 38)

Imagens negativas da surdez – uma “doença idiota” - e sobre ser surdo – “um tipo de carma”, “uma droga” estão engendradas em discursos de surdez como “deficiência” e, conseqüentemente, de surdo como “deficiente”.

A palavra “carma” muito evocada no discurso religioso, especialmente em religiões orientais como o budismo e hinduísmo, remonta a uma noção moral de causa e efeito, em que as ações humanas em sua existência passada e presente são determinantes para definir o seu destino (no processo reencarnatório).

No cristianismo, a ideia de causa e efeito está presente sob o nome de “lei da sementeira”, embasada na passagem bíblica “Não vos enganeis: de Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará” (Gl. 6:7). (ALMEIDA, 2008, p. 1541), porém sem a crença na reencarnação como destino próximo para “quitação” das ações humanas. De acordo com a “lei da sementeira”, o homem pode colher bênçãos ou maldições nesta vida (única) ou na pós-morte (existência espiritual).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Destacamos que estamos apenas discutindo a noção de carma e lei da sementeira de modo geral. Não se trata necessariamente da visão da surdez nas religiões citadas, mas de reverberações do discurso religioso nas imagens que o sujeito faz de situações que ele considera como punição ou como dádiva.

Quando a imagem da surdez é associada ao carma ou à maldição a noção de culpa é inculcada no surdo e, muitas vezes, em seus familiares, pois, se o filho nasceu surdo, um familiar ou o próprio surdo poderia (supostamente) ter feito algo muito ruim em seu passado para merecer um carma negativo ou uma maldição sobre si ou descendentes. Como resultado dessa imagem de surdez, o sentimento de culpa pode atormentar o surdo e seus familiares. Aliás, a culpa após constatação de surdez é constantemente citada em autobiografias de surdos, como reação de pais acerca dos porquês da surdez em seus filhos. Seriam descuidos de um dos pais com a gestação ou criação da criança? A surdez do filho seria resultado de fatores genéticos? De qual dos pais a criança teria herdado geneticamente a surdez? A gravidez foi indesejada em algum momento por um dos pais e por isso a surdez seria uma punição, carma ou maldição? Quem teria “errado” para que a criança não fosse “normal”? “Por que teriam, os pais e a criança, que passar por isso?” Em suma: “Surdez? A quem culpar?”

A obra literária de cunho (auto)biográfica *Tibi e Joca* (2001) de Cláudia Bisol com participação de Tibiriçá Maniere, cuja história de vida deu origem ao Tibi, protagonista surdo da obra, é um exemplo dessa culpa na família do surdo:



A culpa nessa história seria resultante de discursos da surdez como deficiência, como um mal a ser evitado, uma “doença” cujo diagnóstico marcaria um destino do surdo de modo negativo. A surdez seria, nessa visão, como uma sentença de isolamento, tristeza, solidão. Uma marca de segregação social, uma condição que impõe limitação para o surdo na comunicação as pessoas ao redor (os ouvintes).

Na autobiografia de Brenda Costa (2008), modelo surda de renome internacional, deparamo-nos com uma citação que remete a noção de culpa dos pais (no caso da mãe) pela surdez da sua criança:

Agora ele [o pai] estava convencido de que eu era surda. Já minha mãe se agarrou a todas as formas de esperança, *procurou na genética e não encontrou nada, e não por acaso: na família de Marcos [o pai], como na dela, todo mundo é bonito e cheio de saúde. As respectivas árvores genealógicas só produziram frutos de excelente qualidade.* O que não impediu meus pais de fazerem uma bateria de exames para esclarecer a questão. Esses testes não disseram nada que eles já não soubessem: um e outro *eram perfeitamente saudáveis de corpo e de mente.* (COSTA, 2018, p. 30, grifos nossos)

Observamos nesta citação a necessidade da mãe de justificar a não aceitação da surdez da filha. Não havia ninguém entre os familiares com histórico de surdez, ou seja, *“todo mundo é bonito e cheio de saúde”* (COSTA, 2018, p. 30, grifos nossos). Os progenitores tinham comprovação médica de que *“[...] eram perfeitamente saudáveis de corpo e de mente”*. Então não poderia haver surdez, pois não havia “culpados”, uma vez que *“As respectivas árvores genealógicas só produziram frutos de excelente qualidade”*. (COSTA, 2018, p. 30, grifos nossos).

Quando estabelecemos uma relação de oposição de sentidos entre as características que definiam esses pais e seus ascendentes e o nascimento de uma criança na condição de surdez, logo o que temos é a imagem da surdez como “falta de saúde” em contraposição a “cheio de saúde”, “não saudáveis” de corpo e/ou de mente. E para finalizar, a prole surda, o fruto da relação amorosa não se encaixava exatamente na descrição: “frutos de excelente qualidade”. A imagem da surdez, então, era de “deficiência”, “doença”, algo que prejudicasse a excelência do fruto, tornando-o “deficiente”.

A imagem dos pais sobre a surdez pode interferir na relação do filho surdo com a condição de surdo, com as escolhas tomadas a partir da constatação da surdez dele. A escritora literária e blogueira Paula Pfeifer (2013), seguindo essa perspectiva patológica da surdez e partindo de sua própria experiência como surda, afirma em sua autobiografia:

Parece-me que no universo da surdez no âmbito familiar ocorre uma dualidade muito intensa: os pais aceitam o fato e preparam seu filho para lidar com a *deficiência auditiva* como um assunto sem tabus ou passam a vida inteira

negando o fato e preparam seu filho para viver em pânico e sem autoestima. E por quê? Porque *digerir o fato de ter um filho que possui uma desvantagem sensorial em comparação com outras crianças é doloroso*. Quando um casal decide engravidar, a primeira coisa que anuncia é: “Estamos grávidos, não importa o sexo, só queremos que venha com saúde!” *Ser surpreendido com um bebê que não ouve ou não ouve bem é um choque*. (PFEIFER, 2013, p. 62-63, grifos nossos)

A palavra “deficiência” é marcada pelos sentidos de falta, ausência, anomalia, anormalidade. Por sua vez, a palavra “deficiente” mobiliza sentidos de incompletude, anormal, aquele que cuja falta (de algo, como um dos sentidos) o destaca ou exclui de um grupo “ideal” (os que são a referência para as normas, os critérios de “normalidade”, isto é, os normais).

O sujeito, ao projetar imagens da surdez como deficiência e de si como deficiente, coloca sua condição de surdo como “anormal” pela comparação com a “normalidade” auditiva estabelecida pela medicina, a partir da comparação com os níveis de audição “ideais” entre os ouvintes. A sua referência é o ouvinte, é a partir do ouvinte que esse surdo projeta imagens de si, ou seja, a condição de não ouvir, a falta, incompletude, a “desvantagem sensorial” (conforme as palavras de Pfeifer acima) passa a ser o foco da constituição de sua imagem. Vejamos algumas afirmações de surdos sobre sua condição de surdez:

I. *Surdez significa que eu não consigo entender ninguém*. Quando alguém fala no almoço, eu quero saber o que estão dizendo. *Eu perco* as conversas diárias, o bate-papo, as amizades feitas por proximidade. *E o pior é que eu não tenho escolha na questão*. (Peter, David, 2012, n. p., grifos nossos)<sup>17</sup>

II. *A surdez é uma deficiência que prende as pessoas que a possuem numa bolha de solidão e silêncio*. [...]

A surdez é infalível em *derrubar o ânimo e a alegria de viver* daqueles que convivem com ela. E as palavras cheias de sensibilidade de alguém que transcendeu esta *névoa escura* são um alento para o coração de quem ainda precisa percorrer seu próprio caminho em direção à luz. A despeito dos *seus aspectos sombrios*, a surdez pode ser uma interessante estrada de autodescobrimento, [...]. (LOBATO, 2014, s.n., grifos nossos - Prefácio de Paula Pfeiffer).

III. [...] eu era surda e, até então, não havia nenhum método milagroso para *me livrar daquela bolha de silêncio*. (COSTA, 2008, p. 31, grifo nosso)

IV. *Vejo a deficiência auditiva profunda como uma prisão*. Seus desejos não são atendidos. Quer pedir comida se estiver sozinho em casa? Não! Quer informar ao banco que roubaram seu cartão de crédito? Não! Quer conversar

<sup>17</sup> (Depoimento de David Peter, publicado em 10 de junho de 2012 @ 11:30 no site <https://gizmodo.uol.com.br/ser-surdo-como-e-o-mundo-de-quem-nao-consegue-ouvir/> Acesso: 14.04.19, grifos nossos)

com alguém no escuro? Não! Quer ouvir o interfone se uma visita chegar sem avisar? Não! Quer dirigir e conversar com quem está no banco de trás do carro? Não! Quer ir ao cinema assistir a um filme dublado? Não! Quer matar a saudade de quem você ama dando um telefonema e ouvindo a voz dessa pessoa? Não! Quer pedir socorro pelo interfone se ficar preso sozinho no elevador? Não! Quer entender o que o piloto diz durante um voo? Não! Quer deixar a água ferver e saber que ferveu quando a chaleira apitar? Não! *São tantos “nãos” em sequência que um belo dia você perde as forças e começa a aceitar seu futuro silencioso e solitário. A palavra que me vem à mente quando penso no impacto da surdez no dia a dia de alguém que já ouviu é só uma: “frustração”.* (PFEIFER, 2015, p. 29, grifos nossos)

V. Que me perdoem os que nasceram sem conhecer o som e não sentem a falta dele, mas para quem nasceu ouvindo o panorama é este: *a surdez nos rouba a independência e a autoestima.* (PFEIFER, 2015, p. 26, grifo nosso)

Na primeira citação, um depoimento pessoal, David Peter descreve sua experiência de surdez após anos vivendo como ouvinte. Os sentidos de surdez nesse caso estão associados à perda, à passividade e à incompreensão devido a uma barreira de comunicação com os ouvintes. Esses sentidos são mobilizados no uso de termos como “Eu perco”, “[...] o pior é que não tenho escolha” e na referência a não entender o que é dito, não poder participar das conversas e, sobretudo, pela frase “[...] não consigo entender ninguém”. O sujeito associa a surdez em si como responsável pela exclusão vivenciada. Ele demonstra sentir-se presente, porém ausente ao mesmo tempo nos momentos de interação com outros (ouvintes). No fragmento, a condição de surdo aproxima-se a de uma imposição de mero observador nas conversas, sem participação e mesmo sem compreensão total. A surdez, para ele, não lhe dá escolhas de interagir socialmente de modo mais ativo – participando dos diálogos, tendo mais visibilidade no grupo e na sociedade de modo geral. O sujeito alega em seu depoimento na íntegra que até para relacionar-se amorosamente a surdez lhe serve como empecilho, pois para ele é apenas a partir do diálogo que o amor acontece.

No segundo e terceiro depoimentos, a surdez é relacionada a um silêncio não desejado, é uma bolha de “silêncio” e de “solidão”, que precisaria ser rompida para libertar o surdo isolado por ela do mundo ao seu redor. No depoimento de Pfeiffer (In Lobato, 2014, s.n), a condição de surdez é associada também a uma “névoa escura”, com “aspectos sombrios”, ou seja, a sentidos de trevas interior, as quais o surdo precisaria romper em sua estrada em direção a luz (supostamente ao caminho da audição). A surdez nessa perspectiva só traria de positivo: ser uma estrada de autoconhecimento no caminhar do surdo das trevas (ou silêncio) rumo à luz (ou ao som...).

Por fim, as duas últimas citações (IV e V), ambas de autoria de Pfeifer (2013, 2015) mobilizam imagens e sentidos da surdez como “deficiência auditiva”; “prisão” devido à privação de fazer o que qualquer pessoa “normal” faria; condição que interfere negativamente na autoestima do surdo, podendo produzir frustração pela falta de liberdade e limitações na vida, além de resignação a um futuro “silencioso e solitário”.

Como vimos, nas autonarrativas citadas os discursos sobre a surdez são vinculados a noções de deficiência, falta, “bolha de silêncio e solidão”, “névoa escura”. Esses sentidos sobre a surdez reverberam em imagens também negativas do surdo, como “deficiente”.

A partir da observação dos depoimentos e autobiografias de surdos na literatura, em blogs etc., percebemos que na escrita de si dos surdos que nasceram ouvintes a presença de imagens da surdez como “deficiência” e de si como “deficientes”, uma vez que em seu dizer alegam sentirem-se privados de um dos sentidos que antes exploravam.<sup>18</sup>

Entendo que seja difícil para aquele que nunca ouviu sair da zona de conforto e tentar compreender alguém que já ouviu e quer voltar a ouvir. Para mim e para milhares de pessoas, o som é e foi natural – se não fosse, a audição não seria considerada um sentido. Nosso mundo – e quando digo “nosso” me refiro àqueles que ouvem ou já ouviram – é incompleto sem som. (PFEIFER, 2015, p. 34)

Pelas autobiografias de surdos que nasceram ouvintes e a redução da audição foi progressiva, tornando-se surdez severa ou profunda, constituindo uma surdez pós-lingual (posterior a aquisição da linguagem), é possível perceber um processo de negação da surdez, segundo os relatos de surdas como Pfeifer (2013, 2015) e Cicco. Pfeifer (2013, 2015) afirma que, conforme sentia os sons diminuírem, começou a fazer leitura labial e demorou para se perceber como surda, até chegar à condição de surda severa (que ocorreu na adolescência, diagnosticada aos 16 anos). Processo similar ocorreu com Nucia de Cicco (2016) que também tardou em perceber sua surdez, segundo ela um “problema invisível”:

---

<sup>18</sup> Dos exemplos utilizados nesse tópico, apenas Brenda Costa nasceu surda e apresenta a surdez como deficiência. Pode ser que isso ocorra por ela é filha de médico e, possivelmente ter sido influenciada pelo discurso patológico da surdez. No Brasil, há uma outra obra de cunho biográfico que traz essa visão da surdez atribuída a uma surda filha de uma médica, trata-se do livro “*Quem decide?*” (LEITE; LEITE, 2014), cuja abordagem é feita no capítulo 4.

A surdez é um problema invisível. Você não percebe quando chega, até ser tarde demais. Ninguém a percebe em você, a não ser que você demonstre ou ostente um aparelho. E, justamente porque ninguém a vê, é tão negligenciada. [...] Para alguns, a audição faz muita falta. Para outros, não. (CICCO, 2016, p. 109)

Vale ressaltar que essa concepção de surdez como “problema invisível” é discutida no artigo “Surdez e diagnóstico: narrativa de surdos adultos” pelos pesquisadores Monteiro, Silva e Ratner (2016). Para eles, a surdez (progressiva ou não) manifesta-se como uma “deficiência invisível”, pois por não ser percebida visualmente, seu diagnóstico precoce é considerado difícil. Os autores acrescentam que “Essa invisibilidade afeta o relacionamento entre pais e filhos, gerando drásticas consequências para a vida das pessoas surdas, [...]” (MONTEIRO; SILVA; RATNER, 2016, p. 01)

A surdez não impõe barreiras práticas na vida diária. As pessoas surdas podem se mover livremente, já que não há impedimento para suas capacidades físicas (Setai, 2014). As dificuldades que as pessoas surdas vivenciam dizem respeito à *incapacidade* de ouvir e, portanto, de se comunicar com a sociedade que ouve, pois eles não compartilham o mesmo canal de comunicação. *Esta situação impede a integração total das pessoas surdas em suas famílias* (se tratando de pais ouvintes não sinalizadores), *e na sociedade, já que os relacionamentos sociais são estabelecidos primariamente por sons.* (MONTEIRO; SILVA; RATNER, 2016, p. 01, grifos nossos).

Os traços discursivos de processo de negação da surdez, ou seja, de não aceitação de sua condição de surdez pelo surdo estão presentes nos dizeres dos sujeitos sobre buscar ocultar as evidências exteriores da surdez em si, ocultando aparelhos auditivos com cabelos como fazia Vanessa Vidal (2011) ou fingindo ouvir música em alto volume com fones de ouvido, por exemplo. Em outras palavras, a “invisibilidade da surdez” facilitaria o uso de “táticas para disfarçar a surdez” na busca da negação da condição de surdo pelo sujeito.

De todas as deficiências sensoriais e físicas, tenho a impressão de que a surdez é aquela que provoca as reações mais infantis nas pessoas. *Negar o óbvio , viver recluso por receio de não entender as conversas , ter vergonha de usar aparelhos auditivos , perder tempo com táticas para disfarçar a surdez , envergonhar - se de si mesmo , se fechar numa concha de raiva e solidão e*

*por aí vai. E essas reações são nossas, não vêm de terceiros. (PFEIFER, 2013, p. 36, grifo nosso)*

Nas narrativas autobiográficas de surdos, a “descoberta” da surdez tende a formar uma linha divisória em antes da surdez (AS) e depois da surdez (DS). Em geral essa “descoberta” é associada com o momento do diagnóstico médico, não que a pessoa não tenha percebido os sinais de surdez, mas porque a negação pode ser tão incisiva que, segundo relatam esses surdos em suas obras, o “despertar” para a condição de surdez viria apenas com a confirmação médica. A fala do outro, imbuída de autoridade por ser alguém com conhecimento específico na área produz sentidos de uma verdade inquestionável.

Para alguns, quando o médico afirma: “Você está surdo” esse dizer soa como uma sentença como: “Você tem uma deficiência” e suas variações “Você tem uma doença, precisa tratar-se”. É comum em relatos autobiográficos de sujeitos que passaram à condição de surdez a narrativa do momento em que se percebeu surdo como uma sensação de incapacidade e frustração extrema, de impacto negativo na autoestima, sobretudo quando os familiares, amigos, namorados não dão apoio, como no caso de Cicco (2016) que foi abandonada pelo noivo pouco tempo depois de receber o diagnóstico de surdez e quando estava prestes a contrair núpcias com ele. As imagens sobre a surdez são tão negativas em algumas obras autobiográficas de surdos, que no fragmento da obra de Pfeifer (2015), os sentidos sobre o diagnóstico de surdez ou deficiência auditiva profunda mantêm correlação com a notícia de ser “portador de doença grave”:

Quando fui ao programa da Fátima Bernardes, na TV Globo, afirmei que a deficiência auditiva profunda era uma morte e a ativação do IC, um renascimento. Fiz essa analogia porque é exatamente isso que sinto e penso a respeito da minha experiência e história de vida. (PFEIFER, 2015, p. 129)

A imagem da surdez é também associada à morte, de modo que não apenas aparece com sentidos de concordância com a noção de “doença”, como ultrapassa-os, com noção de culminância de morte por doença grave. Os sentidos de morte estariam relacionados às limitações físicas – perda auditiva severa vista como “morte” auditiva, ou seja, morrer para o mundo dos sons. Mas também “morte” nesse caso pode mobilizar sentidos de exclusão, marginalização, solidão, em outras palavras, de “morte social”. Lembrando do exemplo de



David Peter (2012) que se sentia sem poder participar das rodas de conversa, como alguém “invisível” por não compreender os outros e, por isso, ser excluído ou se excluir, logo essa “morte social” poderia ser associada a estar como um “fantasma”, um espectador/espectro “invisível” na sociedade.

Na narrativa de Pfeifer (2015), se a deficiência auditiva foi relacionada com a morte, o renascimento teria ocorrido por um aparelho tecnológico, o Implante Coclear (IC). Não apenas Pfeifer (2013), mas outras surdas implantadas também escreveram sobre “as maravilhas” de voltar a ouvir por meio da cirurgia e adaptação do IC, tais como Cicco (2016) e Lak Lobato (2014, 2017). Sobre esta última, Lak Lobato, é autora de dois livros um autobiográfico intitulado “Desculpe, eu não ouvi” (2014) e o segundo de cunho autobiográfico destinado ao público infantil “E não é que eu ouvi” (2017), traçando metaforicamente nos títulos e narrativas de suas obras, um novo marco na história do surdo: se antes era o antes da surdez (AS) e depois da surdez (DS), agora tem-se também antes do IC e depois do IC.

Sobre a questão da “solução” para a surdez, devemos levar em conta que na visão patológica da surdez, não há como deixar de fora a noção de tratamento, “cura” ou paliativos para o “paciente” com surdez. Outrora esses tratamentos eram pautados na prática de oralização e acompanhamento com profissionais da área da linguagem, como fonoaudiólogo. Atualmente, com os avanços tecnológicos, as próteses auditivas e demais dispositivos eletrônicos cada vez mais sofisticados e, mais contemporaneamente, os citados Implante Cocleares são recursos utilizados por médicos e especialistas para “resolver o problema da surdez”, atrelado a práticas de oralização, na busca de integração social do surdo.

Para Santana (2007), as “soluções” ou “curas” encontradas por médicos que veem a surdez como deficiência não resolvem a questão da integração total do surdo na sociedade, como estando no mesmo patamar com o ouvinte, ou em outras palavras, tornando o surdo um ouvinte para a sociedade, sem sofrer preconceitos ou discriminações. “Afinal, se o surdo pudesse ouvir (por meio de uma prótese auditiva, não deixando de ser surdo) e falar, isso impediria a discriminação? O surdo deixaria de ser visto como surdo?” (SANTANA, 2007, p. 38), questiona a autora. Respondendo a essas questões, Santana (2007) afirma que ainda que possam ouvir, por meio de recursos tecnológicos, e falar (via oralização) ou usar língua de sinais, os surdos não deixariam de ser vistos como surdos, pois mesmo que se buscasse apagar ou camuflar as marcas identificatórias do surdo, há uma que sempre o identificaria, a sua fala diferenciada ou o “sotaque” de surdo. Nesse ponto, “A fala do surdo, caracterizada em geral por distorções, omissões e modulações vocal fixa, não é aceita. Talvez por isso seja comum a

ideia de que a fala dele é sempre artificial, como se fosse um estrangeiro diante de uma língua desconhecida.” (SANTANA, 2007, p. 39).

Segundo Santana (2007), ao definir a surdez como deficiência auditiva e como tal propor-lhe soluções, “curas” ou alternativas, não se trata tão somente de se aventar uma “solução tecnológica para a “doença” (como o uso de aparelhos auditivos, implantes cocleares etc.). É algo que vai além disso:

Ao propor alternativas para a surdez, uma certa autoridade médica acaba por emitir juízo de valor. Além de estar em jogo a “cura” da surdez, também está a dificuldade da sociedade de lidar com o “diferente”, com o “patológico” ou mesmo com aquele privado da fala ou com quem tem um déficit sensorial. Essa dificuldade é legitimada pela proposição de programas para a vacinação de rubéola, pela permissão do aborto quando o feto pode nascer com deficiência auditiva, pelo crescimento das empresas de aparelhos auditivos, pelas triagens auditivas preventivas, entre outros fatos. De qualquer forma, o que está em jogo são convicções acerca do significado da surdez. Em todos os lados há dificuldades para aceitá-la. O que muda é a “solução” encontrada por uma a uma dessas posições para lidar com o problema.”. (SANTANA, 2007, p. 38)

Com base na nossa discussão apresentada nesta seção, percebemos que a formação de discursos da surdez como “deficiência”, “doença” está fortemente enraizadas no discurso médico ou patológico da surdez. Contudo, não se limitam a esse discurso, mobilizam sentidos de outros lugares discursivos, como o discurso religioso (os sentidos religiosos de carma, de maldição) e também os discursos inclusivos do surdo por meio de dispositivos eletrônicos assistenciais (AA, IC) e as práticas de oralização.

Consideramos que as imagens do sujeito surdo sobre a surdez e sobre a condição de surdo são pautadas nesses discursos. Imagens da surdez como “deficiência”, “anormalidade”, “doença” está diretamente ligada a identificação do surdo como “deficiente”, “anormal”, “doente a ser tratado”. As soluções ou “cura” da surdez nessa perspectiva agiram em torno da aproximação ao que é idealizado: o ouvinte. Para ser integrado a sociedade, ser “menos deficiente” o surdo precisaria “ouvir” e “falar”, ainda que com o auxílio de meios tecnológicos para tal.

Nas palavras de Pfeifer (2015), enquanto surda, importa ouvir não importam os meios e o como ouvir: “Quando alguém diz que quem ouve através de um IC tem um “sentido artificial”, só consigo pensar: “Pouco me importa! Artificial ou não, ele me devolveu tudo, da

independência à alegria de viver”. (PFEIFER, 2015, p. 106). Em outros termos, importa ser (como) ouvinte...

Vale ressaltar que, nessa discussão sobre os surdos oralizados, estamos levando em consideração a posição discursiva sujeito surdo oralizado. Trata-se de uma posição em que se situa o sujeito ao se inscrever e se significar como surdo em discursos de surdez como deficiência e de surdo como deficiente. O sujeito inscrito nessa posição se identifica com a língua portuguesa como sua primeira língua, trazendo marcas dessa identificação no discurso de si, como um marcador de identidade surda – ser surdo oralizado.

Dizemos isso porque, em nossa pesquisa, não estamos desconsiderando a existência da heterogeneidade presente entre os surdos, que pode estar atrelada ao uso de um ou outro dispositivo eletrônico (AA, IC), níveis de audição, ser utente de uma ou/e outra língua e fluência – sendo sinalizantes, oralizados e/ou bilíngues. Porém, como tomamos o sujeito surdo a partir de posições discursivas que ele se inscreve no discurso ao escrever em língua portuguesa, logo nosso foco deixa de ser as singularidades para o que há de regularidades nas marcas de sua posição sujeito, com base naquilo que o constitui como sujeito surdo pela língua no discurso.

### **1.1.2 Discursos da surdez como “diferença” e do surdo como “diferente”: reverberações do modelo cultural-linguístico da surdez**

Além dos discursos provenientes do modelo médico ou clínico da surdez tratado no tópico anterior, outra formação discursiva sobre a surdez sobressaliente parte da perspectiva de outro modelo de surdez, trata-se do modelo cultural-linguístico. O modelo em questão vislumbra a surdez como diferença pautada na cultura e identidades surdas, além da língua de sinais.

Nesta subseção, optamos por focar mais no aspecto cultural dos discursos pautados no modelo cultural-linguístico da surdez, visto que o aspecto linguístico, envolvendo a língua de sinais e a língua portuguesa entre os surdos sinalizantes e oralizados, é abordado de forma um pouco mais abrangente no capítulo 2.

No modelo cultural-linguístico, a concepção de surdez não é pautada na ideia de patologia, na ausência da audição como prega o modelo médico ou clínico. É o caminho da

língua de sinais e cultura surda que orienta esse outro modelo, de modo que os surdos são considerados minorias linguísticas e culturais.

O que é uma pessoa surda na perspectiva do modelo cultural-linguístico da surdez? “Uma pessoa surda é aquela que, por ter um déficit de audição, apresenta uma diferença com respeito ao padrão esperado e, portanto, deve constituir uma identidade em termos dessa diferença para integrar-se na sociedade e na cultura em que nasceu.”, define Luís Ernesto Behares (1991, p. 01).

Assim, a surdez e o surdo são enquadrados no âmbito da diferença e do diferente. As diferenças perpassam questões culturais que envolvem o ser/tornar-se surdo como diferente e não deficiente, além do aspecto linguístico devido ao uso da língua de sinais, uma língua de modalidade linguística visual-espacial.

Segundo a autora Nídia Regina Limeira de Sá (2006, p. 65), surgidos no interior dos movimentos surdos organizados e sob influência intelectual de teorias dos Estudos Culturais, “[...] os Estudos Surdos inscrevem-se como uma das ramificações dos Estudos Culturais, pois enfatizam as questões das culturas, das práticas discursivas, das diferenças e das lutas por poderes e saberes.”.

Para Carlos Skliar (2013, p. 05), os Estudos Surdos configuram-se por ser um programa de pesquisa em educação, em que os elementos relacionados ao surdo, como identidades, línguas, arte, comunidades e culturas surdas, projetos educacionais para surdos, são mobilizados a partir da diferença, do viés político da surdez.

Mirando a surdez sob o olhar da diferença, os Estudos Surdos contrapõem-se à visão da surdez como deficiência, como doença ou suplício, do surdo como um ser que vivencia a experiência da falta de ouvir, um doente ou deficiente, um “coitadinho”. Os Estudos Surdos adotam o modelo linguístico-cultural da surdez, cuja asserção, como vimos, é a de que não é a falta ou deficiência que define os surdos e sim as diferenças culturais e linguísticas. Nesse modelo a definição da surdez é perpassada pelo fator identitário de ser surdo, por perspectivas ideológicas pautadas em vivenciar a experiência surda como diferença cultural e não meramente pela condição física de limitação e/ou ausência da audição.

Para explanarmos mais essa discussão sobre a surdez como diferença e do surdo como diferente do modelo cultural-linguístico da surdez adotado pelos Estudos Surdos, observemos a autonarrativa de vida do ator surdo Nelson Pimenta presente nos Anais do IV Seminário nacional do INES (2001), na seção destinada à exposição da oficina (Oficina-Palestra de Cultura e Diversidade) por ele ministrada no evento:

Eu me chamo Nelson Pimenta e nasci em Brasília, no dia 6 de setembro de 1963. Mudei-me com a família para o Rio de Janeiro em 1976. Fui o primeiro ator surdo a se profissionalizar no Brasil, estudei no NTD (National Theatre of the Deaf) de Nova Iorque, sou pesquisador de Língua de Sinais e já atuei como instrutor de teatro e de Língua de Sinais Brasileira em diversas instituições de ensino, entre elas o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) e a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos). [...]

Eu sou surdo e sou feliz. Minha trajetória de sucesso começou na família, com a absoluta *aceitação da diversidade da minha natureza*, principalmente por parte de minha mãe, que desde a descoberta da surdez teve a intuição de que o mais importante em sua relação comigo seria termos uma comunicação satisfatória, *partindo do princípio de que ela deveria se adequar à forma de comunicação mais fácil e natural para mim, e não o contrário*. Logo descobriu que essa forma era com os sinais e *adotou a língua de sinais* em nossa casa. Por causa disso, cresci acreditando que a comunicação do mundo era dessa forma, através dos sinais, e, portanto, nunca cogitei que eu pudesse ser diferente. *Meu referencial nunca foi a audição e sim a surdez*, o que contribuiu, definitivamente, para a *construção da minha identidade como um indivíduo com elevada auto-estima e autoconfiança*, ao contrário de outras crianças que às quais são impostos modelos de comportamento e comunicação adequados a quem tem audição e, com isso, passam a ter os ouvintes como referência. Invariavelmente, essas crianças crescem com baixa auto-estima, acreditando serem deficientes por não conseguirem a mesma performance que os ouvintes na fala e na escrita. Mais tarde descobri que eu *sou, de fato, diferente da maioria*, e minha luta começou no sentido de que a *surdez* seja reconhecida como apenas mais um aspecto das infinitas possibilidades da *diversidade humana*. *Ser surdo não é melhor ou pior do que ser ouvinte, é apenas diferente. E ser surdo é diferente de ser deficiente auditivo*. Se um de vocês aqui presentes, que ouve e que, por isso, tem a cultura da audição, ou seja, se comunica através da fala, gosta de música e do barulho do mar etc, perder a audição, certamente será um deficiente auditivo, pois estará com um déficit, uma vez que perdeu algo que já teve um dia. Mas *eu nasci surdo e, como só se perde aquilo que se tem, nunca perdi a audição, pois nunca a tive. Eu tenho o direito de viver assim, e o mundo tem o dever de aceitar minha diferença*.

Sou surdo e sou feliz. (PIMENTA, 2001, p. 24)

O primeiro aspecto a ser observado nessa curta autobiografia de Nelson Pimenta é a contraposição da imagem da surdez como deficiência, como falta que orienta o discurso médico, o que podemos perceber, por exemplo, no fragmento: “Ser surdo é diferente de ser deficiente auditivo”; “Eu nasci surdo e, como só se perde aquilo que se tem, nunca perdi a audição, pois nunca a tive.” (PIMENTA, 2001, p. 24). A imagem da surdez como deficiência e do surdo como deficiente, a quem “falta” um dos sentidos, um indivíduo com um *déficit*, é contraposta pelo argumento de que ao surdo não lhe falta ouvir, visto que não se pode sentir

falta do que nunca se teve. Se não houve a experiência de ouvir, o indivíduo não se considera “lesado” de um dos sentidos, com perdas auditivas, deficiente do ato de ouvir, como alguém a quem falta a “normalidade” da audição. Isso porque, de acordo com os discursos da surdez como diferença, ouvir não faz parte de sua forma de experienciar o mundo como surdo.

Vale ressaltar que, além da experiência visual e da questão linguística (identificação com a língua de sinais como primeira língua), notamos pelos dizeres presentes em narrativas autobiográficas que a inscrição do sujeito surdo em discursos da surdez como diferença e do surdo como diferente perpassa também seu adentrar em discursos de aceitação da condição de surdez. Estes discursos, que, por sua vez, fazem parte de dizem respeito a certas condições de produção relativas à lugares sociais e práticas sociais – como inclusão social, interações familiares, contato com a comunidades surda etc - que propiciam essas imagens positivas de ser surdo para esse sujeito.

Segundo os autores surdos americanos Carol Padden e Tom Humphries (1998), tradicionalmente a condição (audiológica) do surdo, ou seja, o fato de ele não ouvir, tem sido o ponto central nos escritos sobre as pessoas surdas. Nesse ponto, acaba-se interpretando o surdo conforme a ideologia patológica da surdez, da deficiência. O resultado disso são descrições de pormenores da “deficiência auditiva” e a classificação dos surdos em termos de graus de “deficiência”, que terminam por interferir na interpretação das vivências sociais e culturais dos surdos e impondo ao surdo tratamentos para ouvir e falar como um ouvinte.

Contraopondo-se a isso, os autores Padden e Humphries (1998) propõem uma mudança de foco na escrita sobre a surdez, ao invés da fixação na condição de não ouvir, o foco nos estudos da surdez passaria a ser na forma de viver dos surdos, suas artes e performances, suas conversas cotidianas, seus mitos e lições compartilhados entre si. “Nós sempre sentimos que a atenção dada à condição física de não ouvir obscureceu facetas muito mais interessantes da vida das pessoas Surdas.” (PADDEN; HUMPHRIES, 1988, n. p. - tradução nossa).

Em suma, para Padden e Humphries (1998), a abordagem da surdez deveria partir não da noção de perda auditiva e sim da noção de cultura, direcionando o olhar não necessariamente as características físicas das pessoas, mas em sua vida cultural. Há um conjunto de conhecimentos de si mesmos que os surdos acumularam em face às (más) interpretações da sociedade sobre eles, envolvendo rituais, narrativas, piadas, performances e encontros sociais cotidianos. Para os autores, a língua de sinais tem um papel crucial nesse aspecto cultural, por proporcionar aos surdos possibilidades de “discernimento, invenção e ironia”, ampliando suas experiências e vivências culturais.

Quando vista sob a perspectiva da diferença, a surdez passa a mobilizar outros sentidos, cujo cerne está na “diferença” cultural-identitária de ser surdo, de vivenciar experiências de modo “diferente” dos ouvintes. Nessa visão a referência de “normalidade” deixa de ser a audição, o ouvinte e passa a ser o próprio ser surdo, ser diferente devido ao modo de experienciar a surdez culturalmente e linguisticamente. Nas palavras de Nelson Pimenta, “*Meu referencial nunca foi a audição e sim a surdez [...]*” (2001, p. 24, grifo nosso).

Corroborando a perspectiva de Padden e Humphries (1998), Maura Corcini Lopes (2011), pesquisadora da área de surdez e educação da UFRGS, afirma que propor um olhar à surdez de outro lugar distinto do da deficiência não é negar a falta de audição do corpo surdo, mas sim deslocar o foco para o que os surdos dizem sobre si em face de sua luta para poder se verem e serem visto não mais como sujeitos com surdez e sim como sujeitos surdos, pertencentes à cultura surda. Essa diferença de olhar possibilita pensar a surdez como “um marcador cultural primordial” nos estudos acerca dos sujeitos surdos. (LOPES, 2011, p. 09)

Quero dizer que entender a surdez como um traço cultural não significa retirá-la do corpo, negando seu caráter natural; nem mesmo significa o cultivo de uma condição primeira de não ouvir. Significa aqui pensar dentro de um campo em que sentidos são construídos em um coletivo que se mantém por aquilo que inscreve sobre a superfície de um corpo. (LOPES, 2011, p. 16)

A surdez quando pautada no viés cultural e político, passa a ser compreendida como um “marcador cultural primordial” ou uma condição primeira que distingue uns em relação a outros. (LOPES, 2011). Essa distinção se apoia não mais em critérios de normalidade/anormalidade e deficiência auditiva pregado por uma maioria, e sim nos critérios construídos nas comunidades surdas<sup>19</sup> e nos critérios políticos de movimentos de luta surda pelo reconhecimento linguístico-cultural dos surdos.

Dessa forma, as vivências de surdos como Pimenta pautados no modelo cultural-linguístico da surdez são marcadas não pela ausência de ouvir, na deficiência auditiva, mas sim pela diferença da experiência de vivenciar o mundo como surdo. Uma diferença pautada na acentuada experiência visual, a tal ponto que permeia até mesmo a modalidade linguística, a

---

<sup>19</sup> Para Baker e Padden (1978, p. 04 apud LADD, 2003), a comunidade surda é composta por surdos e pessoas com dificuldades de audição que partilham a língua de sinais, apresentam experiências (surdas) similares e agregam valores e lutas em comum. Para esses autores, o sentimento de algo como tornar-se surdo (“attitudinal deafness”) é o que faz com que alguém sinta-se como parte dessa comunidade e seja aceito pelo grupo.

língua de sinais, utilizada pelo surdo imerso nesse modelo cultural-linguístico. Isso porque a língua de sinais configura-se por sua modalidade visual-espacial, em contraposição à outra modalidade linguística, a oral-auditiva, em que se enquadram línguas como o português, inglês etc<sup>20</sup>.

## 1.2. DISCURSOS SOBRE IDENTIDADE E DIFERENÇA SURDAS

Como vimos no tópico anterior, no modelo cultural-linguístico da surdez são as diferenças e não as deficiências que marcariam os surdos, delineando os modos de viver do surdo enquanto pessoas diferentes culturalmente e linguisticamente, que autores como Paddy (2003) e Padden e Humphries (1998) denominam *Deaf Way* ou *World Deaf*.

Seguir o *Deaf Way* (caminho surdo) e vivenciar o *World Deaf* (mundo surdo) distingue surdos de Surdos (ou SURDOS), segundo a perspectiva de Padden e Humphries (1988) de que há surdos e Surdos. Ser surdo (em minúsculo) refere-se à condição física ou audiológica de não ouvir. Ser Surdo (com inicial em maiúscula) diz respeito ao pertencimento cultural e linguístico, a se sentir surdo no sentido de estar imerso em identidade surda, integrando uma comunidade surda. “SURDO é um meio de identificar o grupo e a conexão com ele e "surdo" é um meio de comentar sobre a incapacidade de falar e ouvir.” (PADDEN; HUMPHRIES, 1988, n. p., tradução nossa)

Para Padden e Humphries (1988), não é o fato de não ouvir que determina a identidade do grupo, da comunidade surda. Isso porque, apesar de o termo “surdo” figurar como um “rótulo oficial” do grupo para si, é imprescindível considerar a variedade de situações de surdez que o termo abrange: desde a pessoa com grau leve de perda auditiva (com surdez “progressiva” pela idade avançada, por exemplo) até o profundamente surdo (que pode ser de nascença).

Como afirma Stobrel (2013), não é o grau de surdez que diferencia um surdo de outro entre o povo surdo<sup>21</sup>, entre esse povo importa mesmo é o pertencimento ao grupo marcado pelo uso da língua de sinais e a imersão na cultura surda, traços relevantes na definição de suas identidades surdas. Para essa autora,

---

<sup>20</sup> Sobre as línguas de sinais, deixamos para discutir mais no capítulo 2.

<sup>21</sup> Stobrel (2009a) utiliza o termo povo surdo para se referir aos membros surdos da comunidade surda, visto que a autora explica que o termo comunidade surda pode abranger não apenas os membros surdos, mas também estender-se aos codas (filhos ouvintes de pais surdos), cônjuges de surdos etc.



Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2009a, p. 29).

A imersão do surdo na cultura surda apresenta-se como determinante para distinguir surdos de Surdos na perspectiva dos Estudos Surdos, isto é, surdos imersos na cultura surda, utentes de língua de sinais e que se identificam com identidade(s) surda (s). Segundo Padden e Humphries (1988), cabe dizer que há pessoas surdas e Surdas, sendo surdas como condição física de surdez e Surdas como pertencimento à cultura surda; sentir-se surdo em uma perspectiva identitária.

As pessoas Surdas são Surdas e surdas, e suas discussões, até mesmo argumentos, sobre questões de identidade mostram que essas duas categorias são frequentemente inter-relacionadas de maneiras complexas. (PADDEN; HUMPHRIES, 1988, s/p, tradução nossa).

Mas como poderia uma pessoa surda tornar-se Surda? Essa pergunta marca o que Laddy denomina de “Deaf Ressurgence”, um despertar contemporâneo, surgido a partir de 1975 (após quase um século de predominância de práticas oralistas ortogadas pelo congresso de Milão, em 1980) para a valorização da cultura surda e língua de sinais.

É a partir dessa questão, ou melhor, é a partir do conjunto de fatores que envolve o ser Surdo, do movimento de pertença surda que envolve o sentir-se surdo e estar em integração com a cultura surda, que o autor Padd Laddy (2003) propõe o conceito de Surdidade (Deafhood).

Surdidade é um termo cunhado pelo próprio Paddy Ladd em 1990 que se refere ao processo em que os indivíduos surdos constroem sua identidade surda, considerando essa construção identitária como dependente de diferentes “conjuntos de princípios e prioridades” que são afetados por fatores como gênero, etnia, nacionalidade etc. Surdidade não é um conceito que demanda um estado estático como “surdez”, mas sim um processo, uma construção, um movimento: o que os surdos nomeiam de a luta para se explicar a si mesmos e uns aos outros a própria existência no mundo. Surdidade mobiliza um sentimento de ser surdo, de sentir-se surdo, experienciar a surdez como cultura e identidade, tanto no âmbito individual quanto do grupo. (LADD, 2003).

Ao compartilhar suas vidas um com o outro, como uma comunidade, e decretar essas explicações ao invés de escrever livros sobre eles, as pessoas surdas estão envolvidos em uma práxis diária, um contínuo diálogo interno e externo. Este diálogo não só reconhece que ser uma pessoa surda é realmente passar por um processo de tornar-se “Surdo”, mas também reflete diferentes interpretações da Surdidade, do que ser uma pessoa surda em uma comunidade surda poderia significar. (LADD, 2003, p. 19 - tradução nossa).

Ressaltamos que a noção de identidade adotada pelos Estudos Surdos envolve considerar a relação entre identidade e diferença na constituição de uma dada identidade, pregada por autores dos Estudos Culturais como Stuart Hall (2004, 2011, 2016 [2013]), Tomaz Silva (2011) e Kathryn Woodward (2011). Nessa noção de identidade pautada na diferença, as identidades surdas são construídas em relação (ou contraposição) a práticas identitárias “ouvintistas”, como veremos no decorrer desta seção.

Para compreendermos essas concepções sobre identidade, iniciemos com o conceito de identidade da área dos Estudos Culturais apresentado no texto *Quem precisa de identidade?* por Stuart Hall:

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (HALL, 1995 apud HALL, 2011, p. 112)

Hall (2011) recorre aos estudos de Foucault sobre formações discursivas para investigar assuntos identitários e posições-de-sujeito em práticas discursivas. Hall associa identidade a uma identificação, ainda que temporária, do sujeito em uma formação discursiva, ou seja, a posição assumida pelo sujeito nas práticas de discurso, conforme podemos observar na citação abaixo:

Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar

do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que nelas são investidos. (HALL, 2011, p. 112)

Como as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, segundo Hall (2011), logo é necessário investigá-las considerando como produzidas em determinado local, no interior de certa formação discursiva, devido a estratégias e iniciativas específicas.

Vale lembrar que, para Hall (2004, 2011, 2016 [2013]), as identidades são marcadas pela diferença, não devem ser pensada de forma essencialista, como “uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, interiça, sem diferenciação interna” (HALL, 2011, p. 110), mas sim como pertencentes simbólicos de jogos do poder.

Hall (2004) aborda as identidades na contemporaneidade como não essencialistas por estarem vinculadas ao sujeito pós-moderno. Na visão desse autor, diferentemente dos outros sujeitos construídos em período anteriores na história – o sujeito do iluminismo e o sujeito sociológico -, o sujeito pós-moderno apresenta-se como sujeito fragmentado, descentrado, capaz de assumir identidades múltiplas. Assim, essas identidades podem se sobrepor em um mesmo sujeito, de modo heterogêneo.

Acerca da discussão sobre a “diferença” na relação cultural e identitária, Hall (2016 [2013]) afirma que nas últimas décadas essa questão se tornou acentuada nos Estudos Culturais, sendo abordada de modos diferentes e por distintas disciplinas. O autor discorre acerca de quatro abordagens teóricas sobre a “diferença”, considerando em cada uma delas os aspectos positivos e os traços mais negativos que juntos, segundo esse autor, tornam a “diferença” tão perigosa e necessária para se discutir cultura e identidade.

A primeira abordagem teórica sobre a “diferença” é a da linguística, pautada nos estudos de Fernand de Saussure e no uso da linguagem para o funcionamento da cultura. O argumento central é o de que “[...] a *“diferença” é importante porque é essencial ao significado; sem ela, o significado não poderia existir.*” (HALL, 2016 [2013], p. 153, grifo do autor). O significado é tomado como relacional, ou seja, dependente da relação entre pares opostos, como ouvinte/surdo. Nesse sentido, o significado de “surdo”, por exemplo, não poderia ser percebido por alguma essência da surdez, mas sim pelo contraste com seu oposto, o “ouvinte”, isto é, a portadora da diferença<sup>22</sup>. É a “diferença” entre ouvinte/surdo que mobiliza o significado tanto de um quanto de outro. O processo de significação estaria pautado na diferença, dependeria da

---

<sup>22</sup> Saussure (2006) utiliza o exemplo do par oposto preto/branco, argumentando que as pessoas atribuem significado a “preto” não a partir de alguma essência de “negritude”, mas sim contrastando com seu oposto “branco”.

diferença entre opostos. Esse pensamento, para Hall (2016 [2013]), precisa ser tratado com ponderação, visto que “[...] embora as oposições binárias – [...] – possam grande valor por conseguirem captar a diversidade do mundo entre extremos, elas são uma forma um tanto bruta e reducionista no estabelecimento de significados.” (HALL, 2016 [2013], p. 154). Nessa perspectiva, entre surdo e ouvinte há um *continuum* que deve ser considerado, que inclui surdo oralista, surdo sinalizante, ouvinte com leve diminuição auditiva (deficiente auditivo leve) etc, assim como entre preto e branco há vários tons de cinza (quicá mais de cinquenta tons de cinza, mais claros e mais escuros).

O segundo tipo de abordagem da diferença também é da área da linguística, ela pauta-se nos estudos de Mikhail Bakhtin. “*O argumento aqui é que precisamos da ‘diferença’ porque somente podemos construir significado através de um diálogo com o ‘Outro’.*” (HALL, 2016 [2013], p. 155, grifo do autor). O significado não pertence a um falante de forma isolada. O significado é estabelecido por meio do diálogo, na troca entre diferentes interlocutores. “Tudo o que dizemos e significamos é modificado pela interação e pela troca com o outro. O significado surge através da ‘diferença’ entre os participantes de qualquer diálogo. O ‘Outro’, em suma, é essencial para o significado.” (HALL, 2016 [2013], p. 155). O autor considera relevante essa abordagem, porém também pondera que há um aspecto negativo a se considerar, visto que nessa perspectiva “não há como fixar o significado, e além disso, ele não pode ser governado completamente por um grupo” (HALL, (2016 [2013], p. 155). Um exemplo disso é que, nessa abordagem, o significado de surdo implicaria no diálogo entre surdos (oralizados e sinalizantes - de diferentes comunidades surdas nacionais e internacionais -, origens étnicas e sociais distintas, gêneros distintos etc.) e ouvintes (de diferentes culturas, etnias, profissões etc.). O significado de surdez pelo diálogo não poderia ser fixado, certamente seria bem móvel e fluido quanto à diversidade dos interlocutores, às diferenças entre eles.

A terceira abordagem sobre a diferença é de cunho antropológico, sendo que estudos de teóricos como Mary Douglas, Émile Furkheim, Claude Lévi-Strauss, entre outros são utilizados para embasar essa abordagem. “*O argumento aqui é que a cultura depende do significado que damos às coisas, isto é, a atribuição de diferentes posições dentro de um sistema classificatório.*” (HALL, 2016 [2013], p. 156, grifo nosso). Os significados são estabelecidos pelos grupos sociais e estes o fazem ao ordenar e organizar as coisas em sistemas classificatórios, como propõe a antropóloga Mary Douglas. Nos sistemas classificatórios em questão, as oposições binárias assumem papel de destaque tendo em vista a necessidade de, para haver a classificação de algo, estabelecer-se claramente diferença entre as coisas. Nessa abordagem, a marcação da “diferença” é a base da cultura (concebida como uma ordem

simbólica), sendo essencial para o significado cultural. Por meio da “diferença” limites simbólicos são estabelecidos baseados na classificação. O aspecto negativo da “diferença” nessa visão é a existência de coisas que não se encaixam bem nas classes existentes ou que são classificadas na categoria errada, como a noção de mulato como quem nem é branco e nem é negro, e por isso “flutuam ambigualmente em uma zona híbrida, intermediária, instável e perigosa” (STALLYBRASS; WHITE, 1986 apud HALL, 2016 [2013], p. 157). Podemos associar o exemplo do mulato, trazido pelo autor, com o surdo oralizado usuário de IC ou de AAs, que por optar por buscar ouvir, ainda que via recursos tecnológicos, e utilizar uma língua de modalidade oral-auditiva, aproxima-se da categoria de ouvinte dada a modalidade de língua utilizada e o ato de ouvir (mesmo com limitações). Entretanto, sua “audição” limitada e dependente dos recursos tecnológicos servem como argumentos de que ele continue recebendo a classificação de surdo. Pela perspectiva de classificação que Hall (2016 [2013]) problematiza em seu texto, esse surdo viveria em um limbo quanto a sua categoria e seu lugar social, “flutuando” na “zona híbrida” entre surdos e ouvintes, sem se encaixar plenamente nem em uma e nem em outra categoria.

A marcação da “diferença” leva-nos, simbolicamente, a cerrar fileiras, fortalecer a cultura e a estigmatizar e expulsar qualquer coisa que seja definida como impura e anormal. No entanto, paradoxalmente, também faz com que a “diferença” seja poderosa, estranhamente atraente por ser proibida, por ser um tabu que ameaça a ordem cultural. (HALL, 2016 [2013], p. 157)

A quarta abordagem da diferença é oriunda da psicanálise, tendo os estudos de Freud e Lacan como principais referenciais teóricos. “*O argumento aqui é que o “Outro” é fundamental para a constituição do self dos sujeitos e para a identidade sexual.*” (HALL, 2016 [2013], p. 157, grifo do autor). Nessa visão, a “diferença” aparece como a necessária presença do “Outro” para a consolidação da *self* e da identidade sexual do indivíduo. A relação com o “Outro” é marcada a partir da infância pelo chamado Complexo de Édipo e prosseguindo nas etapas seguintes do desenvolvimento do sujeito. “A subjetividade surgirá e a percepção do *self* será formada somente através das relações simbólicas e inconscientes que a criança forja com o “Outro” significantes que está fora de si – ou seja, que é diferente de si.” (HALL, 2016 [2013], p. 159). Esse é o aspecto positivo da “diferença” nessa abordagem, a necessária relação (inconsciente) com o “Outro”, com outros significantes, para a formação de subjetividades. Entretanto, Hall (2016 [2013]) destaca que há ao menos um aspecto negativo a se considerar.

Como, na visão psicanalítica, o *self* ou identidade depende sempre do “Outro” para se constituir, não possuindo, portanto, “[...] um núcleo interno, estável e determinado” (HALL, 2016 [2013], p. 159), logo, o sujeito nunca será completamente unificado, psiquicamente.

Nossa subjetividade é formada por este diálogo problemático, nunca concluído e inconsciente com o “Outro” – com a internalização do “Outro”. É formada em relação a algo que nos completa, mas que – por se encontrar fora de nós -, de certa forma, sempre nos falta. (HALL, 2016 [2013], p. 159).

A relação com o “Outro” pode ser bastante conflituosa. O “Outro” pode ser recusado, rejeitado pelo sujeito, exatamente pela “diferença” que ele representa. Exemplo disso é o que propõe Frantz Fanon (1952 apud HALL, 2016 [2013], p. 159) ao utilizar a teoria psicanalítica para explicar o racismo, mostrando que “[...] a maioria da estereotipagem racial e a violência surgiram a partir da recusa do “Outro” branco em reconhecer “do ponto de vista do outro” a pessoa negra.”.

Essa perspectiva psicanalítica pode trazer uma explicação para a relação entre surdo e ouvinte e vice-versa. Como nessa visão a relação com o “Outro” é o que completa o ser, o que constitui a formação de subjetividades, logo a(s) identidade(s) surda(s), por exemplo, só se constituiriam pela presença do “Outro”, o ouvinte. A recusa do “Outro”, da “diferença”, a negação em reconhecer o ponto de vista do “Outro” - seja este “Outro” representado pelo surdo ou pelo ouvinte - poderia repercutir em práticas discriminatórias, violência, segregação etc.

Como vimos, cada uma dessas abordagens teóricas parte de um nível de análise distinto, contemplando, assim, os níveis linguístico, social, cultural e psíquico. Na visão de Hall (2016 [2013], p. 160), por contemplarem níveis de análise diferentes, essas abordagens não são “mutuamente exclusivas”. Contudo, há dois pontos importantes a se considerar: o primeiro deles é que, oriunda de diferentes disciplinas e orientações teóricas, a discussão sobre “diferença” e “alteridade” tem se destacado significativamente. O segundo ponto é que a “diferença” tanto pode ser positiva quanto negativa, ou seja, tornando-se assim ambivalente. Essa ambivalência da “diferença” ocorre porque:

Por um lado, [a diferença] é necessária para a produção de significados, para a formação de língua e cultura, para as identidades sociais e para a percepção subjetiva de si mesmo como objeto sexuado. Por outro lado, é, ao mesmo

tempo, ameaçadora, um local de perigo, de sentimentos negativos, de divisões, de hostilidade e agressão dirigidas ao “Outro”. (HALL, 2016 [2013], p. 160)

Silva (2011), seguindo os pressupostos teóricos sobre identidade de Hall (2011), destaca a relação da identidade com a diferença e o poder. Para Silva (2011, p. 81), a identidade e a diferença são “o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva”, sendo que ambas sujeitas às relações de poder, são impostas e estão em constante confronto. Silva (2011) destaca que é comum a sociedade pensar em certas identidades como referências para outras. Elas são concebidas como a identidade normal, que supostamente seria o padrão em certa sociedade e de tão “natural” parece até não existir, o que existiriam seriam as outras identidades diferentes em relação a ela. O autor afirma que “as relações de identidade e diferença ordenam-se em oposições binárias [...]” (SILVA, 2011, p. 83). O autor faz referências às concepções do filósofo Derrida sobre diferença e oposições binárias, por exemplo, empregadas em nós/eles, em que um dos termos é o privilegiado, atribuindo-se a ele valor positivo, enquanto com o outro ocorre o oposto disso. Assim, para Silva, “Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam.” (2011, p. 83). Para esse autor onde existe a diferenciação, há uma relação de poder, há marcas da presença do poder, tais como incluir/excluir (pertencer ou não), demarcar fronteiras (eu/outro, nós/eles), classificar (bons/maus, perfeitos/imperfeitos) e normalizar (quem é normal e quem é anormal).

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. [...] A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, neste caso, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder. (SILVA, 2011, p. 82)

Ao discorrer sobre a identidade e diferença, Woodward (In SILVA, 2011, p. 51) mostra que a diferença tanto pode ser construída negativamente, quanto de forma positiva. Quando construída de forma negativa a tendência é a exclusão, marginalização dos “outros”, os “diferentes”. Se construída de forma positiva, tende-se a ser celebrada como enriquecedora,

“fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo”. Essa segunda construção, pode ser exemplificada com frases bastante presentes na contemporaneidade como: “Viva as diferenças”, “Sou feliz em ser surdo”.

Em se tratando da identidade surda na perspectiva da diferença, em seu artigo intitulado *Identidades surdas*, Gladis Perlin (2013, p. 52) assim conceitua: “Entendo o conceito de identidades plurais, múltiplas: que se transformam que não são fixas, imóveis, estáticas ou permanentes que podem, que podem até mesmo ser contraditórias, que não são algo pronto.”

Ao discorrer sobre a construção da identidade surda, Perlin (2004, p. 77-78) declara que:

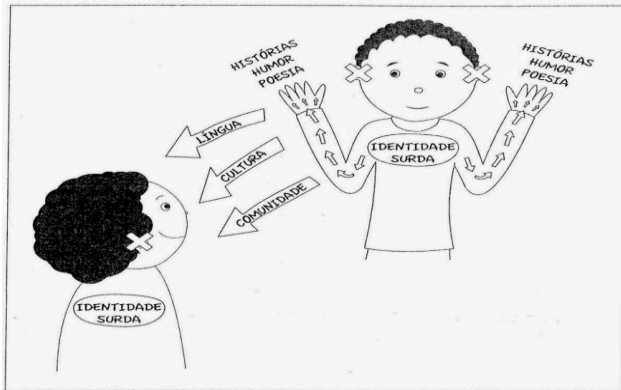
As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com a maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menosvalia social.

Quadros e Schmiedt (2006) aproximam o conceito de identidade cultural ao de culturas surdas, destacando que: “Essas culturas são multifacetadas, mas apresentam características que são específicas em relação às experiências surdas, elas são visuais, elas traduzem-se de forma visual, traduzem-se por meio da língua de sinais.” (p. 14).

Segundo Perlin (2013) e Strobel (2009a), a identidade surda se constrói e se fortalece no encontro do sujeito surdo com seu semelhante também surdo. Além disso, não é a ideia de corpo danificado ou a ideia de ausência – não ouvir – que identifica a “marca surdo”, mas sim a experiência visual e suas consequências culturais e sociais. “*Os surdos são surdos em relação à experiência visual e longe da experiência auditiva*. Essa diferença separa a identidade surda e a identidade ouvinte [...]”. (PERLIN, 2013, p. 54, grifo nosso).

Vejamos no quadro abaixo de Morgado (2011, p. 14) como a identidade surda é construída e fortalecida pelo contato entre surdos, segundo a visão da teoria dos Estudos Surdos:





Nesse quadro de Morgado (2011) observamos a ênfase de que nos Estudos Surdos a identidade surda é resultante da relação do surdo com a língua de sinais, cultura surda e com a comunidade surda. Considera-se que o contato entre um surdo – no caso, um Surdo (indivíduo com identificação latente com os ideais da comunidade surda e utente de uma língua de sinais) – com outro surdo – sem vínculo anterior com a comunidade surda e/ou fluência na língua de sinais – proporcionaria ao novato uma inserção nas práticas que orientam o despertar de identidades pautada na surdez. Na imagem vemos o X nos ouvidos dos personagens indicando a surdez de ambos. Pelas setas nas mãos inferimos que o conhecimento que está sendo “compartilhado” de um surdo para outro – sobre identidade surda, comunidade surda, cultura surda e literatura surda – dá-se por intermédio de uma língua de sinais.

Partindo dessa visão, Perlin (2013, p. 56) considera que “O surdo tem diferença e, não, deficiência”, e essa diferença é marcada pelo confronto com a identidade ouvinte, ou ouvintismo, como propõe a autora, fortalecida pelo encontro com o outro surdo. O ouvintismo, segundo Carlos Skliar (2013, p. 15), corresponde a “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte.”

Emiliana Rosa (2012), corroborando com Ladd (2013) que se deve entender que existem múltiplas identidades surdas, não uma única identidade, considerando que elas decorrem de trocas sociais e escolhas dos indivíduos surdos.

É preciso lembrar que a identidade muda de sujeito para sujeito, e de momento para momento, ela não é fixa. Não há um modelo para a identidade do sujeito surdo; a identidade sofrerá modificações de surdo para surdo em vista de suas representações históricas, sociais e visuais. Assim como dependendo do momento o surdo pode identificar-se com um, com outro ou com diversos grupos simultaneamente. (ROSA, 2012, p. 23)

Rosa (2012) também ressalta que as identidades surdas são construídas e fortalecidas a partir do outro, do encontro surdo-surdo, assim ocorre o que a autora denomina transição de identidade. “A transição da identidade vai acontecer no encontro com o semelhante, onde novos ambientes discursivos estão organizados pela presença social dos surdos culturais.” (ROSA, 2012, p. 22). Assim, na perspectiva dessa autora, “É o semelhante, as mesmas aptidões e necessidades, é o ‘espelho’, o estímulo, que levará o surdo a se descobrir enquanto ser surdo.” (ROSA, 2012, p. 22).

Para Rosa (2012) um grande número de surdos “caminha nos dois mundos” – o do surdo e o do ouvinte – por serem de famílias ouvintes e também tem contato com a comunidade surda. “O surdo vivente nas duas culturas tenta conciliar duas línguas, dois mundos. Ora ele age segundo a cultura surda, ora como a cultura ouvinte. É uma identidade a ser fortalecida visto que este sujeito surdo tem consciência da cultura e se posiciona no contexto que presencia”. (ROSA, 2012, p. 23)

Rosa (2012), partindo dos estudos de Perlin (2013), propõe que as identidades surdas podem ser analisadas como: identidade negada, identidade a ser descoberta e identidade fortalecida. Essa divisão, segundo a autora, contempla as fases mais visíveis no cotidiano do surdo. A identidade negada corresponde ao fato do surdo negar sua identidade devido à influência da sociedade ouvinte e de relações de poder. “Alguns surdos negam sua identidade por ser vítima do preconceito, do ouvintismo, da falta de informação, do domínio do outro e da estigmatização dada pela sociedade.” (ROSA, 2012, p. 24). A identidade a ser descoberta é decorrente dos primeiros contatos do surdo com a cultura surda, quando ele se depara com outras ideias sobre si, sobre ser surdo, diferentes de concepções ouvintistas. Para Rosa (2012), “é uma identidade que não está presente no sujeito surdo, mas que ele tem consciência de que existe e move-se pela conquista de tal identidade.”. (p. 26). É uma identidade marcada pela transição - entre a cultura ouvintista e a cultura surda – tende a ser constituída passo a passo pelos surdos. Por fim, a identidade fortalecida corresponde ao fortalecimento do sujeito como surdo; o aceitar-se, associar-se ao outro surdo, e lutar pela causa surda, visando melhorias sociais, culturais entre outras para seu grupo.

Vale ressaltar que a visão da surdez como traço identitário e o surdo como tendo diferença cultural é problematizada mesmo entre autores dos Estudos Surdos, como Ladd (2003) e Padden e Humphries (1998). Isso porque a adoção radical dessa visão pode apresentar caráter reducionista a aspectos tão complexos e diversos como são identidade e cultura. Um surdo não é só surdo. Um surdo pode ser negro, mulher, brasileiro... E essas multidimensões identitárias devem ser consideradas quando lidamos com sujeitos fragmentados,

multifacetados, pós-modernos, como defende Hall (2004). Não é que a surdez não possa ser um traço de identidade, mas não deve ser pensado como único marcador identitário, se pensado no âmbito do multiculturalismo e pós-modernismo dos Estudos Culturais.

Ainda que para muitos surdos, a surdez seja o maior traço de identidade, isso não deve ser tomado como regra. Exemplo disso é citado por Ladd (2003), ao se referir a uma pesquisa feita com surdos negros americanos em que se observou uma identificação maior deles com as pessoas negras e os movimentos negros do que com os grupos de surdos de sua região.

Os discursos sobre a surdez situados no âmbito da diferença implicam em um outro olhar da sociedade sobre a própria surdez e sobre o surdo. Se no modelo clínico, a surdez é uma doença a ser evitada, tratada, combatida, no modelo cultural-linguístico da surdez, ela passa a condição de diferença e os surdos como diferentes, pertencentes a uma minoria cultural e linguística. Na condição de minoria, os surdos equiparam-se aos membros das demais minorias como negros, índios, mulheres etc. e, como tal, luta para ser respeitado e ter direitos garantidos enquanto minoria na sociedade – direito à língua, à educação, à acessibilidade, à igualdade social, à preservação de bens culturais etc. Como afirmou Bueno:

Se ela [a surdez] passa a ser considerada como uma mera diferença, qualquer ação contra a sua incidência deverá ser combatida, se quisermos manter a postura coerentemente democrática. Se, de outra forma, concordarmos com formas para sua prevenção ou erradicação, apesar de qualquer discurso, ela será considerada como mal a ser evitado. (BUENO, 1998, p. 6)

Logo, o surdo ser considerado diferente cultural e linguisticamente é uma das formas de buscar ser incluído na sociedade, uma vez que, na contemporaneidade, não é considerado politicamente correto o cidadão opor-se às minorias no que tange ao respeito e aceitação/inclusão social delas.

A noção da surdez como diferença, da existência de cultura e identidades surdas, traz uma outra pauta: normalizar o surdo pela diferença. Se no modelo clínico a normalização do surdo decorria pelo ouvir e oralizar, no modelo cultural-linguístico é a diferença marcada pela cultura surda e pela língua de sinais que caracteriza a normalização do surdo ao incluí-lo entre as minorias. (SANTANA, 2007)

Para Santana (2007), normalizar a surdez pela diferença implica também buscar meios para autorizar essa norma socialmente:

À medida que se luta pelo estabelecimento de norma para a diferença, luta-se também para autorizá-la. Lutar pela diferença implica lutar pela normalidade e pela dificuldade de fazer-se “normal” diante da impossibilidade de ouvir. Quando, por exemplo, se afirma que o surdo é diferente, é necessário que sejam feitas comparações com os ouvintes – os ditos “normais”, ou melhor, não diferentes. O simples fato de categorizar determinados grupos como diferentes ou iguais sugere que se tenha feito uma comparação prévia, na qual alguns valores foram verificados. No caso da surdez, a fala, a audição, o pensamento e a inteligência são questões levantadas quando dizemos: “Fulano é surdo”. Há além disso, mecanismos sociais que são acionados para autorizar determinado tipo de interpretação. Assim, há mais coisas em jogo. (SANTANA, 2007, p. 34-35)

Santana (2007) acrescenta que essa autorização da norma pela diferença é dada não somente pelo discurso acadêmico – em que, pelo que sabemos, abundam os discursos sobre a surdez como diferença e do surdo como diferente, sobretudo nas áreas da Linguística e Educação -, mas também pela interpretação do conceito de surdez feita pelos surdos.

Nesta seção do capítulo 1, discutimos acerca da surdez e do surdo por meio dos dizeres de autores que abrangem a temática partindo de diferentes perspectivas teóricas (dos Estudos Culturais, dos Estudos Surdos, da área de linguagem etc., mas que, como vimos, mobilizam nesses dizeres discursos acerca de identidade e diferença e/ou da surdez vista na perspectiva cultural-linguística, cujas imagens da surdez a associam à diferença e, conseqüentemente, também o surdo ao diferente.

Vimos que para autores como Lopes (2011), na perspectiva cultural-linguística, as imagens sobre a surdez a caracterizam como “um primeiro traço de identidade”, uma materialidade de cunho cultural (sob o viés da diferença) e não meramente uma materialidade de cunho patológico (no âmbito da deficiência), como aparecem nos discursos medicalizantes, de modo a permitir a mobilização de outros discursos sobre a surdez, propiciando a ressignificação da surdez e do sujeito surdo, reinventando a surdez<sup>23</sup>.

Ao que parece no modelo cultural-linguístico da surdez, explorar a cultura surda (e seus desdobramentos, como as identidades surdas), implica (re)pensar os significados de ser surdo a partir da noção de surdez como diferença que abrange aspectos culturais – a imersão do surdo na cultura surda, na identificação com identidades surdas – e linguísticos – no uso da modalidade visual-espacial, da língua de sinais. Implica estudar a cultura surda no seu interior para buscar descobrir como os surdos se descrevem, como pensam e interpretam sobre suas

---

<sup>23</sup> Pertencente ao mesmo grupo de pesquisa de Skliar na UFRGS, autora Maura Corrcini Lopes (2011) defende a posição deste autor de que a surdez é uma invenção....

vivências como surdos, “com que tipo de símbolos eles se cercam” (PADDEN; HUMPHRIES, 1988).

A surdez, sendo uma materialidade inscrita no corpo, é suscetível de interpretação pelos sujeitos, sejam sujeitos que trazem essa materialidade em si mesmos ou que a interpretam no outro. As interpretações sobre a surdez perpassam efeitos de sentidos sobre a surdez e, por extensão, a experiência de vivenciá-la no corpo. Essas interpretações são pautadas em imagens da surdez, fruto de como as ideologias afetam os sujeitos. Por outro lado, essas mesmas interpretações também produzem e reproduzem imagens, em um fluxo contínuo perpetuado no e pelo discurso. Assim, as imagens sobre a surdez tanto o modelo cultural linguístico da surdez, quanto o modelo clínico ou patológico da surdez, estão inevitavelmente imergidas em ideologias que as constituem, delineando-as e delimitando-as no discurso.

### 1.3 O “SURDO” DE SUJEITO SURDO COMO CONDIÇÃO DO SUJEITO E COMO POSIÇÃO DISCURSIVA

Nas seções anteriores discutimos acerca dos discursos sobre a surdez e o surdo vinculados a duas formações discursivas, que por sua vez vinculam –se a dois modelos da surdez: o modelo clínico e o modelo cultural-linguístico. Contudo não descartamos a coexistência de outros discursos pertencentes a outras formações discursivas.

Os discursos são múltiplos, ampliando e diversificando os sentidos acerca da surdez e do surdo, o que não se pode negar é que há algo em comum em todos eles, a saber, a surdez presente no corpo surdo, ou em outras palavras, a surdez como materialidade presente no corpo. Nas palavras de Maura Corcini Lopes (2011, p. 15),

Diferentes discursos criam distintos significados para a surdez, porém nenhum deles pode negar a materialidade presente no corpo. Diante dessa existência (digamos) “natural” da surdez, há sentidos sendo criados a partir de modos particulares de vivenciar a questão.

Para a autora a surdez é uma materialidade inscrita no corpo, mas cujos sentidos na sociedade transcende-o, de modo a abranger não apenas a condição física da surdez, mas

especialmente a “construção do olhar sobre aquele que não ouve” (LOPES, 2011, p. 07). Nesse sentido, ela afirma que a surdez é uma grande invenção, pois, ultrapassando a materialidade do corpo, é construída culturalmente dentro de diferentes narrativas no interior dos diferentes campos discursivos. “Afirmar que a surdez é uma invenção é dizer que, sobre um corpo surdo, se inscrevem saberes que me permitem significar o sujeito surdo dentro do contexto social, cultural e comunicativo em que ele está inserido.” (LOPES, 2011, p. 16). Na visão da autora, as narrativas construídas culturalmente sobre a surdez são associadas e produzidas no interior de campos discursivos, tais como linguísticos, clínicos, jurídicos etc, sendo forjadas a partir de conhecimentos e interpretações acerca da materialidade do corpo surdo, da distinção entre o que somos e o que o outro é.

A surdez é entendida como uma invenção quando a vemos como traço/marca sobre o qual a diferença se estabelece produzindo parte de uma identidade; quando ela é que mobiliza a formação de políticas de acessibilidade; quando ela começa a circular em diferentes grupos como uma bandeira de luta pelo reconhecimento daquele que se aproxima, antes de qualquer outra razão, porque compartilha de uma experiência comum (ser surdo). (LOPES, 2011, p. 18)

Corroborando a visão de Lopes (2011), percebemos a surdez como materialidade inscrita no corpo, uma condição física (audiológica) impressa na carne, passiva de significação, abrangendo (efeitos de) sentidos múltiplos. Sobre os sentidos acerca da surdez, por nos pautarmos na Análise do Discurso, entendemos que eles, ou melhor, os efeitos de sentidos são resultados da materialização da ideologia. Assim, os (efeitos de) sentidos sobre a surdez e o surdo compõem formações ideológicas e por conseguinte atuam sobre formações discursivas distintas, que por sua vez estão imbricadas em distintas condições de produção, conforme já demonstramos nos tópicos anteriores deste capítulo.

Ser sujeito surdo implica constituir-se no discurso enquanto sujeito “adjetivado”. Um sujeito que se constitui no discurso acentuadamente interpelado pela surdez, ou seja, pelo viés de sua condição de surdo, de sentir-se e perceber-se surdo. Situado no lugar social<sup>24</sup> de surdo, o sujeito se posiciona no discurso como sujeito-surdo.

---

<sup>24</sup> No decorrer deste tópico (1.3), discutimos acerca do conceito de lugar social segundo a AD pecheutiana.

Obviamente esse sujeito não é só surdo, ou seja, não é apenas a surdez que constitui esse sujeito – pode ser um sujeito mulher, homem, professor, universitário etc. – contudo, em dados discursos, em especial histórias de vida e superação, é a presença da surdez no sujeito que destaca-se, produzindo marcas discursivas de posições discursivas de um sujeito cuja condição de surdez é ideologicamente determinante em sua identificação identitária. Para melhor compreendermos esse ponto, vejamos um fragmento da obra autobiográfica intitulada *Pérolas da minha surdez* da autora surda Nuccia de Cicco (2016, p. 53-54):

Mas, história de vida é algo que não se pode classificar. Definir todo mundo de um jeito único é metaforicamente igual a jogar açúcar, cocaína e farinha de trigo em um mesmo pacote e chamar de pó branco. Eu prefiro ver esta questão assim: antes de sermos surdos ou Surdos ou DA, somos humanos. E daí que é oralizado ou usa sinais? E daí que a surdez é moderada ou profunda, uni ou bilateral? Dane-se que a audição sumiu por rompimento de tímpano, por tumor ou por doença desconhecida. Eu sou um indivíduo com expectativas, ciúmes, gostos, desejos, fobias, profissões, hobbies, religião. Sou única nesse mundo, mesmo tendo características semelhantes a alguém. *A ausência de som não é tudo o que vejo de mim.* A resposta para a segunda pergunta mais difícil da minha nova percepção de vida é óbvia e um tanto complexa. *Se quiser me classificar, prefiro ser chamada de surda. Não gosto do termo deficiente, pois me faz parecer incapaz. Eu sou uma porrada de coisas, menos incapaz.* Pode me chamar de surda oralizada, porque falo e escrevo em português, preferencialmente. Mas, em verdade, seria surda bilíngue, já que aprendi a Libras. No entanto, estou mais para surda poliglota, uma vez que, além de português e Libras, também sei inglês (preciso melhorar) e italiano (arranho). Sem contar o regionalismo carioca, praticamente uma língua à parte. Se levarmos em conta todos os sistemas de classificação apresentados, sou deficiente auditiva surda profunda bilateral de caráter sensório-neural poliglota de identidade híbrida! Não me perguntem em que usaria esta classificação... Rótulos são problemáticos, exclusivos, classificadores e não ajudam em nada, a não ser a uma pequena parcela de profissionais e às estatísticas governamentais. Então, por que, raio, eu preciso me definir de qualquer jeito? *Eu posso não escutar. Mas a surdez é social, não minha.*

Pelo título da obra, *Pérolas da minha surdez*, já percebemos que a autora vai tratar de narrar suas vivências a partir de um ponto central, a saber, a sua condição de surdez. E, de fato, é exatamente isso que ocorre em sua obra. Há evidentemente outros pontos de destaque sobre sua vida, como sua condição de mulher, heterossexual, bióloga, mestre e doutora em Bioquímica, bailarina (hobby), suas trajetórias como leitora voraz e escritora de obras literárias, suas experiências sentimentais e profissionais. Contudo, sempre a surdez acompanha as

vivências narradas no seu texto autobiográfico escrito em português. São experiências de uma mulher surda, de uma leitora e escritora surda, de uma namorada surda, de uma bióloga surda.

Em suma, por mais que na citação, o sujeito busque ressaltar que não é apenas uma pessoa surda, afirmando: “A ausência de som não é tudo o que vejo de mim” (CICCO, 2016, p. 54), é exatamente sobre o viés da surdez que a narrativa de si é contada. É como surdo que o sujeito quer fazer-se ouvir, ou seja, dizendo-se surdo, narra suas vivências na condição de surdo no texto escrito para ser ouvido pela sociedade, conforme podemos notar no destaque da citação: “Eu posso não escutar. Mas a surdez é social, não minha.”. (CICCO, 2016, p. 54). Nessa narrativa, curiosamente o sujeito faz uso da sua condição de surdez para narrar-se, narrar as “pérolas de sua surdez” e na sua escrita destaca que não quer ser visto apenas como surdo, ele fala do lugar (discursivo) de surdo, mas expõe na escrita seu desejo de ser visto também a partir de outros lugares.

Ainda que também na condição de mulher, escritora, leitora, bailarina, bióloga, é a condição de surda que orienta a narrativa de si. Nesse ponto, percebemos um ponto central nesse escrita de si, a condição de surda, o lugar social de surda, orienta uma posição de sujeito no discurso, a posição sujeito-surdo. O sujeito poderia discorrer sobre sua vida destacando sua condição de mulher, de escritora, de leitora, assumindo posições no discurso atreladas a essas condições, contudo é a posição sujeito-surdo que prevalece na obra, desde o título.

Vejamos outros dois exemplos de surdas que se narram. O primeiro exemplo é da obra literária autobiográfica *Crônicas da Surdez* (2013) de Paula Pfeiffer, que nasceu ouvinte e foi diagnosticada com deficiência neurossensorial progressiva aos 16 anos:

De todas as deficiências sensoriais e físicas, tenho a impressão de que a surdez é aquela que provoca as reações mais infantis nas pessoas. Negar o óbvio, viver recluso por receio de não entender as conversas, ter vergonha de usar aparelhos auditivos, perder tempo com táticas para disfarçar a surdez, envergonhar-se de si mesmo, se fechar numa concha de raiva e solidão e por aí vai. E essas reações são nossas, não vêm de terceiros. Dos outros, podemos receber reações insensíveis, que estão fora do nosso controle. Quanto antes aprendermos a lidar com isso de forma que a ignorância e a insensibilidade alheias não nos afetem, mais felizes seremos. É como diz aquela célebre frase do filósofo grego Epíteto: “Não é o que nos acontece que importa, mas sim a maneira como reagimos a isso”.

Passei também pela fase do ódio da palavra “SURDA”. Hoje, pouco me importa que se refiram a mim como deficiente auditiva ou surda – qualquer dicionário informa que surdo é aquele que não ouve ou ouve pouco por ter deficiência auditiva. Não vejo nem faço distinção entre uma forma e outra;



para mim, elas querem dizer a mesma coisa. Mas não escapei da fase (que também considero um clássico da surdez) em que me sentia extremamente ofendida se alguém me chamasse de surda. Era a palavra proibida. Eu só me sentia bem se houvesse um toque de suavidade, como “Ela tem problema de audição”, “Ela não escuta muito bem”. Quem me chamasse da palavra proibida entrava no ato na minha lista negra eterna – eu perdia completamente a simpatia pela pessoa.

Aos poucos, fui entendendo que essa raiva toda de míseras letras que juntas escancaravam o meu problema apenas mostrava a vergonha que EU sentia da situação. Com a maturidade, vi que não havia absolutamente nada que eu pudesse fazer para ter uma audição perfeita e que seguir me sentindo mal por isso era uma insensatez. Existe algo mais vergonhoso do que envergonhar-se de si mesmo? Não, não existe. E não, eu não pretendia ser esse tipo de pessoa. Dei um fim a essa bobagem e segui vivendo. (PFEIFER, 2013, p. 36, 37)

O segundo exemplo é de uma monografia de conclusão de especialização de Darlene Seabra de Lira, cujo título é *A experiência e opinião dos estudantes surdos nas escolas bilíngues e de inclusão* (2009). Trata-se de um fragmento de uma autonarrativa escrita em três laudas intitulada “Minha experiência surda”, apresentada com os elementos pré-textuais, antecedendo diretamente o sumário.

Meu nome é Darlene, meu sinal, a letra D com orelha de circular, tenho 26 anos e sou estudante da pós-graduação do curso Estudos Surdos. Há dois anos, trabalho como auxiliar de alunos ouvintes, e também como intérprete de Libras. *Eu sou Surda e assumi esta identidade, porque me amo dessa maneira, como Surda.* Não quero modificar minha identidade para ouvinte, pois não conheço o interior do ouvinte, apenas o exterior das pessoas.

Eu quase nasci dentro do carro do meu pai e, quando chegamos ao hospital, já estava nascendo, foi muito rápido. Nasci ouvinte. Cresci ouvindo, mas, quando eu tinha um ano e oito meses, fiquei gripada e o médico falou que eram os dentes; tive muita febre, não queria comer e voltei ao médico. Ele me deu um remédio, mas, toda vez que tomava, vomitava. Continuei doente, o médico me aplicou uma injeção de nome gamicina e fiquei surda.” (LIRA, 2009, p. 10, grifo nosso)

Observamos que tanto no exemplo da autobiografia literária de Paula Pfeifer (2013), quanto na narrativa de si presente na seção “Minha experiência surda” da monografia de Darlene Lira (2009) é a condição de surdez das autoras que orienta a escrita. A diferença está no fato de a literatura de Pfeifer (2013) ser na sua totalidade pautada na sua narrativa de vida

como alguém que tendo nascida ouvinte, tornou-se surda (ou deficiente auditiva, já que para ela tanto faz a nomenclatura). Já no caso do texto de Lira, por ser um texto acadêmico, a autonarrativa está limitada a uma apresentação pessoal com destaque a suas vivências surdas – como indica o título “Minha experiência surda”, enquanto uma pessoa que desde que “se entende por gente” convive com a surdez, haja vista que ela nasceu ouvinte e tornou-se surda em tenra idade, precisamente aos 1 ano e 8 meses.

Ampliando essa discussão, entendemos, segundo os pressupostos da AD, que o sujeito surdo não é apenas um sujeito na condição de surdez, mas, sobretudo, posição de surdo assumida pelo sujeito no discurso. Ser sujeito surdo, isto é, ser sujeito adjetivado (surdo) abrange duas perspectivas sobre a surdez: a condição física e a posição discursiva. A condição física da surdez é a que marca no corpo por questões audiológicas, ligada a condição biológica de ter nascido surdo ou desenvolvido algum quadro de surdez na infância ou em outra fase da vida.

Para melhor compreensão dessa questão da condição física e da posição sujeito, cabe distinguirmos conceitos constitutivos da noção de sujeito da AD, como forma-sujeito, lugar social, lugar discursivo e posição sujeito em formações discursivas. Segundo o conceito de forma-sujeito tomado dos estudos de Althusser (1980), para o indivíduo humano (um ser social) ser agente de uma prática é preciso estar revestido da forma-sujeito. “A forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais. É examinando as propriedades discursivas de forma-sujeito que nos deparamos com o ego-imaginário, como sujeito do discurso.” (ORLANDI, 2015, p. 21). A forma-sujeito diz respeito à necessária passagem do indivíduo em sujeito no discurso. A passagem do indivíduo em sujeito é determinada pela interpelação pela ideologia e pelo inconsciente e, por ser interpelado pela ideologia e pelo simbólico, esse sujeito está submetido à ilusão de ser origem do seu dizer, e de que o que diz só pode ter um sentido, ou seja, o sujeito é afetado pelos esquecimentos 1 e 2 propostos por Pêcheux (1990), que tratam do esquecimento ideológico e do esquecimento enunciativo.

Para além da forma-sujeito, Evandra Grigoletto (2008) propõe a ideia de lugar social. Segundo a autora, a forma sujeito corresponde ao que “preenche o lugar sujeito, o sujeito do saber de uma determinada Formação Discursiva” (GRIGOLETTO, 2008, p. 49). Na forma-sujeito há a coexistência da interpelação, da identificação e da produção de sentido, visto que o indivíduo só se constitui como sujeito por ser interpelado pela ideologia; identificar-se com uma ou outra formação discursiva, sendo esses processos cruciais para que ele possa (re)produzir sentidos e se significar.

No caso de lugar social, Grigoletto (2008) define como um lugar (empírico ou não) ocupado pelo sujeito na sociedade. Trata-se de um lugar no interior de uma formação social que constitui o sujeito em suas práticas sociais. A autora cita como exemplos de lugares sociais os de jornalista, de cientista, de professor etc.

O lugar social ocupado pelo sujeito na sociedade aproxima-se da noção de condição do sujeito que propomos. Há um imbricamento entre sua condição de surdez com o lugar social de surdo ocupado pelo sujeito. O sujeito na condição de surdo é um sujeito que ocupa um lugar social que leva em conta essa sua condição audiológica, não desconsiderando os outros lugares sociais também ocupado por ele. Nas últimas três autonarrativas citadas, podemos elencar alguns lugares sociais ocupados pelos sujeitos-autores. Na obra de Nuccia de Cicco (2016), o sujeito-autor ocupa o lugar social de surdo, mulher, escritor, leitor, bailarino. Na autobiografia de Pfeiffer (2013), alguns dos lugares ocupados pelo sujeito-autor são surdo (incluindo desdobramentos como surdo implantado, oralizado), mulher, blogueira (*influencer* digital), funcionária pública, cientista social etc. E, no caso da última autonarrativa, a de autoria de Lira (2009, p. 10), podemos inferir, a partir da sua escrita monográfica, como lugar social ocupados pelo sujeito: surdo (sinalizante), universitária, além de lugares como “auxiliar de alunos ouvintes”, “intérprete de Libras”.

Grigoletto (2008) estabelece que “o lugar discursivo situa-se no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito.” (p. 56). Ele é construído pelo sujeito na sua relação com a língua e a história, materializando-se no discurso. Para ela, o lugar social e o lugar discursivo complementam um ao outro, em constituição mútua. Na constituição do discurso, cada qual depende do outro para se instituir, de modo que não há uma relação de anterioridade entre eles. “O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso.” (GRIGOLETTO, 2008, p. 55-56), aponta a autora. Ela ainda acrescenta que “[...] tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo.” (GRIGOLETTO, 2008, p. 55)

É inegável que o lugar discursivo é determinado pelo lugar social, mas sua determinação não se resume a este, haja vista que o lugar discursivo também é determinado pela “estrutura da língua, materializada no intradiscurso”. (GRIGOLETTO, 2008, p. 55). Ao mesmo tempo em que é determinado pelos elementos citados, o lugar discursivo é fator determinante nas identificações ideológicas do sujeito, ou seja, em posições-sujeito assumidas em formações discursivas determinadas. Nas palavras de Grigoletto (2008, p. 57): “[...] eu diria que cada lugar

discursivo representa diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar.”

Com isso, sustento que é possível pensar na noção de lugar discursivo como uma categoria de análise, que é materializada na passagem do espaço empírico, onde se encontram os lugares sociais, para o espaço discursivo. Ou seja, *o lugar discursivo estaria no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito*. Portanto, ele não é sinônimo de posição, já que pode abrigar, no seu interior, diferentes e até contraditórias posições de sujeito. Por isso, devemos tomar *o lugar discursivo como um espaço constitutivamente heterogêneo, onde se materializam as diferentes imagens projetadas pelos interlocutores* de um discurso. (GRIGOLETTO, 2008, p. 56, grifos nossos)

Na análise que propomos, interpretamos que os lugares discursivos determinam posições-sujeito no discurso porque, como o sujeito ocupa um lugar social, os discursos envolvendo práticas sociais de certo lugar social produzem efeitos (imaginários) de sentido, promovendo e materializando ideologias responsáveis pela constituição de certas práticas sociais e discursivas a partir daquele lugar social.

Nas três autonarrativas que nos serviram de exemplos, o lugar social de surdo ocupado pelo sujeito é determinante para a configuração do lugar discursivo, haja vista que no discurso o sujeito invoca esse lugar social para dizer-se surdo e narrar-se a partir da sua condição de surdez. Estar no lugar social de surdo parece impelir o sujeito a se inscrever no discurso a partir do lugar discursivo de sujeito surdo.

Como afirmou Orlandi (2005a, p. 39), “[...] o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”; a isso a autora denomina como “relação de forças”. A autora acrescenta que “Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de forças, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’.” (ORLANDI, 2005a, p. 39-40). Logo, o sujeito ao falar do lugar (social e discursivo) de surdo sobre a condição de surdo por meio de suas vivências pessoais faz com que suas palavras signifiquem de modo diferente do que se ele falassem do lugar de ouvinte acerca da surdez e sobre experiências de terceiros surdos. O “dizer” do lugar de surdo confere autoridade ao sujeito para versar sobre a surdez no discurso.

Neste ponto, vale lembrar que no discurso funcionam não os sujeitos físicos ou seus lugares empíricos (aqueles que o sujeito se inscreve na sociedade, ou seja, seu lugar social),

mas sim as imagens resultante de antecipações (ou projeções) agrupadas sob o nome de formações imaginárias.

As formações imaginárias são definidas por Pêcheux (1990) como parte das condições de produção do discurso. Segundo o autor, em todo processo discursivo supõe-se haver formações imaginárias, cuja função é designar uma rede de imagens constituída pelas imagens que destinador (A) e destinatário (B) atribuem a si e ao outro, e também pelas imagens que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro, de modo que A antecipa o modo como B atribuirá sentido ao seu discurso e B antecipa o modo como A proferirá o discurso. Tais formações imaginárias constituem regras de projeção capazes de “estabelecer relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)”. (p. 82).

Podemos notar que essas redes de projeção imaginárias afetam não apenas as imagens que o sujeito-autor faz do outro (IA(B)) e de como o outro poderá interpretar o texto lido (IA(IB(R))), mas também afetam a imagem do próprio autor sobre si mesmo (IA(A)), de como o outro, supostamente, se “vê”, e a imagem do autor sobre o texto, ou assunto tratado nele (IA(R)). Essas imagens podem se estender ainda mais e são cruciais para se pensar no processo de inscrição do sujeito em práticas de escrita. Vale lembrar que não se trata de um processo consciente, pois o sujeito da AD na perspectiva pecheutiana é o sujeito do inconsciente constituído pela ideologia. Assim, por mais que o sujeito possa dizer X, alegando ter determinado sentido e não outro, ou mesmo dizer que se identificasse com , que se posiciona em certa formação discursiva, suas palavras devem ser interpretadas pelo analista de acordo com a própria constituição do sujeito da AD. Assim, precisar ser levado em consideração o fato de esse sujeito ser interpelado pela ideologia, de forma inconsciente, sucessível a derivas (deslizes) no discurso, sob a ilusão de ser origem do próprio dizer e da ilusão de que o que ele diz só pode ser interpretado daquela forma. Dito de outro modo, um sujeito que atua na e pela linguagem como todo e qualquer sujeito, submetido ao efeito ilusório de transparência da língua, seja ela qual for.

Considerando a constituição do sujeito, talvez seria mais apropriado falarmos das formações imaginárias como efeitos de projeção de imagens produzidas em eventos discursivos por sujeito inconsciente. E esses efeitos de imagens projetadas, formados por redes de projeção das formações imaginárias, que incorporam ao evento discursivo a força das imagens sobre si, sobre o outro e sobre o referente poderão interferir em posições discursivas assumidas pelo sujeito-autor de uma narrativa autobiográfica, por exemplo, decorrendo em construções discursivas identitárias (ex. como sujeito surdo) no texto.

Nas autonarrativas citadas, tanto em Pfeiffer (2013), quanto em Cicco (2016) e mesmo em “Minha experiência surda” presente na monografia de Lira (2009), é o sujeito-autor que se narra, conta sua história, é o seu olhar sobre si como um sujeito que ocupando o lugar de surdo, mulher, de formação universitária, entre outros, conseguiram algum destaque social, seja como *influencer digital* no caso de Pfeiffer e Cicco, seja como êxitos acadêmicos como a obtenção do título de especialista por Lira (2009). Os efeitos de imagens de si, sobre o outro (ouvinte) e sobre a surdez marcam a inscrição do sujeito em formações discursivas, e passíveis de interpretação devido à presença de marcas discursivas na escrita do texto.

Orlandi (2005a) afirma que são essas regras de projeções de imagens que fazem distinção entre lugar e posição, visto que elas possibilitam migrar dos lugares sociais dos sujeitos – as situações empíricas – para as posições dos sujeitos no funcionamento discursivo.

Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito pensar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas projeções. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito). (ORLANDI, 2005a, p. 40).

Dessa forma, as imagens funcionam no sentido de constituir posições do sujeito no discurso, sendo provável a semelhança com o lugar social ocupado pelo sujeito. Contudo, convém destacar que existem diferenças entre lugar e posição. As posições sujeitos tendem a ser similares ao lugar social, dada a interpelação inconsciente do sujeito pela ideologia e os processos de identificação em formações discursivas, mas não são necessariamente idêntico a este lugar, já que às vezes apresenta-se aparentemente como antagônico a ele. Exemplo disso é que um sujeito na condição de surdez (lugar social) pode no seu dizer colocar-se como um ouvinte, um ouvinte como um surdo, uma mulher como um homem, um adulto como uma criança, um negro como um branco, um empregado como patrão etc. Considerando essas nuances, ainda que o ouvinte, por exemplo, busque assumir o lugar discursivo de surdo ou vice-versa, o lugar social parece funcionar como ponto de partida para orientar as projeções imaginárias, já que, por exemplo, para o surdo se posicionar como ouvinte e o ouvinte como surdo, no discurso, será necessário fazer uso das redes de formações imaginárias que ele dispõe acerca do ouvinte e/ou do surdo. Além disso, no discurso podem aparecer marcas de sujeito surdo, ainda que o sujeito fale de uma suposta posição de ouvinte ou de surdo. É somente no

funcionamento discursivo que as posições sujeitos se evidenciam. Isso serve para ressaltar que existem diferenças entre lugar e posição.

Orlandi (2005a) utiliza o raciocínio acima acerca da diferença entre lugar e posição para demonstrar que é inválido para a AD a noção de que o sujeito seja pré-definido, ou melhor, tenha uma identidade definida, pronta e acabada, fora do discurso. Isso porque, as condições de produção estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos. Segundo a autora, “[...] *as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia.*” (ORLANDI, 2005a, p. 41, grifo nosso). Para Orlandi (2015) a identidade diz respeito a uma identificação/interpelação do sujeito, sendo que a autora considera que as condições de produção desempenham importante papel nos processos de identificação dos sujeitos, sendo estes, assim como os sentidos, constituídos nos discursos e não fora dele.

Ao considerar a interpelação do sujeito pela ideologia como responsável pela constituição identitária do sujeito no discurso, a AD contrapõe-se a noções pautadas na “evidência da existência espontânea do sujeito” (ORLANDI, 2015, p. 23), com sujeito sendo sua própria origem e causa de si fora do discurso e a “ilusão das evidências subjetivas” (ORLANDI, 2015, p. 23) que agrega o sujeito como único, insubstituível, idêntico a si mesmo. Não só os sujeitos são constituídos no discurso, os sentidos também o são, e em conjunto com sujeitos e sentidos, acrescentamos também a identidade, decorrendo essa tríade do funcionamento discursivo. Por isso a crítica da AD à ilusão da evidência de sujeito e identidade (além do sentido). Como Orlandi (2015, p. 23, grifo nosso) afirma, “*A evidência da identidade não deixa ver que esta resulta de uma identificação/interpelação do sujeito.*”.

Considerando a diferença entre lugar social e posição, entendemos que na nossa pesquisa importa menos a condição de surdo de quem escreve do que a posição sujeito surdo assumida no discurso, as marcas dessa posição na escrita, por exemplo em dizeres como “Sou surd@”, “Nasci surd@”, “Descobri minha identidade surda” etc. É a partir dessas marcas de posição-sujeito no texto escrito que enveredamos pelo processo de constituição identitária do sujeito. O dizer-se surdo e narrar-se a partir das vivências como surdo trazem marcas discursivas resultantes de posição-sujeito e que funcionam no processo de constituição identitária do sujeito no discurso.

## **2. O “DIZER” DO SUJEITO “ENTRE LÍNGUAS” EM POSIÇÃO DISCURSIVA IDENTITÁRIA DE SURDO SINALIZANTE E DE SURDOS ORALIZADO**

No primeiro capítulo discutimos acerca dos discursos sobre surdo, surdez, as posições sujeito de surdos oralizados e surdos sinalizadores em formações discursivas que estão imbricados com a constituição de identidade do surdo no discurso. Dessa forma, nossa atenção foi direcionada para o sujeito surdo em/no discurso.

Neste capítulo, nosso foco é discorrer sobre o “dizer” do sujeito surdo na sociedade, considerando desde o silenciamento imposto historicamente ao surdo até a sua busca por ser incluído socialmente, fazer-se “ouvir”, ou seja, ter vez e “voz” na sociedade. Nesse sentido, a relação do sujeito surdo com a língua mostra ser um aspecto preponderante para sua construção identitária no discurso de inclusão social do surdo, em especial, no contexto brasileiro.

Ter a língua de sinais ou a língua portuguesa como primeira língua (L1) pode produzir entre surdos gestos de posicionamentos discursivos quanto ao seu lugar social. Como afirmou Ferreira (2010, p. 17), “Aceitar o surdo implica a aceitação de sua língua”, no entanto, resta saber que língua é essa e que relação há entre essa língua e a construção discursiva identitária para os surdos brasileiros (sinalizantes e oralizados).

### **2.1 O SILÊNCIO E O “DIZER” DO SUJEITO SURDO: se falo, logo existo; se sinalizo, logo resisto.**

Como vimos no capítulo anterior, os surdos enquanto sujeitos não têm a mesma imagem sobre si, sobre qual modalidade linguística utilizar, nem sobre as práticas inclusivas e seus efeitos na sociedade, e muito menos compartilham necessariamente de mesma e única identidade como surdos. Isso porque, por serem sujeitos heterogêneos, podem não estar filiados às mesmas posições em formações discursivas.

Diríamos que entre os surdos, haveria diferenças na semelhança ou semelhanças na diferença. As semelhanças dizem respeito à condição de surdez, ao fato de vivenciarem o silêncio, a discriminação, as dificuldades, ao drible constante na comunicação com ouvintes, às angústias, incertezas e descobertas. Também há semelhanças na busca, cada qual ao seu modo, pela inclusão no “mundo dos ouvintes”, nos anseios para resolver o impasse da comunicação



com o outro, o ouvinte. Soluções essas que são, sobretudo, de ordem linguística, de submeter-se à uma ou outra modalidade linguística, o que pode ser um diferencial no percurso social/ideológico/identitário do surdo. Contudo, as diferenças marcam as possibilidades de sujeitos surdos projetarem imagens de si, interpretarem-se e posicionarem-se como surdo. Conseqüentemente, as diferenças também marcam a constituição identitária do sujeito surdo no discurso.

Considerando as tendências contemporâneas do surdo de se autonarrar na escrita, no texto literário, no texto acadêmico, em blogues etc., que já comentamos na introdução de nosso trabalho, parece haver também em comum entre os surdos, sejam oralizados ou sinalizantes, a luta pela visibilidade, a ânsia por inclusão, pela possibilidade de ter vez e “voz” na sociedade contemporânea. A escrita, nesses casos, possibilita ao surdo poder dizer sobre si, ou seja, dizer-se surdo e narrar-se surdo (autonarrar suas vivências como surdo).

Entenderemos melhor esse movimento do surdo no sentido de poder “dizer” e ser “ouvido”, deixar de estar às margens para ser alvo de inclusão, ao observarmos o lugar do surdo na sociedade contemporânea, dita democrática. E como os surdos integram a chamada minoria nessa sociedade.

Vejamos o exemplo, a seguir, da autobiografia intitulada *Despertar do silêncio* de Shirley Vilhalva (2004):

*Um papagaio fazia parte da família, eu ficava intrigada e imaginando por que todos falavam mais com o papagaio do que comigo, neste período começaram as dúvidas e mais dúvidas, sem imaginar que eu podia ser diferente, não me lembro se sabia os nomes das pessoas, demorei muito para entender que eu, as pessoas, as coisas tinham nomes. Todas informações que eu recebia dependiam de meus olhos, eu olhava e depois ficava observando o que acontecia e o que poderia acontecer, sem muita preocupação com as outras crianças ou adultos que estavam à minha volta. Crescendo por dentro e por fora, fui entendendo melhor o mundo e essa formação de mundo era feita visualmente, como se a caixinha que tinha dentro de minha cabeça estava ficando cheia, pois tudo que olhava era como se eu tirasse uma fotografia e ia guardando, assim ficava por muito tempo guardada as imagens paradas. Várias vezes me encontrei balbuciando ou falando ou mesmo gritando, pensava que estava falando como um pessoa ouvinte e logo descobri que não era verdade, o que eu imaginei ter dito não chegou a ser compreendido e muito menos ouvido por alguém e que quando as pessoas diziam algo para mim eu verificava que não estava compreendendo. (VILHALVA, 2004, p. 13-14 – grifo nosso)*

Nesta autonarração de Vilhalva (2004), observamos a condição de surdez colocada sob o viés de um silenciamento imposto por uma barreira de comunicação, capaz de culminar em práticas de exclusão do surdo. Essa situação de exclusão é marcada pelo isolamento e invisibilidade alegadas pelo sujeito surdo, desde o seu início da narrativa: “Um papagaio fazia parte da família, eu ficava intrigada e imaginando por que todos falavam mais com o papagaio do que comigo” (VILHALVA, 2004, p. 13). Ora, o que leva um papagaio supostamente a ter mais “visibilidade” do que uma criança surda? Ao “pertencimento” do papagaio como parte da família e de práticas de exclusão da menina da interação familiar? O ouvir, sobretudo, o dizer – mesmo que seja meramente repetir mnemonicamente, como faz o papagaio, sem a interpretação de sentidos às respostas dadas – produz nessa autobiografia um movimento de inversão de imagens sobre o ser, pois “humaniza” o animal “falante” e “desumaniza” a pessoa surda.

Nessa história de vida, a imagem do papagaio é sugerida em palavras como “fazia parte da família”, notamos que fazer parte é diferente de ser propriedade, ser o papagaio (*pet*) da família. O papagaio aparece na narrativa como “integrante” (fazendo parte) do grupo familiar, intercorrendo um processo de antropomorfização da ave. Em contrapartida, o isolamento e a escassez de interação com a criança surda, relatada na narrativa, produz efeitos de exclusão e invisibilidade da menina no âmbito familiar (entre outros contextos sociais), dificultando sua compreensão do mundo, de modo a “desumanizar” o ser, por lhe negar o que há de mais humano nele: de poder dizer na e pela língua.

Nessa perspectiva, esse indivíduo surdo não pode dizer por não estar inscrito na língua, seja por meio da língua de sinais ou pela língua portuguesa. E o estar “fora” da língua não permite ao indivíduo se subjetivar no discurso, pois ele só pode ser sujeito no discurso pelo seu assujeitamento à ideologia e à língua. Isso implica em um interdito ao dizer, pois não lhe é possível fazê-lo, por não (se) significar (n)este dizer pela língua no discurso.

O sujeito surdo da autonarrativa em questão sofre na tenra idade as sanções de um interdito do dizer. Ele não pode dizer o que deseja, nem o que não deseja, porque ele não pode “dizer”, ou seja, ao que parece ele não consegue efetivamente mobilizar significados ao seu dizer.

Ao sujeito autor surdo, a palavra *lhe* é interdita por ele desconhecer os sentidos das próprias palavras e seus efeitos na comunicação. Ele, literalmente, fica sem a palavra, sem o domínio da palavra, nem falada e nem sinalizada, haja vista o bloqueio na comunicação entre o sujeito surdo e os ouvintes, e isso funcionava como uma interdição ao sujeito surdo. Trata-se

de um interdito resultante das limitações de aprendizado e apropriação da língua oral – o português – e/ou a falta de acesso à língua de sinais.

Como vimos no primeiro capítulo, a exclusão social perseguiu os surdos desde os tempos antigos, visto que eles costumavam ser enclausurados e, comumente, não tinham credibilidade no dizer, além de não serem considerados cidadãos ou no máximo cidadãos de segunda classe. Como resultado disso, nenhum surdo havia alcançado posições de destaque na sociedade até pouco tempo. Nem era lhe dado o poder da palavra. Como ressalta Ladd (2003), o surdo foi enclausurado, silenciado, e depois obrigado a oralizar para poder, talvez, ter licença para fazer valer sua palavra.

Discursivamente o surdo não ter a palavra, por não poder dizer em uma língua oral-auditiva e/ou visual-espacial, diz respeito a ele estar “fora” da língua, na deriva da linguagem. E esta condição o impede de ser sujeito, visto que o primeiro grande assujeitamento do sujeito é pela língua. Ele só pode dizer aquilo que a língua permite que ele diga. E se não há uma inscrição na língua, não se está inscrito também no dizer, de modo que não se pode dizer. Para esse indivíduo surdo, ao que parece as possibilidades de ele se assujeitar pela língua são: pela oralização, pela sinalização ou por ambas. Assim, A oralização e/ou sinalização funciona, como modos de subjetivar o surdo e autorizar-lhe o dizer.

Permeando esses discursos, vemos a mobilização de imagens sobre o sujeito surdo como o “diferente”, cuja diferença assusta ou cuja “anormalidade”, pautada na noção de o surdo “ter um *déficit*”, ou seja, ser “deficiente”, e que culmina em ridicularização desse sujeito diante da sociedade. Nesse sentido, essas imagens negativizadas sobre o surdo perpassam noções de um diferente que, por não ser compreendido, passa a ser isolado, excluído. Talvez daí advenha a ênfase dada ao adjetivo “surdo” que as pessoas utilizam em conjunto com substantivos diversos: “amigo surdo, professor surdo, modelo surdo” etc., seja com sentidos de valorização da diferença (contrapondo-se a uma imagem negativa de surdez e do surdo) ou com sentidos de desprestigiar (retomando aquelas imagens negativas sobre o surdo no discurso), impactar etc. Enfim, produzindo, no dizer, por meio desse marcar alguém ao adjetivá-lo (surdo), uma identificação que pode mobilizar sentidos diversos diante do fato de se tratar de pessoa na condição de surdez.

Se palavra do surdo não era “ouvida”, a força daquilo que ele tinha a dizer era ignorada, por nem sempre se saber o que ele tinha a dizer e/ou por não se querer saber sobre isso, já que o ouvinte, por vezes, “fazia-se de surdo” diante da precariedade de vida destinada ao surdo, relegando o surdo ao silêncio, isolamento e exclusão.

Orlandi (2014) no seu artigo “*Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias?*” discorre sobre “a pessoa com deficiência” considerando-a como minoria dentro da sociedade. Ela inicia seu texto afirmando o pronunciamento sobre igualdade, diferença, culturas e minorias integram os discursos pretensamente engajados com questões sociais. Para a autora, trata-se de manifestações discursivas, que caracterizam-se por ser parte de um “processo discursivo de mundialização” (p. 29), cujo interior se significam o que é local e mundial, o local e o externo, o igual e o diferente, as minorias e o “povo todo” etc.

Segundo Orlandi (2014), para se discorrer sobre diferenças e minorias é necessário considerá-las como pertencentes a um campo mais abrangente, que abarca o indivíduo e (na) sociedade, o universal e o particular. É possível que isso ocorra devido a aproximação de sentidos de elementos básicos da sociedade moderna, por exemplo, a noção de sociedade tem se aproximado da noção de cultura, e ambas da noção de democracia. A autora ressalta que as aproximações entre essas noções podem ser explicadas pela dimensão da ideologia, pela relação desta com o político e o inconsciente.

Orlandi (2014) ressalta que, atualmente, as noções acerca de minoria estão vinculadas à cultura, à comunicação e à política, sendo que todas elas estão comprometidas com o sentido de democracia. A autora faz referência ao conceito de democracia de A. de Tocqueville (século XIX), que considera ser a democracia um processo ao mesmo tempo universal e irreversível, baseada na igualdade (nas esferas econômica, política, jurídica e cultural) e crescimento progressivo. Nessa perspectiva, a igualdade entre as diferenças deve ser assegurada, garantindo as liberdades locais e impedindo a opressão da maioria sobre a minoria. A autora retoma a noção de minoria (no contexto atual) de Mattos (2008, p. 05, apud ORLANDI, 2014, p. 30), para quem essa minoria é constituída “[...] a partir de demandas diferenciais, com características culturais e contra-hegemônicas”, não se tratando, portanto de uma questão numérica.

Muniz Sodré (2005) alega que na perspectiva kantiana a maioria é marcada pela possibilidade de falar e a minoridade pelo não poder falar. Essa noção está vinculada aos próprios significados da tradução dos termos maioria e minoridade do alemão para o português. “Em Kant, maioria é *Mündigkeit*, que implica literalmente a possibilidade de falar. *Münd* significa boca. Menoridade é *Unmündigkeit*, ou seja, a impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à fala plena, como o *infans*.”, ressalta Sodré (2005, n.p.).

Contudo, Muniz Sodré (2005) considera que na atualidade falar em democracia é considerar a minoria de modo qualitativo e não quantitativo. Qualitativamente, a minoria passa a ter poder de dizer e ser ouvida, isto é, funcionar como “uma voz qualitativa” capaz de intervir em decisões do Poder – os setores sociais ou frações de classe que se comprometem com as

lutas sociais -. Essa minoria é movida pelo “impulso da transformação”, o “dever minoritário” a que se referem Deleuze e Guattari, ressalta Sodré (2005). “O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual.”, afirma Sodré (2005, n.p.). O autor exemplifica essa noção com o negro no Brasil, que, segundo ele, seria mais um lugar do que um indivíduo definido apenas pela cor de sua pele. Essa linha de pensamento do autor apresentada nesse exemplo sobre o negro poderia ser estendida também ao surdo, cuja definição estaria, então, voltada mais para um lugar do que a questão auditiva em si.

Definida quantitativamente e não qualitativamente, a democracia deixa de ser estabelecida pelo poder dizer da maioria, a voz da maioria, para passar a ser o poder dizer da minoria, a abertura para essa minoria contemporânea de ter vez e voz na sociedade.

Assim, temos um impulso de transformação produzido a partir do poder dizer da minoria no contexto atual. Sobre esse impulso, Orlandi (2014, p. 32) afirma que partindo da perspectiva da AD pecheutiana, “[...] trata-se da entrada em consideração dos sujeitos e do simbólico, da possibilidade de ruptura e da resistência. Relação dinâmica entre indivíduo (sujeito individuado) e sociedade, ou melhor, formação social não inerte, tomada na história.”. É isso, segundo a autora, que possibilita a saída das “oposições estabilizadas” como quantidade/qualidade, “questão sócio-econômica/questão sócio-cultural” para a inclusão da história, do político, da ideologia, do sujeito.

A discussão sobre minorias abrangem tanto os surdos oralizados quanto os surdos sinalizantes. Entre os surdos oralizados, estes se consideram minoria por se identificarem como pessoas deficientes com dificuldades audiológicas. Esses surdos almejam ser incluídos na sociedade como pessoas cuja língua materna é a língua portuguesa (no Brasil).

As lutas desses surdos envolvem a adoção de políticas públicas que visem “resolver” as dificuldades auditivas por eles enfrentadas e também que possibilitem à eles auxílio na fala (por meio de amplo acesso a acompanhamento com fonoaudiólogo). Assim, comumente fazem parte das reivindicações desse grupo a acessibilidade aos meios tecnológicos que permitam ampliar os sons (aparelhos auditivos, por exemplo), à cirurgia de implante coclear, acesso gratuito ao profissional fonoaudiólogo, entre outros.

Historicamente, o termo “surdo-*mudo*” reforça uma condição a que o surdo foi submetido. Fisiologicamente, é raro um surdo ser também mudo. Se o surdo não era mudo, então o termo mudo de surdo-*mudo* poderia simbolizar a mudez ou o “cala a boca” imposto ao surdo.

A mudança de denominação de “surdo-mudo” para “surdo” implica em um movimento de ressignificação sobre o sujeito com surdez e inclusão dele simbolicamente no dizer. No mover desses sentidos pela exclusão de “mudo” para o surdo, abre-se espaço para a possibilidade dele poder dizer. Se ele não é mudo, logo pode (vir a) dizer. E, ao mesmo tempo, esse tirar o “mudo” do “surdo”, aponta discursivamente para uma possibilidade de escuta do surdo, do que ele pode dizer, um lugar de escuta ao surdo que discursivamente a junção surdo-mudo não lhe possibilitava.

Ao surdo determinava-se: “Ou oraliza ou emudece, ‘cala a boca’”. Um surdo que oralizasse bem poderia ser considerado como “não mudo” ou “não mais mudo” (ainda que, como dissemos, nunca tenha sido mudo de fato, apenas surdo), quiçá até por “não surdo” ou “menos surdo”, nas formações de imagens da sociedade sobre ele. Isso poderia ocorrer porque a surdez seria “disfarçada” com a prática de oralização por parte do surdo.

Na posição de surdo oralizado, falar está imbuído de sentidos de poder dizer, sair da condição de silenciado para passar ao lugar discursivo de quem pode se comunicar de um modo análogo ao ouvinte. Em outras palavras, falar (pela prática da oralização), pode significar ao surdo oralizado estar no mesmo patamar que o ouvinte, no que se refere a poder dizer e ter sua fala compreendida.

Falar mobilizaria a esses surdos sentidos de emergir da “bolha do silêncio” apregoada por Lak Lobato (2014, 2017). Também abarcaria sentidos de “fazer-se visível”, em contraposição à sensação de invisibilidade social narrada pelo depoimento do surdo David Peter (2012), presente no nosso tópico 1.1.

Enfim, nessa posição discursiva falar é poder dizer, submeter-se à uma língua como o português para ter vez e voz, sair de um lugar de “invisibilidade” social latente que remete à sentidos de “inexistência”. A inexistência a que nos referimos trata-se de silenciamento e mesmo ocultação do surdo, no sentido figurado e, por vezes, literal, visto que, por exemplo, entre os espartanos crianças surdas ou considerada com alguma “deficiência” eram mortas para que não fossem um “fardo” social e também durante anos famílias abastadas europeias escondiam os filhos surdos e os portadores de alguma deficiência dos olhos da sociedade (STROBEL, 2009b). Considerando esse contexto sócio-histórico, ideológico, ao surdo oralizado, caberia a frase: Falo, logo existo.

Já os surdos sinalizantes, estes também se consideram como pertencentes à minorias na sociedade. Segundo teóricos dos Estudos Surdos como Ladd (2003) e Paden e Humphries (2005), além de grupos de movimentos surdos brasileiros, no caso dos surdos sinalizantes, estes pertencem à minoria linguística, devido ao fato de serem utentes de uma língua de sinais (a

Libras, no caso do Brasil) e também esses surdos se incluem como minoria cultural – por integrarem a cultura surda, afirmarem-se como diferentes pela identificação com identidade(s) surda(s).

Os movimentos de lutas sociais dos surdos sinalizantes envolvem a inclusão via aceitação das diferenças surdas e políticas públicas que possibilitem a eles comunicarem-se em língua de sinais e serem traduzidos (ou compreendidos) em qualquer espaço social. Eles buscam ter “vez e voz” na sociedade, por meio do uso da língua de sinais e enfatizando as diferenças culturais e identitárias entre eles e os ouvintes.

Percebemos que nas narrativas autobiográficas de surdos, como na citada obra de Vilhalva (2004), o poder dizer do surdo sinalizante está relacionado a um “ritual de passagem” de sujeito surdo excluído, incompreendido e ignorado por não poder dizer, por não ser fluente em uma língua, e não ser “ouvido” entre os ouvintes, para o surdo incluído por meio de uma comunidade (a comunidade surda), fazendo uso do poder da palavra sinalizada. Pelos dizeres de si desses surdos sinalizantes, seria por meio do acesso à língua de sinais que o surdo poderia passar, então, a se sentir como quem possui a qualificação para dizer e ter reconhecida autoridade em seu dizer.

Para poder dizer o surdo precisa de sentir sujeito, sujeito com direito à “fala”, sujeito com direito à alçar a categoria de sujeito ao poder fazer isso por meio da linguagem. Em outras palavras, o surdo, como indivíduo, precisa ser interpelado pela língua (e pela ideologia) para ser sujeito.

Nesse sentido, ser ouvido e ser incluído na língua e ser “ouvido” por meio da língua é poder ser sujeito. E a língua de sinais, assim como a oralização, funcionaria como possibilidade de ascensão ao sujeito ser interpelado pela língua.

Priorizar o uso da língua de sinais, uma língua de uma minoria linguística, e não a língua portuguesa (ou outra língua de modalidade oral auditiva), ou seja, a língua oficial e prezada pela maioria, é uma forma de poder dizer e ao mesmo tempo resistir. É como afirmar: “Sinalizo, logo resisto”; é poder dizer na língua que ele mostra identificar-se cultural e identitariamente, na língua da minoria linguística a que pertence, produzir movimentos de resistências à maioria linguística.

Independente se por meio da língua de sinais ou da oralização, o surdo enquanto pertencente à minoria posiciona-se discursivamente no sentido de marcar um lugar social em que possa ter vez e voz na sociedade.

Isso implica o surdo poder dizer, ser ouvido e ser incluído no núcleo social, deixando de estar as margens, ser excluído. O contrário do poder dizer é o ser silenciado, ser atravessado

por barreiras na comunicação, que contribuem para acentuar esse não poder dizer, configurando um silêncio linguisticamente e socialmente imposto.

## 2.2 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA (FORMA MATERIAL) E IDENTIDADE NA AD

No tópico anterior abordamos sobre o surdo poder dizer na sociedade contemporânea. O poder dizer, como ressaltamos, implica ter vez e voz, romper com o isolamento linguístico e social que atravessam o sujeito com surdez.

Na perspectiva da AD, para poder dizer é preciso, em primeiro lugar, ser e estar constituído como sujeito. Para que o sujeito possa se constituir como tal ele é interpelado pela ideologia. E ele é interpelado pela ideologia ao dizer, porque é ao dizer que ele dá sentidos àquilo que ele diz e também à si próprio, constituindo-se como sujeito. Em segundo lugar, para poder dizer é necessário que esse sujeito (à ideologia) também se submeta à língua, ao simbólico.

Como afirmou Orlandi (2005, p. 22), “[...] o assujeitamento é a própria possibilidade de se ser sujeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz).” É por estar submetido à ideologia e à língua(gem) que o sujeito pode significar e significar-se, possibilitando a constituição de sujeitos e sentidos.

Orlandi (2013) salienta a estreita relação entre língua, sentidos e sujeitos. Para a autora, “[...] o sujeito, ao significar, se significa” (p. 21), de modo que tanto o(s) sujeito(s) quanto os sentidos se constituem ao mesmo tempo. Sentidos e sujeitos são constituídos na dependência de como a língua os afetam, de como ocorrem suas inscrições na história. Tal situação é explicada pela incompletude da linguagem, pelos equívocos e falhas da língua, pela heterogeneidade ideológica que recruta o sujeito, fazendo com que “[...] nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história.” (ORLANDI, 2005a, p. 37). Dessa forma, sujeitos e sentidos “Depende[m] de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia.” (ORLANDI, 2005, p. 37)



Sobre a paráfrase e polissemia<sup>25</sup>, Orlandi (2005) explica que todo funcionamento discursivo se assenta na tensão entre o mesmo e o diferente, ou seja, entre os processos parafrásticos e os processos polissêmicos. “Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas.” (p. 36). No jogo entre paráfrase e polissemia, o já dito e o a se dizer, os sujeitos e os sentidos se movem, buscam (se) significar.

Vejamos como ocorrem os processos parafrásticos e polissêmicos a partir da narrativa escrita em português *Adão e Eva* (KARNOPP; ROSA, 2011). Não se trata daquela narrativa bíblica da origem humana presente no livro de Gêneses, mas sim uma versão “surda” dela. A versão “surda” de Adão e Eva – também conhecida como “Adão e Eva surdos” – é oriunda de uma piada, segundo os teóricos da Literatura Surda, sendo muito conhecida entre os surdos e havendo várias versões similares a ela.

### **Adão e Eva**

A história que vamos contar trata da origem das línguas de sinais, mostrando como tudo começou.

No início de todas as coisas, Deus criou os céus e a Terra.

Deus criou a luz e a noite, as águas, o Sol, as estrelas, a Lua, os mares, as árvores, as plantas, as estações, os dias, os anos, as aves, os peixes, os animais.

A Terra estava pronta, mas Deus resolveu criar o homem.

Do pó da Terra, Deus criou Adão.

Adão estava satisfeito no Paraíso, com as belezas da Terra, com as flores, os flores e os animais.

Mas sentia falta de alguém para conversar. Ele estava sozinho no Paraíso. Tentou se comunicar com a onça, mas ela só rugia. Tentou com a anta, mas ela nada entendia.

*Adão sinalizava* para o papagaio, tentando se comunicar, mas o papagaio só cantava.

Adão estava sozinho, sem alguém para conversar. Foi até a lagoa e viu seu rosto refletido na água. Feliz, começou a sinalizar para sua imagem, que só reproduzia aquilo que ele sinalizava.

Sozinho e triste, sentou-se à sombra de uma árvore.

Deus comoveu-se com a tristeza de Adão e resolveu criar outra pessoa.

Deus então criou Eva. Do pó da Terra, Deus formou Eva e colocou-a no Paraíso.

Adão estava sentado e, de repente alguém tocou o seu ombro.

Ele olhou, e alguém começou a fazer sinais. Ao perceber que Adão estava assustado, *Eva sinalizou*:

- Calma, sou Eva!

- Ufa!! Sou Adão! Podemos usar sinais!

Feliz, Adão tinha agora com quem conversar.

---

<sup>25</sup> No Capítulo 4, retomamos a discussão sobre paráfrase e polissemia relacionando-as à noção de singularidade e regularidade no discurso, no decorrer da análise do dizer-se surdo e narrar vivências de si na escrita acadêmica do nosso *corpus*.

Estavam felizes no Paraíso e começaram a criar sinais para todas as coisas que viam.

*Do encontro de Adão e Eva, surgiu a Língua de Sinais do Paraíso (LPS).*

Um dia, Adão e Eva estavam caminhando no Paraíso quando, de repente, *Deus* apareceu e *sinalizou*:

- Meus filhos amados! Vejo que vocês estão felizes um com o outro! Vocês têm todas essas belezas para usufruir! Mas prestem atenção àquela árvore que tem uma fruta vermelha, localizada bem no centro do Paraíso; daquela árvore vocês não podem comer!

Muito tempo passou, e Adão e Eva desobedeceram ao que o Senhor Deus havia sinalizado!

Um dia, Adão e Eva estavam passeando pelo jardim e olharam para a árvore. Os frutos estavam vermelhos, deliciosos, provocantes. Adão, ao sentir-se tentado, disse à Eva:

- Vamos embora daqui! Lembre o que o Senhor Deus nos avisou!

Mas a tentação voltava, a fome aumentava, e eles decidiram provar do fruto proibido.

Foi então que, *impedidos de usarem as mãos, foram obrigados a usar a fala!* (KARNOPP; ROSA, 2011, grifos nossos)

Ao analisarmos a história de Adão e Eva de Karnopp e Rosa (2011) observamos que a narrativa bíblica que inicia o livro de Gêneses é retomada e reescrita mobilizando sentidos sobre a surdez que perpassam noções da surdez como diferença cultural e identitária, tal qual abordamos no tópico 1.2 do capítulo anterior.

Nesse processo de retomar a história da criação, a escrita da narrativa acima é marcada pela paráfrase e, sobretudo, pela polissemia, devido a mobilização e ruptura de sentidos do já dito. Paráfrase e polissemia, segundo Orlandi (2005a), são elementos que permeiam os textos, conferindo-lhes certa estabilização no dizer (dizer o mesmo, produzir o mesmo no discurso) ou maior deslocamento (movimento, ruptura em cadeia de sentidos, trazer o diferente no dizer, exercer a criatividade no discurso) de processos de significação. A partir dessas noções, a autora define o que são processos parafrásticos e polissêmicos:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2005a, p. 36)

A paráfrase se faz presente em Adão e Eva de Karnopp e Rosa (2011), visto que nessa história há vários pontos que coincidem com a narrativa bíblica, como o processo de criação do mundo e, em especial, do homem e da mulher. A narrativa de Adão e Eva (2011) segue uma sequência similar à bíblica, sendo ambas iniciadas com “No princípio Deus fez os céus e a terra”, fez as plantas, os animais, o homem (do pó da terra) e, posteriormente, a mulher (para fazer companhia ao Adão “solitário”).

Tanto a história de Adão e Eva “surdos” como de Adão e Eva bíblicos remetem à narrativas fundadoras, contudo há um diferencial entre elas. A narrativa bíblica tem como foco explicar a origem da história do homem, sobretudo do relacionamento entre criador e criatura, a desobediência humana e suas consequências (os castigos: o trabalho árduo do homem, as dores na concepção da mulher).

No caso de Adão e Eva “surdos”, a história já se inicia com o esclarecimento de que trata-se da narrativa do surgimento da língua de sinais. Curiosamente, essa versão “surda” de Adão e Eva acaba por buscar explicar bem mais o porquê da humanidade majoritariamente falar, ou seja, utilizar línguas de modalidade oral-auditiva, do que propriamente a origem da língua de sinais. Isso porque, quando nos atentamos ao início da narrativa – especialmente quando analisamos as imagens presentes na obra - notamos que a língua de sinais era a utilizada pela figura divina desde antes da criação do homem, como podemos notar na ilustração:



(KARNOPP; ROSA, 2011, p. 08)

Na ilustração acima vemos mãos vindas do céus (divinas) sinalizando em Libras “Como?” (Como fazer?), isto é, haveria um ser divino planejando como criar a terra e seus

habitantes. O fato das mãos de Deus, na ilustração, utilizar sinais nos permite inferir que nessa narrativa a língua de sinais era inicialmente uma língua divina e aprender e fazer uso dessa língua era um privilégio concedido apenas ao ser humano quando estava em seu estado de pureza (sem pecado) no paraíso.

Como afirmou Orlandi (2005), é relevante observar que no jogo da linguagem entre a paráfrase e a polissemia há a constatação do confronto entre o simbólico e o político no trabalho da língua e dos processos ideológicos situados no âmago do discurso. Isso pode ser observado a partir da narrativa de Adão e Eva “surdos”. Nessa obra de Karnopp e Rosa (2011), notamos que a desobediência humana teria despertado no ser humano a percepção e vergonha de sua nudez (tal qual na narrativa bíblica), porém o um castigo sofrido pela humanidade difere da Bíblia, pois é impossibilidade de usar a língua de sinais, “uma língua divina” que “afligiria” Adão e Eva. Nesse ponto, podemos associar com o fato de que a língua de sinais já foi por longo tempo proibida aos sujeitos surdos, por ser considerada como algo que atrapalhava o processo de oralização. Isso pode ser observado, por exemplo, no período posterior ao Congresso de Milão<sup>26</sup>, em 1880, quando escolas, sobretudo europeias e americanas, para surdos passaram a vetar e punir o uso de sinais pelos alunos surdos, o que prevaleceu até aproximadamente a segunda metade do século XX.

Nessa narrativa, o já dito e conhecido (a narrativa bíblica) é retomado em outras condições de produção, promovendo uma mexida com os sentidos, possibilitando outras inscrições do sujeito em formações discursivas. Por isso, dizemos que na escrita de Adão e Eva “surdos” há um latente processo polissêmico, criativo, pautado em um “já dito”, já conhecido no nosso contexto social (a narrativa bíblica da fundação do mundo).

A história bíblica de Adão e Eva e a obra de Karnopp e Rosa (2011) exemplifica o que Orlandi (2005) aborda sobre a paráfrase e a polissemia na relação com a produção de significação. A paráfrase é considerada como a “matriz do sentido” (produtividade), sustentando o saber discursivo, já que “não há sentido sem repetição” (p. 38). Enquanto a polissemia é entendida como sendo “a fonte da linguagem” (criatividade), “[...] a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico” (p. 38), visto que “[...] ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer.” (p. 38).

É importante destacar que o sujeito se submete à língua(gem) envolto em suas experiências de mundo e impulsionado a dar sentido, significar a si e ao que o rodeia. Essa

---

<sup>26</sup> Ocorrido entre 06 e 11 de setembro de 1980, o Congresso de Milão foi marcado pela decisão de um grupo composto por maioria ouvinte para definir a oralização como meta principal na educação dos surdos.

submissão à língua(gem) se dá como um gesto, um movimento situado sócio-historicamente, que evidencia sua interpelação pela ideologia (ORLANDI, 2013).

A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história. A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento. Quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito ou pouco, ou mais ou menos. O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras: para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto não tem como se subjetivar. O outro modo de dizer isso, decorre do vínculo radical do sujeito ao simbólico, é dizer que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.” (ORLANDI, 2005, p. 22)

Vale ressaltar que não se trata de se submeter à língua como sistema formal, abstrato, “um jogo de significantes descarnados”, ou seja, “jogo da língua na história” (ORLANDI, 2013). Isso porque à AD não interessa tratar a língua como sistema abstrato, mas sim com a “língua no mundo”, com modos de significar. Na AD importa analisar “[...] a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social, geral, constitutivo do homem e da sua história.” (ORLANDI, 2005a, p. 15). Em outras palavras, interessa à AD analisar os sujeitos fazendo uso da língua, mobilizando os sentidos, interpretando o mundo e interpretando-se no mundo por meio da língua, do simbólico.

Por meio da história de Adão e Eva de Karnopp e Rosa (2011) notamos que para poder dizer é preciso submeter-se à língua e também ter com quem dizer, ou seja, interagir com um interlocutor também assujeitado à língua e à ideologia. Dizemos isso porque o personagem Adão, após ser criado, mesmo possuindo uma língua – a língua de sinais – não conseguia interagir linguisticamente com os animais, pois eles não estavam submetidos à língua e à ideologia, assim não o compreendiam, não atribuíam e/ou mobilizavam sentidos, não podiam interpretar o que Adão sinalizava. Para poder dizer é preciso ter com quem dizer ou melhor quem possa “ouvir”, entender, ser interlocutor. Isso mostra que é preciso assujeitar-se à língua para ser sujeito. A língua funciona por meio de sujeitos e para sujeitos.

Orlandi (2005a) afirma que na AD não se trabalha com a língua fechada em si mesma, mas sim com o discurso, sendo que o discurso configura-se como “[...] um objeto sócio-

histórico em que o linguístico intervém como pressuposto.” (p. 16). A autora salienta que, na perspectiva da AD, a linguagem é considerada como mediação entre o homem e sua realidade natural e social. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.” (ORLANDI, 2005a, p. 15)

A língua é a materialidade específica do discurso, por sua vez o discurso é a materialidade específica da ideologia, assim a AD trabalha a relação língua-discurso-ideologia. O discurso, por sua vez, funciona como o lugar onde se evidencia o vínculo entre língua e ideologia, visto que “a língua produz sentidos por/para os sujeitos.” (ORLANDI, 2005a, p. 17).

Considerar a relação língua-discurso-ideologia é imprescindível para essa corrente teórica, já que o sujeito só se constitui por causa da ideologia e a língua só significa por causa do sujeito, do discurso e da história. De modo que, para a AD pecheutiana “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.” (ORLANDI, 2005a, p. 17).

Na AD também não se trabalha com a história e a sociedade de modo isolado, “como se elas fossem independentes do fato de que elas significam.” (ORLANDI, 2005a, p. 16). Para a AD, língua(gem) e história se inter-relacionam à contextos sócio-histórico, tornando-se praticamente impossível analisá-las de modo isolado, dissociado.

Assim, a língua(gem) é tratada na AD relacionando-a necessariamente à sua exterioridade. Com foco na articulação língua-história e sujeito, essa corrente teórica “[...] considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2005a, p. 16).

A articulação língua e história produz o que na AD é denominada como forma material. Trata-se de uma forma definida por Orlandi (2005b) que se constitui pela/na discursividade, configurando-se, assim, como a materialidade da forma discursiva, não sendo nem empírica e nem abstrata. Na forma material “[...] se inscrevem os efeitos da articulação língua/história, acontecimento do significante no sujeito” (p. 129), com implicações no funcionamento ideológico da palavra, do dizer.

Como afirmou Orlandi (2013, p. 79), “[...] não há sentido se a língua não se inscreve na história.”, e a história, por sua vez, é marcada pela ideologia. Assim, por exemplo, não é em certa palavra ou expressão que está a ideologia, mas sim no mecanismo – imaginário – de produzir “x”, nas condições de produção (historicamente marcada) em que “x” se faz presente.

Por estar inscrita na história e existir em função de sujeitos, a língua mantém estreita relação com a identidade. Orlandi (2013) em seu estudo sobre língua nacional discute acerca da noção de língua como objeto simbólico, permeado pela história e ideologias de formação de uma nação e de um povo, ou seja, a relação entre língua e identidade nacional. A autora destaca que os objetos simbólicos integram a formação de um país, sendo que a partir da produção desses objetos e também da relação dos sujeitos com tal produção que os sentidos sobre a nação e a própria configuração da nação se formam. Dessa forma, enquanto objeto simbólico, a língua é relacionada a identidade, a construção identitária de um povo.

A relação entre língua e identidade é também discutida por Orlandi (1998) em outro estudo, em seu artigo “Identidade linguística escolar”. Para a autora, essa relação é comumente vinculada à identidade nacional, à cultura, ao pertencimento a uma nação. Contudo, em sentido mais amplo, abrange também os demais “processos de identificação no domínio da linguagem” (p. 204), como a identidade linguística escolar.

A autora propõe quatro reflexões para analisar o vínculo entre língua e identidade. A primeira reflexão proposta pela autora é a de que deve-se considerar que “a identidade é um movimento na história” (p. 204), isto é, a identidade não é estática e categórica, é homogênea e está em transformação. A identidade fixa é uma ilusão, integra o imaginário que por um lado “[...] nos garante uma unidade necessária nos processos identitários, por outro lado, é ponto de ancoragem de preconceitos e de processos de exclusão.” (ORLANDI, 2013, p. 204).

A noção de identidade, segundo Orlandi (1998) é construída a partir de uma relação entre unidade e dispersão. “É preciso que haja uma unidade do sujeito, para que, no movimento de sua identidade, ele se desloque nas distintas posições [...]” (ORLANDI, 1998, p. 204). Tal movimento da identidade, decorrente da articulação entre unidade e dispersão, ocorre como “um percurso na história, com suas determinações e seus deslocamentos” (ORLANDI, 1998, p. 205), de modo que nele não se deve considerar “a injunção a ser-se o mesmo na relação com o Outro que, por sua vez, nos identifica.” (p. 205)

A segunda reflexão apresentada por Orlandi (1998, p. 204) está pautada no fato de que “ao significar, o sujeito se significa”, isso porque “Sujeito e sentido se configuram ao mesmo tempo e é nisto que consistem os processos de identificação.” (p. 205). Com isso, observamos que os mecanismos que regem a produção de sujeitos e de sentidos são os mesmos, sendo que tais mecanismos “[...] implicam, por sua vez, uma relação da língua (sistema capaz de equívoco) com a história, funcionando ideologicamente (relação necessária do simbólico com o imaginário).” (p. 205)

Orlandi (1998) propõe então a terceira reflexão sobre a relação língua e identidade assim sintetizada: “Identidade não se aprende, isto é, não resulta de processos de aprendizagem, mas se refere, isso sim, a posições que se constituem em processo de memória afetados pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 1998, p. 205). Ambos, sujeitos e sentidos são resultados de filiações em redes, de posições em formações discursivas em dadas formações ideológicas.

A última reflexão da autora sobre língua e identidade diz respeito ao fato de que “Todo processo de significação é constituído por uma ‘mexida’ (deslize) em redes de filiações históricas (M. Pêcheux, 1983), sendo, desse modo, ao mesmo tempo, repetição e deslocamento.” (ORLANDI, 1998, p. 204)

Sobre essas colocações acerca de língua e identidade propostas por Orlandi (1998), quando focamos na obra Adão e Eva (KARNOPP; Rosa, 2011), notamos que a mesma traz protagonistas que são utentes da língua de sinais, identificavam-se com essa língua e seus aspectos culturais, ao menos antes da “maldição”. Isso rompe com os sentidos de desvalorização aos surdos e as línguas de sinais, passando à uma construção discursiva-identitária pautada na surdez como diferença.

Em uma sociedade ocidental predominantemente cristã, como a brasileira, a versão surda de Adão e Eva representa um movimento de refazer a história, a partir da noção de um utente de uma língua de sinais como protagonista e da própria imagem da língua de sinais contrária a noção de menosvalia atribuída comumente a língua de minorias. Dessa forma, vemos um mobilizar do poder dizer de sujeito surdo para confrontar posições discursivas da surdez como deficiência, da língua de sinais como inferior.

Há também nessa história uma posição contraposta à supremacia e normatização de práticas oralistas. Isso porque na narrativa usar a voz é equiparado a algo “animalesco”, visto que, a princípio, somente os animais (irracionais) a utilizavam: os papagaios cantavam, o leão rugia... Ao ser punido e não mais sinalizar, o homem teria perdido o elo linguístico com o divino – seu lado elevado, mais racional – e, por usar a voz, emitir sons, teria se voltado ao lado mais “animalesco”, irracional.

Essa posição discursiva confronta, por exemplo, a visão apresentada pelo filósofo Aristóteles (384 – 322 a.C.). Segundo Strobel (2009b), Aristóteles acreditava que quem não falava, não possuía linguagem e muito menos pensamento. Para esse filósofo, ensinar um surdo a falar era algo absurdo. E como naquela época a sociedade apregoava a noção de equivalência surdo-mudo, logo o surdo era considerado como alguém que não falava e portanto se enquadrava na visão de não ser capaz de pensar e ser desprovido de linguagem. Para Aristóteles,



“[...] de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento[...], portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão” (STROBEL, 2009b, n.p.)

Com base em nossas observações sobre o sujeito surdo e sua submissão à língua (de sinais ou portuguesa), notamos que há nesse processo posicionamento discursivo-identitário, haja vista que ambos, sujeito e língua, estão necessariamente vinculados à história e à ideologia. Como o sujeito significa e SE significa pela língua, ele mobiliza no discurso marcas identitárias que podem estar vinculadas à uma ou outra modalidade linguística utilizada por ele. Dessa forma, entendemos que a submissão à língua integra o processo de constituição do sujeito, assim como suas posições identitárias em formações discursivas, como podemos ver nos próximos tópicos desse capítulo.

### 2.3 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA DE SINAIS E CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE IDENTIDADES SURDAS

Na seção anterior explanamos acerca da língua na perspectiva da AD pecheutiana, considerando a língua como forma-material e também abordando a relação entre língua e identidade. Na seção atual, vamos continuar focando nossa atenção à esses aspectos vinculados à língua, porém faremos isso especificamente com uma língua pertencente à modalidade linguística visual-espacial, a saber, a língua brasileira de sinais (Libras).

Retomando o exemplo da obra *Adão e Eva* de Karnopp e Rosa (2011), percebemos por meio dessa narrativa pontos dignos de reflexão: É possível pensar em língua como tendo funcionamento via sinalização e não pela oralização (fala) propriamente dita?

Reformulando a pergunta anterior de modo mais pontual: É possível pensar em língua considerando outro sistema articulatório-perceptual (ou sensorio motor) que não seja nos moldes das línguas faladas? Esclarecemos que, conforme define Kenedy (2013, p. 120), “O sistema articulatório-perceptual [ou sensorio motor] diz respeito ao conjunto de funções cognitivas responsáveis pelo controle das unidades linguísticas, seja na articulação e recepção de sons, seja na recepção de sinais visuais.” (KENEDY, 2013, p. 120).

Sobre a relação língua e a questão articulatória-perceptual, a posição de Saussure (2006) afirmando ser a língua uma convenção da natureza, por isso, conclui o renomado linguista, “A questão do aparelho vocal se revela, pois, secundária no problema da linguagem” (p. 18). Essa

visão saussureana parte do conceito de língua de Whitney, como podemos observar na citação abaixo:

(...) para Whitney, que considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, é por acaso e simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas. (SAUSSURE, 2006, p. 17-18)

Chomsky (1995) também considera a possibilidade de articulação da língua por outro modo que não seja exclusivamente via aparelho vocal. Para validar sua posição, esse linguista inclusive refere-se às línguas de sinais e às pesquisas recentes (a partir da década de 1970) na área.

A concepção de que a articulação e a percepção envolvem a mesma interface (representação fonética) é controversa, e os problemas obscuros relacionados à interface C-I (conceptual-intencional) é ainda mais. O termo “articulatório” é tão restrito que sugere que a faculdade da linguagem apresenta uma modalidade específica, com uma relação especial aos órgãos vocais. O trabalho nos últimos anos em língua de sinais evidencia que essa concepção é muito restrita. Eu continuarei a usar o termo, mas sem qualquer implicações sobre a especificidade do sistema output, mantendo o caso das línguas faladas. (Chomsky, 1995, p. 434, nota 4)<sup>27</sup>

Nos estudos surdos, a autora brasileira Lucinda Ferreira em seu *livro Por uma Gramática das línguas de sinais* (2010) ressalta que, considerando que a maioria das línguas naturais são orais-auditivas, o canal visuo-espacial pode não gozar de preferência para o desenvolvimento da linguagem humana, contudo não se pode negar ser essa alternativa de articulação linguística uma constatação da força e importância da manifestação de linguagem nos seres humanos.

Aliás, a posição de Ferreira (2010) nos apresenta um ponto bastante discutido por teóricos dos Estudos Surdos. Trata-se da classificação as línguas de sinais como línguas naturais. De acordo com os teóricos da área, como Stokoe (ano), Ferreira (2010), Quadros e Karnopp (2004) as línguas de sinais são língua naturais.

---

<sup>27</sup> Utilizamos a tradução de Quadros e Karnopp (2004, p. 29).

Essa afirmativa é validada por Quadros e Karnopp (2004) a partir da definição de Chomsky (1957) sobre língua natural ser um conjunto - finito ou infinito - de sentenças, sendo que cada sentença ao mesmo tempo finita em relação ao comprimento e formada com base em um conjunto finito de elementos. Os elementos em questão seriam as palavras faladas – no caso de línguas orais – e as palavras sinalizadas – em se tratando das línguas de sinais -, de modo que as frases dessas línguas são possíveis de representar partindo de uma sequência dessas unidades.

Segundo Quadros e Karnopp (2004), as línguas de sinais por serem línguas naturais compartilham características peculiares capazes de distingui-las de outros sistemas de comunicação. Entre essas características, as autoras destacam os traços que autores como Hocket (1992), Lyons (1981) e Lobato (1986)<sup>28</sup> usaram para distinguir língua e comunicação animal: flexibilidade e versatilidade; arbitrariedade; descontinuidade; criatividade/produtividade; dupla articulação; padrão; dependência estrutural etc.<sup>29</sup>

Ferreira (2010) enquadra as línguas de sinais à língua natural sob o argumento de que uma língua é resultado de uma inteligência coletiva que demanda imposições dos universais linguísticos e de estruturas linguísticas específicas aos indivíduos. Ao usuário utente de uma língua não compete introduzir mudanças no sistema dessa determinada língua, podendo no máximo inovar com a presença de neologismos em sua comunidade. Muito menos poderá fazê-lo quem não sendo utente de uma língua queira interferir na estrutura dela. Assim, como em qualquer língua natural, o utente de uma língua de sinais está sujeito às regras da estrutura linguística, não podendo trazer inovações aleatórias e individuais à sua língua materna, sob o risco de não obter êxito na comunicação com seus pares.

Ferreira (2010) destaca que é justamente o fato de pertencer às línguas naturais que as línguas de sinais historicamente resistiram, apesar das proibições de seu uso por surdos e dos diversos preconceitos que a atingiram ao longo do tempo. Para a autora, a persistência das línguas de sinais demonstra a “fortaleza de um sistema consistente.” (FERREIRA, 2010, p. 16).

As pesquisas em línguas de sinais começaram a surgir somente a partir de 1960. Um pesquisador pioneiro e de destaque nos estudos dessas línguas foi William Stokoe, devido ao seu trabalho em 1960 envolvendo a estrutura morfossintática (com inclusão de questões fonéticas) da língua americana de sinais (American Language Sign - ALS). Com base em seus estudos, Stokoe publicou em 1965 o *Dictionary of American Sign Language* e o livro *Sign*

---

<sup>28</sup> Autores citados por Quadros e Karnopp (2004, p. 25).

<sup>29</sup> Quadros e Karnopp (2004) discutem cada um desses traços em sua obra ressaltando a posição das línguas de sinais como pertencentes às línguas naturais.

*Language Structure*, obras de reconhecida relevância nos estudos das línguas de sinais pelo pioneirismo no reconhecimento e explicitação da organização interna de uma língua de sinais. (QUADROS; KARNOPP, 2004)

Em suas pesquisas, Stokoe (1965) demonstrou que a língua de sinais (americana) se enquadrava em todos os critérios linguísticos estabelecidos à uma língua natural, desde o léxico, até a sintaxe e a capacidade de ampliar exponencialmente a quantidade de sentenças. Ele associou os sinais não como imagens, mas sim como símbolos abstratos complexos, com uma estrutura interior de constatável complexidade. Pioneiro na análise da estrutura da língua de sinais, esse pesquisador constatou (a princípio e em analogia aos fonemas da fala) que cada sinal possuía ao menos três partes independentes, ou seja, os denominados parâmetros das línguas de sinais: a localização, a configuração de mãos e o movimento<sup>30</sup>, sendo que cada parte possibilitava uma quantidade limitada de combinações. (QUADROS; KARNOPP, 2004)

Segundo Pizzio e Quadros (2011, p. 05), possivelmente devido à influência do movimento comprobatório do estatuto de língua natural às línguas de sinais, promovido na década de 1960, entre os linguistas, a maioria das pesquisas buscou identificar as semelhanças entre essas línguas e as línguas faladas. Dessa forma, é comum entre eles o ato de tomar como referência o que já se pesquisou sobre as línguas faladas e universais lingüísticos para a análise das línguas de sinais.

Podemos verificar os citados estudos sobre semelhanças entre as línguas faladas e as línguas orais, por exemplo, na seguinte citação de Richard Meier (2006, p. 211):

A língua de sinais e a língua falada partilham muitas propriedades fundamentais. As línguas de sinais e as línguas faladas aprenderam vocabulários “convencionais”. As línguas, nas duas modalidades, compartilham a propriedade de ter palavras/sinais que são constituídos de unidades fonológicas sem significado; conseqüentemente, a língua de sinais e a língua falada exibem uma dualidade de padronização. A língua de sinais e a língua falada compartilham de mecanismos para a construção de novos vocabulários através da composição e derivação morfológica. E elas exibem regras similares na combinação de palavras ou sinais para formar sentenças.

---

<sup>30</sup> Posteriormente foi acrescentado um quinto parâmetro às línguas de sinais, a saber, a expressão facial e ou corporal.

A partir dos anos 1990, situando-se quase na contramão daquelas perspectivas, os estudos começaram a se pautar não apenas no que havia em comum entre as referidas línguas, mas também em suas diferenças, permitindo a ampliação de novas investigações lingüísticas.

Com relação às diferenças entre as línguas de sinais e as línguas faladas, podemos citar os resultados dos estudos de Meier (2006, p. 211):

A língua de sinais e a língua falada exibem também diferenças interessantes em relação à maneira como são produzidas e percebidas. Enquanto os articuladores manuais movem-se em um espaço tridimensional transparente, os articuladores da fala são invisíveis. Por esta razão, a leitura labial não provê informação suficiente para que uma criança surda entenda a fala. Existe, tanto na fala, como nos sinais, uma variedade de articuladores. Mas, diferentemente dos articuladores orais, os articuladores manuais são emparelhados. O sinalizador deve coordenar a ação das duas mãos. Essas propriedades articuladoras diferenciadas podem explicar, em parte, o motivo pelo qual a fala tem uma capacidade limitada para iconicidade, enquanto os sinais têm uma capacidade muito maior para representação icônica. Especificamente, o movimento dos braços em um espaço transparente pode permitir que as línguas de sinais representem as formas de objetos e as trajetórias dos movimentos.

No que tange as pesquisas sobre a aquisição de língua de sinais (bem como a estrutura dessas línguas), Pizzio e Quadros (2011, p. 08) salientam já haver um considerável número de pesquisas, contudo ainda há muito que investigar. Para essas autoras:

Por um lado, existe uma preocupação em relação aos efeitos das diferenças na modalidade, fazendo com que os estudos das línguas de sinais sejam extremamente relevantes. Por outro lado, as similaridades encontradas entre as línguas faladas e as línguas sinalizadas parecem indicar a existência de propriedades do sistema lingüístico que transcendem a modalidade das línguas. Nesse sentido, o estudo das línguas de sinais tem apresentado elementos significativos para a confirmação dos princípios que regem as línguas humanas. (PIZZIO; QUADROS, 2011, p. 08)

Segundo Quadros e Karnopp (2004), as pesquisas nas línguas de sinais no contexto atual estão concentradas em estrutura, aquisição e uso. Realizadas em vários países, essas pesquisas buscam: “[...] descrever, analisar e demonstrar o *status* lingüístico das línguas de sinais, desmistificando concepções inadequadas em relação a esta modalidade de língua, as quais são

especificadas a seguir por meio da discussão sobre os mitos acerca das línguas de sinais.”. (QUADROS E KARNOPP, 2004, p. 31)

Pizzio e Quadros (2011) destacam que a pergunta de outrora nos estudos voltados para a área, “Como a linguística se aplica às línguas de sinais e aos estudos da aquisição das línguas de sinais?”, permutou nas últimas décadas para: “Como as línguas de sinais e os estudos do processo de aquisição das línguas de sinais podem contribuir para os estudos linguísticos?” (p. 05).

Para Ferreira (2010), sendo línguas naturais, o estudo das línguas de sinais é relevante para a linguística justamente pela natureza excepcional dessas línguas, isto é, por trazer à tona a possibilidade de articulação via canal visual-espacial. A autora argumenta que somente por meio da inclusão da investigação das línguas de sinais pelos linguistas, é possível apreender os verdadeiros universais linguísticos e proceder a comparação com especificidades acidentais de línguas específicas e com as restrições decorrentes de modalidades linguísticas.

Ferreira (2010) especifica que estudar uma modalidade espaço-visual de língua pode vir a afetar as teorias linguísticas no que concerne a alguns pontos. O primeiro deles diz respeito a rever os preceitos teóricos que conceituam a linguagem ou capacidade linguística. O outro ponto refere-se à concepção de gramática de uma língua – questionando a noção de arbitrariedade (talvez substituindo-a por convencionalidade); à expandir a ideia de simultaneidade, considerando-a além de opositiva, também contrastiva das unidades distintas e de significado; ao que é central em uma gramática ou língua, por exemplo reconhecendo a relevância de aspectos como ritmo e entoação (línguas orais) ou ritmo e expressão faciais (línguas de sinais), de modo a pensar nesses aspectos não apenas como fator “paralinguístico ou periférico”. Um terceiro ponto trata-se da já citada reunião dos universais linguísticos considerando outra modalidade linguística distinta da oral-auditiva. O último ponto abarca a mudança de atitude do linguista diante da pesquisa linguística, sobretudo no que concerne a neutralidade com as questões políticas e sociais envolvendo o uso de uma língua. O reconhecimento das línguas de sinais enquanto língua por si só já demanda uma discussão político-social (bem como cultural e identitário, acrescentamos) sobre uso de uma língua minoritária.

Como vimos no capítulo anterior (tópico 1.2), para autores dos estudos surdos americanos como Laddy (2003), Padden e Humphries (2005), e brasileiros como Quadros e Schmiedt (2006), Perlin (2013) etc., as línguas de sinais tem estreita relação com a imersão do surdo na cultura e identidades surdas. Nessa perspectiva, o reconhecimento da língua de sinais

além de abranger o político e social - como salientou Ferreira (2010), também abarca a discussão do aspecto cultural e identitário do surdo.

Ladd (2003), por exemplo, observando o contexto americano, considera que foi exatamente o reconhecimento da língua de sinais como sendo, de fato, língua, no âmbito acadêmico-científico que possibilitou o *Deaf Resurgence*, surgido a partir de meados de 1970, uma espécie de movimento que envolve não apenas a questão linguística, como também a cultura surda, o sentir-se surdo (identificar-se com identidades surdas).

Campos e Stumpf (2012), pesquisadoras dos estudos surdos no contexto brasileiro, enfatizam que:

A cultura surda tem na sua língua de sinais mais forte conotação de identidade. Os surdos se reconhecem e são reconhecidos pelas suas línguas de sinais. [...] Pertencer à cultura surda implica dominar, em maior ou menor grau, a língua de sinais que caracteriza o grupo ao qual aquele surdo se integra. (p. 177)

Dessa forma, para os teóricos dos Estudos Surdos, entre língua de sinais, cultura e identidades surdas há um vínculo tão estreito que torna quase impossível ao pesquisador isolá-los, ignorando essa tríade, sem prejuízos à pesquisa.


Essa visão da tríade – língua de sinais, cultura e identidades surdas – pode ser exemplificada com autonarrativas de surdos sinalizantes no contexto brasileiro, como podemos observar, primeiramente, no excerto da autobiografia de Vidal (2011) e, posteriormente, no depoimento de uma surda publicado na página do Facebook “Libras no Detran”.

Sou surda, mas sou oralizada. Sou feliz. Já me sugeriram que eu não precisava usar língua de sinais, pois, na vivência diária, falo bem. Pronunciar palavras eu posso, sim, converso com quem não sabe LIBRAS, normalmente. Mas no meu nome, na minha vida, na minha história, tenho como marca as minhas mãos a minha forma de me comunicar: a LIBRAS! Esse bailado que sempre sugerirá benção, edificação. ‘A mão é o verbo dos eleitos’. (VIDAL, 2011, p. 17).

Nesse excerto da autobiografia da surda Vidal (2011), notamos que o sujeito surdo identifica-se com a língua de sinais e com o que estar submetido à essa língua representa para ele: a imersão na cultura e identidades surdas. Isso pode ser identificado nesta parte da citação

de Vidal (2011, p. 17, grifo nosso): “Mas no meu nome, na minha vida, na minha história, tenho como marca as minhas mãos a minha forma de me comunicar: a LIBRAS! Esse bailado que sempre sugerirá benção, edificação. ‘A mão é o verbo dos eleitos’.”. A imagem da Libras para esse sujeito surdo está vinculada a uma língua que é para poucos, os escolhidos ou “eleitos”, ou seja, pessoas especiais, “abençoadas” por “bailar” com as mãos sinais que produzem “edificação” (elevando os surdos sinalizantes entre os outros indivíduos). Nesse ponto, podemos inferir que esse sujeito assume uma posição discursiva de sujeito surdo sinalizante, pela identificação com a língua de sinais, cultura e identidades surdas. Vale notar que a afirmação inicial do sujeito, “Sou surda, mas sou oralizada.”, quando tomada em conjunto com o restante da citação, não pode ser considerada como uma predominante posição discursiva surda oralizada, já que, mesmo identificando-se como surdo bilíngue – fluente em português e Libras - é a defesa pela língua de sinais e o sentir-se surdo que predominam nessa autonarrativa.

Vejam os próximos exemplos sobre o sujeito surdo e a relação Libras, cultura e identidades surdas:



**Libras No Detran**

21 de junho de 2014 · 🌐

**DEPOIMENTO DE UMA SURDA:**

- Eu sou surda e não tenho mais vergonha ser surda. sou surda e sou feliz de ser assim! Alguém tem problema? Não tenho culpa, eu respeito á todos , você me respeita também, e não grita comigo. mesmo que eu consigo de ver, pois sou visual , não tenho vergonha com as pessoas e alguns me zuam que eu não ligo pra isso.. EU SOU SURDA E SOU FELIZ DE SER ASSIM, SURDOS É NORMAL , É IGUAL AOS OUVINTES, mas eu gosto dos meus amigos ouvintes e surdos , também todas as pessoas que eu gosto , pois eu sou CAPAZ! SURDOS NÃO É COITADOS, alguns surdos oralizados também conhecem a Libras e se comunicam com seus.. você não conhece os surdos , a sua cultura , falta de conhecimento.... sabe eu gosto de todas pessoas , use seus consciências. Então , eu sou Surda e sou feliz de ser assim.. Diga Não é PRECONCEITO !!

(Anielle)

👍 42
3 comentários 3 compartilhamentos

➦ Compartilhar

31

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/librasnodetran/posts/depoimento-de-uma-surda-eu-sou-surda-e-n%C3%A3o-tenho-mais-vergonha-ser-surda-sou-sur/346932185462066/> Acesso: 14.04.19



No exemplo acima, publicado pela surda identificada como Anielle na página do Facebook “Libras no Detran”, também notamos uma posição sujeito surdo sinalizante. Dizemos isso pois vemos a identificação com aspectos inerentes à língua de sinais, cultura e identidade surdas, em partes da citação como: “[...] sou Surda e sou feliz de ser assim.”; “[...] pois sou visual”; “SURDOS É NORMAL”; “[...] pois eu sou CAPAZ! SURDOS NÃO É COITADOS”; “[...] você não conhece os surdos, a sua cultura [...]”. Como vimos no capítulo anterior, entre os teóricos dos Estudos Surdos e entre os surdos sinalizantes participantes de comunidades surdas, os sentidos sobre ser surdo perpassam a identificação com a língua de sinais, identidade e cultura surdas; a cultura surda é considerada como predominantemente visual; o discurso sobre a surdez entre os surdos utentes da língua de sinais é pautado na diferença, no confronto ideológico com a noção de deficiência e anormalidade, por meio da defesa da normalidade e capacidade dos surdos. Dessa forma, entendemos que no depoimento de Anielle traz diversas marcas dessa posição de surdo sinalizante.

Outro ponto a ser considerado é a presença de marcas na construção morfossintática do texto da surda Anielle que indicam influência da estrutura gramatical da Libras. Um exemplo é a frase final: “Diga Não é PRECONCEITO”. Note que um ouvinte fluente em língua portuguesa dificilmente trocaria o “ao” (resultante da contração da preposição “a” com o artigo “o”) que antecede “preconceito” (substantivo e objeto indireto do verbo dizer). Ele usaria “ao” ao invés de “é” preconceito, ou consideraria (imaginariamente, pela fluência na língua) a presença de duas orações separadas por vírgula – Diga não, é preconceito.

Contudo um surdo utente da Libras, tenderia a trazer a estrutura dessa língua de sinais para o texto escrito e como em Libras esta frase comumente seria sinalizada como: “Preconceito dizer não”, na transcrição sinal por sinal para o português, logo vemos que nessa língua não haveria a necessidade da preposição na frase em questão. Aliás, vale destacar que a estrutura morfossintática da Libras não possui a categoria gramatical preposição, o que explica as marcas dessa língua na escrita do surdo sinalizante ao fazerem uso dessa categoria no texto escrito em português.

Observando esses exemplos, entendemos que as marcas linguísticas e discursivas relacionadas as línguas de sinais (e a aspectos da cultura surda) devem ser levadas em consideração na pesquisa de textos de autoria de sujeitos surdos. Sejam essas marcas na escrita ou mesmo em outros elementos do texto, como a presença de representações pictórica de sinais em Libras e/ou de SignWriting ou outro elemento vinculado ao contexto do surdo sinalizante.

Para melhor compreensão dessa questão, basta lembrarmos dos citados efeitos de sentidos mobilizados no exemplo da mão divina sinalizando “como” na ilustração da obra Adão

e Eva de Karnopp e Rosa (2011), e de como a presença dessa marca no texto amplia nosso movimento de interpretação dessa narrativa.

Essas marcas vinculadas à língua de sinais – seja imagético ou de cunho estrutural (morfossintático) -, na escrita em português, podem tratar-se de diferentes “materialidades significantes” que constituem um texto.

Essa noção de “materialidades significantes” é apresentada por Suzy Lagazzi (2011). A autora utiliza essa noção em suas análises de documentários e filmes, haja vista a presença do verbal e do não-verbal ou “material verbo-visual” (p. 403) - imagem, fala e a musicalidade - que constitui esses objetos de estudo. Dessa forma, a autora considera que faz-se necessário um trabalho analítico que considere as diferentes materialidades como parte de um todo, em que cada qual deve fazer trabalhar a incompletude na outra pela contradição, sem desconsiderar as especificidades de cada materialidade.

Chamo a atenção para a formulação ‘materialidade significativa’, sobre a qual tenho insistido em minhas análises de documentários e filmes. Busquei, com essa formulação, reafirmar ao mesmo tempo a perspectiva materialista e o trabalho simbólico sobre o significante. Assumindo que o discurso se constitui na relação entre a língua e a história, propus falar do discurso como *a relação entre a materialidade significativa e a história* para poder concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história. Materialidades prenes de serem significadas. Materialidades que compreendo como *o modo significativo pelo qual o sentido se formula*. (LAGAZZI, 2011, p. 401, grifos da autora)

Assim, entendemos que as marcas no discurso de natureza linguístico-culturais integram a escrita em português do sujeito-autor-surdo constituem materialidades significantes diferentes que integram o texto. E essas materialidades significantes precisam ser analisadas considerando a “imbricação material significativa” (LAGAZZI, 2011, p. 401) na escrita das línguas portuguesa e de sinais.

Nesse sentido, no trabalho de análise da escrita em português do surdo utente da Libras cabe considerarmos a noção apresentada por Gallo (2011):

Na perspectiva discursiva, tomamos a língua não só enquanto materialidade do linguístico, mas também do social, do histórico e do ideológico. Além disso, não colocamos o verbal como sendo a única possibilidade de

linguagem, mas também o som, a imagem estática, a imagem em movimento. Ou seja, outras formas materiais que se relacionam com o verbal, produzindo sentidos.” (GALLO, 2011, p. 411)

Um texto composto por diferentes materialidades significantes oriundas de línguas não apenas distintas, mas sobretudo de modalidades diferenciadas como a língua portuguesa e a Libras, demanda ao analista considerar os aspectos culturais, identitários, sociais, históricos e ideológicos que permeiam o universo discursivo. Aspectos esses que orbitam, moldam e, por vezes, integram a constituição de uma língua e imagens dos sujeitos sobre ela e sobre seus usuários.

Em nosso *corpus*, deparamo-nos com a presença de diferentes materialidades significantes decorrentes de marcas da língua de sinais – como escrita de sinais, capa com imagens ilustrativas relacionadas à Libras etc. - na escrita do sujeito surdo sinalizante no texto escrito em português. Sobre isso, voltamos a discutir no nosso capítulo 4, seção 4.3.1.

#### 2.4 ENTRE LÍNGUAS E IDENTIDADES - A LIBRAS É A LÍNGUA DOS SURDOS BRASILEIROS?: “lei de Libras” *versus* O manifesto dos surdos oralizados

Na seção anterior, vimos o funcionamento dos discursos concernentes à língua e identidade, mais precisamente à língua de sinais relacionados à posições discursivas-identitárias de sujeitos surdos sinalizantes.

Nesta seção, discutimos sobre os discursos e suas implicações envolvendo a legislação envolvendo o surdo no Brasil, no que se refere ao reconhecimento da Libras como a língua dos surdos brasileiros por meio da lei 10.436 de 24 de abril de 2002, também conhecida como “lei da Libras” e demais medidas legais subsequentes a essa lei e aos surdos brasileiros em geral.

A princípio, verificamos os discursos sobre a Libras e a “lei da Libras” pautados na posição sujeito surdo sinalizante, investigando a defesa de a língua de sinais ser a língua dos surdos, isto é, pertencer a modalidade linguística que melhor se adequa às condições sócio-culturais e pertença identitária do surdo e sua suposta propensão a favorecer os processos de inclusão do sujeito com surdez na sociedade brasileira.

A seguir, investigamos esses discursos sobre a Libras e a “lei da Libras” a partir de outra posição discursiva, a dos sujeitos surdos oralizados brasileiros, usuários do português escrito e

falado. Para isso, utilizamos o “Manifesto dos surdos oralizados”, um documento elaborado por surdos brasileiros oralizados em resposta à “lei de Libras” e demais medidas legais voltadas, em sua maioria, aos surdos utentes da língua de sinais.

Por meio dos efeitos de sentidos mobilizados na escrita desse manifesto, observamos no dizer desses surdos oralizados, os discursos acerca da eleição da língua portuguesa como primeira língua para surdos e as reverberações em posições discursivo-identitárias desses sujeitos em consonância com sua escolha linguística.

Assim, comparamos as diferentes posições discursivas para produzir gestos de interpretação acerca da relação entre língua e posição discursivo-identitária de surdos sinalizantes e oralizados. Levamos em consideração nessa comparação as imagens discursivas desses sujeitos surdos sobre a liberdade de escolha linguística – língua brasileira de sinais e/ou língua portuguesa - e suas implicações nos processos de inclusão do surdo na sociedade brasileira.

#### **2.4.1 Sobre língua brasileira de sinais e surdos brasileiros sinalizantes: “Lei de libras” e suas implicações discursivas**

Antes de adentrarmos na discussão sobre a língua de sinais como sendo considerada pelos surdos (sinalizantes) como a língua natural deles, gostaríamos de analisar o uso dos termos surdos *sinalizantes* e surdos *sinalizados* para se referir aos surdos que sinalizam e suas implicações discursivas na relação do sujeito com sua condição linguística, haja vista que no título desta nossa subseção – e em todo nosso texto – fizemos uso de um desses termos, no caso *surdo sinalizante*, e não do outro termo citado.

Como já expusemos anteriormente por meio de nota explicativa (a saber, nota de rodapé n. 11 de nossa tese), no nosso *corpus* o sujeito surdo utiliza a denominação *surdo sinalizado* para se referir a si mesmo como sendo utente da Libras. Na nota, ressaltamos que há um outro termo que autoras como Pizzio, Rezende e Quadros (2010) utilizam para definir os surdos que sinalizam, a saber, *surdo sinalizante*, e que utilizamos em nosso texto essa denominação partindo dessa visão dessas autoras dos Estudos Surdos.

A princípio, essa nossa escolha por *sinalizante* e não *sinalizado*, aparentemente, esteve pautada na justificativa de uma busca pela praticidade de se usar o termo (surdo) *sinalizante* para não se confundir com as eventuais ocorrências da palavra “sinalizado” em nossa escrita,

com sentidos de estar mostrado e/ou apontado em certa parte do texto, como em ocorrências do tipo: “Como já foi *sinalizado* no capítulo anterior...”.

Entretanto, em dado momento de nossa pesquisa, passamos a perceber que a ocorrência de um ou outro desses dois termos utilizados em referência à esse surdo – sinalizado ou sinalizante – não correspondiam a uma mera substituição de palavras sinônimas, que produzissem a paráfrase, ou seja, um “dizer o mesmo” em que uma troca quase não causaria mexidas (muito) significativas nos sentidos. Pareceu-nos, então, que poderia haver a mobilização da polissemia no uso de um ou outro termo para se referir ao fato do surdo identificar-se (ou ser identificado) como alguém que sinaliza. Isso porque, passamos a notar que os sentidos sobre sinalizado estariam voltados para uma noção de resultado de um processo, no caso, o processo de sinalização, marcadamente acentuado pelo uso do particípio (-ADO). Algo similar ao que parece ocorrer com o termo oralizado, que indica que um surdo passou pelo processo de oralização, algo que também é marcado pelo uso do particípio oraliz(-ADO).

Além disso, a palavra “sinalizado” também mobiliza sentidos de ser apontado, mostrado, indicado e/ou identificado. Quem aponta/indica/identifica algo ou alguém é sempre um outro, ou seja, um terceiro que vê, interpreta e assinala como sendo X ou Y, que assume a posição de alguém capaz de computar uma identidade/identificação ao que vê, como em: “Ele foi apontado/identificado como X.”. Nessa perspectiva, podemos inferir que em frases como “Sou surdo oralizado”, “Sou surdo sinalizado”, o uso do particípio possibilitaria uma identificação do sujeito que perpassa por um processo aparentemente finalizado, marcado pelo particípio (-ADO) do que o caracterizaria, seja sinalização ou oralização. Vale acrescentar que, como vimos, o uso do particípio “sinalizado” também pode perpassar por sentidos de “reconhecimento” (como indicação, apontamento e identificação) de um outro sobre algo ou alguém. Como se a identificação da condição de sinalizar do sujeito surdo partisse de um apontar do outro, ou seja, como se a própria identificação do surdo como alguém que sinaliza partisse do olhar, do reconhecimento, da identificação e constatação do outro (que lhe aponta como tal, como sendo surdo *sinalizado*)...

Já no caso de *sinalizante*, como na frase “Sou surdo sinalizante”, temos o uso do gerúndio (-ANTE) marcando um processo em andamento, com sentidos de movência relacionado ao uso da língua de sinais, indicando que isso estaria ocorrendo no sujeito e que ele se identificaria com esse processo dentro de si. Neste sentido, ser surdo sinalizante implicaria em considerar um processo que ocorreria dentro do sujeito já que a língua de sinais (o ser sinalizante) se moveria nele, de modo que ao se dizer surdo sinalizante, ele estaria se identificando com essa língua (de sinalizar, de ser utente dela) em si mesmo, constituindo-o

como surdo, conferindo-lhe identidade como sujeito. Notemos que, com o uso do gerúndio, essa identificação partiria do próprio sujeito, isto é, que não mais implicaria em sentidos relacionados a um outro que o identifica como no caso do uso do particípio sinaliz(-ADO). Ser sinalizante mobilizaria sentidos de processo de aquisição e identificação de si mesmo com essa língua, com o modo visual-espacial de uso dessa língua, e, por extensão, das implicações culturais e identitárias decorrentes de identificar como sendo utente dela no discurso.

Podemos ainda correlacionar *sinalizante* e *sinalizado* com o termo “falante” e “falado”, que (hipoteticamente) poderiam ser atribuídos ao sujeito que fala em comparação ao sujeito que sinaliza. Notemos que não se utiliza o termo “falado” para se referir à condição linguística do sujeito de “falar”, mas sim o termo “falante”. Enquanto que “falado” mobiliza outros sentidos vinculados ao particípio passado, a uma ação de falar já concluída, ou seja, um processo finalizado. No caso do termo “falante”, nem se discute sobre seu uso (no gerúndio) para se referir à essa condição linguística de alguém em relação à uma língua de modalidade oral-auditiva.

Assim, passamos a interpretar que entre o uso de um outro termo - sinalizante ou sinalizado – há implicações no sentido de possibilitar a ocorrência de processos polissêmicos marcado pelo uso do particípio (-ADO) ou do gerúndio (-ANTE) em relação à condição do surdo sinalizar, ou melhor, de ser utente de língua de sinais. Essas implicações podem perpassar, inclusive, por sentidos vinculados a um modo de identificação de si (como surdo que sinaliza) e por si (no caso do uso do gerúndio “sinalizante”, do termo *surdo sinalizante*, que indicaria uma identificação com um processo em andamento, que parte de si mesmo, como um surdo que percebe em si a movência do sinalizar, do ser utente de língua de sinais e suas implicações culturais e identitárias). Também pode perpassar por sentidos de identificação de si – como alguém que sinaliza - que precisaria passar pelo “reconhecimento” do outro (no caso do termo *surdo sinalizado*, cujo uso do particípio pode possibilitar um mover de sentidos de processo finalizado e de ser sinalizado como “apontado/indicado/reconhecido/identificado”, que perpassaria por um outro – o que aponta/indica/identifica).

Posta nossa análise sobre o uso dos dois termos para identificar o surdo que sinaliza e suas implicações discursivas, partimos para a discussão sobre a Libras ser considerada por surdos sinalizantes como sendo a língua dos surdos brasileiros. Para isso, partimos do ponto de vista defendido por Ferreira (2010) acerca da “língua do surdo”. Na introdução de seu livro *Por uma gramática de línguas de sinais* (2010), a autora afirma:

Vemos que a problemática global do surdo como intimamente dependente de seu desenvolvimento linguístico. Considerando-se a importância de uma língua para seu usuário nativo e para a comunidade que a usa, acreditamos que *só mesmo um respeito à língua de sinais conduzirá a um maior sucesso educacional e social do surdo*. (FERREIRA, 2010, p. 16 – grifo nosso)

A autora esclarece que entende a necessidade do surdo brasileiro também aprender a língua portuguesa, a fim de poder acompanhar à informação escrita circulante nos diversos setores da sociedade. No entanto, esse aprendizado de uma língua oral deveria ocorrer como segunda língua, de modo que a abordagem educacional bilingue tendo a língua de sinais como L1 e a língua oral como L2 apresenta-se, na visão dessa autora, como sendo a ideal para os surdos.

A proposta do bilinguismo para os surdos também é compartilhada por Ronice Quadros (1997). Para essa autora, a criança surda brasileira deve ter a Libras como L1, isto é, primeira língua, e a língua portuguesa como L2, ou seja, segunda língua. Segundo ela, tal conclusão é inevitável, visto que “As razões dessa afirmação estão relacionadas com o processo de aquisição dessas línguas, considerando a condição física das pessoas surdas: *são surdas*. Qualquer língua oral exigirá procedimentos sistemáticos e formais para ser adquirida por uma pessoa surda.” (p. 67, grifo da autora).

A LIBRAS é adquirida pelos surdos brasileiros de forma natural mediante contato com sinalizadores, sem ser ensinada [...], conseqüentemente deve ser sua primeira língua. A aquisição dessa língua precisa ser assegurada para realizar um trabalho sistemático com a L2, considerando a realidade do ensino formal. A necessidade formal do ensino da língua portuguesa evidencia que essa língua é, por excelência, uma língua para a pessoa surda. (QUADROS, 1997, p. 84)

Ferreira (2010, p. 17) conclui na introdução de seu livro que “A única saída viável é a aceitação sem restrições das línguas de sinais. *Aceitar o surdo implica a aceitação de sua língua*.” (FERREIRA, 2010, p. 17 – grifo nosso). Consideramos esse posicionamento da autora para levantar alguns questionamentos e algumas possibilidades de respostas pautadas em diferentes discursos sobre o assunto no decorrer desta e da próxima subseção deste capítulo.

Afinal, a língua de sinais é a língua dos surdos? É a língua de todos os surdos? Tendo em vista a diversidade de pessoas surdas mundo afora, vamos restringir essas questões para o contexto brasileiro: A língua brasileira de sinais – Libras – é a língua dos surdos brasileiros? É a língua de *todos* os surdos brasileiros?

Uma das maiores conquistas do movimento surdo brasileiro citadas pelos teóricos dos Estudos Surdos é a implantação da lei 10.436 de 24 de abril de 2002, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de uma lei cuja origem foi um projeto da senadora Benedita da Silva. Essa lei, conhecida como “lei de Libras”, reconhece a língua de sinais brasileira como “meio legal de comunicação e expressão” e visa garantir “formas institucionalizadas” de apoiar seu uso e difusão, com inclusão do ensino da Libras nos cursos de formação de professores, de Educação Especial e de fonoaudiologia.

A implantação da “lei de Libras” implicou em outras medidas tomadas pelo governo federal, tais como o Decreto nº 5.626/05 e a Lei Nº 12.319/10. O decreto nº 5.626/05 regulamenta a “lei de Libras”. Esse decreto dispõe sobre a inserção da disciplina curricular Libras; a formação e certificação de docente, instrutor e tradutor/intérprete de Libras; o ensino da Língua Portuguesa (na modalidade escrita) como segunda língua para discentes surdos e também a organização da educação bilíngüe no ensino regular. Já a lei n. 12.319/10 regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Libras, dispondo sobre a formação e certificação desse profissional e estabelecendo suas funções.

A implantação e divulgação de leis e decretos voltados para a Libras e aos surdos utentes da Libras buscou trazer mudanças no tratamento com os surdos na sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao contexto educacional, área mais citada na redação desses documentos legais. Com o reconhecimento da Libras, surdos sinalizantes encontraram amparo legal para lutarem por intérpretes em escolas e universidades, por exemplo.

Uma das implicações da “lei da Libras” e medidas legais subsequentes a ela tem sido a necessidade de intérpretes, bem como de pessoas fluentes em língua de sinais que pudessem dialogar com surdos sinalizantes e tornar as prerrogativas legais viáveis. Uma saída encontrada foi o oferecimento de cursos de Libras. Surgiram cursos básicos e avançados dessa língua em diversas modalidades - presenciais, semi-presenciais, à distância via plataformas digitais. Além disso, houve o aumento de cursos de Ensino Superior em Libras, Educação Especial entre outros, como veremos no último capítulo.

Oferecidos os cursos de Libras, propagandas foram elaboradas para persuadir ouvintes sobre a necessidade de aprender língua de sinais. Observando textos sobre curso de Libras e



aprender língua de sinais percebemos algumas imagens e posições discursiva sobre a Libras, sobre o surdo e sobre aprender Libras. Vejamos:

### Texto 1



32

### Texto 2

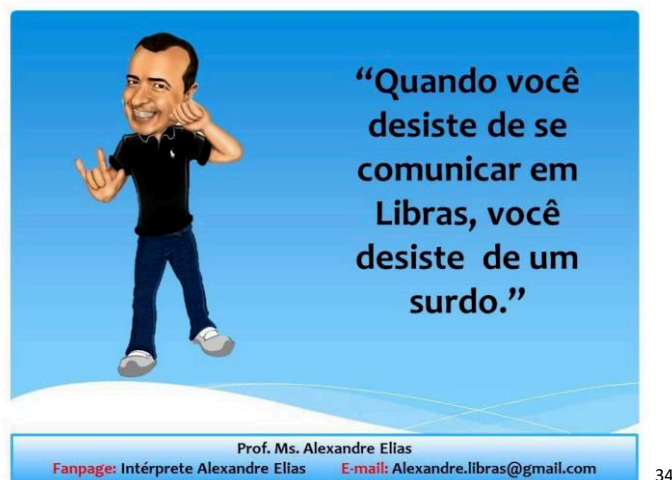


33

<sup>32</sup> Disponível em <http://www.cadetudo.com.br/ricardoferraz/cartuns.html> acesso 11.01.2020

<sup>33</sup> Disponível em <https://gramho.com/explore-hashtag/surdospara%C3%ADba> Acesso 04.01.2020

## Texto 3



34

No primeiro texto, notamos que a imagem discursiva sobre a Libras e o surdo parte de sentidos de menosprezo e ignorância (ou desconhecimento) acerca do surdo sinalizante e da língua de sinais. O personagem surdo é chamado de “mudinho”, o que indicaria a presença daqueles discursos envolvidos na noção de “surdo-mudo”, que envolve desconhecimento acerca da condição de surdez – que, como já dissemos, difere de mudez, e de suas implicações como um “não-dizer” do sujeito surdo.

Outro ponto que destacamos nesse mesmo texto é o fato de os personagens ouvintes interessarem-se por línguas estrangeiras como russo e alemão, mas mostram total desinteresse em uma língua nacional, a Libras.

Por que isso aconteceria? Vamos buscar entender esse processo a partir da noção de Bourdieu (2008) sobre capital linguístico. Em sua teoria, o autor considera que no uso de uma língua em dada sociedade, existe um ideal de competência legítima (de como se deveria falar, escrever naquela língua) e capital linguístico (lucro de distinção entre esse uso da língua) que estão associados com o uso dessa língua pelas diferentes classes sociais (isto é, as variações linguísticas, para a Sociolinguística). O autor considera que “Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se veem condenados ao silêncio”. (BOURDIEU, 2008, p. 42).

Nessa visão, “A constituição de um mercado linguístico cria as condições de uma concorrência objetiva na qual a competência linguística legítima pode funcionar como capital

<sup>34</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/Librasnodetrans/posts/346932185462066/> acesso 14.01.20

linguístico produzindo um lucro de distinção por ocasião de cada troca social.” (BOURDIEU, 2008, p. 42)

Estendendo essa noção de Bourdieu sobre capital linguístico para o aprendizado de línguas diferentes da língua materna do falante, entendemos que o aprendizado (ou não) de uma língua também representa um capital linguístico, sendo que a fluência em algumas línguas – como o inglês, o francês, o espanhol, o alemão – conferiria ao sujeito esse lucro da distinção nos lugares sociais que podem ser ocupados por ele, ou melhor, que lhe são permitidos adentrar por intermédio de elevados valores simbólicos daquela(s) língua(s) no “mercado linguístico”.

Neste ponto, podemos lembrar da afirmação de Maurizio Gnerre (1985) sobre variedade lingüística, ampliando/substituindo por língua: “[...] uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que elas têm nas relações econômicas e sociais”. (p. 4). Se pensarmos que a língua vale o que valem seus falantes na sociedade, logo, de forma simbólica ou representativa os sujeitos associam a certa língua ou variedade linguística imagens que construíram acerca do grupo de falantes dela, sejam positivas ou negativas, atribuindo a essa língua valores que por ela mesma, enquanto sistema, não se sustentam, necessitando recorrer a questões de ordem sócio-culturais e ideológicas para se obter explicações.

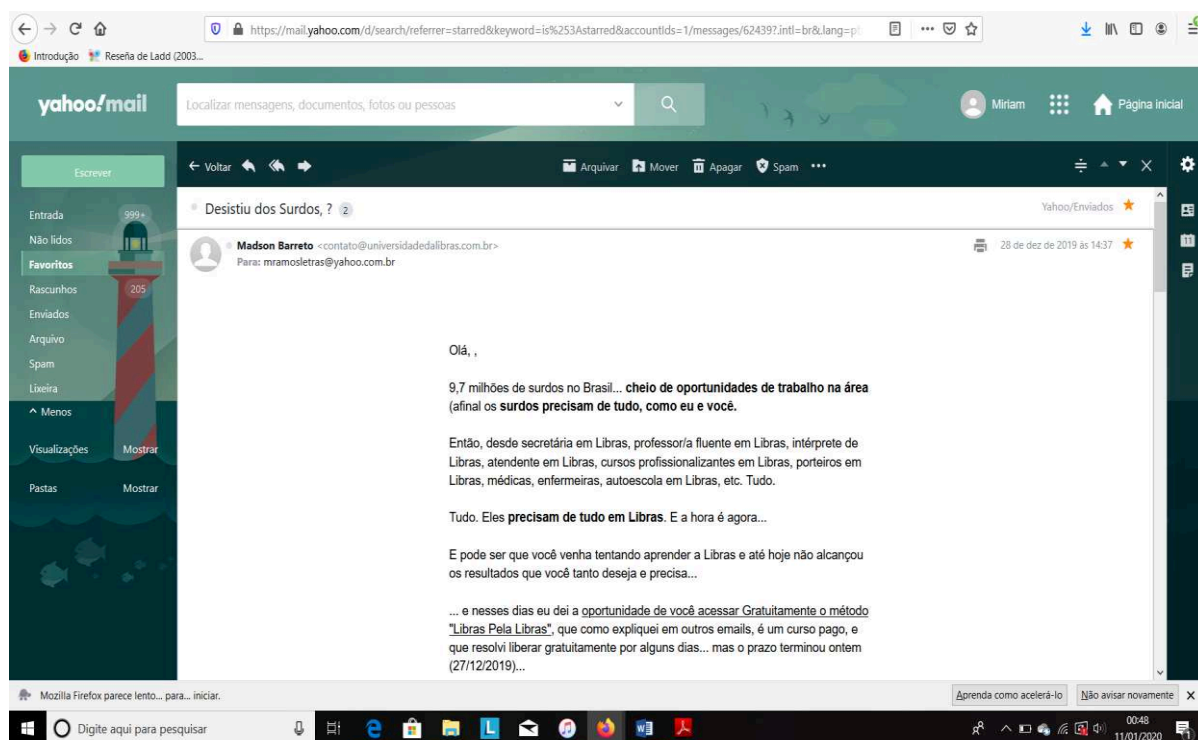
O exemplo “APRENDER LIBRAS É UMA FORMA DE AMOR” também mobiliza sentidos de menos valia da Libras e, possivelmente, do surdo na sociedade. Isto porque não é comum ouvirmos que aprender inglês/francês/espanhol/alemão é uma forma de amor (só se for amor à carreira profissional!). Se aprender Libras é uma forma de amor, então seria “amor” à que/quem? Amor à pessoa surda! Então, seria necessário amar alguém para aprender sua língua? Seria preciso apelar para o sentimentalismo, para a solidariedade, para alguém desejar aprender outra língua?

Uma paráfrase possível para a frase “APRENDER LIBRAS É UMA FORMA DE AMOR” seria “NÃO APRENDER LIBRAS É UMA FORMA DE NÃO AMAR”, nessa paráfrase percebemos efeitos de sentidos como culpa, responsabilidade pelos surdos – pela inclusão social deles -, atrelados a um apelo ao aprendizado da língua de sinais.

Esses mesmos efeitos de sentidos circundam a noção apresentada no exemplo: “*Quando você desiste de se comunicar em Libras, você desiste de um surdo*”. Se desistir de Libras é desistir dos surdos, logo os sentidos sobre Libras e surdos se misturam de tal forma que Libras passa a ser sinônimo de surdo e surdo de Libras. Assim, desistir de um é desistir do outro... Esse exemplo, ao não dissociar o surdo com a língua de sinais parece corroborar com a defesa de que Libras é a língua dos surdos e com a supracitada afirmativa de Ferreira (2010, p. 17), de

que “A única saída viável é a aceitação sem restrições das línguas de sinais. Aceitar o surdo implica a aceitação de sua língua.”.

Observando o último exemplo, lembrei-me que recebi recentemente um e-mail sobre a oferta de um curso de Libras, cujo o título era “Desistiu dos surdos?”. O e-mail ressaltava que “Eles [os surdos] dependem de Libras para tudo” e que aprender língua de sinais era também uma oportunidade para atuar como intérprete em vários setores da sociedade.



Novamente, notamos que sentidos de culpa são mobilizados, mas nesse caso, estão associados a perder oportunidades profissionais. Desistir dos surdos é desistir de oferecer ao surdo possibilidade de dar um pouco do “tudo” que eles precisam “em Libras”, já que “Eles precisam de tudo em Libras”. Mas ao mesmo tempo é desistir das oportunidades na área de Libras, e isso é utilizado como persuasão para o outro, ou seja, quem não é surdo e não tem a Libras como sua língua natural. Parece se tratar de discursos contraditórios, que mobiliza o discurso do “surdo como coitadinho”, buscando sensibilizar o ouvinte para fazer o curso de língua de sinais pelo apelo à “uma necessidade dos surdos”, mas ao mesmo tempo remete ao discurso de oportunidade de “incrementação” profissional, pela língua do outro, o surdo “coitadinho”.

Sobre a questão do intérpretes de Libras, observamos que devido a “lei de libras” e suas implicações em práticas sociais, a imagem dele tem deixado de ser a do “solidário” para com o surdo (que, deveria trabalhar por amor, sem receber proventos, acompanhando o surdo em locais públicos por “caridade”, interpretando reuniões diversas em espaços como igrejas, escolas etc.), para ser de alguém com um conhecimento socialmente reconhecido, um profissional.

Observemos acerca da imagem do intérprete a partir do exemplo a seguir:



35

Nesse cartum, de autoria do cartunista Ernani Diniz Lucas (Nani), publicado no site “NaniHumor” em 29.08.19, há uma alusão à narrativa bíblica da criação devido a presença de personagens homem e mulher em estado de nudez, em um local com vegetação e uma maçã (ou o que restou dela) no chão indicando já ter ocorrido o pecado “original”. Há ainda, no plano celestial, a imagem de um ser chamado pelo personagem homem como Deus, que está acompanhado, em sua direita, por alguém identificado como sendo a tradutora de “Libra” (sic).

Observando as charges e cartuns publicadas anteriormente por Nani Lucas em seu site Nanihumor, notamos que entre elas há uma intitulada “Deus está surdo” publicada em 12.01.16, cujos sentidos se entrelaçam com o cartum em questão. Se “Deus está surdo”, logo o uso da Libras e a presença do intérprete de Libras seria explicada como uma opção para a comunicação entre divindade “surda” e humanos “ouvintes”.

<sup>35</sup> Disponível em <http://www.nanihumor.com/search/label/Deus> Acesso 02.02.2020 Publicado em 29.08.19



36

Ainda pelas referências apresentadas no primeiro cartum, em que há o intérprete de Libras, podemos comparar com o texto Adão e Eva (surdos) de Karnopp e Rosa (2011), que utilizamos no tópico anterior. Associando os dois textos, notamos uma relação de interdiscursividade, pela presença do já dito que retorna em um outro dizer no discurso por meio de textos. Nesse interdiscurso, produz-se a polissemia também, pela criatividade decorrente em um “novo dizer” pautado na narrativa bíblica. Nesse processo de polissemia, o cartum funcionaria discursivamente como se fosse uma continuidade daquela narrativa surda. Se assim fosse e o cartum passasse a ser predominantemente escrito por meio de narração, então ficaria aproximadamente: “Após comer o fruto, Adão e Eva passaram a falar e não conseguiram mais manter diálogo em língua de sinais com a divindade. Então Deus, vendo a necessidade de conversar com os humanos, instituiu uma tradutora de Libras celeste para poder atuar como intérprete”.

Destacamos dois pontos para discutirmos sobre esse cartum: a imagem sobre a Libras e a imagem acerca da intérprete de Libras no discurso. A imagem sobre a língua brasileira de sinais é associada a uma língua divina, elevada ao plano celestial, ao perfeito. O homem e a mulher (Adão e Eva) ficaram impedidos de se comunicar com a divindade por não (mais) usar a língua “divina”. A imagem da língua portuguesa, por extensão, estaria relacionada ao terreno, secular. Já a imagem da intérprete de Libras remete à alguém de considerável importância, elevada ao plano celestial e passando a ter a honra de estar ao lado de Deus, lugar, segundo a Bíblia, reservado a Jesus. Aliás, colocada como mediadora (na comunicação) entre Deus e os homens, é exatamente o lugar do filho de Deus que a intérprete estaria ocupando. Não se sabe se a divindade no cartum seria surda ou se faria de surda para não se comunicar com os homens em português. A função de interpretar as línguas é projetada pelas formações imaginárias nesse

<sup>36</sup> Disponível em <http://www.nanihumor.com/2016/01/deus-esta-surdo.html> Acesso 02.02.2020

cartum como equivalente ou similar ao ato de mediar, ou seja, atuar no sentido de intermediar partes contrárias ou interessadas em algo em comum.

No atual contexto brasileiro, como resultado das medidas legais, ao que parece a Libras tem se destacado e a profissão de intérprete passou a ser requisitada com certa frequência. Surdos estão podendo fazer provas de vestibular em Libras (como ocorre na UFSC), ter intérpretes para auxiliá-los nas provas do ENEM e em aulas da Educação Básica e do Ensino Superior. Um fato que ocorreu envolvendo a Libras e o intérprete dessa língua cuja repercussão abrangeu o território nacional foi o primeiro discurso da primeira dama Michele Bolsonaro em Libras, com auxílio de intérprete, após a assunção de seu marido como presidente do país. Foi a primeira vez em que um discurso ocorrido em circunstância de posse presidencial ocorreu em língua de sinais no Brasil.

Porém, vale ressaltar que mesmo com essas conquistas dos surdos sinalizantes brasileiros no início do século XXI asseguradas por leis e decretos federais, medidas recentes adotadas pelo governo federal, sancionadas pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, como o fim da secretaria dos surdos, o fim de contratação de intérpretes, mostram que as políticas e práticas de inclusão do surdo não estão seguindo um caminho linear e alinhados com as pautas dos movimentos surdos.

Vale destacar que os discursos contraditórios que permeiam as posturas do governo bolsonarista com relação aos surdos. Se por um lado, discursivamente o ato da primeira dama do país fazer seu primeiro pronunciamento oficial em Libras mobilizou sentidos de adesão aos sentidos de respeito e valorização à língua de sinais e aos surdos, de inclusão da Libras e dos utentes dessa língua nesse governo que ela, por dizer no lugar social e discursivo de esposa do presidente e em discurso de posse, (também) representa, por outro lado, os atos políticos de seu marido, desde a campanha para a presidência até as decisões governamentais, como as citadas no parágrafo anterior, foram pautadas no sentido de exclusão das minorias, o que inclui os surdos.

E se há surdos sinalizantes brasileiros que mesmo com o reconhecimento da Libras e suas implicações e reverberações legais andam insatisfeitos com sua situação no cenário nacional, no que concerne a retrocessos em políticas voltadas à eles, o que dizem os surdos oralizados sobre o assunto?

Tomando aquela afirmação de Ferreira (2010, p. 17) de que “Aceitar o surdo implica a aceitação de sua língua”, o que dizem os surdos oralizados sobre as implicações sociais decorrentes da “lei de Libras” diante de sua opção pela língua portuguesa e não a língua de sinais, a considerada língua dos surdos? É sobre isso que discutimos no nosso próximo tópico.

#### 2.4.2 “Lei de libras” e o manifesto dos surdos oralizados

Como vimos no tópico anterior, a Libras é considerada a língua dos surdos (sinalizantes) brasileiros, de modo que há leis e decreto que regulamentam seu reconhecimento e difusão. Mas e quanto aos surdos oralizados? Considerando que eles tenham a língua portuguesa como primeira língua, como se posicionam discursivamente os surdos oralizados brasileiros sobre as medidas legais voltadas para os surdos no país?

Em resposta às conquistas dos surdos sinalizantes em âmbito nacional, sobretudo à “lei de Libras” e seus desdobramentos legais, bem como suas implicações e reverberações citadas, o movimento dos surdos oralizados encaminhou um documento ao senado intitulado “O Manifesto dos Surdos Oralizados”, com data de 15.04.2002.

Esse manifesto constituiu-se como um marco na reivindicação dos surdos brasileiros não usuários da Libras. Prova disso é que em 19.11.2008, um outro documento foi divulgado, desta vez pelo Movimento dos Surdos Usuários de Língua Portuguesa - SULP. Esse documento do SULP visava informar ao povo brasileiro sobre a existência dos surdos usuários de língua portuguesa e solicitar apoio social para as dificuldades enfrentadas por esses surdos na busca pela “completa e perfeita integração à sociedade”, a saber, acessibilidade, necessidade de ajuda técnica, dificuldades sociais e econômicas e demais práticas voltadas a essas questões.

No Manifesto dos Surdos Oralizados, esses surdos brasileiros alegam que apesar de a legalização da Libras ser um importante passo para os surdos e uma abertura para a discussão da situação legal do surdo no contexto brasileiro, não resolve os problemas para todos os surdos do nosso país. Esses problemas seriam voltados à inclusão efetiva dos surdos na sociedade, a possibilidade de comunicação entre surdos e ouvintes em qualquer espaço (sem necessidade da intermediação do intérprete), a fluência do surdo na língua portuguesa escrita etc.

A língua brasileira de sinais brasileira é a língua dos surdos brasileiros em sua totalidade? Um dos principais pontos desse manifesto é a refutação à resposta afirmativa à essa questão. Segundo esse documento, os surdos oralizados não consideram ser a língua deles a língua de sinais sua língua, mas sim a língua portuguesa. Podemos observar essa posição nas citações:



**[...] não concordamos com o fato de a língua de sinais ser a língua exclusiva e única do surdo.** (O MANIFESTO DOS SURDOS ORALIZADOS, 2002, n.p., grifo nosso)

Nada temos contra a língua de sinais, **a oralização foi uma opção exclusivamente nossa e de nossos pais, sem menosprezarmos e negarmos nossa surdez,** como muitos psicólogos e educadores de surdos gostam de afirmar. (O MANIFESTO DOS SURDOS ORALIZADOS, 2002, n.p., grifo nosso)

A posição discursiva em que se inscreve os surdos brasileiros que tomam a oralização como modo do surdo poder dizer na e pela língua, parte da identificação deles com a língua portuguesa, via prática de oralização, como um direito de escolha linguística – uma escolha feita, inicialmente, pelos pais e, posteriormente, ratificada por esses surdos oralizados - que não os fariam “menos surdos” do que quem optasse pela língua de sinais.

Observemos que no texto do manifesto não há contestação sobre a língua de sinais ser uma língua dos surdos, mas sim que essa seja “[...] a língua exclusiva e única do surdos” (O MANIFESTO DOS SURDOS ORALIZADOS, 2002, n.p., grifo nosso). Assim, não é a Libras que está sendo questionada como *uma* (artigo indefinido, indicando uma entre outras) língua dos surdos, e sim como *a* (artigo definido, indicando única, exclusiva) língua dos surdos. Se a língua brasileira de sinais for vista como *uma* língua de surdos brasileiros, logo poderia indicar abertura de espaço para aceitação de cidadãos surdos que não fossem utentes dela, especialmente os oralizados. Mas se a Libras for entendida como *a* língua dos surdos, então os surdos oralizados brasileiros estariam apropriando-se de outra língua, a língua portuguesa, que não seria a *sua* como surdos que são. E ter outra língua que não fosse a língua de sinais poderia ser associado à negação da *sua* língua, por extensão, de aspectos culturais e identitários (surdos) à ela interligados.

Para o sujeito surdo inscrito na discursividade do manifesto em questão, a Libras pode ser a língua de outros surdos (os sinalizantes, os bilíngues), mas não é língua deles, por se identificarem com a língua portuguesa. E isso acarreta na visão desses surdos oralizados de não necessitarem aprender a Libras apenas por serem surdos.

Só não vemos o motivo para aprendermos uma língua que não nos será de utilidade e *com a qual não nos identificamos*. É quase a mesma coisa que sermos obrigados a aprender Latim, uma língua morta. E como o restante da sociedade não conhece LIBRAS, como também não sabe falar Latim, o

máximo que estamos conseguindo com essa medida legal "humanitária" é criar mais uma diferença entre nós e os ouvintes - donde, certamente, nascerá mais um preconceito. (O MANIFESTO DOS SURDOS ORALIZADOS, 2002, n.p., grifo nosso)

Ao que parece a alegação de não querer aprender Libras por não se identificar com ela, parece ser uma resposta à sociedade que ao associar surdo com língua de sinais, de certo modo pressionaria os surdos oralizados para se adequarem à imagem de surdos que perpassa pela fluência na sinalização em Libras. Pfeiffer (2013) e Lobato (2011), surdas oralizadas, em suas autobiografias posicionam-se sobre a associação de Libras como a língua dos surdos e a questão do aprendizado da língua de sinais por surdos oralizados:

Quem é surdo oralizado deve ajudar a desmitificar a ideia errada de que deficiência auditiva = Libras. No meu caso, por exemplo, a língua de sinais não tem utilidade nenhuma. Aprendê-la seria como aprender russo ou chinês: uma língua nova que eu usaria muito raramente. (PFEIFFER, 2013, p. 29)

Muita gente acha que é obrigação de um deficiente auditivo aprender a língua de sinais, numa tentativa de homogeneizar a deficiência. Só que isso é um desrespeito à individualidade e à diversidade. Se o primeiro idioma que eu aprendi foi o português, é meu direito como cidadã brasileira tê-lo como primeiro (e até único) idioma. Não é porque uma parcela de deficientes auditivos usa a língua de sinais – que pra eles é útil e absolutamente necessária – que toda pessoa com déficit auditivo tem obrigação de utilizar esse idioma no dia a dia. Seria a mesma coisa que forçar todo deficiente físico, à revelia das suas condições, a usar cadeira de rodas e ponto. Rejeitar-se-ia o uso do andador, da muleta, das próteses e órteses. Reduzindo todo e qualquer deficiente físico a cadeirante, sob alegação de que assim, é mais fácil fazer adaptações. [...] Numa época que se fala tanto em diversidade, em inclusão e em respeito à individualidade, as pessoas precisam conhecer todos os tipos de integrantes do vasto universo da deficiência auditiva, além de respeitar as necessidades intrínsecas e características de cada grupo, sem se sobrepor ou negligenciar as necessidades dos demais. Há espaço suficiente para todos! (LOBATO, 2011, n. p.)<sup>37</sup>

Para as surdas oralizadas acima, as imagens discursivas que associam a língua de sinais como a língua dos surdos relegam a diversidade dentro do contexto da surdez e do surdo, de modo a buscar “homogeneizar a diferença” (LOBATO, 2011, n. p.). Além disso, como funcionam como padronizador linguístico ao surdo, desconsideram outras possibilidades e opções linguísticas de pessoas surdas, como o caso de surdos oralizados falantes do português.

---

<sup>37</sup> Publicado em 20.06.11 no blog “Desculpe, eu não ouvi”, Disponível em <https://desculpenaoouvi.com.br/o-que-sao-surdos-oralizados/> acesso 15.01.20)

Segundo o manifesto dos surdos oralizados, a língua de sinais é uma “fonte de comunicação” para os surdos que, por alguns motivos não conseguiram alcançar a oralização. Os motivos alegados são: diagnóstico tardio de surdez (dificultando o desenvolvimento da fala da criança); desinformação dos pais sobre possibilidades e métodos de reabilitação da fala de criança com surdez; falta de competência de profissionais da área da saúde; dificuldades financeiras familiar para fazer tratamento fonoaudiológico e adquirir aparelhos auditivos; escolha dos pais para que o filho surdo possa conviver com seus pares (integrantes da comunidade surda). O Poder Público poderia intervir para resolver esses motivos, caso houvesse de fato “vontade política determinante”, defendem os surdos oralizados em seu manifesto.

A refutação à afirmativa de a língua de sinais ser a língua de todos os surdos e a de que seria a melhor opção para eles funciona no discurso para referendar as solicitações apresentadas ao governo federal que visam favorecer a causa dos surdos oralizados. As reivindicações apresentadas por eles nesse manifesto são voltadas ao que consideram soluções aos problemas dos surdos, a saber: custeio público à aparelhos auditivos e ao acompanhamento fonoaudiológico para surdos que comprovem baixa renda; uso de legenda pela mídia televisiva; precocidade no diagnóstico de surdez para bebês; obrigatoriedade de uso de mensagens legendadas em espaços públicos de grande circulação de pessoas que fazem uso de alto falantes, como aeroportos, rodoviárias, metrô.

Partindo dessa discussão sobre a língua dos surdos brasileiros (entenda-se como L1) e soluções para os problemas da população com surdez, os surdos oralizados propõem ao Governo Federal a adoção de medidas como as citadas que venham abranger a situação de *todos* os surdos brasileiros e não apenas aos surdos sinalizantes, como supostamente estaria ocorrendo com a implantação da lei da Libras e as medidas legais subsequentes relacionadas à essa lei.

No manifesto, a defesa por políticas voltadas aos surdos oralizados perpassa por imagens discursivas sobre a oralização (consequentemente, pela língua portuguesa), a Libras (uso, reconhecimento legal e políticas linguísticas) e sobre os surdos sinalizantes. Nele, a língua portuguesa, não apenas escrita<sup>38</sup>, mas sobretudo oralizada, é colocada como a língua que por ser majoritária no território brasileiro deveria ser a L1 dos nossos surdos. Assim, discursos sobre a oralização são mobilizados nesse manifesto como a melhor opção para integração dos surdos na sociedade brasileira, como podemos ver no excerto abaixo:

---

<sup>38</sup> Vale notar que a “lei de libras” especifica que ainda que a Libras seja reconhecida como língua dos surdos brasileiros, promovida socialmente e ensinada em instituições de ensino, em se tratando da modalidade escrita é a língua portuguesa que deve ser ensinada aos surdos – e não a escrita de sinais.

Nós, mais do que ninguém, sabemos que somente a oralização amplia nossas possibilidades e iniciativas como qualquer ser humano e, por isso mesmo, acreditamos que somente o oralismo é capaz, como um todo, de nos incluir na sociedade, sem sermos marginalizados. (O MANIFESTO DOS SURDOS ORALIZADOS, 2002, n.p.)

Essa posição discursiva pró-oralista evocada no manifesto entra em confronto direto com a posição dos surdos sinalizantes em formações discursivas. Isso porque, como já vimos, para os surdos sinalizantes, as práticas de oralização são comumente associadas à contextos sócio-histórico, ideológicos de opressão e proibição de uso da língua de sinais entre surdos em séculos passados. Logo, entre a comunidade surda, imagens sobre a oralização remetem à negação da surdez, de dissociação com a cultura e identidade surdas, cujas raízes estariam na imersão na língua de sinais.

Surdos oralizados, como Pfeiffer (2013), assumem a posição pró-oralismo como uma escolha linguística que lhes confere maior possibilidade de êxitos profissionais e educativos, assim como autonomia e independência – pela possibilidade de não necessitar da mediação de intérprete de Libras -, e integração social mais abrangente – por poder interagir mais com ouvintes em geral e não apenas restringir-se a grupos de pessoas com conhecimento em língua de sinais.

Penso que qualquer surdo só tem a ganhar em oportunidades profissionais, educativas e pessoais caso domine o português. Acho imprescindível dominar a língua do país em que se vive. Mesmo que muitos surdos sinalizados se recusem a se “submeter” aos ouvintes (ou seja, a falar, em razão das implicações políticas desse ato perante a chamada Comunidade Surda), creio que é uma grande vantagem dominar, pelo menos, o português escrito. Eu, particularmente, não gostaria de perder nenhum tipo de oportunidade, em especial as de cunho profissional, pelo fato de me comunicar apenas pela língua de sinais. Tampouco gostaria de ficar eternamente dependente de um intérprete, caso fosse surda sinalizada, nas situações de interação social com ouvintes. A ideia de conviver apenas com um restrito grupo de pessoas não me agrada, muito menos a ideia de viver em função da minha deficiência. (PFEIFFER, 2013, p. 30-31)

Um ponto a ser considerado é o discurso dos surdos oralizados acerca do uso da língua de sinais por surdos sinalizantes funcionar como uma língua que, dado ao seu uso predominantemente entre a comunidade surda, promoveria “guetos linguísticos”, culturais e identitários. E considerando as dificuldades de inclusão social dos surdos, isso acarretaria em imagens dos os surdos sinalizantes como participantes de “guetos” que os relegariam à lugares sociais destinados aos “sectários” e excluídos.

Sobre as imagens discursivas de formação de guetos entre surdos sinalizantes, a surda oralizada Pfeiffer (2013) acrescenta em sua autobiografia que ao entrar em um curso de Libras sentiu-se rejeitada pelos surdos sinalizantes adultos, a ponto de desanimar e, por fim, desistir do curso. Para a autora, a não aceitação desses surdos no grupo ocorreu pelo fato de ela que por ser surda oralizada e usuária de AA:

[...] comecei a desanimar, porque não me encaixava. As crianças surdas sinalizadas vinham tentar interagir comigo, eram abertas e calorosas. Já os adultos me julgavam com o olhar e não se aproximavam. Era como se dissessem com os olhos: “O que você está fazendo aqui? Você não é surda. Você não faz parte da Comunidade Surda. Você usa aparelhos auditivos!”. (PFEIFFER, 2013, p. 41-42)

Nessa perspectiva, a imagem sobre o surdo associada à língua de sinais relegaria ao surdo oralizado o lugar social de “menos surdo” ou até de “não-surdo”, surdo “*fake*”. E a imagem do surdo oralizado como “menos surdo” e/ou “não surdo” poderia implicar em questões que extrapolam o linguístico e adentra o político, como as exclusões dos surdos oralizados em políticas públicas voltadas para os surdos (sinalizantes).

Vejamos o que consta no manifesto dos surdos oralizados sobre o uso da língua de sinais e dos surdos sinalizantes e suas supostas implicações sociais:

Na nossa opinião, a língua de sinais favorece a formação de guetos, uma vez que nossa sociedade, majoritariamente ouvinte, não sabe língua de sinais. E a maioria dos surdos acaba se excluindo, formando grupos sectários, no intuito de defesa de seus interesses.

[...]

Nada adianta nos encaminhar ao aprendizado de uma língua que visa excluir e separar as pessoas. E estamos aqui, pela primeira vez na História, reivindicando direitos, bens muito mais importantes do que simplesmente legalizar uma língua de sinais, que nos estigmatiza e nos faz dependentes. Como V.Exas. puderam constatar, temos problemas muito mais sérios do que

simplesmente “legalizar” a língua de sinais. “Queremos viver tudo e fora de guetos. E se não sabemos por onde vamos, sabemos que por aí não vamos”. (O MANIFESTO DOS SURDOS ORALIZADOS, 2002, n.p.)

Nessa posição discursiva, os sentidos sobre a Libras atrelam-na a uma língua que por ser minoritária poderia, ao invés de promover e incluir socialmente o surdo brasileiro em geral, funcionar exatamente como o inverso: favorecer uma separação mais acentuada entre surdos e ouvintes por meio das diferenças linguísticas. Nesse sentido, a legalização da Libras referendaria essa posição sectária, ao invés de unir grupos de ouvintes e de surdos oralizados, sinalizantes e bilíngues...

Ao tomarmos o comentário citado no tópico anterior de Ferreira (2010): “A única saída viável é a aceitação sem restrições das línguas de sinais. Aceitar o surdo implica a aceitação de sua língua.” (p. 17), observamos que entre os surdos oralizados a primeira parte do comentário, “A única saída viável é a aceitação sem restrições das línguas de sinais” (FERREIRA, 2010, p. 17), é refutada, visto que para eles a melhor saída para os surdos é a oralização, o uso da língua portuguesa na escrita e na fala no caso de surdos brasileiros. Já a segunda parte do comentário, “Aceitar o surdo implica aceitação de sua língua.” (FERREIRA, 2010, p. 17), parece ser coerente à posição discursiva dos surdos oralizados, porém sob uma outra perspectiva em que a língua portuguesa é a língua dos surdos (oralizados) e não a Libras. A aceitação da diversidade passaria pela aceitação de surdos que têm uma língua de modalidade oral-auditiva como sua língua – e também do surdo que é utente da língua de sinais.

Queremos aqui esclarecer que sempre defendemos o reconhecimento das pessoas surdas como capazes de ter livre arbítrio sobre suas vidas e sua carreira, capazes de auto-determinar suas decisões e escolhas, contrariamente à opinião dos assim conhecidos como “donos-de- surdos”, pessoas que se intitulam especialistas em surdez, criadores de teses mirabolantes sobre a situação dos surdos, e que querem manter o poder e o controle sobre a comunidade surda, com o monopólio da profissão de “intérpretes” em LIBRAS, o que conduz à dependência dos surdos não oralizados. (O MANIFESTO DOS SURDOS ORALIZADOS, 2002, n.p.)

No manifesto, mesmo havendo o posicionamento pró-oralização, com discursos de que a oralização seja a solução para a inclusão do surdo, há também discursos voltados para a liberdade de escolha linguística entre os surdos. Neste ponto, a escrita do documento em questão

traz imagens de supostos opositores à essa liberdade: os “donos-de-surdos”. Discursivamente, os “donos-de-surdos” são projetados imaginariamente entre esses surdos como vilões “especialistas em surdez” cuja função seria obter “o controle sobre a comunidade surda”, com uma pretensa imposição da língua de sinais como *a* língua dos surdos e, dependência de intérpretes de Libras entre os surdos sinalizados.

Esse tipo de crítica também foi tecida na autobiografia de Pfeiffer (2013), com a diferença de que para ela os denominados “donos-de-surdos” são os integrantes do que ela considera como “militância surda”:

Apesar dos pesares, devo deixar registrado que não concordo com a “militância surda” que pensa que as crianças surdas devem servir à Libras (quando o certo é que a língua sirva à criança) e age de modo sorrateiro, enganando a opinião pública e fingindo que os surdos oralizados não existem e não têm os mesmos direitos que os surdos sinalizados. Essa militância é contra o teste da orelhinha, diz que um surdo “de verdade” usa Libras, condena o uso de aparelhos auditivos e implantes cocleares, julga de modo cruel os pais que querem dar ao filho a opção de ouvir (a tecnologia está aí para isso) e ainda divide as pessoas em surdos e Surdos, com S maiúsculo – dando a impressão de que Surdos são, de alguma forma, superiores. Deficiência sensorial e fanatismo definitivamente não combinam. (PFEIFEER, 2013, p.30)

Seja com a denominação de “donos-de-surdos” ou “militância surda”, o fato é que no discurso dos surdos oralizados há a mobilização de uma imagem do vilão controlador dos surdos, ou melhor, da língua de sinais entre os surdos, aquele que impõe a Libras como *a* língua dos surdos e não *uma* língua dos surdos. Não por acaso, entre os surdos sinalizantes também há eleitos à imagem de vilão dos surdos, trata-se daqueles que impõe aos surdos práticas oralistas, que busca controlar os surdos para que não utilizem a língua de sinais e sim submeta-se à uma língua “de ouvintes”.

Assim, observamos que o discurso sobre inclusão entre aceitação da diversidade e liberdade linguística faz-se presente tanto entre os surdos oralizados, quanto entre os surdos sinalizantes. A diferença dos sentidos de “aceitação da diversidade” e da “liberdade linguística” decorre da posição discursiva em que um ou outro grupo de surdos se encontra.

Para os surdos inscritos no discurso em posição de sujeito surdo oralizado, inclusão e aceitação da diversidade envolvem sentidos de poder ter a língua portuguesa como sua primeira língua e não ser julgado, constrangido e/ou ter direitos negados na sociedade. Nessa posição sujeito, como os sentidos sobre a surdez é pautado no discurso da deficiência e sobre ser surdo no discurso de ser deficiente, então a luta do sujeito é por algo que ele considera que lhe falta,

sendo que essa ausência diz respeito às condições para oralizar, para se inscrever na língua portuguesa. Daí sua busca por aparelhos auditivos, acompanhamento por fonoaudiólogos etc., meios de permutar da deficiência para se tornar sujeito pela linguagem – via língua portuguesa.

Já no caso dos surdos sinalizantes, os sentidos de inclusão, aceitação da diversidade são voltadas para a liberdade de fazerem uso de sua língua, a Libras, nos espaços sociais, sem enfrentarem constrangimentos, proibições e/ou dificuldades na comunicação. Na posição sujeito surdo sinalizante, surdez não é deficiência e ser surdo não é ser deficiente, ser surdo é ter diferença cultural/identitária e linguística. Sendo assim, para o sujeito surdo nessa posição, é a língua de sinais que o completa no sentido de lhe permite significar(-se) como ser Surdo com experiências marcadamente visuais. Para esse sujeito, a língua de sinais lhe permite subjetivar-se e ser sujeito autônomo dentro dessa língua.



### 3. A ESCRITA DO SUJEITO SURDO NO TEXTO ACADÊMICO EM (DIS)CURSO

Nos capítulos anteriores discorremos acerca de posições sujeito surdo em formações discursivas sobre surdez e o surdo e também em como as línguas (de sinais e portuguesa) atravessam a constituição desses sujeitos surdos no discurso. Como vimos, há duas formações discursivas predominantes e ideologicamente contrapostas, as quais são pautadas em: discursos da surdez como deficiência e, por conseguinte, do surdo como deficiente, que por sua vez mobilizam outros discursos como da identificação do surdo com a língua portuguesa e também da defesa de práticas de oralização para o surdo; discursos de surdez como diferença pautada na experiência visual e de ser surdo como ser diferente cultural e linguisticamente, que por conseguinte estão associados à identificação dos surdos com a língua de sinais e com a cultura e identidades surdas.

Partindo dessas noções apresentadas, neste capítulo abordamos a inscrição do sujeito surdo na escrita em língua portuguesa, em especial, no texto acadêmico. O inscrever-se desse surdo na escrita de texto acadêmico em português nos interessa por dizer respeito ao nosso objeto de nossa pesquisa nesta tese, ou seja, as dissertações e teses de surdos da UFSC.

#### 3.1 A ESCRITA EM UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA - O INSCREVER-SE DO SUJEITO SURDO AO ESCREVER EM PORTUGUÊS: “A caneta é a voz do surdo”?

Nesta seção, voltamos nossa atenção para a escrita e o sujeito da escrita surdo em uma perspectiva discursiva. Assim, enveredarmos por discussões teóricas e buscamos observar as regularidades presentes nos discursos voltados ao assunto em questão. Analisamos essa regularidades por meio das condições de produção desses discursos, assim trazemos diversos textos envolvendo a produção escrita em língua portuguesa de sujeito surdo que circulam, sobretudo, em ambientes virtuais de livre acesso ao público e passível de abrangência em todo o território nacional e fora dele também, tais como Facebook, jornais em formato digital etc.

Para iniciarmos a discussão acerca da escrita e o inscrever-se do sujeito surdo na escrita em português, optamos por trazer um excerto de um depoimento de uma professora da rede

regular de ensino presente no artigo “Já que ele não fala, podia ao menos escrever” de Marilda Cavalcanti e Nani Silva (2007).

Tem um surdo, ele estuda em outra escola e às vezes vem aqui falar com os nossos surdos. Ele aparece aqui na escola e fica tentando falar com o guarda na *língua deles*, com os professores, mas ninguém entende nada do que ele diz. *Ele não fala nada de português, eu acho que a obrigação dele era andar com um lápis e um papel na mão para escrever o que ele quer saber*. Se ele não fala português *tem que* estar com papel e com a caneta, porque *a caneta é a voz dele*, né? Aí ele pergunta o que ele quer saber, não é? [Excerto 2: entrevista gravada (áudio) com professora da escola regular, data: 08/04/2003.]” (CAVALCANTI; SILVA, 2007, p. 228, grifos nossos)

A noção de que o surdo precisa escrever para ter “voz” diante dos ouvintes permeia o discurso da escrita para sujeitos na condição de surdez, independente se são oralizados e/ou sinalizantes. No exemplo acima de Cavalcanti (2007, p. 228), vemos o dizer de um sujeito no lugar social de docente de escola regular com alunos surdos e ouvintes. Pelo dizer dessa professora, como o surdo sinalizante não conseguia se comunicar em língua de sinais com funcionários ouvintes, logo a “solução”, para o sujeito professora, é o surdo escrever em português, adequando-se ao ouvinte e não o contrário. Vale destacar que na entrevista é posto que a escola citada possui alunos surdos, logo espera-se que seja uma escola inclusiva. Notamos que esse sujeito assume posição discursiva pautado na concepção de que o surdo precisa da escrita em português para ter “voz” perante os ouvintes, de modo que mobiliza sentidos de que o surdo é quem teria que se esforçar para se comunicar na língua portuguesa (dos ouvintes daquela escola) e não o ouvinte que precisaria aprender “a língua deles”. Os sentidos sobre “inclusão”, nesse caso, passam a ser pautados no surdo buscar incluir-se entre os ouvintes pela escrita em língua portuguesa, em mudanças que partam exclusivamente do surdo para resolver as dificuldades de comunicação entre ambos, surdos e ouvintes. Ressaltamos, nesses discursos a inclusão partiria dos surdos e não dos ouvintes.

Não sabemos como os surdos alunos daquela escola se comunicavam com os ouvintes, se sempre estariam acompanhados de intérpretes ou se seriam orientados a escrever para “poder dizer” aos ouvintes e serem “ouvidos”. Note que no início da entrevista, o sujeito professora afirma que o surdo citado é alguém de fora, conhecido dos surdos da escola, que tenta um espaço para se incluir naquele ambiente. A posição assumida pelo sujeito em questão coloca o

surdo como se fosse um intruso, que desejaria ser incluído por meio de mudanças por parte dos ouvintes...

Um ponto que destacamos nesse excerto é o dizer do sujeito professora “a caneta é a voz dele [do surdo], né?” (CAVALCANTI; SILVA, 2007, p. 228). Notemos que a elaboração da frase em questão com a utilização do “né?”, uma contração da advérbio de negação “não” + “é” - o verbo ser no presente do indicativo e na 3. Pessoa do singular -, seguido da interrogativa no final, tanto pode se tratar de uma indagação de dúvida, de incerteza diante da informação apresentada, quanto pode ainda ser interpretada como uma pergunta retórica, visto que não houve espaço para uma resposta da interlocutora. Tratando-se de um dizer que indica dúvida ou não, entendemos que se trata de um posicionamento da professora diante da escrita em português como forma (preferencial, senão única e aceitável, partindo das possibilidades de sentidos mobilizados na fala dela) do surdo estabelecer comunicação com o ouvinte.

Note que na entrevista, essa modalidade de comunicação é apresentada pela professora como de única via e não de mão dupla, pois direciona o surdo utente de língua de sinais a se “incluir” entre os ouvintes por meio de língua oral-auditiva, isto é, de uma segunda língua (uma língua tida por esses surdos como sendo “dos ouvintes”).

Sobre a caneta ser (ou não) a “voz” do surdo, podemos inferir que a caneta pode ser pensada não apenas como um dos instrumentos de concretização da escrita, mas, pelo sentidos atribuídos a ela, quiçá também a um instrumento simbólico de materialização do escrever. Como sabemos, a caneta é de fácil acessibilidade (baixo custo, em geral), manuseio e difusão, de modo que se tornou indispensável para quem escreve. Também que ao manusear fazendo uso da caneta, quem o faz imprime no papel sua caligrafia, ou seja, há necessariamente uma escrita com inscrição de si por meio de traços manuscritos personalizados – o que não ocorre com a escrita digitalizada, por exemplo. Nesse ponto, convém ressaltar que, na escrita, seja manuscrita ou digitalizada, há a inscrição do sujeito que escreve, devido a própria constituição do sujeito da escrita, de como os discursos e ideologias o afetam, como veremos no decorrer deste capítulo.

A caneta além de ser instrumento símbolo de escrita – um instrumento para manuscrita que, similar à antiga pena, passa a representar o próprio ato de escrever, de manusear -, também, e sobretudo, alia escrita a poder e também a identidade. Isso porque, metaforicamente, a caneta metaforicamente envolve poder dizer pela escrita, ter “voz” por meio do ato de escrever. Também diz respeito a imprimir marcas identitárias nessa escrita, ou melhor, por meio

da inscrição do sujeito na escrita que lhe permite posicionar-se no texto que produz em uma ou outra formação discursiva<sup>39</sup>.

Ao direcionarmos nossa atenção para a história da humanidade, podemos perceber como ela é marcada pela escrita, pelo modo como o poder simbólico (e ideológico) do escrever mobiliza saberes e discursos entre os sujeitos. Como afirmou Higoumet (2003, p. 10), os últimos séculos são marcados como séculos da civilização escrita, prova disso é que a escrita está tão entranhada na nossa sociedade a ponto de poder até mesmo servir de definição dessa, de divisor da história da humanidade: antes da escrita e a partir da escrita. “A lei escrita substituiu a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição lendária. E sobretudo não existe história que não se funde sobre textos.” (HIGOUMET, 2003, p. 10).

Para Orlandi (2013, p. 263-264), a forma da sociedade está vinculada com a existência ou não da escrita, pois, quando partimos da perspectiva discursiva, podemos perceber que “[...] a escrita especifica a natureza da memória, ou seja, define o estatuto da memória (o saber discursivo que determina a produção dos sentidos e a posição dos sujeitos), definindo assim, pelo menos em parte, os processos de individualização do sujeito.”

Dessa forma, “A escrita, numa sociedade de escrita, não é só um instrumento: é estruturante.”, considera Orlandi (2013, p. 263), haja vista que a escrita “[...] é lugar de constituição de relações sociais, isto é, de relações que dão configuração específica à formação social de seus membros” (p. 263). Quer os indivíduos sejam alfabetizados ou não, as práticas de escrita (e de leitura) permeiam sua vida cotidiana, embasando outras práticas sociais e colocando-se a eles de modo mais ou menos incisivo. (TFOUNI, 1995).

A escrita sob a perspectiva discursiva da AD pecheutiana extrapola a questão do aprendizado da escrita em si, isso porque busca envolver um aprendizado da escrita que “[...] inscreva o sujeito na estrutura social, ou seja, que o constitua em suas posições de sujeito da escrita (que não é a mesma do sujeito do oral, pois significa de maneira diferente a relação do sujeito com a história).” (ORLANDI, 2013, p. 264). Assim, com relação ao aprendizado da escrita, “Não é o acesso ao instrumento que muda as relações sociais, mas o modo de sua apropriação.” (SCHONS, 2011, p. 154).

Segundo Orlandi (2013), a escrita surge como trabalho da memória capaz de estruturar de modo específico as relações sociais, por meio da língua que, necessariamente, mobiliza história, discursividade, sentidos.

---

<sup>39</sup> Sobre escrita e identidade, discutimos mais no capítulo 4 ao abordar a escrita de si.

Orlandi (2013, p. 265) considera que “[...] a escrita constitui uma forma de relação social e situa de forma específica o sujeito diante da e na história.” Assim, a autora apresenta alguns princípios para a escrita segundo a AD pecheutiana. Para Orlandi (2013), o principal princípio é considerar a relação da escrita com o real da história – que envolve o confronto do simbólico com o político - e a historicidade do sujeito (e do sentido) – ou seja, “[...] a relação do homem com o simbólico que se apresenta, pondo em jogo a constituição do sujeito em sua relação com a ideologia.” (ORLANDI, 2013, p. 265)

Schons (2011) destaca que na perspectiva discursiva a escrita e/ou a produção de textos escritos está relacionada a processo, a mobilização de sentidos. Nesse processo, pensar a escrita pelo viés do discurso é, a princípio, considerar a língua não como um sistema abstrato, mas sim como “[...] a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas.” (SCHONS, 2011, p. 146). É conceber a língua em funcionamento, convivendo com a falta, a incompletude, os silêncios, e compreendendo que as palavras só significam pela “intervenção da exterioridade”, por serem atravessadas pela memória, pelos esquecimentos, por novos sentidos. Por isso, a autora conclui: “As palavras, quando assentadas numa prática, passam a ser dotadas de sentidos, de ideologias e historicidade.” (SCHONS, 2011, p. 146)

Conforme Schons (2011, p. 142) a concepção de língua e linguagem que orienta a noção de escrita na AD pecheutiana “[...] é a da incompletude, tem memória e historicidade”, que não permite pensar a escrita meramente como estrutura, sem (re)produzir sentidos, desvinculada de um sujeito da escrita que assume a função-autor (discutida por nós no tópico seguinte). É uma perspectiva, segundo a autora, que rompe com a noção de que seja possível a palavra ser domesticada e enquadrada em qualquer estrutura, pois o sentido depende não apenas da estrutura, mas também das condições de produção. Nas condições de produção, por sua vez, os efeitos de sentidos podem suscitar “[...] o reconhecimento sócio-histórico da linguagem, das injunções do poder e das diferentes posições do sujeito nos textos.” (SCHONS, 2011, p. 143). Isso explica porque a escrita deve necessariamente ser vinculada ao seu caráter sócio-histórico.

No mundo dos homens, mesmo que cada sujeito tenha um esquema particular de produzir a linguagem, a produção dos sentidos, embora, geneticamente, obedeça ao mesmo esquema (físico), só se faz na exterioridade, ou seja, os sentidos são efeitos dos conteúdos ideológico, social, psicológico e histórico, em que o refletido em diferentes contextos assume perfeitamente o caráter do plural, porque o sujeito-leitor tem suas especificidades e sua história. (SCHONS, 2011, p. 143)

Nessa visão da AD, a língua, em geral - e a escrita, em particular - não se reduz meramente para a comunicação ou é instrumento destinado exclusivamente à transmissão de informações. “Ao contrário, às vezes pretende encobrir os conteúdos que veiculam, de tal forma que os sentidos expressos pela linguagem nem sempre possam ser apreendidos sem mecanismos definidos de interpretação.” (SCHONS, 2011, p. 143)

A escrita é o lugar onde a língua se materializa, onde sentidos são movimentados possibilitando aos discursos o retorno e o novo, a junção do interdiscurso no intradiscurso. Em resumo, “[...] a escrita é uma prática social, tecida de discurso, por intermédio da qual a ideologia se materializa. [...] a escrita, por sua vez, ganha materialidade por meio da língua, [...]” (INDURSKY, 2016, p. 37)

A escrita não se esquivava da ideologia por ser uma prática discursiva de sujeito para sujeito (interpelados pela ideologia). Aliás, longe de se eximir por fora da ideologia, a escrita expõe e evidencia o sujeito no que diz respeito a suas filiações em formações ideológicas e discursivas, pois a inscrição do sujeito nessas formações é marcada no seu modo de se inscrever na escrita, de interpretar e mobilizar sentidos no texto escrito.

É a memória discursiva, enquanto categoria de análise [...] que permite acompanhar a trajetória de um enunciado, suas repetições bem como suas transformações. E certamente tanto as retomadas como seus deslizamentos subjazem às práticas discursivas do sujeito, dentre elas, a escrita de que aqui nos ocupamos. Ela constitui o lugar em que as “evidências” dos sentidos materializam o funcionamento da ideologia, tornando possível captar sua reprodução bem como seus deslocamentos. *É a escrita que dá visibilidade ao modo como o sujeito é afetado pela ideologia.* (INDURSKY, 2016, p. 42, grifo nosso)

Assim, ao escrever o sujeito se “mostra”, expõe-se como próprio produto do discurso, de interpelação ideológica, enfim se inscreve na escrita e constrói-se também nela e por meio dela. Nesse ponto, merece destaque que posicionamentos discursivos identitários, processos de subjetivação, “escolhas” (inconscientes) morfossintáticas, lexicais etc., predileções estilísticas, permeiam as práticas discursivas da escrita, orientando o analista à um trabalho interpretativo de como essas marcas da inscrição do sujeito na escrita podem sugerir, direcionar ou mesmo evidenciar a construção de identidade do sujeito no discurso.

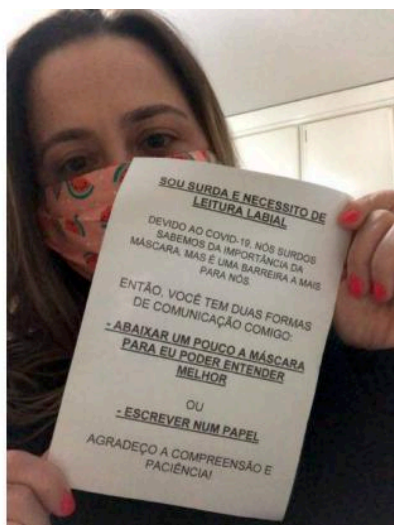
O sujeito da escrita por ser inconsciente, suscetível a ideologia, as identificações com uma formação discursiva, aos esquecimentos, diz mas não tem o controle sobre o dizer (Orlandi,

2005a). Em outras palavras, o sujeito por ser atravessado pelo inconsciente não tem controle sobre como a ideologia o afeta, sobre como mobiliza os sentidos, como as retomadas e deslizamentos marcam sua escrita, trazendo no texto escrito traços de como esse sujeito se constitui no discurso.

Por isso que dizemos que ao escrever o sujeito se inscreve no discurso via escrita, inevitavelmente. Nada no ato de escrever é aleatório. Seja por dizer de um modo e não de outro, seja por dizer para um grupo e não outro, tudo perpassa pelo discurso, por posições do sujeito em formações discursivas.

E quanto ao sujeito surdo, o que podemos dizer sobre o inscrever-se desse sujeito na escrita em português? Como já expomos anteriormente, atualmente tem crescido as autonarrativas de surdos na língua portuguesa publicadas em livros, blogs, sites etc. Partindo desse fato, um ponto que destacamos é que muitos desses surdos são sinalizantes e consideram a língua de sinais como sua língua materna. O implicaria discursivamente à esse surdo escrever sobre ter a língua de sinais como sua língua natural, mas não poder fazer isso nessa língua e sim em português? Escrever em português e não na escrita de sinais implicaria “apropriar-se” de um poder simbólico da escrita em uma língua de prestígio nacional ou submeter-se à esse mesmo poder para tornar possível fazer ecoar um dizer?

Para refletir sobre essas questões, vamos partir de um exemplo bem contemporâneo, a saber, um texto publicado inicialmente por Débora Gobatto Gasperin, uma professora surda em sua página pessoal de Facebook. Posteriormente, esse texto tornou-se objeto de matéria “Professora surda relata dificuldade enfrentada durante a pandemia” publicada pelo jornal “Pioneiro” de Caxias do Sul/RS em 24.04.20.



<sup>40</sup> Imagem publicada em: SCHÄFER, Milena. Professora surda relata dificuldade enfrentada durante a pandemia. *Newsletter Pioneiro* (versão digital). Data da publicação em 23/04/2020 as 18:45h. Disponível em

Com base na notícia em questão e em informações publicadas na página de Facebook dessa professora surda, trata-se de um texto escrito por uma pessoa surda sinalizante e oralizada. Pelas publicações postadas por ela, percebemos a predominância de formações discursivas pautadas na defesa pela língua de sinais e da cultura surda como direito linguístico-identitário dos surdos. Também há presença de discursos direcionados para o uso de “outros meios de comunicação” quando necessário para interagir com ouvintes que desconhecem a Libras, ao que parece como um modo emergencial e não preferencial. Vejamos alguns de seus dizeres: “Como sou surda oralizada, eu falo, muitas pessoas não levam a sério e pensam que se eu falo, também ouço ou ainda que se elas gritarem eu vou entender.”, diz a professora Débora Gasperin<sup>41</sup>; “Na comunidade surda, a Libras é a primeira língua, a mais completa e rica para nós! Infelizmente grande parte da população não sabe, então, nos resta outras formas de comunicação!” (relato de Debora Gobatto Gasperin)<sup>42</sup>

Uma outra proposta dessa professora surda apresentada em publicação de seu Facebook é o uso de máscaras com transparência na área da boca. Essas máscaras, segundo ela, deveria ser usada “pelos ouvintes” para que os surdos possam fazer leitura labial. Destacamos que o discurso pauta-se em mudanças por parte dos ouvintes em relação ao surdo, haja vista que, segundo esse sujeito surdo, as demais possibilidades de comunicação usualmente utilizadas pelos surdos, como a citada leitura labial, a possibilidade do surdo escrever em papel/celular etc. e passar para o locutor ouvinte ler e vice-versa estavam inviáveis dada a necessidade de não compartilhamento de objetos e não aproximação adotadas como medidas de prevenção da Covid-19. Mesmo no caso da comunicação em Libras, as máscaras comuns dificultariam a comunicação por em partes bloquear o rosto e com isso interferir na leitura da expressão facial, que como vimos, integra um dos parâmetros da língua de sinais.

Nos dizeres escritos desse sujeito surdo em questão, percebemos ainda que, por estar posicionado em formações discursivas de surdez como diferença linguístico-cultural e identitário, ele recorre à escrita em língua portuguesa como forma de poder dizer e ser “ouvida” pelos ouvintes, poder alertá-los sobre a necessidade de facilitar a comunicação.

---

<pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2020/04/professora-surda-relata-dificuldade-enfrentada-durante-a-pandemia-12489846.html> Acesso 18.05.20

<sup>41</sup> SCHÄFER, Milena. Professora surda relata dificuldade enfrentada durante a pandemia. *Newsletter Pioneiro* (versão digital). Publicado em 23/04/2020 as 18:45h. Disponível em <pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2020/04/professora-surda-relata-dificuldade-enfrentada-durante-a-pandemia-12489846.html> Acesso 18.05.20

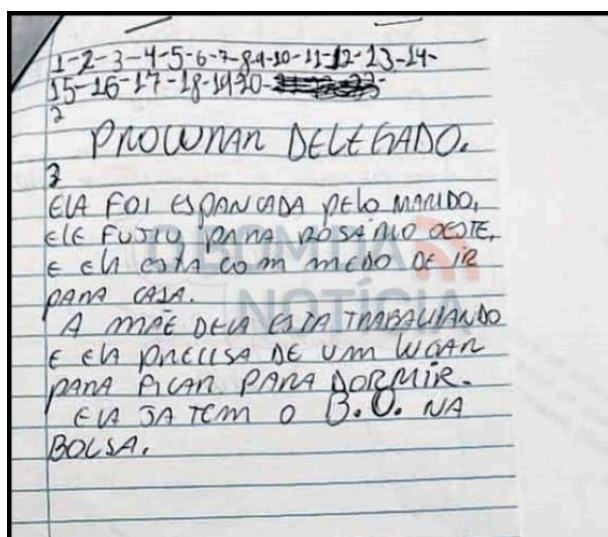
<sup>42</sup> Publicação de página pessoal de Facebook, data 26.04.20, grifo nosso. Disponível em <https://www.facebook.com/profile.php?id=100010682195874> cesso em 22.05.20)



Nesse ponto, convém ressaltar a relação de escrita e poder, visto que a escrita pode abrir espaço ao sujeito, visto que ao inscrever-se nela, a mesma pode simbolicamente conferir ao sujeito o poder de dizer e ser “ouvido”. Daí decorre o poder simbólico da escrita, por tornar possível a mobilização pelos sujeitos de discursos na e pela história, o que explicaria seu *status* de ser, conforme considera Orlandi (2013), estruturante de relações sociais.

Vale ressaltar que mesmo que haja a discussão sobre a sociedade aprender Libras, sobre a necessidade de haver intérpretes em setores essenciais como hospitais, escolas etc., em certas situações, sobretudo de caráter urgente, o uso da língua portuguesa parece ser crucial para o sujeito surdo que precisa de atendimento ou serviço emergencial. Há um discurso de que o ouvinte precisa aprender Libras, mas há também discursos pautados na necessidade do surdo saber a língua portuguesa, mesmo que limitada à escrita, para poder (sobre)viver, poder dizer e ser “ouvido” na sociedade. Nessas condições de produção do discurso, não havendo intérpretes disponíveis em serviços essenciais (que seria o ideal na visão da comunidade surda), sobretudo vinculados à saúde, escrever em português e/ou oralizar mobiliza sentidos de poder simbólico de tal magnitude que pode representar a diferença entre (sobre)viver ou morrer, pela falta ou dificuldades de atendimento emergencial.

Vejamos o exemplo abaixo, um bilhete publicado no jornal Rosário News (formato digital), no dia 04.04.19, integrando a matéria intitulada “Mulher surda e muda usa bilhete para pedir socorro à polícia”:



43

<sup>43</sup> Mulher surda e muda usa bilhete para pedir socorro à polícia, agressor estaria em Rosário Oeste. *Rosário News*. Publicado em 04.04.19 (Disponível em <https://www.rosarionews.com.br/2019/04/mulher-surda-e-muda-usa-bilhete-para.html> Acesso em 25.05.20)

Transcrição do bilhete (somente letras):

PROCURAR DELEGADO

ELA FOI ESPANCADA PELO MARIDO, ELE FUJIU PARA ROSÁRIO OESTE, E ELA ESTÁ COM MEDO DE IR PARA CASA.

A MÃE DELA ESTÁ TRABALHANDO E ELA PRECISA DE UM LUGAR PARA FICAR PARA DORMIR

ELA JÁ TEM O B.O. NA BOLSA.

Segundo consta na matéria em questão, o bilhete acima foi entregue em uma delegacia de Rosário do Oeste/MT por uma mulher surda. O texto teria sido escrito por um conhecido dessa senhora e, como podemos ver, na escrita constava uma agressão do marido sofrida por ela, indicando que a portadora do bilhete deveria entregá-lo ao delegado para tomar as providências cabíveis.

O ponto que destacamos é o fato dessa senhora surda portar esse bilhete com a escrita em português de uma outra pessoa. O que implica discursivamente isso? Uma possibilidade é a relação de escrita e poder, mais precisamente a escrita em português e o sujeito surdo poder dizer e ser ouvido. Portar a escrita de outro para poder dizer seria permitir que o outro “fale” por ele, deixar-lhe colocar as palavras em suas mãos. Conferir-lhe direito de dizer em seu lugar ou intermediar o seu dizer. Isso pode remeter à sentidos de impotência do sujeito surdo diante da língua (portuguesa) e dos falantes do português. Quiçá também se estenderia à impotência diante de situação de opressão social, como as agressões sofridas pelo marido.

Por meio desses dois últimos exemplos, entendemos que o sujeito surdo pode assumir posições discursivas de que para poder dizer à uma maioria ouvinte que não sabe língua de sinais, ele precisa se inscrever na escrita, tornar-se sujeito da escrita, ou seja, assujeitar-se à língua e à escrita (materialidade da língua). Ele assim o faz para poder posicionar-se discursivamente por meio de ambas, escrita e língua. Não apenas isso, ele se assujeita à escrita em português, mesmo que seja utente de língua de sinais e tenha conhecimento e domínio acerca de uma escrita de sinais, como o sistema SignWriting. Note que tanto a professora surda, quanto a senhora surda vítima de agressão poderiam ter buscado se comunicar em Libras com as informações que constam nos textos escritos (a publicação no Facebook e o bilhete entregue ao delegado, respectivamente), mas ambas optaram pela escrita em português, talvez pela urgência em se fazer “ouvir” entre os ouvintes e/ou falantes de português.

Discursivamente, quando o surdo escreve em português consegue mobilizar sentidos entre surdos e ouvintes, o poder dizer e ser ouvido pelos ouvintes se concretiza por “falar” a

mesma língua “do outro”. Já, quando o surdo escreve no sistema de escrita SignWriting ou outro sistema de escrita de sinais, essas escritas só serão significativas para quem as conhece, e vale acrescentar que esse segundo grupo corresponde a um número muito ínfimo da população brasileira.

Nesse ponto, cabe ressaltarmos a questão do valor simbólico da língua e da escrita em certa língua. Escrever um artigo em inglês ou em português pode significar fazer-se “ouvir” de modo diferente, por interlocutores distintos e efeitos discursivos outros. Poder dizer em uma língua de prestígio é mobilizar o “poder” agregado aos discursos sobre essa língua. Seguindo o anteriormente exposto pensamento de Gnerre (1994) de que o valor de uma língua corresponde ao quanto valem seus falantes em certa sociedade, ao que parece isso se estende à escrita em uma língua e não outra, e na variante linguística culta e não em outra, de modo a ser crucial nas antecipações em formações imaginárias quem vai ler, como vai ler e por que o fará.

Retomando o primeiro exemplo deste tópico, em dizeres trazidos no artigo de Cavalcante (2007) como “a caneta é a voz dele [do surdo]” e “Já que ele não fala, podia ao menos escrever” (título do artigo dessa autora), percebemos a mobilização de discursos sobre essa relação entre escrita em língua portuguesa e o “poder dizer”, direcionados ao sujeito surdo. Discursos esses que colocam a escrita em português como compensação (uso de um poder simbólico) para o “não-falar”, ou seja, agregam noções de surdez como “deficiência”. Uma “deficiência” que poderia ser compensada ou atenuada pela “eficiência” da escrita – em língua e variante de prestígio, como em língua portuguesa.

Considerando a relação língua de sinais e identidades e culturas surdas que tratamos no capítulo 2, então por um lado, escrever em português discursivamente poderia implicar em sentidos como ter de “dizer” por meio de outra língua, pela língua associada ao outro, ter de se despir de sua língua e do modo como ela reflete e confere-lhe identidade(s) surda(s). Por outro lado, ao escrever, mesmo que o faça em português, o sujeito surdo utente da língua de sinais se inscreve na escrita. E ao fazê-lo, também pode se posicionar como surdo sinalizante/oralizado etc., ou seja, assumir posição linguística, identitária e cultural de sujeito surdo.

Orlandi afirma que, “[...] a relação com a escrita não é só a relação com a escrita.” (ORLANDI, 2013, p.278). Em outras palavras, a relação com a escrita extrapola o aprendizado das letras, de técnicas de escrita, da sistematização de saberes sobre a produção textual escrita. A relação do sujeito com escrita precede uma produção textual escrita, envolve uma inscrição do sujeito na escrita, constituindo-se em um trabalho simbólico e sócio-histórico longo, não podendo, portanto, ser superficialmente resumido a práticas de técnicas de escrita. (ORLANDI, 2013).

Voltando a discussão inicial sobre os discursos sobre a “caneta” como símbolo de escrita, notamos que eles integram as formações de imagens sobre a escrita e o poder que dela pode advir a depender do lugar social e discursivo do sujeito que escreve. No caso da escrita e o sujeito surdo, considerando os discursos envolvendo a caneta como metáfora para escrita, podemos indagar: seria a caneta, ou melhor, o escrever, a “voz” - o poder dizer e ser ouvido - do surdo diante dos ouvintes? Ou seria para o surdo sinalizante o escrever em português um ato de submissão e valorização da “língua do ouvinte”, em detrimento da língua de sinais e da escrita de sinais? Ou ainda o escrever em português mobilizaria sentidos de se apoderar da e por meio da escrita do outro? São perguntas relevantes para se discutir a escrita e o sujeito da escrita surdo, mas bastante complexas também, que não se esgotarão nesse tópico ou nesse capítulo.

O que podemos acentuar a partir do exposto nesse tópico e que entendemos ser crucial para desenvolvermos a análise do *corpus* é que a relação do sujeito surdo com a escrita não é só uma relação com a escrita em português. Essa relação perpassa posições sujeito em formações discursivas. E essas posições podem estar voltadas para discursos sobre identidades e culturas surdas, atravessados por questões linguísticas – escrever em português sendo utente de Libras e defender nessa escrita a língua de sinais e escritas de sinais, por exemplo.

Por ora, deixamos registrado que, observando as regularidades dos discursos sobre a escrita/caneta e o inscrever-se do sujeito surdo na escrita, entendemos que a relação com a escrita é realmente muito mais abrangente do que só uma relação com a escrita. A relação com a escrita é uma relação com o poder (simbólico) da escrita. É uma relação com a inscrição de sujeitos com a escrita, atravessado por suas posições em formações discursivas, possibilitando a materialização do dizer pela e na escrita. É uma relação com o poder dizer e ser lido/ouvido.

### 3.2 O SUJEITO DA ESCRITA SURDO E A AUTORIA

Um ponto crucial para se discutir a escrita na AD é a função do sujeito na discursividade do texto. Uma dessas funções diz respeito à autoria – a função-autor -, a outra está relacionada ao leitor, a função-leitor. Pela natureza de nossa pesquisa, interessa-nos aprofundar mais acerca da autoria, especificamente do sujeito autor-surdo em textos escritos na língua portuguesa.

Na AD, A noção de autoria é tomada a partir de concepções de Michel Foucault apresentadas nas obras *O que é um autor?* (2000[1969]), e em *A ordem do discurso* (1996[1971]). Para Foucault (1971), o autor não deve ser compreendido como indivíduo, mas sim “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem das suas significações, como lastro da sua coerência.”, sendo responsabilizado pelo seu dizer. O foco do estudo em relação ao autor, afirma Foucault (2000[1969]) é descobrir como lugar vazio “os locais onde sua função é exercida”, os quais são marcados em: o nome do autor; a relação de apropriação; a relação de atribuição e a posição do autor.

Mas eu penso - e isto pelo menos a partir de uma certa época - que o indivíduo que começa a escrever um texto, no horizonte do qual gira uma obra possível, retoma à sua conta a função do autor: o que escreve e o que não escreve, o que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, aquilo que ele deixa e que cai como as palavras do dia-a-dia, todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função autor, tal como ele a recebe da sua época, ou tal como, por sua vez, a modifica. Pois ele pode muito bem perturbar a imagem tradicional que se tem do autor; é a partir de uma nova posição do autor que ele recortará, em tudo aquilo que ele teria podido dizer, em tudo aquilo que ele diz todos os dias, a todo o instante, o perfil ainda oscilante da sua obra. (FOUCAULT, 1996 [1971], p. 12)

Nessa perspectiva, Foucault (2000[1969], p. 28) considera a existência de uma função-autor, que seria “uma das especificações possíveis da função-sujeito”, sendo assim caracterizada:

[...] a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (FOUCAULT, 2000, p. 20)

Filiada à AD pecheutiana, Orlandi (2001) parte da concepção de autoria foucaultiana, porém a amplia por trazer a autoria para o uso corrente de enunciação do sujeito, isso porque na perspectiva foucaultiana apenas certas produções enunciativas possuíam um autor,

reduzindo a autoria a um “[...] quadro restrito e privilegiado de produtores ‘originais’ de linguagem (que se definiriam em relação a uma obra).” (ORLANDI, 1996, p. 68). Para Orlandi (1996, p. 68) “a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim”.

Dessa forma, panfletos, textos anônimos, por exemplo, que na concepção foucautiana seriam desprovidos de autoria, de um sujeito responsável pelo dizer, teriam uma presunção de autoria para Orlandi (2005a, p. 75), pois para ela: “Um texto pode até não ter um autor específico mas, pela função-autor, sempre se imputa a autoria a ele.”

Vejamos a questão da autoria na AD no texto abaixo:

#### POEMA DO SURDO

O teu silêncio é harmonioso  
 O teu jeito expressivo é muito gostoso  
 Sabes sorrir  
 Sabes chorar  
 Sabes...É claro,  
 Te expressar!  
 O teu falar arrepia a gente  
 És falante de um sistema linguístico  
 Muito diferente  
 Compreender a tua fala  
 O teu sentimento  
 É muito envolvimento  
 Esta língua, visual-especial  
 Quero aprender  
 Nos ensina...Teu modo de ver  
 Nos ensina...sentir e aprender  
 Nos ensina...saber, sobre as coisas do mundo.  
 (Autor desconhecido)<sup>44</sup>

Pautando-nos na perspectiva adotada por Orlandi sobre autoria, podemos observar que há um efeito de autoria no “Poema do surdo”, ainda que o texto seja veiculado como não tendo um autor conhecido. Notemos que o texto é marcado discursivamente pela constituição de um sujeito da escrita. O poema em questão pode não ter um nome de autor – um indivíduo responsabilizado juridicamente pelo dizer -, mas a função-autor é assumida por um sujeito do/no discurso.

---

<sup>44</sup> O poema aparece em diversos sites, sob o título “Poema do surdo” ou “Poema: O surdo”. (Disponível em <https://calafiori.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/A-FUNÇÃO-DO-INTÉRPRETE-DE-LIBRAS-NA-ESCOLA.pdf> Acesso 27.05.20)

A concepção de Orlandi (1996, p. 68) de função-autor “se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social (Orlandi, 1983): o autor responde pelo que diz ou escreve, pois é suposto estar em sua origem [...]”.

Cabe lembrar que noção de sujeito remete a uma posição discursiva, resultante da interpelação do indivíduo pela ideologia, sendo a noção de autor uma função dessa noção de sujeito, com responsabilidades específicas (ORLANDI, 1996).

Como afirmou Orlandi (1998, p. 211), o autor é uma “posição que inscreve o dizer na memória e o interpreta e que, por isso mesmo, produz deslocamentos, transferências, ‘outros’ sentidos, no trabalho contínuo do equívoco.” Ele é responsabilizado pela unidade do texto, a clareza, a correção, a não-contradição, e, evidentemente, diríamos, também juridicamente pelo seu dizer, ou seja, há um controle externo sobre a autoria.

No caso do poema citado, ainda que por não se saber o seu lugar social, esse sujeito-autor não possa ser responsabilizado (juridicamente, por exemplo) pelo seu dizer, há por não ser nomeado, mas claramente há um gesto de autoria nessa escrita.

E pelas marcas discursivas identitárias identificadas no poema em questão, notamos tratar-se de um sujeito não utente de língua de sinais, sobretudo pelos dizeres nos versos: “És falante de um sistema linguístico/Muito diferente”; “Compreender a tua fala/O teu sentimento/É muito envolvimento”; “Esta língua, visual-especial/Quero aprender”, havendo indícios no texto de se tratar um sujeito-autor ouvinte posicionando-se na escrita em formações discursivas que versam sobre a surdez como diferença linguístico-cultural/identitária. A ausência de “assinatura” de um autor no final do texto, substituída por “autor desconhecido”, traz implicações de cunho jurídico, uma vez que supostamente não haveria um autor (enquanto lugar social) que respondesse legalmente pelas palavras escritas no poema. Ao mesmo tempo, veicular esse poema, citando-o, compartilhando-o etc., pode delegar a quem o faz ter de responder por ideologias marcadas discursivamente nesse texto, o que poderia ocorrer, por exemplo, se algum surdo se ofendesse com a escrita desse texto, ou seja, interpretasse o texto como ofensivo à comunidade surda e passível de se enquadrar-se como injurioso, difamatório, que pudesse causar danos morais ou algo considerado legalmente inadequado.

Para Orlandi (p. 2001), a função-autor está submetida a um rígido controle social sobre a linguagem. Ao autor recai a cobrança para que seja a origem e fonte do seu discurso, como parte de uma pressão pela padronização e institucionalização do dizer. A consequência disso é que a função-autor exerceria um maior “apagamento” do sujeito da AD, cujas características se afastam das exigências dessa função, haja vista que esse sujeito é considerado como inconsciente e ideológico, tem a ilusão de ser a origem do dizer (do discurso) e a ilusão da

formulação do enunciado só poder ser de uma forma e não de outra, ou seja, aquilo que pela noção pecheutiana refere-se aos esquecimentos 1 e 2.

[...] o autor é a instância em que haveria maior “apagamento” do sujeito. Isto porque é nessa instância – mais determinada pela representação social – que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. É da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social. (ORLANDI, 2001, p. 78)

Simultaneamente, o autor está sujeito tanto à exterioridade (aos controles e cobranças) quanto à interioridade, haja vista que é na sua inscrição na materialidade discursiva - no texto escrito, em práticas de escrita - que “[...] ele constrói assim sua identidade como autor. Isto é, ele aprende a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica.” (ORLANDI, 2001, 79)

Orlandi (1996, p. 75) afirma que “[...] a autoria ao mesmo tempo constrói e é construída pela interpretação.”. Para que o sujeito se constitua como autor é necessário que sua produção seja interpretável, para que ele possa historicizar seu dizer. Ao se representar no lugar de autor, ou seja, assumir a posição-autor, o sujeito produz um “evento interpretativo”.

Na visão de Orlandi (1996, p. 74), “[...] a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e o outro (interlocutor).” O lugar da interpretação determina o lugar do autor e o outro (interlocutor) é subsumido como efeito-leitor – efeito de projeção imaginária do interlocutor, que representa para o autor uma “exterioridade constitutiva”, ou seja, memória do dizer, repetição histórica. Desse modo, afirma Orlandi (1996, p. 74-75), “O autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que vem ‘de fora’.”

Orlandi (2015, p. 27-28) considera que “[...] a função-autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações.”. Nesse processo, ainda que o autor “se constitua pela repetição”, esta repetição não seria um mero exercício mnemônico (“efeito papagaio”) pois ela integra a história. Assim, afirma Orlandi (2015, p. 28), a função-autor “[...] embora não instaure discursividade (como o autor original de Foucault) produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio de outros. [...] Porque assume sua posição de autor, ele produz um evento interpretativo.”



Ainda que um texto não traga a assunção de autoria estabelecida por um nome à que responsabilizar o dizer, entendemos ser possível identificar a autoria, um sujeito autor pelas marcas discursivas de escrita – posições em FDs, identificadas, por exemplo, pela utilização de um termo específico e não outro -, e pelas marcas de manuscrita de um texto – traços como caligrafia, especificidades individuais que funcionam como impressões digitais. E isso mesmo que, como no caso do poema acima, não haja um nome a quem imputar a autoria de um texto.

De igual modo, em textos que é imputada a autoria a X (sujeito individualizado), por meio de análise existe a possibilidade de que as marcas na escrita diferem das encontradas em outros textos atribuídos a X. Logo esse X, pode não ser, discursivamente, o sujeito dessa escrita, mesmo que responda legalmente como autor. Em outras palavras, a autoria na concepção jurídica não corresponde necessariamente com a autoria na perspectiva discursiva. Isso porque há textos em que há um autor nomeado que responda juridicamente pela escrita, mas que pelo discurso, pela inscrição do sujeito na escrita, pode ser identificado. Como também pode haver texto em que há uma atribuição de autor à X, mas pelas marcas discursivas de um inscrever-se do sujeito, interpretar-se como o texto sendo de Y.

Ao lermos autobiografias de surdos brasileiros, deparamo-nos com uma obra em que parece haver um contraponto entre a autoria no sentido legal ou jurídico (ter o nome na obra e responder juridicamente por ela) e autoria na perspectiva discursiva (constituir-se como sujeito autor). A primeira obra é *Quem decide: os caminhos e escolhas na vida de uma criança surda*, publicado em 2014, e que constam como autoras Tereza Leite e Thalita Leite, respectivamente mãe e filha. Na escrita dessa obra, predomina a 1. pessoa do singular e a narrativa da história ocorre a partir da perspectiva da mãe, Tereza Leite, uma médica pediatra, sobre as vivências da filha Thalita Leite, uma surda oralizada. A presença do sujeito autor mãe de surda perpassa toda a obra. Isto é perceptível, desde a contracapa do livro com o resumo da obra: “Este é um livro sobre a coragem, de uma mãe que relata sua experiência diante do diagnóstico de surdez da filha” (por Daisy Braighi); passando pelos agradecimentos de Tereza (e não de Thalita) à algumas pessoas como o esposo (e não ao pai) etc.. E continua com o prefácio da amiga de Tereza dirigindo palavras para esta (e não para Thalita); percorrendo toda narrativa até o prólogo de Leila Kessler, ressaltando que foi Tereza quem escreveu a obra, uma obra sobre Thalita, portanto uma biografia e não uma autobiografia, como sugere a ideia de autoria partilhada entre mãe e filha.

No livro em questão, há poucas referências sobre consultas da mãe à filha acerca de sua percepção de vivências enquanto surda. É o dizer da mãe e de outros que colaboraram

escrevendo o prefácio, posfácio, contracapa, que marcam a escrita dessa obra e não a “voz” da filha surda. Observemos as informações apresentadas na orelha desse livro:

Thalita Leite, inspiração e razão desse livro existir. Surda severa-profunda oralizada, atingiu patamares de vida que não poderiam ser imaginados quando desenvolveu o quadro de Meningite Meningocócica, que lhe causou a surdez, aos quatro meses de vida.

Tivemos que por ela, várias escolhas, mas agora, ela está pronta para fazer suas escolhas e seguir o caminho que ela escolher. Ensinamos, mas aprendemos muito mais com ela. (LEITE; LEITE, 2014, Orelha do livro)

Notemos que as palavras para se referir à filha surda são “inspiração e razão” para o livro existir. Essas palavras podem mobilizar sentidos de a obra ser *sobre* a história da surda Thalita e não *da*, ou seja, a partir de, uma pessoa surda. Logo, trata-se, como dissemos, de uma escrita biográfica e não autobiográfica. O fato do nome de Thalita constar como coautora não a torna autora dessa escrita. Em outras palavras, discursivamente, esse sujeito surdo não é o sujeito dessa escrita.

Nessa escrita, o dizer do surdo é “citado” indiretamente pelos outros (supostamente todos ouvintes). Os ouvintes é que dizem pelo surdo, eles assumem no texto “a voz” que caberia à moça surda, que, vale destacar, é maior de idade, universitária, e, portanto, espera-se ter condição de poder dizer por si própria na escrita do texto apresentado como “autobiográfico”.

Em um viés de pensamento sobre o texto e a autoria convergente ao de Orlandi, Gallo (2008) compreende que a noção de autoria está diretamente relacionada a efeitos em práticas de TEXTUALIZAÇÃO. Em seus estudos, a autora distingue texto – objeto capaz de circular com suas marcas de um “evento”, que se caracterizam por torná-lo uma unidade e não fragmento(s) - de TEXTO – definido por sua inscrição, pela sua escritura, um efeito no discurso. Para ela, o TEXTO é sempre enganoso, pois “[...] não há TEXTO enquanto um objeto que tenha uma existência independente da prática de sua produção (ou de sua reprodução).” (2008, p. 43). O que produz o TEXTO é a prática de TEXTUALIZAÇÃO, prática em si da produção do TEXTO, a qual “[...] pode ser re-mobilizada indefinidas vezes em que o TEXTO será reproduzido em novas leituras.” (GALLO, 2008, p. 43). Logo, nessa perspectiva o texto é concebido como “efeito de textualização”.

Propomos então o conceito de TEXTUALIZAÇÃO, que deve ser compreendido enquanto prática de fixação, de “escrituração” de um fragmento. Nessa perspectiva não se tem jamais um texto em si (como objeto). O que se tem é um fragmento determinado, estabilizado, resultado de um trabalho, um funcionamento: a prática de sua produção. (GALLO, 2008, p. 43).

Sendo efeito que resulta da prática de textualização, o texto é um efeito, o *efeito-TEXTO*, ou seja, “[...] o efeito de realidade de “um” enunciado como um todo” (GALLO, 2008, p. 77), no qual o leitor identifica um efeito-início<sup>45</sup> – sobre esse efeito Lisbôa (2010, p. 04) explica: “Determinante na direção do sentido que este texto irá tomar, o *efeito-início* é o estabelecimento do corte que este texto realiza no contínuo discursivo, logo, das mobilizações que serão feitas a partir do interdiscurso.” (LISBÔA, 2010, p. 04) -; um *efeito-fecho* – “[...] efeito de realidade de “um” enunciado, enquanto uno.” (GALLO, 2008, p. 84) -; e um *efeito-autor* – “[...] efeito de realidade do sujeito, como um sujeito inteiro, como “um” responsável pelo que se enuncia.” (GALLO, 2008, p. 77).

Esse mesmo leitor, no funcionamento da prática de escrita de um texto, também é um efeito, o efeito-leitor, um interlocutor projetado por formações imaginárias pelo sujeito-autor. Como afirma Gallo (2008, p. 89) “[...] o efeito-AUTOR/LEITOR é efeito de realidade de um sujeito produtor do discurso.”

Assim, com relação ao efeito-autor, Gallo (2008, p. 28) destaca que sua presença decorre do fato de todo enunciado ser capaz de produzir o efeito de existência do sujeito, possibilitando a constituição do sujeito do discurso. Como um texto sempre pressupõe um efeito-autor, mesmo na repetição e/ou caso um texto seja tomado em outro texto – por exemplo, uma autobiografia publicada em um jornal–, produzirá um novo evento discursivo, em nova prática de TEXTUALIZAÇÃO, possibilitando um novo efeito-autor. É interessante notar que, nessas circunstâncias, mesmo o plágio pressupõe um efeito-autor por haver recorte(s), seleção, de um texto ou partes dele resultante de um evento discursivo, que é retomado em um evento discursivo novo, em outra prática de TEXTUALIZAÇÃO, por um sujeito-autor inscrito em certas filiações discursivas.

O ‘TEXTO’ é produzido a partir de uma posição de sujeito do discurso (o discurso em questão), que produzirá, simultaneamente, o efeito-AUTOR

---

<sup>45</sup> O termo efeito-início é elaborado e apresentado por Lisbôa (2010).

(efeito de realidade de “um” sujeito responsável) efeito de realidade de um outro que assim o vê (lê). (GALLO, 2008, p. 84).

Segundo Gallo (2008, p. 85), a produção dos efeitos no texto está situada em um “evento discursivo”, sendo este “[...] responsável pela historicização do “texto” ao produzi-lo como “TEXTO”.”

Para Gallo (2001, p. 02), o efeito-autor caracteriza-se como “[...] o efeito do confronto de formações discursivas, cuja resultante é uma nova formação dominante.”, sendo um efeito que exerce papel crucial no processo de historização do texto, visto que:

A autoria caracteriza-se, portanto, pela tensão entre esses sentidos que se complementam de forma contraditória, ou seja, sentidos relacionados à historicidade do sujeito, por um lado e, por outro, sentidos relacionados à historicidade do discurso, no qual o sujeito se inscreve, em um evento discursivo. (GALLO, 2008, p. 213).

Gallo (2001, p. 03) propõe que a autoria na AD pode ser situada em dois níveis. O primeiro nível é o enunciativo-discursivo, capaz de englobar a função-autor, que, por sua vez, “[...] tem relação com a heterogeneidade enunciativa e que é condição de todo sujeito e, portanto, de todo acontecimento discursivo.”. O segundo nível é descrito pela autora como “um nível discursivo por excelência”, abarca o efeito-autor e se refere “[...] ao confronto de formações discursivas com nova dominante, verificável em alguns acontecimentos discursivos, mas não em todos.” (p. 03). Para Gallo (2001, p. 02-03), tanto em um nível quanto no outro a autoria está relacionada à “produção do ‘novo’ sentido” e, simultaneamente, abrange a responsabilidade do sujeito sobre essa produção.

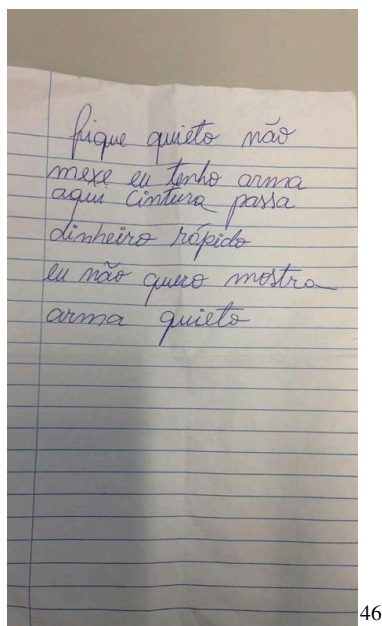
Retomando os textos de Foucault e Orlandi, Rosely Machado (2008), em seu artigo *O sujeito discursivo e a questão da autoria*, entende também ser a autoria uma função assumida pelo sujeito, isto é, uma função-sujeito. Nessa função o sujeito, a partir de seu lugar social, passa a ocupar um lugar discursivo de autor, e, conseqüentemente, filia-se a diversas posições-sujeitos em determinadas formações discursivas. Dessa forma, na sua inscrição na escrita, materializada na produção textual, esse sujeito-autor “[...] mobiliza vários e diversificados recortes textuais relacionados a diferentes redes discursivas e diferentes subjetividades.” (MACHADO, 2008, p. 70)

Também atrelada a noções de Orlandi, Machado (2008) busca definir os desdobramentos acerca da autoria, distinguindo as três formas de representação do sujeito na condição de autor, sendo elas sujeito-autor, função-autor e efeito-autor. Machado (2008, p. 77), considera que o sujeito-autor “ocupa um lugar discursivo duplamente determinado pela materialidade do discurso e pelo lugar social.” (p. 77). A função-autor, para a autora, “[...] promove a ‘unidade’ e o gerenciamento da escrita. Coloca-se na origem do seu dizer.” (p. 77). Por sua vez, o efeito-autor “[...] mobiliza gestos de interpretação, apropriando-se inconscientemente de saberes do interdiscurso.” (p. 77).

Considerando que a função-autor carrega em si a marca de heterogeneidade, sua, do discurso, do sujeito e, conseqüentemente, dos sentidos produzidos pelo sujeito-autor, entendo que a autoria se representa num lugar discursivo que, por sua vez, está relacionado ao lugar social. É a partir desse lugar que o sujeito-autor, discursivamente, poderá assumir diferentes posições, inscrevendo, pois, sua formulação no interdiscurso e, com isso, produzindo gestos de interpretação. Isso significa que, no discurso desse sujeito-autor, outros discursos se manifestam, outras vozes se fazem ouvir, vários *eus* o constituem, e é assim que se faz presente a marca da heterogeneidade no discurso. (MACHADO, 2008, p. 69)

Assim como Orlandi e Gallo, Machado (2008) considera que “[...], a materialidade do texto carrega em si um efeito-leitor, o qual se manifesta pelo gesto de interpretação de quem o produziu e também pela memória do sujeito que lê.” (p. 75). Machado (2008, p. 76) acrescenta que “Se por um lado temos a função-autor, que promove a unidade daquilo que escreve, a partir da imagem de um leitor virtual, por outro lado, temos o efeito-leitor como unidade imaginária de um sentido lido.” (p. 76).

A partir do exposto nesse tópico, vejamos o exemplo abaixo as implicações discursivas da inscrição de sujeito surdo na escrita e autoria em texto escrito em português:



46

O bilhete apresentado acima foi alvo de repercussão nacional dada suas condições de produção. O texto em questão foi entregue por um homem que alegava surdez para uma frentista em um posto de combustível na cidade de Curitiba/PR, em 05.12.18, durante uma tentativa de assalto, segundo reportagem publicadas no mesmo dia por jornais (em formato digital) como Globo, Metr pole, O tempo, A gazeta. O homem de nome Rafael Susin acabou sendo rendido por funcionários do estabelecimento e, em seguida, detido por policiais. De acordo com o jornal “O tempo”:

Quando os policiais chegaram, o surdo-mudo se fez de desentendido. Os policiais, então, escreveram um bilhete dizendo que ele estava preso. Na delegacia, outra situa o curiosa. Uma interprete da Universidade Federal do Paraná precisou ser chamada para ajudar no depoimento do ladrão, que assumiu ter feito vários assaltos da mesma forma em Curitiba.<sup>47</sup>

O primeiro ponto que destacamos na escrita desse bilhete   que ele não tem assinatura de um autor, que seja responsabilizado pelo dizer. Contudo, as condi es de produ o permitem relacionar o sujeito na posi o de surdo assaltante como sujeito da escrita desse texto, ou ao

<sup>46</sup> Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/video-mostra-surdo-tentando-assaltar-posto-de-combustiveis-em-curitiba-com-bilhete-23285199.html> Acesso 18.05.20

<sup>47</sup> Ladrão surdo-mudo anuncia assalto com bilhete, mas   preso: A prisão também teve que ser por escrito, porque o bandido não estava entendendo o que os policiais diziam. Jornal O tempo. Por Reda o. 05/12/18. Disponível em <https://www.otempo.com.br/brasil/ladrao-surdo-mudo-anuncia-assalto-com-bilhete-mas-e-preso-1.2076863> Acesso 01.06.20)

menos, que ao apresentar à vítima o bilhete como sendo suas palavras, ele assumia a posição de sujeito-autor.

Vale notar que, nesse bilhete há marcas na escrita que podem apontar para a autoria do sujeito surdo assaltante. A começar pela construção do texto, com características que apontam para a escrita em português de um surdo utente de língua de sinais: “fique quieto não mexe eu tenho arma aqui cintura passa dinheiro rápido eu não quero mostra arma quieto”. Isso porque observa-se a ausência de artigos (*uma, a*), pronome (como o “*se*” do verbo pronominal *mexa-se*), preposições (como em *na* cintura) e de pontuação, que são marcas de uma escrita em português (como segunda língua) cuja referência é a estrutura morfossintática da língua de sinais (muito provavelmente, a primeira língua desse surdo). Também pelo fato do texto ser manuscrito, a caligrafia poderá servir como marca de uma singularidade de quem escreve, possibilitando pelos traços de grafia sua identificação.

O segundo ponto que observamos diz respeito a relação do sujeito surdo em questão com a escrita em português. Notemos que, pelo que consta na citação da reportagem citada, esse surdo era utente da Libras, uma vez que precisaram chamar uma intérprete na delegacia para conseguirem proceder ao interrogatório policial. No entanto, mesmo sendo utente de língua de sinais, o sujeito surdo buscou assaltar fazendo uso do português escrito e recebeu “voz de prisão” também em português escrito, conforme vemos em: “Os policiais, então, escreveram um bilhete dizendo que ele estava preso.” Isso remete a como esse surdo precisou se inscrever na escrita em português em suas vivências, assujeitando-se à língua portuguesa, mesmo que para render alguém, para “poder dizer” “É um assalto”, infringindo as leis “escritas em português” e executadas também nessa língua. Será que, em países como o Brasil de maioria ouvinte, “só se pode assaltar em português”? Novamente retomamos às implicações no discurso de língua de prestígio, escrita e poder simbólico...

Segundo as narrativas veiculadas pela mídia sobre o evento em questão não foi um assalto efetivado, o que houve foi uma tentativa de assalto. Observando o fracasso no assalto em questão, remetemos à noção de Austin (1990) de ato de fala performativo. Para esse autor, o performativo ou mais precisamente proferimento performativo, envolve a emissão de um proferimento em que está simultaneamente ligado a realização de uma ação, como em “Isso é um assalto”, “Perdeu, Perdeu”. Para que o performativo seja feliz, ou seja, seja exitoso, é preciso que cumpram seis regras básicas, são elas:

- (A. 1) Existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o procedimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que
- (A. 2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
- (A. 1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
- (B. 2) completo.
- (C. 1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
- (C. 2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente.
- (AUSTIN, 1990, p. 31)

Considerando essa perspectiva de Austin (1990), o evento do exemplo em questão tornou-se um exemplo de performativo infeliz pois o assalto não se efetivou, pelo não cumprimento das regras acima, uma vez que: o procedimento de um surdo assumir o lugar de assaltante e comunicar o assalto por meio da escrita em um bilhete não é convencional; a “participante” vítima não exerceu “corretamente” o papel esperado pelo assaltante, talvez por ter ficado confusa diante de um assaltante surdo e a “voz” de assalto por escrito. Vale destacar que já houve relatos desse tipo de ocorrência de “bilhete de assalto” em caixas de bancos, porém possivelmente motivado pela busca de manter a discrição diante de um público expressivo (que aparentemente não foi o caso do posto de gasolina como lugar de assalto do texto, que inferimos estar aparentemente vazio na ocasião, já não houve alusão a presença de clientes no local na matéria jornalística), mas, nesses casos, frequentemente há comunicação oral entre assaltante e vítima por meio de frases curtas como “rápido”, “silêncio”, “quero sacar tudo” ou algo do tipo que podem reforçar as circunstâncias performativas do assalto. Se um assalto por bilhete é incomum, o que dizer da singularidade de se deparar com um surdo assaltante dando “voz” de assalto por escrito.

Um assalto se materializa por um ato de dizer (“É um assalto”) em uma ação que se concretiza em um ato de fala performativo, em que as partes envolvidas assumem lugares nessa ação, e no cumprimento das regras do performativo feliz. Assim, o caso da tentativa de assalto do surdo, então, é considerado como performativo infeliz, partindo da teoria de Austin (1990). O assaltante surdo, tendo o dizer pela oralidade de algum modo interditado, não pode recorrer à fala para performativizar a ação do assalto, então fez uso da escrita para tal. A escrita lhe



possibilitou o dizer, mas não a concretização da ação desse dizer, devido a convenções pré-estabelecidas na sociedade para o ato de fala performativo feliz da ação pretendida por ele.

Na nossa visão discursiva pecheutiana podemos tomar como uma tentativa frustrada de assalto decorrente de divergências entre formações de imagens entre assaltante surdo, vítima e o modo de se fazer um assalto caracterizado pelo dizer “É um assalto” (ou similar). Notemos que, conforme a informação da reportagem citada, ao receber o bilhete, a frentista não acreditou no assalto e chamou o gerente. Inferimos que, o sujeito ao escrever o bilhete antecipou imagens inconscientemente pelas formações imaginárias um leitor vítima (IAB) e um referente, ou seja, o assalto em si (IAR), trazendo ao texto a presença de um “efeito leitor”, o seu interlocutor que sofreria o assalto. O processo de textualização dessa escrita, ao que tudo indica, foi pautado nessa interlocução com esse seu “leitor imaginário”, ou melhor, essa suposta vítima. Mas houve algo que esse sujeito da escrita não levou em consideração: as implicações dos efeitos de sentidos de um assalto por escrito em português ao invés da “voz de assalto” (oralizada) nessa língua. Ora, se o texto do bilhete fosse falado e não escrito, o sujeito surdo assaltante poderia ter tido maior êxito em seu intento, por fazer uso de elementos da fala como elevar o tom, ser enfático, de modo a amedrontar a vítima e apressá-la, agindo de modo mais incisivo como elemento surpresa. Enfim, pelas implicações da “escolha” pelo uso da escrita e não da fala nesse caso, percebemos que discursivamente houve diferenças significativas entre a escrita do “bilhete de assalto” e uma eventual “voz de assalto” do sujeito. Nesse caso o performatizar o assalto do surdo pela escrita podem não ter mobilizado os efeitos de sentidos que suas palavras audíveis aliadas à uma performance imaginária “de assaltante” o fariam.

Assim como o sujeito surdo assaltante no processo de textualização do bilhete projetou imagens do interlocutor e do referente, o sujeito frentista também fez essa projeção ao se deparar com o sujeito surdo e seu “assalto por escrito”. As imagens que esse sujeito frentista fez do surdo assaltante eram de descrédito, desqualificação daquele sujeito, que sendo surdo (discurso de surdo como deficiente), se colocaria também como um assaltante. E ainda mais por ter sido abordada, de modo inusitado, em um assalto por um surdo com um bilhete em vez de “voz de assalto”, por exemplo com o esperado dizer dos assaltantes: “Perdeu, perdeu, passa a grana!”

A partir desse aspecto das imagens do sujeito frentista sobre o surdo (IBA) e sobre o assalto (IBR), destacamos nosso terceiro ponto: a posição sujeito surdo assaltante e os efeitos de sentidos sobre os ouvintes. Diante dessa notícia levantamos o questionamento sobre o porquê do não êxito e da considerável repercussão da notícia na mídia. Uma hipótese é que isso tenha ocorrido em grande parte devido ao estranhamento diante da posição sujeito surdo assaltante.

Talvez sejam implicações das formações imaginárias e discursivas sobre o surdo pautadas no “coitadinho deficiente”, que beira a noção de dependência e infantilização do surdo - notórias em noções de surdo como “inocente”, “ingênuo”, sinônimo, nesse caso, de “incapaz” de tal ato. Como vimos, historicamente um dos marcantes lugares sociais e discursivos atribuído ao surdo foi de “incapaz”, “indefeso”, de quem por não conseguir se comunicar precisa ser “escondido” da sociedade e de suas malícias e infrações legais. Não são comuns casos notificados de surdos assaltantes e quando surgem causam certo estranhamento e ampla divulgação<sup>48</sup>. Ao que parece um surdo assaltante foge às regularidades de discursos sobre o surdo...

Com base no exposto nesta seção de nosso capítulo, entendemos que a relação escrita e autoria (a função-autor) é perpassada pelas formações imaginárias e desemboca em posições-sujeito em formações discursivas. Isso porque, ao escrever, o sujeito, pelo mecanismo de antecipação constitutivo das formações imaginárias, projeta imagens dos sujeitos-leitores – denominados por Orlandi (2001) de “leitor virtual” - e prováveis interpretações desses sujeitos-leitores ao seu texto escrito.

Vale lembrar que não se trata de um processo consciente, pois, como já foi dito, o sujeito da AD pecheutiana é o sujeito do inconsciente constituído pela ideologia. Assim, por mais que o sujeito possa dizer X, alegando ter determinado sentido e não outro, ou mesmo dizer que se identifica-se com Y ou que se posiciona em certa formação discursiva, suas palavras devem ser interpretadas pelo analista de acordo com a própria constituição do sujeito da AD. Assim, precisa ser considerado o fato de esse sujeito ser interpelado pela ideologia, inconsciente, sucessível a derivas (deslizes) no discurso, de ter a ilusão de ser origem do dizer e da ilusão do que diz só poder ser dito daquela forma, e de estar à mercê da não-transparência da linguagem.

Considerando a constituição do sujeito, talvez seria mais apropriado falarmos das formações imaginárias como efeitos de projeção de imagens produzidas em eventos discursivos por sujeitos inconscientes. E esses efeitos de imagens projetadas, formados por redes de projeção das formações imaginárias, que incorporam ao evento discursivo, a força das imagens sobre si, sobre o outro e sobre o referente, poderão interferir em posições-sujeito em formações discursivas assumidas pelo sujeito-autor, que poderão decorrer em construções discursivas identitárias (ex. como sujeito-autor surdo assaltante) no texto.

---

<sup>48</sup> Encontramos apenas dois casos similares divulgados na mídia digital: um de surdo assaltante em Goiás e o outro de um surdo cadeirante assaltante. Seguem abaixo os links com essas notícias: Disponível em [G1 > Brasil - NOTÍCIAS - Assaltante surdo é preso em Goiânia \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticias/100000991034/cadeirante-usa-os-pes-para-tentar-assaltar-loja-e-e-presos-em-flagrante.html) Acesso 01/06/2020  
<https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000991034/cadeirante-usa-os-pes-para-tentar-assaltar-loja-e-e-presos-em-flagrante.html> Acesso 01/06/2020  
<https://agorarn.com.br/nacionais/surdo-que-tentou-assaltar-usando-bilhete-ganha-liberdade-provisoria/> Acesso 01/06/2020

Assim, com base no exposto nessa seção, em se tratando do sujeito surdo, entendemos que a inscrição desse sujeito na escrita em português na função de sujeito-autor, assim como as formações discursivas e posição-sujeito no texto dependem de efeitos do texto (efeito-autor, efeito-leitor, efeito-texto, efeito-início, efeito-fecho), da projeção de imagens, sobretudo, de si como surdo, do outro (o leitor ouvinte ou surdo, por exemplo), do referente (como as suas vivências “surdas”) e também de sua relação com a língua de sua escrita, ou seja, a língua portuguesa, no caso de nosso *corpus*.

### 3.3 A ESCRITA ACADÊMICA E O TEXTO ACADÊMICO EM DISCURSO: sobre funcionamento da escrita textual acadêmica e o inscrever-se do sujeito-aluno universitário nessas práticas de escrita

Nas seções seguintes deste capítulo, discorreremos sobre escrita do texto acadêmico, uma discussão que entendemos ser crucial para emprendermos a análise do nosso *corpus*. Para isso, a princípio, partimos da discussão acerca do funcionamento do texto na perspectiva da AD francesa, considerando aspectos gerais inerentes à interpretação dele como historicidade.

A seguir, empregamos nossos esforços para investigarmos o texto acadêmico, direcionando nosso olhar para as práticas discursivas que orientam a escrita acadêmica e mobilizam seu modo de funcionamento – tais como o efeito de objetividade, o apagamento do sujeito da escrita e ilusão de afastamento da historicidade na materialidade do texto – a fim de, posteriormente, podermos analisar os efeitos discursivos mobilizados pela presença (aparentemente contraditória) da subjetividade trazida pelo dizer sobre si nessa escrita.

#### 3.3.1 O funcionamento discursivo do texto

Empreender nos estudos acerca do funcionamento discursivo da escrita do texto, demanda, antes de tudo, compreender a concepção de texto para a AD de linha francesa. A noção de texto na AD parte dos estudos de Pêcheux sobre o texto *Discourse Analysis* de Harris de 1963. Esse texto atraiu a atenção de Pêcheux “[...] porque Harris vinculou sua reflexão do

discurso à língua e ao contexto sócio-histórico em que este é praticado.” (INDURSKY, 2015, p. 75), relacionando não apenas o interior, mas também o exterior da língua. Assim, resguardadas as diferenças teóricas com modificações e adaptações, Pêcheux formulou o conceito de texto que conhecemos da teoria de Análise do Discurso.

Orlandi (1996) adentra na discussão sobre o texto na AD, com a afirmação “Eu começaria por dizer que o texto é uma “peça” de linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa.” (ORLANDI, 1996, p. 52). A autora parte da noção de Halliday (1976) que considera “o texto ser a unidade primeira”, sendo caracterizado pela necessidade de ter textualidade, a qual é “função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade” (ORLANDI, 1996, p. 52). Mas ela alerta que, apesar do empréstimo tomado de Halliday, é preciso considerar que a noção de exterioridade em Halliday e na AD não possui “a mesma natureza, nem o mesmo estatuto.” (ORLANDI, 1996, p. 52).

No âmbito de sua apresentação empírica, afirma Orlandi (2015, p. 26), considera-se o texto como um objetivo dentro do imaginário de uma escrita com “começo, meio e fim”, contudo se partirmos dele enquanto materialização do discurso, de imediato consideraremos sua incompletude, por ela ser constitutiva do discurso e pelo fato de que tanto sujeito, quanto discurso e mesmo os sentidos não são completos. Em outras palavras,

[...] o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso, a memória do dizer). (ORLANDI, 2015, p. 26).

Considerando que na AD o texto é a materialidade do discurso, logo o texto não pode ser visto como unidade fechada pela própria natureza do discurso. Pois como afirmou Orlandi (1996, p. 61), “Quando se trata de discurso, não temos origem e não temos unidade definitiva. Um texto é uma peça de linguagem de um processo discursivo muito mais abrangente.”.

Tomemos como exemplo os textos abaixo, compostos por alguns santinhos de candidatos políticos que se identificam como surdos, para observarmos o funcionamento discursivo do texto segundo a AD francesa, considerando as condições do discurso sobre o surdo e a posição sujeito surdo. Assim, focamos nossa atenção para verificarmos discursivamente como nesses textos a identidade surda é mostrada via escrita e em como o

adjetivo surdo passa a compor o nome do candidato, em síntese, interessa-nos discorrer sobre como nesses textos o candidato surdo se inscreve na escrita do nome “SURDO” utilizado por ele como identificação de si em sua campanha política.



49



53



50



54



51



55



52

<sup>49</sup> Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2016/maues-am/vereador/andrey-da-comunidade-surda-13444/> Acesso 18.05.20

<sup>50</sup> Disponível em <https://www.todapolitica.com/eleicoes-2018/prof-surdo-maurinho-fagundes/> Acesso 18.05.20

<sup>51</sup> Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2016/maraba-pa/vereador/professor-hugo-surdo-10269/> Acesso 18.05.20

<sup>52</sup> Disponível em <https://www.todapolitica.com/eleicoes-2016/surdo-do-cambube/> Acesso 18.05.20

<sup>53</sup> Disponível em <https://www.todapolitica.com/eleicoes-2016/chris-surda/> Acesso 18.05.20

<sup>54</sup> Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2016/porto-alegre-rs/vereador/diego-silva-surdo-10200/> Acesso 18.05.20

<sup>55</sup> Disponível em <https://www.todapolitica.com/eleicoes-2016/marcio-da-loterica/> Acesso 18.05.20

Podemos perceber que os textos acima (os santinhos) apresentam cada qual uma unidade imaginária com começo, meio e fim, cada qual contemplando os elementos da escrita pertinentes ao gênero ao qual pertencem (santinhos de propaganda eleitoral). Apesar de eles enquanto unidade imaginária parecerem completos ou inteiros, analisá-los discursivamente demanda considerar que eles não são uma unidade fechada em si mesmos. Isso porque os discursos que envolvem esses textos não se limitam a eles próprios.

No funcionamento discursivo desses textos, elencamos que há algumas regularidades. São essas regularidades responsáveis pela mobilização de sentidos entre eles. Vejamos como isso ocorre. Em cada um desses santinhos há referência a surdez do candidato. E essa referência está diretamente ligada a denominação desses candidatos. Isso remete a marcas de possíveis posições discursivas identitárias dos sujeitos candidatos. Esses sujeitos estariam tão envolvidos em posições em formações discursivas sobre ser surdo ou estar entre surdos que isso os constituiriam como sujeitos candidatos, de modo a provavelmente direcionar suas propostas e perspectivas de atuação caso eleitos para a(s) causa(s) da comunidade surda, conferindo identidade a si como candidato e, por extensão, também para sua campanha eleitoral.

Os nomes dos candidatos se (con)fundem com suas posições identitárias surdas nos textos. A referência à surdez e/ou à participação na comunidade surda surge como elemento identificatório de seu lugar social passando para lugar discursivo, mobilizando sentidos de irmandade diante de seus pares surdos, e assim funcionando discursivamente com sentidos como “Eu sou um de vocês surdos, identifiquei-me como surdo, posso ajudá-los se eleito”, conforme podemos observar na denominação do candidato “ALDREY DA COMUNIDADE SURDA”.

A palavra “surdo” passa a substituir o primeiro nome em “SURDO DO CAMBUBE”, como uma marca de identificação. Pode ainda funcionar no discurso da escrita substituindo um sobrenome, como “DIEGO SILVA SURDO” ou “CHRIS SURDA” ou mesclar-se como indicação de lugar social, como em PROF. SURDO FAGUNDES, PROF. HUGO SURDO, em que surdo surge em conjunto com a profissão professor, de modo que ambos “surdo e professor” integram lugares sociais ocupados pelos sujeitos candidatos surdos.

Ressaltamos que são marcas discursivas na escrita desses textos, não estamos interpretando cada sujeito candidato em outros textos para averiguar se essa possível posição discursiva funcionaria como uma estratégia de eleição ou algo além disso. Também destacamos que não são todos os candidatos surdos que adotam essa nomenclatura incluindo a palavra “surdo” como nome de campanha eleitoral, há surdos como Tibiriçá Mainere (candidato a

Deputado Estadual por RS em 2018), cujos nomes adotados em campanhas eleitoral não estiveram vinculados à condição de surdez do candidato.

Nos exemplos dos santinhos acima, vimos que para compreensão da própria constituição do texto (como intradiscurso) e do funcionamento discursivo da escrita dele, é necessário dispor da “exterioridade constitutiva” do texto - o interdiscurso, a memória do dizer. Esse processo nos permite observar a regularidade nos discursos mobilizados na escrita de determinados textos, como esses santinhos de candidatos surdos.

A partir da definição de texto como peça de linguagem, Orlandi (1996, p. 61) diz: “Como toda peça de linguagem, como todo objeto simbólico, o texto é objeto de interpretação. Para a AD esta qualidade é crucial. É sua tarefa compreender como ele produz sentido e isto implica compreender tanto como os sentidos estão nele quanto como ele pode ser lido.”. Isso implica que o texto é uma unidade significativa considerando tanto a presença da ordem da língua em seu interior, como também a ordem das coisas: a sua materialidade. Além disso, deve-se acrescentar a ordem da história, ou seja, no mover dos sentidos no texto, o modo como “a história ‘afeta’ a linguagem de sentidos” (ORLANDI, 1996, p. 57).

Orlandi (1996) traz a noção de dado e fato para esclarecer o encontro da ordem da língua e da ordem das coisas (sua materialidade) na análise da linguagem. Nessa comparação, a noção de fato é derivada de um deslocamento que se produz a partir da noção de dado. “A noção de dado apresenta uma organização, por sua vez o fato se produz como um objeto da ordem do discurso (linguístico-histórico).” (ORLANDI, 1996, p. 58).

Na perspectiva dessa relação dado/fato, quando afirmo que um texto não é um documento mas um discurso, estou produzindo algo mais fundamental: estou instalando na consideração dos elementos submetidos à análise – no movimento contínuo entre descrição e interpretação – a memória. Em outras palavras, os “dados” não têm memória, são os “fatos que nos conduzem à memória linguística. Nos fatos temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento. *Em suma, olharmos o texto como fato, e não como um dado, é observarmos como ele, enquanto objeto simbólico, funciona.* (ORLANDI, 1996, p. 58, grifo nosso).

É nesse sentido que Análise de Discurso tem como proposta o trabalho nesse lugar particular em que se encontram a ordem da língua e a ordem da história. De modo que, na perspectiva discursiva, não é o foco analisar a organização do texto, mas sim como o texto se

organiza quanto a sua discursividade, no que tange à ordem da língua, à ordem das coisas (a materialidade) e à ordem da história. (ORLANDI, 1996).

Em outras palavras, as pesquisas sobre o texto no campo da AD não têm como foco a busca de uma sintaxe textual, e sim pela busca das significações discursivas, que sendo afetadas por condições sócio-históricas de significação podem ser apreendidas a partir da materialidade do texto. (INDURSKY, 2015)

Em suma: [...] a análise do discurso, ao analisar um texto, busca uma semântica discursiva, cujo exame pode iniciar pela materialidade textual, mas precisa ultrapassar os limites do texto para alcançar o próprio discurso e seus processos de significação e o próprio do discursivo, que são as relações que o texto mantém com o interdiscurso. (INDURSKY, 2015, p. 80)

Para Indursky (2015), a perspectiva sobre o texto e o estudo do interior e exterior da língua como unidade de análise, afetada pelas condições de produção pode ser resumida pela proposição de Guespin, para quem o fato de a estruturação do texto ser feita a partir e por meio da língua faz do texto um enunciado em que o estudo linguístico das condições de produção deste texto é o que o transforma em um discurso.

Na perspectiva discursiva importa o funcionamento do texto como materialização do discurso. Para a AD, o texto é a base para os estudos da língua e os sentidos, pois como afirmou Orlandi (2013, p. 276), “[...] a unidade da língua é o texto não é a frase nem a palavra. Quando a palavra significa, é porque já é em si textualização de uma discursividade.” (ORLANDI, 2013, p. 276).

Essa textualização é explicada a partir dessa noção da que não são as palavras em si que significam, mas sim é o texto que significa (ORLANDI, 2015). O trabalho com os sentidos depende da textualização, é ela que provê de modo que um texto de “realidade significativa”. Dessa forma, “*Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, é porque sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa. A palavra que significa é uma palavra textualizada.*” (ORLANDI, 2015, p. 25, grifo nosso).

Logo, para haver texto é necessária a presença da textualidade, “função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade” (ORLANDI, 2015, p. 25). Ao buscar compreender o que é texto para a AD, ressalta Orlandi (1996), “[...] *podemos entender a relação com o interdiscurso, a relação com os sentidos (os mesmos e os outros).*” (p. 53, grifo nosso). E, a



autora prossegue, “É pensando a relação do texto com sua exterioridade que podemos pensar não a função do texto mas seu funcionamento.” (ORLANDI, 2015, p. 25).

A relação do texto com o interdiscurso se dá porque na AD o texto está completamente atravessado pelo interdiscurso, considera Indursky (2015). No ponto de vista dessa autora, a abordagem do sentido na AD é interpretativa e considerar as condições sócio-históricas torna-se consideração obrigatória nessa teoria visto que essas são constitutivas da tessitura do texto.

A análise do discurso alcança o sentido de um texto quando o relaciona às suas condições de produção, *o que o remete à exterioridade*. E o sentido, neste quadro teórico, está ancorado às relações que o texto estabelece com a(s) formação(ões) discursiva(s) que o afeta(m). (INDURSKY, 2015, 80, grifo nosso)

A exterioridade do texto é bastante abrangente na AD. Para Indursky (2015), o texto configura-se como sendo um espaço discursivo que não é fechado em si mesmo, estabelecendo relações com o contexto, com outros textos e com outros discursos. Nesse sentido, “[...] o fechamento de um texto, [...], é a um só tempo simbólico e indispensável.” (INDURSKY, 2015, 77). O texto não pode fechar-se em si mesmo, visto que constitui-se a partir da junção de determinadas relações, são as relações: *contextuais, textuais, intertextuais, e interdiscursivas*.

As *relações contextuais* estão vinculadas a exterioridade do texto, ao modo como o sentido do texto se estabelece, considerando as relações entre o sujeito-autor e o texto. Nessa visão, o sentido do texto é resultado da interlocução discursiva entre sujeitos historicamente determinados envolvidos em processos de produção/interpretação. (INDURSKY, 2015).

Já as *relações textuais*, para Indursky (2015, p. 78) “[...] são aquelas produzidas no interior do texto e são resultado do trabalho de textualização realizado pelo sujeito que se encontra no exercício da função-autor.” (p. 78). A autora retoma o conceito de textualização de Orlandi (1983), afirmando que se trata do trabalho de “costura” feita pelo sujeito diante dos diversos “recortes discursivos”.

Nas palavras de Indursky (2015, p. 78), *as relações intertextuais* “[...] relacionam um texto com outros textos.”, ou seja, trata-se da intertextualidade, “[...] a retomada/leitura que um texto produz sobre outro texto, dele apropriando-se para transformá-lo e/ou assimilá-lo.” (p. 78). Dessa forma, o processo de intertextualidade além de apontar para o efeito de origem de um texto, também o faz para textos que ainda vão surgir e que se inscrevem “na mesma matriz de sentido”, como as reescrituras e paródias.

Por fim, *as relações interdiscursivas* funcionam no sentido de aproximar o texto de outros discursos, “[...] remetendo-o a redes de formações discursivas tais que já não é mais possível identificar com precisão, como no caso anterior, a origem do texto.” (INDURSKY, 2015, p. 78). Nesse ponto, cabe lembrar que o interdiscurso engloba a multiplicidade de sentidos, produzidos por vozes anônimas que convivem no denominado por Pêcheux como *non-sense*. Assim, há impossibilidade de se distinguir o que foi produzido no texto e o que é retomado de outros discursos (o interdiscurso), pois “[...] o discurso está disperso em uma profusão descontínua e igualmente dispersa de textos, relacionando-se com formações discursivas diversas, e mobilizando posições-sujeito igualmente diferentes.” (2015, p. 78)

Sintetizando a visão da AD sobre o nosso texto, Indursky (2015, p. 83) apresenta um esquema dos principais conceitos, o qual pareceu-nos relevante mobilizar (com alguns acréscimos e adaptações) na elaboração do quadro que segue:

<b>O texto na Análise do Discurso</b>	
<b>Conceito de texto:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Unidade significativa;</li> <li>- Efeito-texto: efeito de objeto dotado de completude: começo, meio e fim;</li> <li>- Texto: objeto não acabado, aberto à exterioridade;</li> <li>-Relações com a intertextualidade e a interdiscursividade;</li> <li>- Objeto heterogêneo.</li> </ul>
<b>Condição necessária um texto ser considerado como tal:</b>	- Textualização: tessitura dos recortes e das cadeias discursivas, efeito de textualidade; efeito de homogeneidade.
<b>Análise no/do texto:</b>	Trabalho dos sentidos no texto
<b>Relações de exterioridade do texto:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Textuais;</li> <li>- Contextuais;</li> <li>- Intertextuais;</li> <li>- Interdiscursivas.</li> </ul>
<b>Condição obrigatória para a constituição da tessitura do texto:</b>	- (Contexto) Sócio-histórico
<b>O autor (sujeito-autor):</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-posição-sujeito inscrita em uma FD (sujeito atravessado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia);</li> <li>- Funções enunciativas do sujeito: função-autor, efeito-autor, autoria.</li> </ul>
<b>A construção de sentidos no texto envolve:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sentido intervalar: efeito de sentido entre o sujeito-autor e o sujeito-leitor mediado pelo texto.</li> <li>- Condição de produção;</li> <li>- Inscrição de sujeitos em Formações Discursivas.</li> </ul>
<b>Relação texto e discurso:</b>	- Texto: a materialidade do discurso

Quadro elaborado a partir de esquema de Indursky (2015, p. 83)

Além do exposto no quadro, é relevante entendermos que ainda há um elemento crucial no funcionamento discursivo do texto, trata-se da historicidade. Vamos então pontuar como ela se constitui o texto. Precisamos, primeiro, entender a presença do linguístico-histórico no texto.

Orlandi (2015) afirma que na análise da linguagem, o texto na AD é um objeto histórico-linguístico, ele é histórico não por ter sentido de documento, mas sim por materializar discurso(s) e é linguístico por depender da língua/linguagem para materializar-se.

Isso é possível porque o texto “[...] não é apenas um conjunto de enunciados portadores de uma e até mesmo várias significações; é antes um processo que se desenvolve de múltiplas formas em determinadas situações sociais.” (ORLANDI, 2015, p. 25). Em suma, “O texto é justamente esse objeto (linguístico) histórico, se o pensamos como essa unidade que se estabelece pela historicidade enquanto unidade de sentido.” (ORLANDI, 1996, p. 57).

Então, chegamos à presença historicidade no texto. A historicidade é, pois, “função da necessidade do sentido no universo simbólico.” (ORLANDI, 1996, p. 57). Sem a historicidade seria inviável trabalhar com os sentidos no texto, com o processo interpretação e compreensão do leitor, pois, ressalta Orlandi (1996).

Para compreender, o leitor deve se relacionar com os diferentes processos de significação que acontecem no texto. Esses processos, por sua vez, são função da historicidade, ou seja, da história do(s) sujeito(s) e do(s) sentido(s) do texto enquanto discurso.”. (p. 56). Orlandi (1996) alerta que, na perspectiva discursiva, “Não se trata, assim, de trabalhar a historicidade (refletida) no texto mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos. (ORLANDI, 1996, p. 55).

A historicidade corresponde aos meandros do texto, o trabalho dos sentidos no texto, o acontecimento e funcionamento do texto como discurso. O trabalho com o texto não se trata de partir da história para o texto, a historicidade refletida no texto, pelo contrário, envolve partir do texto enquanto materialidade histórica analisando a historicidade do texto por meio de suas marcas discursivas, buscando compreender o modo de produzir sentidos da/na matéria textual. (ORLANDI, 2015).

Assim, a história “afeta” a linguagem de sentidos. O encontro entre história e língua(gem) no texto, produz o que Orlandi chamou de textualidade, que é definida como aquela que “[...] é história, que faz sentido.” (ORLANDI, 1996, p. 57).

Orlandi (1996) relaciona a historicidade do texto à presença de diferentes formações discursivas no texto. Nas palavras da autora, “Pela análise da historicidade do texto, isto é, do seu modo de produzir sentidos, podemos falar que um texto pode ser – e na maioria das vezes o é efetivamente – atravessado por várias formações discursivas.” (ORLANDI, 1996, p. 56). As formações discursivas, com suas diferenças presentes “na dispersão” de textos capazes de constituir um discurso, são consideradas como elemento fundamental para a configuração da historicidade do texto. (ORLANDI, 1996).

Segundo Orlandi (1996, p. 59), há uma heterogeneidade inerente no texto, a qual caracteriza-se com relação: a) a natureza dos diferentes materiais simbólicos - imagem, grafia, som, etc.; b) a natureza das línguas - oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição, etc.; c) as posições do sujeito; d) as diversas formações discursivas, ou melhor, a possibilidade de se trabalhar com essa heterogeneidade em termos de formações discursivas. Em se tratando especificamente das heterogeneidade de formações discursivas no texto, Orlandi (1996, p. 59) acrescenta que, “Nesse caso, temos um princípio importante que é o de que um texto não corresponde a uma só FD, dada a heterogeneidade que o constitui, lembrando que toda FD é heterogênea em relação a si mesma.”.

Considerando a heterogeneidade discursiva presente nos textos e os movimentos entre unidade e dispersão de sentidos, Orlandi (1996, p. 60) estabelece duas ordens de conclusões: “1) Um sujeito não produz só um discurso”; “2) Um discurso não é igual a um texto”. O desdobramento dessas afirmações conclusivas leva essa autora a conjecturar sobre a relação proposta na AD ser voltada para, primeiro, remeter o texto; e, segundo, esclarecer as relações do texto com as FD (que por sua vez relacionam-se com a ideologia).

A presença da heterogeneidade de formações discursivas no texto pode ser percebida, quando o analista do discurso se encontra em trabalho analítico, por exemplo, voltado para o discurso sobre surdo/surdez. Nessa condição, ele se propõe a analisar formação discursiva relacionada ao discurso sobre surdez (que ele poderá definir como FD1). O analista selecionará textos relacionados a essa(s) formação(ões) discursiva(s). Os textos, inevitavelmente estarão atravessados por outras formações discursivas como oralismo (FD2), identidade surda (FD2), e assim sucessivamente, visto que, como propõe Orlandi (1996, p. 59) “os textos são heterogêneos em relação às FD que os constituem.”.

Tomemos o texto abaixo – uma tira de humor – para observarmos como as formações discursivas – nesse caso, sobre surdez e língua de sinais – atravessam-no mobilizando os sentidos:



Observando essa tira de humor, notamos que há heterogeneidade de formações discursivas, haja vista que há duas formações discursivas, sendo que ambas estão em confronto ideológico uma com a outra. Trata-se de formações discursivas sobre o surdo e a surdez que discutimos no capítulo 1 de nossa tese, a saber, que dizem respeito: aos discursos sobre a surdez como “deficiência” e do surdo como “deficiente”; e aos discursos sobre a surdez como “diferença” e do surdo como “diferente” – no aspecto cultural, linguística e identitário. O texto em questão é marcado pelas posições discursivas divergentes de dois sujeitos interlocutores no texto, que chamaremos interlocutor 1 (intérprete de língua de sinais, que atende o telefone) e interlocutor 2 (solicitante de “fazedor de mímica para surdos”, que faz a ligação).

A formação discursiva “surdez como deficiência” atravessa o texto por meio do dizer do sujeito interlocutor 2. Isso porque o dizer desse sujeito é marcado por dizeres como “surdo-mudo” (e não surdo), “fazedor de mímica para surdos” (em contraposição à intérprete de língua de sinais), que marcam sua posição discursiva. Na posição discursiva que ocupa, esse interlocutor 2 desconsidera a questão da surdez como diferença cultural, identitária e linguística, visto que concebe a língua de sinais como “mímica”, possivelmente por sua posição discursiva de “surdez como deficiência” e por conceber a língua de sinais também como “incompleta”, deficiente, não-língua (linguagem), ou seja, meramente “mímica”. Também notamos que o interlocutor 2, mesmo solicitando um intérprete e possivelmente precisando, de algum modo, interagir com surdo, não parece muito disposto a aprender os termos utilizados por sujeitos posicionados em formações discursivas de surdez como “diferença”, visto que, mesmo sendo

<sup>56</sup> Disponível em

[https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV060\\_MD1\\_SA7\\_ID2535\\_12102016055\\_510.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA7_ID2535_12102016055_510.pdf) Acesso 03.06.20

“corrigido” pelo intérprete, continua a usar termos como “surdo-mudo” e “fazedor de mímica”, demonstrando um aparente ignorância, indiferença e/ou oposição para com os discursos da surdez como diferença e, sobretudo, aos surdos “diferentes” e aos intérpretes de língua de sinais.

Já a formação discursiva surdez como diferença marca o dizer e as atitudes do sujeito interlocutor 2 diante das indagações do sujeito interlocutor 1. O intérprete de língua de sinais assume posição em formação discursiva “surdez como diferença” – pautada em aspectos linguísticos – uso da língua de sinais -, culturais e identitários que constituem o surdo como “diferente”.

Assim, o texto é atravessado por um confronto entre formações discursivas distintas. E esse confronto é marcado pelas diferentes posições discursivas em que se os sujeitos interlocutores se encontram. O último quadrinho marca de forma contundente esse confronto, haja vista que o interlocutor 1 (que faz a ligação) continua a utilizar termos que vão de encontro com a posição discursiva do interlocutor 2 (o intérprete de língua de sinais), mesmo este especificando no quadrinho anterior as palavras com sentidos que considera mais apropriadas, dentro da formação discursiva que está filiado, para se referir ao surdo e ao intérprete de língua de sinais.

Sobre o funcionamento discursivo do texto convém ressaltar que a relação do texto com a produção de sentidos, como o linguístico-histórico, afetam e constituem o texto, a heterogeneidade constitutiva do texto, como aponta Orlandi (1996). Como pudemos perceber, na AD, a relação do texto com a produção de sentidos se estabelece devido às próprias características atribuídas ao texto quando visto de uma perspectiva discursiva. O texto é o lugar onde ocorre o trabalho da linguagem, o jogo de sentidos, e enfim o funcionamento da discursividade. (ORLANDI, 1996). Orlandi (1996, p. 58-59) considera que “[...] o texto é uma unidade complexa – um todo que resulta de uma articulação – representando, assim, um conjunto de relações significativas individualizadas em uma unidade discursiva.”, que podem ser observadas por meio da noção de heterogeneidade (diferença).

Assim, um texto não é homogêneo por poder ser atravessado por formações discursivas, o que é perceptível quando levamos em conta a historicidade do texto, isto é, o modo de produzir sentidos no texto, considera Orlandi (2015, p. 26). Para a autora, a possibilidade de diversas formações discursivas atravessarem o texto é decorrente de e corresponde a diferentes posições que os sujeitos se filiam, passíveis de serem representadas no texto.

Em nosso trabalho, consideramos essencial a compreensão do funcionamento discursivo do texto, no caso em questão, o texto acadêmico, os mecanismos que circunscrevem e caracterizam a presença de formações discursivas e de posições dos sujeitos nessas formações.

Assim, após essa abordagem sobre a escrita e o texto feita nesta subseção, focamos nossa atenção para o funcionamento discursivo da escrita acadêmica e do texto acadêmico.

### **3.3.2 A escrita acadêmica: a inscrição do sujeito aluno universitário surdo na escrita de textos acadêmicos em português**

Nas seções anteriores deste capítulo discorreremos acerca da perspectiva discursiva da escrita, do texto e da inscrição do sujeito na escrita. Na presente seção, direcionamos a discussão para a escrita acadêmica, observando seu funcionamento discursivo e a inscrição do sujeito, em especial o sujeito surdo, nessa escrita por meio de textos acadêmicos.

Na perspectiva da AD, o ser ou o estar na condição de aluno universitário trata-se de situar-se em um lugar social, que tende a resvalar no lugar discursivo e na posição sujeito aluno-universitário na escrita. Como esse sujeito pela sua própria constituição e lugares sociais e discursivos ocupados não se resume apenas a sujeito aluno-universitário, logo o esperado é que ele seja atravessado por outras posições discursivas identitárias, como surdo, mulher, professor. Essas filiações múltiplas podem reverberar na inscrição desse sujeito na escrita, de modo a emergir no texto em forma de marcas discursivas-identitárias, sendo que essas marcas podem ser interpretadas como resultado de identificações, de posições-sujeito.

Para “ser” aluno universitário, estar nesse lugar social, não basta estar matriculado na universidade, espera-se que o sujeito-aluno se inscreva em práticas discursivas que o identifiquem como tal. Entre elas, que ele se inscreva no texto (oral, escrito) de acordo com as imagens atribuídas ao aluno universitário. Espera-se que sua escrita o identifique como tal, como aluno universitário, de modo que esse sujeito-aluno precisa (aprender a) se inscrever na escrita acadêmica para se constituir no lugar discursivo “aluno universitário” – graduando, mestrando ou doutorando.

Essa escrita é parte integrante de elementos pertencentes ao Discurso Acadêmico. Por sua vez, conforme apontam Braga e Senem (2017). O Discurso acadêmico (DA) pauta-se no Discurso da Ciência (DC), mas não apenas isso, pois também agrega o Discurso Pedagógico (DP). A escrita acadêmica funciona na confluência entre os saberes da escrita científica e os conhecimentos e orientações de âmbito pedagógico voltado ao processo de ensino e aprendizagem do escrever na universidade.

[...] o discurso acadêmico se relaciona com o pedagógico e não se configura como discurso da ciência necessariamente; portanto, DA e DC não devem ser tomados como sinônimos. Disso apontamos que o discurso acadêmico não é o discurso científico; é um discurso sobre a ciência em que a própria ciência se constitui. A partir do exposto, entendemos que o DA – quando tomado como objeto de ensino e aprendizagem – volta-se para o ensino do discurso da ciência, com o processo de produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, constitui a produção científica. (BRAGA; SENEM, 2017, p. 355)

No caso de dissertações e teses, por exemplo, temos textos cuja escrita constitui-se tanto do Discurso Científico, sobretudo do funcionamento discursivo da escrita científica (que definimos mais adiante), quanto de marcas do processo de ensino-aprendizagem, portanto do Discurso Pedagógico. Marcas essas decorrentes de escritas e reescritas pautadas em, por exemplo, orientações, sugestões e participações de docentes com vistas à (re)construção do trabalho acadêmico desenvolvido. Configurando a escrita desses textos acadêmicos como uma escrita que, tendo características de científica, é perpassada pelo pedagógico, para se constituir discursivamente como tal.

No que tange a presença do Discurso Científico, ou mais precisamente, da escrita científica, buscamos entender melhor seu funcionamento, nos parágrafos seguintes, para compreendermos sua participação na constituição discursiva da escrita acadêmica e na inscrição do sujeito aluno universitário, em geral, e mestrando/doutorando, em particular, nesta escrita.

Pereira (2013, p. 216) em seu artigo “A escrita acadêmica – do excessivo ao razoável” defende ser a escrita científica crucial para a constituição da ciência, sendo a forma dessa escrita responsável, em grande parte, por estabelecer a distinção entre a ciência das outras naturezas do saber. Segundo o autor, “Para se constituir como tal, a ciência precisa romper com as evidências simples e com alguns códigos primários de leitura do real, propondo uma nova forma de expressão, articulando novas proposições e uma outra perspectiva conceitual.” (PEREIRA, 2013, p. 216)

Considerando que a ciência apoia-se em uma “performance discursiva” constitutiva de “campos de validade”, a escrita científica contribui para a ciência no sentido de visar corporificar a pretensa interpretação objetiva da realidade, que orienta a área científica, com fins de atingir a “universalização e generalidade”, em repúdio ao senso comum e ao imediatismo da opinião. (PEREIRA, 2013)



Pereira (2013) ressalta que na escrita científica, a linguagem utilizada – conhecida como linguagem científica -, funciona no sentido de controlar e estabelecer um conjunto de regras voltadas para distinguir o verdadeiro do falso. Essas regras primam pela predominância da neutralidade e impessoalidade na linguagem científica, o que na visão do autor acarreta em ao menos dois pontos a serem considerados. Um deles é que quando se enfatiza a impessoalidade, tende-se a buscar o afastamento do sujeito da linguagem. O outro ponto é que essa pretensa neutralidade do discurso científico vincula-se a noção de haver uma verdade universal existente fora do mundo e da história.

Tal concepção vinculada à neutralidade e impessoalidade do discurso científico resvala na constituição da própria linguagem científica, estendendo-se para o texto científico. Em outras palavras, a primazia pela neutralidade e impessoalidade do discurso científico acarreta na noção de que a linguagem científica e também o texto científico seja capaz de estar aquém do mundo e da história (Pereira, 2013).

O subjetivo e o histórico tornaram-se exemplo da particularidade da qual a ciência procurou se ver livre por muito tempo e, portanto, passaram a ser tomados como indutores de enganos, erros e falsidades. O mundo da ciência fez disseminar a ideia de que éramos capazes de controlar a verdade por intermédio do controle do discurso: apoiados na pretensão de controlar o discurso e sua origem, os cientistas desconsideravam que a gênese da linguagem, do discurso e da escrita é a própria história. Ora, a contingência histórica representa o conjunto de condições de possibilidade da emergência de uma certa linguagem, de um certo discurso, de uma certa gramática e de uma certa semântica. (PEREIRA, 2013, p. 216)

Foi também por buscar a universalidade que a ciência buscou apagar o enunciador, o autor, como afirma Pereira (2013). Assim, ao invés de quem escreve, importa sobre o que se escreve – o objeto de estudo - e como escreve – a presença ou não da objetividade, a neutralidade esperada da linguagem científica. Espera-se que a objetividade, na escrita científica, funcione como dispositivos para garantir o esperado rigor científico e neutralidade. E assim o objeto passa a ser pensado como centro da escrita, de onde converge a estrutura textual e vocabulário utilizado (incluindo termos técnicos-científicos vinculados a uma ou outra teoria científica).

Por conseguinte, tornou-se necessária a apropriação de uma linguagem que promova um efeito de objetividade, por meio de uma noção de objetividade causada pela ilusão de haver transparência na língua e de ser possível “desubjetivar” o sujeito que escreve, de poder ocultar

ou cercear a presença de marcas discursivas-identitárias em seu texto. Quanto maior o nível de cientificidade e técnica em um texto, maior a possibilidade de cerceamento de marcas identitárias, buscando-se apagar o “eu” (sujeito) da escrita. De modo que, preferivelmente, “A escrita não pode aparecer. O leitor deve ler sem ler. As palavras e a estrutura do texto devem servir quase tão somente para promover a compreensão do objeto de que tratam.” (PEREIRA, 2013, p. 217).

Na escrita acadêmica, por esta se orientar pela escrita científica e pelo Discurso Científico, há também uma expectativa de incursão do texto nesse efeito de objetividade e, por conseguinte, na desobjetivação do sujeito da escrita. Logo, a escrita acadêmica traz em si marcas de um cerceamento à esse sujeito. Essas marcas podem ser percebidas, por exemplo, em normas que regem o texto acadêmico – as normas da ABNT, os regulamentos de produção acadêmica de universidades, de um docente de dada disciplina etc. Sobre os cerceamentos dessa escrita, Braga (2015, p. 151-152) afirma:

Os cerceamentos inerentes ao estilo da escrita acadêmica, que marcam sobremaneira a ausência de certa subjetividade como propriedade constitutiva do discurso científico, a fim de garantir o efeito de neutralidade, imparcialidade e de verdadeiro imputam àquele que escreve um espaço de deriva à assunção autoral. Em virtude disso, quanto mais o sujeito na posição de aluno-universitário estiver preso aos aspectos internos e externos à composição dessa escrita, mais propenso estará de se distanciar de escrever e inscrever-se à letra. Do mesmo modo, quanto mais permitir-se dizer descolado do dizer do outro de modo a produzir um dizer outro, mais autoral poderá ser seu projeto discurso. No entanto, um problema se instaura, ao fazer isso, incorre ao risco de ser destituído de pertença à escrita acadêmica. Eis a questão posta pela dificuldade de ser sujeito do dizer nesse lugar, ou melhor, de como ser sujeito nesse espaço enunciativo.

Braga (2015) indica que entender a escrita acadêmica como um espaço que é, também, de aprendizado pode ser um caminho para a inscrição do sujeito aluno como autor. Ele refere-se a uma aprendizagem não apenas da escrita em si, mas sobretudo, de aprender com essa escrita, com as possibilidades de por meio dela construir e desenvolver um pensamento particular, de poder formular e reformular o seu dizer, movimentando na (re)escrita suas próprias ideias.

Seguindo essa noção, o texto acadêmico pode afastar-se da mera repetição para adentrar em um campo de descobertas, cuja escrita possibilite um dizer “de formulação”, criativo e

construtivo. “É preciso escrever com-ciência a escrita acadêmica. Consciência de que quando se está a escrever não sabe ao certo onde se vai chegar. Pode-se até saber onde se deseja chegar, mas a chegada é sempre um lugar novo que se está conhecendo pela primeira vez.”, propõe Braga (2015, p. 152).

Após essas considerações sobre a escrita acadêmica, analisemos, a partir dos dois exemplos de excertos de textos acadêmicos de dissertações, o inscrever-se do sujeito nessa escrita, em particular, o sujeito aluno universitário surdo (sinalizante), observando, sobretudo, aspectos referentes à língua(gem), efeito de objetividade e posição-sujeito.

## Texto – dissertação 1

### 1.1 JUSTIFICATIVA

Frente a esse cenário de propagação, qualificação e especialização do uso da Libras, na condição de surda, sinalizante e professora da língua de sinais, um fato passou a chamar atenção da autora da presente pesquisa: em situações que se pressupõe o emprego do registro formal e informal da Libras, cada vez mais, tem sido comum perceber que existem variações na forma de execução de certos sinais. A fim de observar o fenômeno da variação querológica<sup>4</sup> em ambientes formais e informais, a pesquisa indaga e procura investigar as seguintes questões: Existe variação querológica na tradução de línguas de sinais? Quais são os tipos de variação querológica? Existe diferença, na variação querológica, entre ambientes formais e informais? Assim, as produções em Libras refletem o uso real em diferentes contextos, na forma de produzir cada sinal. Por este motivo faz-se necessário analisar vídeos que apresentem tanto variantes formais (padrão, quando o indivíduo sinalizante está concentrado) como variantes informais (não padrão, quando o indivíduo está relaxado). A variante informal ocorre na conversa espontânea do locutor com o seu interlocutor evidenciando assim escolhas lexicais e formas específicas de sinalização. A construção de conhecimento acerca da variação dos parâmetros constitutivos da Libras e das hipóteses explicativas sobre as causas que subjazem essa variação contribui à descrição da Libras enquanto sistema linguístico, bem como aos processos de tradução e interpretação nessa língua. O esforço de investigação e reflexão acerca do que constitui variação linguística na Libras é requisito para que a área de estudos da tradução possa discutir o que se espera, por exemplo, de uma tradução cujo contexto requer registro formal e que critérios empregados para avaliar a adequabilidade de uma tradução no que concerne à padronização linguística, quando esta é requerida. (VIDAL MACHADO, 2016, p. 27)

Gostaríamos de esclarecer que o exemplo acima refere-se a um excerto da introdução da dissertação de uma pessoa surda, a saber Vanessa Vidal Machado, a mesma que já citamos

anteriormente como sendo miss-Ceará 2008 e autora da autobiografia *A verdadeira beleza* (VIDAL, 2011).

Nesse trecho da dissertação de Vidal Machado (2016), analisamos algumas marcas de discurso da ciência permeando a inscrição de sujeito surdo na escrita acadêmica, com ênfase na presença do efeito de objetividade no texto. Observemos com atenção as partes que destacamos no exemplo. A primeira delas, situada no início do texto, “[...] *na condição de surda, sinalizante e professora da língua de sinais, um fato passou a chamar atenção da autora da presente pesquisa.* (VIDAL MACHADO, 2016, p. 27, grifo nosso), apresenta uma escrita em que há a identificação na letra de que se trata de um sujeito que se inscreve nessa escrita demarcando sua condição social de mulher, surda, professora de língua de sinais. Contudo, pelo modo como esse sujeito o faz, parece-nos que ao mesmo tempo em que se inscreve, “adentrando” nessa escrita, com indicações de possíveis posições sujeito no texto, também produz sentidos de afastamento, visto que coloca-se como se seu dizer se referisse a uma terceira pessoa, ou seja, a alguém de fora dessa escrita. Não há uma referência a um EU ou 1. pessoa que escreve (singular ou plural), mas sim de uma terceira pessoa – ela, ou melhor, a autora da presente pesquisa. Portanto, a inscrição desse sujeito é marcada pela desubjetivação, pelo afastamento de um “eu”, sujeito individualizado, que escreve. Aliás, a desubjetivação também é marcada em outras partes desse excerto da dissertação de Machado (2016, p. 27, grifo nosso), como em “[...] *faz-se necessário* analisar [...]”, em que o uso da 3. Pessoa singular ressalta esse afastamento do sujeito autor de sua própria escrita.

Essas ocorrências apontam para gestos de inscrição na escrita acadêmica, possivelmente resultantes do já citado efeito de objetividade que caracterizam o texto acadêmico. Assim são delineadas as marcas de uma busca pela objetividade nessa escrita. O objeto passa, então, a ocupar lugares que, em outros textos, caberiam ao sujeito da escrita no texto – um lugar de evidência.

Vejamos outras partes do exemplo que trazem tais marcas. Notamos uma dessas ocorrências em “[...] *a pesquisa indaga e procura investigar [...]*” (MACHADO, 2016, p. 27, grifo nosso). Como a pesquisa pode indagar e procurar investigar? Não seria o pesquisador o agente dessas ações? Entendemos que há uma troca do sujeito autor pesquisador, pelo objeto pesquisado. Dizemos isso porque o objeto (a pesquisa) como sujeito da oração, ao invés do sujeito autor aluno pesquisador, marca um afastamento do sujeito e, em contrapartida, uma evidenciação do objeto, já que este surge como mais sujeito do que o próprio sujeito autor pesquisador. Por isso, consideramos que há traços de um efeito de objetividade bastante “acentuados” nessa escrita acadêmica.

Algo similar parece ocorrer em “[...] *O esforço de investigação e reflexão acerca do que constitui variação linguística na Libras é requisito para que a área de estudos da tradução possa discutir [...]*” (MACHADO, 2016, p. 27, grifos nossos). Podemos questionar: O esforço de quem? A área discutir ou as pessoas/pesquisadores da área discutirem? Notamos que nessa ocorrência há uma ocultação de sujeitos pelo estilo de escrita utilizado que, assim como o caso anterior, reforça a presença de efeito de objetividade no texto.

Como afirmou Braga (2015, p. 144-145) “[...] na medida em que a ausência é a marca primeira do discurso (FOUCAUL, 1992), é próprio ao estilo da escrita acadêmica o afastamento do sujeito que diz a fim de produzir um efeito de neutralidade e impessoalidade.”. Tomando a afirmação de Pereira (2013), a impessoalidade funciona afastando o sujeito da linguagem, buscando causar efeitos de elevar o texto científico para além da história e do mundo. Já a neutralidade funciona trazendo a noção de verdade universal como caracterizando a escrita científica e a acadêmica.

Braga (2015) ressalta que a escrita acadêmica desenvolve-se mediante uma dupla performance composta de movimentos internos e externos (à língua), com vistas ao discurso científico. Os movimentos internos são marcados no texto acadêmico por meio de ocorrências linguísticas como conjugação verbal específica (imperando o modo indicativo, e a 3. pessoa do singular, sobretudo, na forma impessoal, por exemplo); a exigência pela norma culta da língua; a preferência pelo sentido denotativo (pautado na ilusão de transparência da linguagem). No caso dos movimentos internos, dizem respeito a ocorrências nos textos que garantam um efeito de autorização, tais como intertextualidades, citações (direta, indireta, indireta livre), anexos, documentos, figuras, as referências, os corpora, indexadores etc. Esses movimentos internos e externos funcionam no sentido de garantir a aceitabilidade do dizer, de comprovar que um novo dizer esteja referendado pelas verdades já constituídas em um campo do saber, de modo a alçar o escrito ao estatuto de verdade e, por conseguinte, ao discurso científico.

Uma escrita subscrita, assim defino o modo de escrever na acadêmica. O dizer subscrito à letra, esta subscrita à forma, forma que repulsa o sujeito e inscreve o referente como efeito de origem daquilo que está enunciado. E tudo isso, garantido por estratégias enunciativas previsíveis pela estrutura da língua de modo a esvaecer o acontecimento da história e a singularidade do sujeito. (BRAGA, 2015, p. 145)

Ainda que a escrita acadêmica seja norteadada pelos aspectos que citamos anteriormente, que o sujeito da escrita de texto acadêmico esteja submetido aos cerceamentos imputados aos discursos sobre escrever (n)a ciência, é possível que ele busque modos de se inscrever que o permita subjetivar-se nessa escrita, marcando sua posição sujeito identitário no texto.

Tomemos o exemplo abaixo para observarmos, nesse primeiro momento, a inscrição do sujeito surdo na escrita de modo mais marcada pela subjetividade por trazer a escrita de si para dentro da escrita acadêmica. Escolhemos esse exemplo pela presença de discursos sobre como o sujeito aluno universitário surdo (utente da Libras) se inscreve em textos acadêmicos como dissertação, o que nos permite fazer considerações sobre o assunto, baseados também no que já expomos anteriormente sobre o sujeito surdo sinalizante e a escrita em língua portuguesa.

Ressaltamos que o exemplo abaixo refere-se a uma parte de uma síntese da dissertação, disponibilizado em formato on-line de Gládis Perlin<sup>57</sup>. Trata-se da escrita de trabalho desenvolvido no mestrado em Educação da UFRGS.

Texto – dissertação 2

#### APRESENTAÇÃO

Ao iniciar a apresentação deste trabalho, penso ser importante contar um pouco de minha história de vida, declarar minha identidade e dizer que *foi através de minhas vivências como surda, mulher, gaúcha*, que cheguei até um curso de pós-graduação e, mais especificamente, *a interessar-me em investigar as identidades surdas* sob a perspectiva dos estudos surdos.

[...]

*O compromisso que tenho com a comunidade que pertenço, assim como com a academia, exige de mim uma postura transparente.* Devido a este fato é que peço, aos interessados neste trabalho, que o leiam não na busca de verdades e de soluções de problemas sociais e culturais, mas como um discurso datado e localizado no tempo, na história e na cultura surda. Também, quero aproveitar o momento para dizer que *o texto presente não deve ser lido a partir de exigências gramaticais muito rígidas mas, sim, respeitando o meu esforço, sem ter escolha, em tentar escrever uma dissertação dentro de uma língua que não me pertence. Sou surda, minha língua é a de sinais, meus pensamentos não correspondem à lógica do português falado e escrito.*

[...]

Ao longo do trabalho busco mostrar como a *minha vida está implicada na minha escolha de pesquisa*. Ao fazer o recorte temático e teórico da pesquisa, busco refletir sobre as identidades dos sujeitos surdos que vivem em comunidade. Aqui o ponto central do problema é o sujeito surdo atuando na

---

<sup>57</sup> Atualmente a Prof. Dr. Gládis Perlin é uma reconhecida pesquisadora, teórica da área dos Estudos Surdos e docente da UFSC.

história, a sua identidade e a sua trajetória no mundo hoje. (PERLIN, 1998, p. 01-03, grifos nossos)

Antes de adentrarmos na discussão sobre a dissertação de mestrado de Perlin (1998), gostaríamos de ressaltar que esse texto não faz parte do nosso *corpus*, ao menos não de forma direta, porém devido ao fato de a autora dessa dissertação ser atualmente orientadora de surdos mestrandos/doutorandos da UFSC, esse seu texto acadêmico acaba fazendo parte, de forma indireta, de nosso *corpus*, dada as condições de produção do mesmo. Pela sua imagem como autoridade na área dos Estudos Surdos, referência como pesquisadora surda e ocupando o lugar social de professora orientadora de mestrado/doutorado, seu dizer pode (ou não) funcionar como uma referência, um modo de “autorizar” o dizer(-se) e subjetivar-se via autonarração de seu orientando. Em outras palavras, a escrita dela pode ter efeitos de sentidos de “autorizar” pesquisadores surdos a se subjetivarem no texto acadêmico, como um “modelo” aos surdos sobre como poder dizer sobre si na escrita acadêmica.

Ao comparar esse dizer sobre si na dissertação de Perlin (1998) e no nosso *corpus*, encontramos algumas regularidades quanto à escrita de si do sujeito surdo pesquisador no texto acadêmico. Notamos no exemplo que a inscrição do sujeito autor nessa escrita acadêmica ocorreu de modo mais inclinado a “marcar-se” no texto acadêmico como sujeito surdo, a abrir espaço para a subjetividade, e, por isso, mobilizando a abertura de brechas no esperado efeito de objetividade que constitui essa escrita. Com isso, vemos que a posição sujeito surdo aparece de forma mais marcada no texto, como podemos observar nos fragmentos: “[...] *minhas vivências como surda, mulher, gaúcha [...]; [...]* a comunidade que pertença [...]”. (PERLIN, 1998, p. 01-03, grifos nossos). Pelas marcas discursivas na escrita desse texto, inferimos que a formação de discursos pautados na surdez como a diferença e no surdo como diferentes marcam o lugar onde esse sujeito autor se posiciona, configurando, assim, posição sujeito surdo diferente cultural e linguisticamente. Além dessa posição sujeito, há também posição sujeito mulher, a posição sujeito mulher gaúcha, enfim, posições essas que estão imbricadas e constituem esse sujeito surdo sinalizante.

Essa posição de sujeito surdo “diferente” é bastante marcada no dizer do sujeito acerca de suas limitações no que se refere a, sendo sinalizante (utente de língua de sinais), ter que escrever em português a o seu texto de dissertação:

Também, quero aproveitar o momento para dizer que *o texto presente não deve ser lido a partir de exigências gramaticais muito rígidas* mas, sim,

*respeitando o meu esforço, sem ter escolha, em tentar escrever uma dissertação dentro de uma língua que não me pertence. Sou surda, minha língua é a de sinais, meus pensamentos não correspondem à lógica do português falado e escrito.”* (PERLIN, 1998, p. 01, grifos nossos)

No fragmento acima, notamos que ao mesmo tempo em que o sujeito assume posição de sujeito surdo na escrita, o sujeito também é constituído pela posição sujeito surdo aluno pesquisador. Para escrever uma dissertação de mestrado, é requerido desse sujeito autor que se inscreva na escrita acadêmica assumindo a posição de sujeito aluno pesquisador, isto é, é necessário que ele se inscreva nessa escrita, submetendo-se à estrutura do texto acadêmico e a imagem de sujeito que escreve enquanto pesquisador da ciência. Assim é requerido desse sujeito a adequação de seu texto no que diz respeito à questão da língua(gem) acadêmica-científica, que abarca a obrigatoriedade da escrita em língua portuguesa (cultura), aspectos vinculados a construções textuais e morfossintáticas, adequação às normas da ABNT entre outros.

*O compromisso que tenho com a comunidade que pertence, assim como com a academia, exige de mim uma postura transparente. Devido a este fato é que peço, aos interessados neste trabalho, que o leiam não na busca de verdades e de soluções de problemas sociais e culturais, mas como um discurso datado e localizado no tempo, na história e na cultura surda.* (PERLIN, 1998, p. 01)

A escrita acadêmica constitui uma dificuldade para os sujeitos alunos universitários em geral. Isso porque, como afirma Braga (2015, p. 147) “[...] a apropriação do gênero acadêmico para aquele que inicia sua trajetória nesse campo é gradual, lenta, ascendente e, sobretudo, controlada por aquilo que pode e deve ser dito nessa esfera.”

No caso de sujeitos alunos universitários surdos utentes da Libras, essas dificuldades parecem ser ainda maiores, devido a provável menor fluência no português, em especial, o culto e/ou pautado em gramáticas tradicionais. Como “*tentar escrever uma dissertação dentro de uma língua que não me pertence*”? (PERLIN, 1998, p. 01) Como inscrever-se em uma escrita (acadêmica) em que o sujeito pode não ter tanta familiaridade, e o fazer em uma língua que não é sua língua natural? São aspectos complexos da inscrição do sujeito surdo sinalizante na escrita acadêmica, que voltaremos a discutir no decorrer da análise de nosso corpus de pesquisa.



Quando situamos essa inscrição à escrita acadêmica por sujeito aluno-universitário surdo, particularmente ao utente da Libras, consideramos, como pressuposto, que ter que escrever em português sua dissertação/tese demanda um cerceamento linguístico – esse sujeito não é autorizado a dizer na língua de sinais, ele precisa estar assujeitado à língua portuguesa, demonstrar ter fluência na modalidade culta escrita dessa língua, que para esse sujeito pode tratar-se de uma segunda-língua, que ele, não necessariamente, sente-se à vontade para fazer uso na escrita.

É possível que esse sujeito se subjetive como surdo para que, de modo inconsciente, busque através de brechas no texto, marcar sua posição de sujeito surdo sinalizante, uma vez que lhe é cerceado o poder dizer na escrita acadêmica fazendo uso exclusivamente da língua de sinais.

De modo geral, observando o funcionamento discursivo da escrita acadêmica, notamos que devido ao modo de escrever e de se inscrever pautados em uma linguagem científica e a cerceamentos impostos ao sujeito dessa escrita, sobretudo o efeito de objetividade, a questão da posição sujeito (surdo) pode estar em maior ou menor marcado no texto. Ao que tudo indica, para se subjetivar, inscrevendo-se e posicionando-se em textos acadêmicos, como dissertações e teses, o sujeito da escrita busca estratégias, aproveita-se de “brechas” que o permitam dizer(se) no texto. Essas “brechas” são caminhos para a escrita de si, como vimos no último exemplo. E é sobre esse inscrever-se na escrita acadêmica, escrevendo sobre si que trataremos no nosso próximo capítulo.

#### 4. ESCRITA ACADÊMICA EM DISCURSO: ANÁLISE DO DIZER-SE SURDO E O NARRAR VIVÊNCIAS DE SI EM DISSERTAÇÕES E TESES DA UFSC

Neste capítulo, buscamos analisar na escrita acadêmica as marcas de escrita de si do sujeito surdo e suas implicações discursivas nos textos acadêmicos – dissertações e teses – selecionados para compor nosso *corpus*. Essa escrita de si a que nos referimos compreende ao narrar vivências de si do sujeito surdo, que dada a constituição desse sujeito, implica em destacar a sua condição de surdez na escrita acadêmica.

Assim, na seção 4.1 discorreremos acerca das condições de produção que envolvem, sobretudo, as políticas públicas inclusivas e a acessibilidade em relação ao ingresso e permanência de alunos surdos na UFSC, em geral, e nos programas de pós-graduação em que os mestrando e doutorandos surdos cursaram e concluíram os trabalhos acadêmicos do *corpus* – PPGL, PPGET e PPGE, em particular.

Na seção 4.2, investigamos a presença da escrita de si, mais precisamente as narrativas de cunho autobiográfico na escrita acadêmica. Nosso intuito nessa seção é averiguar como a subjetividade mobilizada pela escrita de si pode funcionar discursivamente dentro da escrita acadêmica, já que esta última tem como uma de suas regularidades constitutivas o efeito de objetividade, que se caracteriza por colocar o objeto em evidência, enquanto busca “apagar” a subjetividade na escrita do texto.

Em nossa última seção, 4.3, procedemos à análise das dissertações e teses em língua portuguesa de alunos surdos da UFSC dos programas PPGL, PPGE, PPGET, selecionados a partir da presença da regularidade de dizer-se surdo e autonarrar vivências surdas de si nessas escritas.

Dividimos essa seção em duas subseções. Na subseção 4.3.1 analisamos as marcas de posição discursiva identitária do sujeito – no sentido de identificação do sujeito no discurso com o ser surdo sinalizante e “diferente”. Entendemos que essa posição sujeito é marcada pela língua de sinais e atravessada pela língua portuguesa, e isso nos leva a investigar também os traços discursivos dessas línguas no texto e suas implicações para a escrita acadêmica em nosso *corpus*.

Por fim, na subseção 4.3.2, analisamos como o sujeito na posição discursiva de surdo pesquisador produz brechas para se subjetivar nas dissertações e teses do *corpus* e as implicações discursivas dessa subjetivação dentro do esperado “efeito de objetividade” da escrita acadêmica.

#### 4.1 SOBRE O *CORPUS* E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Como já expusemos anteriormente, nossa pesquisa é pautada na escrita de si do sujeito autor surdo em textos acadêmicos – dissertações e teses - e nosso foco é analisar as implicações discursivas nas marcas na escrita em que o sujeito autor identifica-se como surdo (em dizeres como “Sou surd@”, Nasci surd@) e narra suas vivências surdas em dissertações e teses de três programas da UFSC, a saber: PPGL, PPGET e PPGE.

Esses três programas citados foram selecionados por serem os únicos identificados até a data de coleta de dados (12 de junho de 2018) com teses e/ou dissertações de surdos publicadas no Repositório da UFSC. São programas que possuem ou já possuíram linhas de pesquisa e disciplinas voltadas para temas que envolvem o surdo e têm ou tiveram em seu quadro docente, professores surdos ou ouvintes fluentes em língua de sinais que comumente orientam esses alunos surdos (segundo constatamos em nosso *corpus*).

Em um estudo preliminar, notamos a incidência dessas identificações da condição de surdez de seus autores juntamente com autonarrativas surdas em textos acadêmicos –sobretudo dissertações e teses - de alunos surdos de alguns programas de pós-graduação em instituições de ensino superior brasileiros. Um exemplo disso é a dissertação de mestrado em Educação pela UFRGS de Gladis Perlin (1998), cuja narrativa de vida em sua escrita acadêmica foi discutida no final do capítulo anterior.

Então, restringindo nossa busca para o âmbito da UFSC, selecionamos dissertações e teses produzidas por surdos, em que havia o dizer-se surdo e narrar vivências surdas de si. Assim, fizemos um levantamento dessas obras na página Biblioteca /Repositório da UFSC, espaço virtual onde as teses e dissertações dessa instituição são publicadas de modo amplamente aberto ao público. Passamos a observar as dissertações e teses desses programas pertencentes às áreas de concentração/linhas de pesquisa/temas em que se concentravam os professores que orientam/orientavam alunos surdos, como orientador ou como coorientador.

Com base nesse levantamento de dados, pudemos constatar que, no período pesquisado<sup>58</sup>, os três programas citados apresentavam conjuntamente um total de 107 trabalhos finais de defesa de pós-graduação - entre dissertações e teses - de alunos surdos e ouvintes, com

---

<sup>58</sup> A pesquisa foi feita a partir dos dados publicados e atualizados até o dia 12.06.18 no Repositório de teses e dissertações da UFSC, disponível no site <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74645>

temas relacionados ao contexto do surdo/da surdez<sup>59</sup> e/ou língua de sinais. Em pormenores temos o PPGL com um total de 46 obras, o PGET com 42 e o PPGE com um total de 19 desses trabalhos.

Passamos a separar entre esses trabalhos os que continham dizeres que identificavam na grafia da escrita a condição de surdez do autor, em outras palavras, os textos com a presença do dizer-se surdo, por meio de dizeres do tipo “Sou surdo(a)” ou similar. Constatamos que essas identificações de si como surdo costumam se fazer presentes em partes introdutórias do texto de dissertação/tese, como em: Agradecimentos, Introdução, Apresentação Pessoal e/ou Profissional etc. Desse modo, dos 107 trabalhos citados, verificamos que houve um número considerável de textos, entre dissertações e teses em que há essas identificações que citamos.

Restava-nos identificar entre esse segundo grupo de textos, quais continham, além da identificação de condição de surdo do autor, também trechos em que houvesse autonarrativas surdas, ou seja, escrita de cunho autobiográfico cujo foco fosse pautado na condição de surdo do sujeito autor.

Feito isso, conseguimos agrupar os textos para a composição de nosso *corpus*, de modo que só foram selecionadas as dissertações e teses em que há não apenas a identificação da condição de surdez, o dizer-se surdo, marcado na escrita, mas também a presença da escrita de si em autonarrativas de vivências surdas. Assim, encontramos os 24 textos acadêmicos de final de curso de pós-graduação – dissertações e teses - que compõem nosso *corpus*.

Dentre esses 24 textos, observamos que o programa de pós-graduação da UFSC que mais concentrou trabalhos com identificação de condição de surdez do sujeito autor seguido de autonarrativa de vivências surdas foi o PPGL, com um total de 10 dissertações (sem nenhuma tese com esse perfil até a data da coleta de dados). O segundo foi o PPGE, em que conseguimos encontrar 05 dissertações e 03 teses de surdos com autonarrativas (perfazendo o total de 08 trabalhos). O último foi o PGET, que obteve um total de 06 desses trabalhos, sendo composto somente por dissertações.

No quadro a seguir, discriminamos as dissertações e teses em questão por programas de pós-graduação da UFSC (PPGL, PPGE e PGET), de modo a especificar as obras do âmbito acadêmico que integram nosso *corpus*.

---

<sup>59</sup> Lembrando que trabalhos voltados para a inclusão e outros temas mais gerais que envolvem não apenas o surdo, mas também cegos, deficientes intelectuais etc, não foram considerados nesse levantamento de dados, por não tratar especificamente e individualmente de temática surdez/contexto do surdo.

PPGL	<b>Dissertações</b>
	<i>Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul</i> (VILHALVA, 2009)
	<i>A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras): Um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais</i> (DINIZ, 2010)
	<i>Aspectos da leitura e escrita de sinais: estudos de caso com alunos surdos da educação básica e de universitários surdos e ouvintes</i> (WANDERLEY, 2012)
	<i>Produções em Libras como segunda língua por ouvintes não fluentes e fluentes: um olhar atento para os parâmetros fonológicos</i> (ZANCANARO JUNIOR, 2013)
	<i>Língua Brasileira de Sinais: expressões inovadoras</i> (CORRÊA, 2014)
	<i>Leitura e escrita do português como segunda língua: a experiência de um professor surdo com um aluno surdo no contexto acadêmico</i> (OLIVEIRA, 2014)
	<i>A descrição de uma narrativa baseada em planos cinematográficos</i> (PEREIRA, 2017)
	<i>A escrita de expressões não manuais gramaticais em sentenças da libras pelo sistema signwriting</i> (AMPESSAN, 2015)
	<i>A arte de escrever em Libras</i> (BARBOSA, 2017)
<i>A interferência do Português na análise gramatical em Libras: o caso das preposições</i> (MONTEIRO, 2015).	
PPGE	<b>Dissertações</b>
	<i>Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: das políticas as práticas pedagógicas</i> (SILVA, 2008)
	<i>Cultura surda: possível sobrevivência no campo da inclusão na escola regular?</i> (CAMPOS, 2008)
	<i>Contextualização da trajetória dos surdos e Educação de surdos em Santa Catarina</i> (SCHMITT, 2008)
	<i>O currículo de língua de sinais na educação de surdos</i> (SILVEIRA, 2006)
<i>Professor surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica</i> (REIS, 2006)	

	<b>Teses</b>
	<i>Vestígios Culturais não Registrados na História</i> (STROBEL, 2008)
	<i>Aspectos da visualidade na educação de surdos</i> (CAMPELLO, 2008)
	<i>A experiência de ser surdo: uma descrição fenomenológica</i> (MARQUES, 2008)
	<b>Dissertações</b>
<b>PGET</b>	<i>Avaliação de fluência em Língua De Sinais Brasileira: definindo critérios sob uma perspectiva surda</i> (LOSS, 2016)
	<i>A produção narrativa em libras: uma análise dos vídeos em Língua Brasileira De Sinais e da sua Tradução Intersemiótica a partir da Linguagem Cinematográfica</i> (VIEIRA, 2016)
	<i>Análise do uso de estratégias de troca de turno por alunos de Libras L2.</i> (FAQUETI, 2016)
	<i>Estudo comparativo de currículos de cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português no contexto brasileiro</i> (FERREIRA, 2015)
	<i>A tradução de obras literárias em Língua Brasileira de Sinais – Antropomorfismo em foco</i> (ANDRADE, 2015)
	<i>Simetria na Poética Visual na Língua de Sinais Brasileira</i> (MACHADO, 2013)

De posse do nosso *corpus*, concentramo-nos em construir nossa análise a partir de nossa questão central: **O que implica, discursivamente, dizer-se surdo e narrar vivências surdas na escrita de textos de dissertações e teses?**

Consideramos nessa pesquisa o fato de que, como vimos no final do nosso capítulo 3, a escrita de si e, em especial, o narrar-se não constitui uma regularidade discursiva constitutiva na escrita acadêmica, muito pelo contrário, trata-se de algo incomum, tendo em vista a predominância do efeito de objetividade e, conseqüentemente, do “apagamento” das marcas de subjetividade do sujeito autor que norteiam a escrita científica e a escrita acadêmica.

Em nossa análise, ressaltamos a relação entre língua e identidade (surda) que permeia a inscrição desse sujeito autor na escrita de si no texto acadêmico. Isso porque esses sujeitos surdos autores podem ser utentes da Libras, e se assim o forem, eles se inscrevem na escrita acadêmica assujeitados a uma segunda língua, a língua portuguesa, visto que, até a data da

escrita desta tese, nenhum dos programas de pós-graduação citados permitem ao aluno registrar sua tese ou dissertação exclusivamente em língua de sinais (sinalizada ou em um dos sistemas de escritas de sinais - SignWriting ou sistema Elis).

Outro ponto digno de destaque é o fato de que o dizer-se surdo e trazer escrita de si em forma de narrativas de vivências surdas no *corpus*, imprime no texto acadêmico marcas de posições discursivas pautadas em identidade(s) surda(s) na inscrição na escrita acadêmica desses sujeitos. Trata-se de traços da constituição desse sujeito no discurso e isso perpassa pelas imagens de si enquanto sujeito surdo – e pós-graduando -, e por imagens sobre a surdez e sobre ser surdo. Também perpassa pela inscrição desse sujeito, de como sua subjetividade se instaura em textos acadêmicos, considerando o cerceamento do subjetivar-se na escrita desses textos.

A análise discursiva de nosso *corpus* demanda que observemos as condições de produção envolvendo o acontecimento dele. Para discorrermos sobre a escrita de si do sujeito autor surdo de dissertação ou tese na UFSC, entendemos ser relevante na nossa pesquisa abordarmos brevemente os discursos sobre a inclusão de sujeitos surdos em programas de pós-graduação *stricto sensu* - mestrados e doutorados – nas universidades brasileiras, em geral, e na UFSC, em particular. Em se tratando da UFSC, discorreremos sobre as políticas públicas inclusivas da UFSC e, em especial, de seus programas de pós-graduação, e suas implicações discursivas.

Como vimos no Capítulo 1, os surdos por muito tempo estiveram à margem da sociedade, isso acarretou em dificuldades de usufruir do acesso ao Ensino Superior, de modo que poucos surdos conseguiam concluir a Graduação. Ingressar em Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, era ainda mais raro ao surdo.

No Brasil, foi somente em 1998 que a primeira pessoa surda concluiu seu mestrado e, apenas em 2003 foi concedido o título de doutor a um surdo. Coube a Gladis Teresinha Taschetto Perlin<sup>60</sup> esse pioneirismo na obtenção de ambos os títulos, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul a concessão desses títulos à ela.

A pesquisadora surda Myrna Monteiro (2018), cuja dissertação de mestrado em Linguística pela UFSC integra nosso *corpus*, destaca no seu artigo intitulado “Mestres e doutores surdos: Sobre a Crescente Formação Especializada de Pessoas Surdas no Brasil”, que no contexto brasileiro, a inclusão de surdos no Ensino Superior foi em grande parte alavancada por políticas públicas voltadas primeiramente ao reconhecimento da Libras, por meio da Lei 10.436/2002, e posteriormente à obrigatoriedade dessa língua de sinais nos currículos de

---

<sup>60</sup> No final do Capítulo 3, apresentamos a Prof. Dr. Gladis Perlin, ao citarmos e discutirmos sobre a parte da narrativa de si que ela traz em sua escrita de dissertação de seu mestrado em Educação (UFRS).

formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia assegurada pelo Decreto Lei 5626/2005.

Conforme já exposto anteriormente, o decreto citado acarretou em novas demandas, sendo a principal delas a formação de professores e tradutores/intérpretes da Libras. Com isso, coube ao governo federal, por meio da Secretaria de Educação Especial e da Secretaria de Educação à Distância do MEC, estimular e financiar a criação, desenvolvimento e implementação de cursos de Licenciatura em Libras (a princípio na modalidade à distância) nas universidades brasileiras.

Para Monteiro (2018), as políticas públicas firmadas, por exemplo, no decreto citado, possibilitaram aos surdos a conquista de um importante espaço no que tange à educação de surdos e também ao aperfeiçoamento dos profissionais que de algum modo estão envolvidos com a comunidade surda.

Em seu estudo sobre a inclusão dos surdos na universidade, em especial em programas de pós-graduação *stricto sensu*, Rosa (2015, 07) conclui:

Portanto o ingresso do surdo no ambiente acadêmico é fundamental para o desenvolvimento da pessoa surda em termos educacionais, linguísticos e socioculturais. Possibilitar o surdo a participar no meio acadêmico não se trata somente de abrir vagas no quadro de alunos, mas sim colocar em prática os necessários aspectos linguísticos e culturais relacionados a estes acadêmicos. Desta forma, o surdo será realmente inserido e conseguirá interagir neste meio e com os demais participantes, [...]. (ROSA, 2015, p. 07)

Em se tratando de universidades brasileiras com foco em políticas públicas voltadas para a inclusão dos surdos e valorização das línguas de sinais, Monteiro (2015) ressalta o pioneirismo e protagonismo da UFSC. A autora destaca que a UFSC foi pioneira dentre as universidades brasileiras (públicas e privadas) ao implantar, em 2006, o primeiro curso de Licenciatura de Letras-Libras no Brasil na modalidade à distância. A autora destaca que esse curso foi também o primeiro voltado exclusivamente para o público surdo, buscando formar professores (surdos) para atuarem no ensino de Libras como primeira língua.

O curso em questão abrangeu um grande território nacional, pois teve 9 polos divididos entre instituições de distintos lugares do país. Norte, nordeste, centro-oeste e o sul brasileiros estiveram representados pelas instituições participantes desse curso, a saber: Universidade



Federal do Amazonas – UFAM, a Universidade Federal do Ceará – UFC, a Universidade Federal da Bahia – UFBA, a Universidade de Brasília – UnB, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Goiás – CEFET- GO, a Universidade de São Paulo – USP, o Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro – INES, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Foram disponibilizadas 500 vagas e todas foram preenchidas, essas vagas foram divididas entre 60 vagas oferecidas pela UFSC e 55 por cada uma das demais instituições participantes. Desse número de alunos que ingressaram, 389 concluíram a licenciatura em Letras-Libras.

Em 2008, a UFSC expandiu a proposta inicial, pois além das vagas para Licenciatura em Letras-Libras (para o público surdo), abriu também o curso de Bacharelado à distância (este sendo disponibilizado também para ouvintes). Houve um aumento do número de polos para 15 e também uma abertura maior de número de vagas, sendo o total de 900 para os dois cursos, sendo 450 de Bacharelado e 450 de Licenciatura. Desse total, 690 alunos concluíram o curso (378 bacharéis e 312 licenciados). E em 2014, houve a inclusão de mais três novos polos participantes, situados no Maranhão, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Diante desse quadro exposto sobre a implantação e as condições do curso superior de Letras-Libras da UFSC, Monteiro (2018, p. 07) destaca que:

A UFSC foi a instituição que ofereceu melhores recursos e condições de ensino para o surdo estudar e pesquisar a Libras, sua primeira língua, contando com professores bilíngues e intérpretes de Libras para acompanhar as disciplinas nas salas de aula com colegas ouvintes, proporcionando condições para incentivar a pesquisa sobre cultura surda e ambiente adequado para a troca de ideias e discussões. (MONTEIRO, 2018, p. 07)

Pautada nas políticas afirmativas nacionais, em especial às determinações da Lei nº 12.711/2012, do Decreto Presidencial nº 7.824/2012, da Portaria Normativa nº 18/2012, da Lei nº 13.409/2016, do Decreto Presidencial nº 9.034/2016 e da Portaria Normativa nº 9/2017, que versam sobre a reserva de vagas no Ensino Superior à candidatos oriundos do sistema público de ensino (Ensino Médio), autodeclarados ou não pretos, pardos e deficientes físicos, a UFSC vem buscado ao longo dos últimos anos (especialmente a partir de 2012) desenvolver ações afirmativas que visem atender ao público abrangido por essas políticas, tanto no ingresso na graduação quanto, gradativamente e mais recentemente, na pós-graduação.

Por ações afirmativas, podemos constatar na página do Programa de Ações Afirmativas da UFSC (<https://acoes-afirmativas.ufsc.br/>), a definição de serem “medidas especiais de políticas públicas e/ou ações privadas de cunho temporário ou não” que tenham como objetivo “[...] uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo racial ou étnico, de modo que essas medidas aumentam e facilitam o acesso desses grupos, garantindo a igualdade de oportunidade”.

Com o objetivo de atender e ampliar as ações afirmativas, o Conselho Universitário (CUUn) da UFSC instituiu a Resolução Normativa nº 52/2015/CUUn - alterada em 27 de junho de 2017 pela Resolução Normativa no 101/2017/CUUn -, dispendo sobre a política de ações afirmativas no âmbito dessa universidade para os processos seletivos de 2016 a 2022.

Segundo a Resolução Normativa nº 52/2015/CUUn (e alterações), nos processos seletivos de vestibular da UFSC ocorridos a partir do ano de 2016, ficam reservadas 50% (cinquenta por cento) das vagas para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Médio. Desse montante, 32% das vagas devem ser reservadas aos candidatos autodeclarados pretos, indígenas, das quais 22% são destinadas às “pessoas com deficiência”<sup>61</sup>. Os demais 68% das vagas que perfazem as vagas destinadas aos egressos do Ensino Médio público são subdivididos entre candidatos não autodeclarados pretos, pardos e indígenas, sendo também 22% (vinte e dois por cento) dessas vagas reservadas as “pessoas com deficiência”.

Segundo esse documento, os candidatos que se autodeclararem “deficientes físicos” (incluindo nesse grupo os surdos e os deficientes auditivos), caso aprovados na seleção de vestibular, devem apresentar comprovação médica em caso de aprovação, para que sejam habilitados a ocupar sua parcela de vagas para os cursos de graduação.

Com relação especificamente aos candidatos surdos, além da reserva de vagas citadas, outra ação afirmativa da UFSC foi a implantação de provas especiais em Libras em seus vestibulares para todos os seus cursos de graduação. O primeiro desses vestibulares ocorreu em 2012, em que dos 30 mil inscritos, 137 candidatos optaram por provas traduzidas para língua de sinais, realizando suas provas em computadores individuais. Sobre esse ocorrido, a professora da UFSC Ronice Quadros, pioneira nas pesquisas sobre estudos surdos no Brasil, e responsável por assessorar a Coperve (Comissão Permanente do Vestibular) no processo de tradução e na aplicação do vestibular 2012 em Libras, afirmou na época:

---

<sup>61</sup> Salientamos que as denominações pessoas com deficiência, preto, pardo são as que constam na RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 101/2017/CUUn, DE 27 DE JUNHO DE 2017.

É uma inovação importante. Mais uma vez a UFSC sai à frente, atende o Decreto 5626 e garante o acesso dos surdos à universidade” [...]. O português dos candidatos surdos se caracteriza como um português de segunda língua, como uma língua estrangeira, embora nacional. Isso torna o acesso desigual nos vestibulares. O oferecimento da prova em Libras, que caracteriza a primeira língua dos surdos brasileiros, é uma forma de tornar o processo mais igualitário para pessoas diferentes”, ressalta a professora que assessorou a Coperve na tradução e na aplicação do concurso em Libras. (REIS, 2011, n.p.)<sup>62</sup>

Por sua vez, a pós-graduação parece estar gradualmente adotando também as ações afirmativas determinadas pela Resolução Normativa nº 52/2015/CUn. Entre os atuais 66 programas de pós-graduação na modalidade acadêmica da UFSC<sup>63</sup>, constatamos que alguns deles possuem ou possuíram estudantes autodeclarados surdos. No ano de 2021, por exemplo, segundo informações que foram disponibilizadas pela CAE<sup>64</sup> (Coordenadoria de Acessibilidade Educacional) da UFSC, há alunos com surdez nos programas de pós-graduação em: Linguística (PPGL), Estudos da Tradução (PPGET), Educação (PPGE), Geografia (PPGG) e Administração Universitária (PPGAU).

Dos programas de pós-graduação com a presença de surdos, três se destacam pela quantidade de surdos que já fizeram parte aos seus quadros de alunos, a saber, o PPGL, o PGET e o PPGE<sup>65</sup>. Ressaltamos que, embora reconheçamos a presença de surdos em outros programas da UFSC, foram nas publicações de dissertações e teses publicadas desses três programas citados disponíveis no site da Biblioteca da UFSC que pudemos encontrar textos com identificação da condição de surdez em frases como “Sou surdo” e com a presença de vivências

---

<sup>62</sup> Reis, Arley. Vestibular UFSC 2012: concurso teve provas especiais para surdos. (texto de autoria da jornalista da Agecom) publicado em 12/12/2011 às 17:17. Disponível em <https://noticias.ufsc.br/2011/12/vestibular-ufsc-2012-pela-primeira-vez-concurso-oferece-provas-em-computadores-individuais-para-surdos/> Acesso 10.07.2020.)

<sup>63</sup> Dados do número de programas de pós-graduação acadêmicos coletados a partir da página da UFSC (Disponível em <https://propg.ufsc.br/cap/programas-de-pos-graduacao/> Acesso 13.07.20).

<sup>64</sup> Agradecemos à fonoaudióloga Vivian Dias, a servidora da CAE/UFSC, pelos dados atualizados sobre surdos nos programas de pós-graduação da UFSC disponibilizados em março de 2021. Também agradecemos à Prof. Dra. Ana Paula Santana, membro da banca de defesa desta tese, pelas informações passadas sobre a presença de surdos em outros programas de pós-graduação além dos três que já haviam sido identificados nos textos do *corpus* (PPGL, PPGET e PPGE).

<sup>65</sup> Os dados sobre a predominância de surdos nos três programas – PPGL, PPGET e PPGE – foram coletados durante o período da pesquisa - de 2016 até março/2021 - ocasião em que a pesquisadora buscou informações sobre os alunos surdos da UFSC, em geral, isto é tanto da graduação quanto da pós-graduação, quanto ao ingresso, permanência, disponibilidade de intérpretes, acessibilidade e políticas inclusivas junto à Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) da UFSC e, em particular, sobre os discentes surdos na pós-graduação (em cursos de mestrado ou doutorado em andamento e/ou que já concluíssem esses cursos) na CAE e nas secretarias dos 3 programas de pós-graduação citados.

surdas de si na escrita desses textos acadêmicos, ou seja, trabalhos acadêmicos que atendiam os pré-requisitos definidos em nossa pesquisa e, dessa forma, puderam compor nosso *corpus*.

Especificamente nesses três programas citados (PPGL, PPGET e PPGE), percebemos que houve a implantação de reservas de vagas para os grupos contemplados pela referida resolução, como veremos nos parágrafos seguintes.

O Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) tem longo histórico de funcionamento na UFSC. Sendo o segundo programa de pós-graduação a ser criado nessa instituição, desde o ano de 1971 (com turmas de mestrado e, somente a partir de 1988 com turmas de doutorado), o PPGL tem funcionado regularmente, formando um número expressivo de mestres e doutores ao longo desses anos. Até o final do ano de 2019, o PPGL contabilizava 642 dissertações e mais de 204 teses defendidas.

Com o objetivo de “incentivar a pesquisa e promover o aprimoramento técnico e científico de recursos humanos na área de Linguística e domínios correlatos”<sup>66</sup>, esse programa destaca-se por ser um dos seis melhores do país na área de Linguística, obtendo conceito 6 na avaliação quadrienal 2017 da CAPES.

O PPGL possui no seu quadro docente, professores/orientadores fluentes em Libras e também ao menos um professor surdo (a Prof. Dr. Marianne Stumpf) que atuam na área de concentração “Linguística Aplicada” e, mais precisamente, na linha de pesquisa “Libras”. Há disciplinas ministradas em Libras, como “Estudos de gramática das línguas de sinais” e “Documentação das línguas de sinais” como a pesquisadora pode constatar durante o período em que cursou disciplinas no curso (2016.1 e 2016.2), chegando inclusive a participar da primeira disciplina citada como aluna regular, ministrada, na ocasião, pelas professoras doutoras Marianne Stumpf e Aline Pizzio.

Em geral, os alunos surdos desse programa contam com a presença de intérpretes em sala de aula, durante a ministração de aulas em Língua Portuguesa. E os ouvintes também podem solicitar à secretaria do programa a presença de intérpretes para participarem das aulas ministradas em Libras. Na disciplina da linha de Libras que a pesquisadora cursou, havia duas intérpretes para os alunos ouvintes não fluentes em língua de sinais.

Com relação as ações afirmativas adotadas em seu processo seletivo, o candidato surdo no ato de sua inscrição pode optar por entregar seu anteprojeto de pesquisa em Libras ou língua portuguesa<sup>67</sup> e também lhe é permitido (se assim preferir) realizar a prova escrita da seleção em

---

<sup>66</sup> Informações disponíveis em <https://ppglin.posgrad.ufsc.br/programa/historico/> Acesso 12.07.20.

<sup>67</sup> Nos editais de seleção de mestrado e de doutorado anteriores ao de entrada no semestre 2019.1, o candidato surdo deveria entregar obrigatoriamente o anteprojeto em língua portuguesa, podendo opcionalmente entregar

língua de sinais, assim como defender seu anteprojeto nessa língua. A partir da seleção para o período 2010.1, o programa implantou o sistema de cotas para pessoas com deficiência (incluindo surdos nessa cota), com a reserva de 10% do total de vagas para esses candidatos; e também cotas étnico-raciais, destinando para esses últimos 20% das vagas, ambas as reservas de cotas citadas passaram a vigorar tanto para o mestrado<sup>68</sup> quanto para o doutorado<sup>69</sup>.

O Programa de pós-graduação em Tradução é o mais novo dos três programas citados, com início de suas atividades em 2004, a princípio apenas com turmas de mestrado e, posteriormente, em 2009, também com turmas de doutorado.

Objetivando a formação de pesquisadores e consolidação de um polo institucional que seja referência nos estudos da tradução, esse programa busca investir na expansão e afirmação de atividades relacionadas à área não apenas no país, como também no exterior.<sup>70</sup>

O Programa de Pós-graduação em Tradução possui em seu atual quadro docente professores surdos, como o Prof. Dr. Rodrigo Rosso Marques, cuja tese de doutorado é um dos objetos de nossa pesquisa; e a Prof. Dra. Rachel Louise Sutton Spence. A estrutura curricular desse programa contempla diversas disciplinas voltadas para língua de sinais, tais como “Didática da Tradução e da Interpretação”, “Tradução e Línguas de Sinais”, “Interpretação e Línguas de Sinais”, “Métodos de pesquisa em tradução e interpretação de línguas de Sinais”.<sup>71</sup>

O processo seletivo do PPGET mostra seguir um viés inclusivo, a começar pela disponibilização não apenas na língua portuguesa, em inglês<sup>72</sup> e, sobretudo, também em

---

conjuntamente uma cópia em Libras. A mudança para a entrega apenas em língua de sinais passou a ocorrer a partir da seleção para ingresso em 2019.1, como pode ser observada no EDITAL Nº 05/PPGL/2018 seleção 2019.1 (Doutorado) e no EDITAL Nº 06/PPGL/UFSC/2019, de 12 de agosto de 2019. (Mestrado), sobretudo no Item 1.7 de ambos editais, cujos documentos entregues para inscrição deixam claro que os candidatos surdos podem entregar “versão escrita do projeto de pesquisa, escrito ou gravado em Libras” (<https://poslinguistica.paginas.ufsc.br/files/2011/11/PPGL-Edital-de-seleção-ao-curso-de-mestrado-Entrada-2020.pdf> Acesso 13.07.20).

<sup>68</sup> Conforme consta no EDITAL Nº 06/PPGL/UFSC/2019, de 12 de agosto de 2019, que dispõe sobre as regras para a seleção do mestrado em Linguística da UFSC (Disponível em <https://poslinguistica.paginas.ufsc.br/files/2011/11/PPGL-Edital-de-seleção-ao-curso-de-mestrado-Entrada-2020.pdf> Acesso 13.07.20).

<sup>69</sup> De acordo com as informações do EDITAL Nº 07/PPGL/2019, 12 de agosto de 2019, que dispõe sobre as regras para a seleção do doutorado em Linguística da UFSC (Disponível em <https://poslinguistica.paginas.ufsc.br/files/2011/11/PPGL-Edital-de-seleção-ao-curso-de-doutorado-Entrada-2020-1.pdf> Acesso 13.07.20).

<sup>70</sup> Informações acessadas na página do PPGET (Disponível em <https://ppget.posgrad.ufsc.br/historico/> Acesso 21.07.20)

<sup>71</sup> Segundo dados publicados pelo programa (Disponível em <https://ppget.posgrad.ufsc.br/estrutura-curricular/> acesso 21.07.20)

<sup>72</sup> OFFICIAL ANNOUNCEMENT 07/PGET/2018 (Edital 07/PGET/2018) – ingresso 2019.1 (Disponível em [https://drive.google.com/file/d/1yj5\\_A2U-HvPgTw2TVm\\_TEU4B9DsagaCx/view](https://drive.google.com/file/d/1yj5_A2U-HvPgTw2TVm_TEU4B9DsagaCx/view) Acesso 21.07.20); OFFICIAL ANNOUNCEMENT 08/PGET/2019 (Edital 08/PGET/2019) – ingresso 2019.2 (Disponível em [https://drive.google.com/file/d/0B7VrE\\_7aMfK9U3dQSGtZOWxNMFEwUXdhhXV5V1haTjJxVIFN/view](https://drive.google.com/file/d/0B7VrE_7aMfK9U3dQSGtZOWxNMFEwUXdhhXV5V1haTjJxVIFN/view) Acesso 21.07.20).

Libras<sup>73</sup>. Nas duas últimas línguas citadas, as traduções foram disponibilizadas a partir do Edital 07/PGET/2018 de seleção de discentes para o semestre 2019.1.

Outro digno de destaca é a aceitação da proficiência em Libras no processo seletivo do PPGET. A proficiência em língua(s) estrangeira(s) nesse programa constitui uma das etapas do processo seletivo, condicionando sua comprovação à aprovação ou não no ingresso do candidato. No EDITAL N° 07/PGET/2018<sup>74</sup> vemos que a Libras poderia ser exigida junto com o inglês (como uma segunda língua para o mestrado) e com outra língua estrangeira (como uma terceira língua para o doutorado) por alguns professores orientadores do PPGET.<sup>75</sup>

Já a partir do EDITAL No 11/PGET/2019<sup>76</sup> (ingresso em 2020.1) a Libras passou a ser aceita nas seleções para mestrado e doutorado do PPGET como segunda língua para qualquer candidato, desse modo essa língua de sinais passou a estar no mesmo patamar que o inglês, o francês, o espanhol, o italiano, ou seja, as línguas de prestígio social comumente aceitas pelos programas de pós-graduação em geral. Vale destacar que os candidatos surdos sinalizantes são dispensados de apresentar comprovação de proficiência em Libras. Os demais candidatos, para fins de comprovação de proficiência nessa língua, podem apresentar o certificado do ProLibras<sup>77</sup>, o diploma de graduação em Letras Libras, cursos afins cuja Libras seja língua de instrução ou mesmo declarações de docentes de Libras e/ou Departamentos de Libras.

Assim, por meio abertura para aceitação de proficiência em Libras como segunda língua no PPGET, observamos uma equiparação entre a língua de sinais com línguas consideradas de prestígio e comumente amplamente aceitas em seleções de pós-graduações em universidades

---

<sup>73</sup> Conforme podemos constatar nos vídeos dos seguintes editais para seleção de mestrado e doutorado do PPGET: Edital Seleção PGET 2018/2 – ingresso em 2019.1 (Disponível em <https://ppget.posgrad.ufsc.br/editais/2019-1/> [e também em [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=1&v=6Umy8CTsHfA&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=6Umy8CTsHfA&feature=emb_logo)] Acesso 21.07.20); do Edital PGET Edital n. 08/PGET/2019 – com ingresso em 2019.2 (Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=16e4N48nyww&feature=youtu.be> Acesso 21.07.20); Edital 11/PGET/2019 – para o ingresso no semestre 2020.1 - (Disponível em <https://ppget.posgrad.ufsc.br/editais/2020-1/> [e também em [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=9&v=yOOEaEuhrE8&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=9&v=yOOEaEuhrE8&feature=emb_logo)] Acesso em 21.07.20).

<sup>74</sup> EDITAL N° 07/PGET/2018 DE SELEÇÃO DE DISCENTES PARA O SEMESTRE 2019.1 DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO. (Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1FDsncI4ZXf9-vY5Og6lLxb86BR9S6P0-/view> Acesso 23.07.20)

<sup>75</sup> EDITAL N° 08/PGET/2019 DE SELEÇÃO DE DISCENTES PARA O SEMESTRE 2019.2 DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO. (Disponível em [https://drive.google.com/file/d/0B7VrE\\_7aMfK9WEVxUV9PUk5hZkRzeHQzT1VoMUhvZDJGdDNn/view](https://drive.google.com/file/d/0B7VrE_7aMfK9WEVxUV9PUk5hZkRzeHQzT1VoMUhvZDJGdDNn/view) Acesso 23.07.20).

<sup>76</sup> EDITAL N° 11/PGET/2019 DE SELEÇÃO DE DISCENTES PARA O SEMESTRE 2020.1 DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO. (Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1uP-I3IBUE-dcUj2-VU9VLPzjwouG2HKR/view> Acesso 23.07.20).

<sup>77</sup> ProLibras – Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa.

públicas brasileiras. Esse tratamento igualitário entre a Libras e as outras línguas citadas produz efeitos discursivos de reconhecimento e valorização da língua de sinais e, por extensão, mobiliza sentidos de inclusão do sujeito candidato surdo utente da língua de sinais.

O PPGET também aderiu à política de ações afirmativas para o ingresso de alunos, observado a partir da seleção para mestrado e doutorado para ingresso no semestre 2019.1<sup>78</sup>, reservando cotas para deficientes físicos, além de indígenas e pretos e pardos. O número dessas vagas das cotas varia de acordo com o número de vagas abertas por cada Edital de seleção para mestrado e doutorado, conforme podemos observar nos editais EDITAL Nº 11/PGET/2019 (4 vagas)<sup>79</sup>; EDITAL Nº 08/PGET/2019<sup>80</sup> (5 vagas); EDITAL Nº 07/PGET/2018<sup>81</sup> (9 vagas).

Quanto ao PPGE, percebemos que nesse programa já houve um número muito grande de alunos surdos e dizemos isso com base no quantitativo de dissertações e teses em que o mestrando/doutorando assim se identificou. Houve nesse programa uma linha de pesquisa chamada “Educação Inclusiva”, e a presença de professores surdos, como a Prof. Dr. Gladis Perlin, a Prof. Dr. Karin Strobel, o Prof. Dr. Rodrigo Rosso Marques, além de professores que pelo conhecimento na área costumam orientar alunos surdos, como a Prof. Dr. Ronice Quadros. Atualmente, não há mais essa linha de pesquisa no programa, afirmamos isso com base nos últimos editais de seleção publicados e ainda disponíveis na página do programa (de 2016 a 2020).

No que se refere ao sistema de cotas para ingresso como aluno no PPGE, notamos que em seus últimos editais há cotas destinadas à indígenas, preto/pardo, quilombolas, e mais recentemente, no edital travesti ou transexual e pessoa com deficiência<sup>82</sup>, como podemos

---

<sup>78</sup> EDITAL Nº 07/PGET/2018 DE SELEÇÃO DE DISCENTES PARA O SEMESTRE 2019.1 DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO. (Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1FDsncI4ZXf9-vY5Og6lLxb86BR9S6P0-/view> Acesso 23.07.20).

<sup>79</sup> EDITAL Nº 11/PGET/2019 DE SELEÇÃO DE DISCENTES PARA O SEMESTRE 2020.1 DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO. (Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1uP-I3IBUE-dcUi2-VU9VLPzjwouG2HKR/view> Acesso em 23.07.20).

<sup>80</sup> EDITAL Nº 08/PGET/2019 de seleção de discentes para o semestre 2019.2 dos cursos de mestrado e doutorado do programa de pós-graduação em Estudos da tradução. (Disponível em [https://drive.google.com/file/d/0B7VrE\\_7aMfK9WEVxUV9PUk5hZkRzeHQzT1VoMUhvZDJGdDNn/view](https://drive.google.com/file/d/0B7VrE_7aMfK9WEVxUV9PUk5hZkRzeHQzT1VoMUhvZDJGdDNn/view) Acesso 23.07.20).

<sup>81</sup> EDITAL Nº 07/PGET/2018 (Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1FDsncI4ZXf9-vY5Og6lLxb86BR9S6P0-/view> Acesso 23.07.20).

<sup>82</sup> Percebemos que houve variação nos editais quanto ao número de vagas destinadas aos candidatos que se inscrevem no processo seletivo via ações afirmativas, assim não foi possível saber ao certo um quantitativo ou porcentagem de vagas reservadas para atender esse público.



verificar no EDITAL Nº 02/PPGE/2019<sup>83</sup>. Por informação obtida junto à secretaria desse programa, em 2019, não havia naquele ano alunos surdos cursando mestrado ou doutorado nesse programa. Infelizmente, não conseguimos obter mais informações junto ao PPGE sobre quando esse programa deixou de receber alunos surdos e nem sobre a retirada da linha de pesquisa “Educação Inclusiva”.<sup>84</sup>

Dado a pouca informação que obtivemos sobre o PPGE acerca das políticas de inclusão de surdos, acessibilidade e entrada e permanência deles no programa, decidimos fazer uso do dizer do próprio surdo sobre sua experiência nesse mestrado. Buscamos entre os textos de nosso *corpus* e encontramos a dissertação de Carolina Hessel Silveira (2006), aluna surda do PPGE (entre 2004 e 2006) que expõe informações sobre seu ingresso e permanência no programa.

Em 2004/2, entrei no mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, na área da Educação e Processos Inclusivos. Minha visão é de que a Universidade está começando mudanças na Educação de Surdos; por exemplo, minha orientadora sabe usar Língua de Sinais para comunicação claramente; teve intérpretes em todas as disciplinas que fiz, sem precisar esforço para procurar intérpretes.

A prova que fiz para entrar no mestrado foi com o uso de Língua de Sinais nada de prova escrita em Língua Portuguesa. Ouvintes também tiveram que fazer a prova de LS; numa disciplina - Seminário de Dissertação - todos os alunos surdos e ouvintes usavam só a Língua de Sinais e eram dois semestres. Até em uma disciplina - Educação Intercultural - o professor reservava meia hora para se ensinar Língua de Sinais Brasileira (LSB) no começo da aula para alunos ouvintes se comunicarem e conhecerem como é a cultura da língua própria dos surdos. Já viu isto as outras universidades fazerem? Vejo que a UFSC mostrou a possibilidade de abrir espaços em uma perspectiva surda, numa política dos surdos. Não é o uso de política de piedade, de “suborno”, mas de reconhecimento da forma surda de aprender a ensinar. Na UFSC tem uma sala para estudantes de mestrado e doutorado pesquisar sobre surdos, chamado Grupo de Estudos Surdos (GES), tem bolsistas, intérpretes, vários livros com foco em surdos, Estudos Culturais, etc. Já aconteceram vários cursos com temas diversos como surdos, estudos culturais, pedagogia diferença, etc. Vieram professores estrangeiros com 15 experiências de surdos. O professor doutor norte-americano Sherman Wilcox me despertou interesse, pois mostrou análise lingüística de ASL; penso na importância, aqui no Brasil, de se fazer mais este tipo da pesquisa de LS. Também me interessei pela inglesa profa. dra. Rachel Sutton-Spence, que me mostrou Narrativa e Poesia da Língua de Sinais; isto me fez refletir sobre como posso colocar esses conteúdos no currículo de Língua de Sinais. A disciplina Educação Intercultural mostrou profundamente conceitos importantes como

---

<sup>83</sup> EDITAL Nº 02/PPGE/2019 de seleção para mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação. (Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1FDsnc14ZXf9-vY5Og6lLxb86BR9S6P0-/view> Acesso 23.07.20).

<sup>84</sup> Tentamos contato por e-mail e pessoalmente com a secretaria do PPGE em diferentes ocasiões, porém até a data de conclusão desse texto não obtivemos respostas aos nossos questionamentos. Nesse ano de 2020, devido ao isolamento devido à COVID-19, ficou ainda mais complicado o acesso a essas informações.



preconceito, diferença, cultura, discriminação: gostei muito por causa do desenvolvimento mais profundo.

A disciplina Seminário de Dissertação foi meu melhor momento da UFSC. Nela aprendi muitas coisas, tudo era direto com a professora com LS, não precisando outra pessoa para interpretar como intérprete. Era como aula natural, sem “barreiras”. (SILVEIRA, 2006, p. 14-15)

Como vimos, nos três programas citados há ou houve linhas de pesquisas vinculadas à Libras e/ou Educação Especial, além de docentes na área, com conhecimento e/ou fluência em língua de sinais e aptos para orientar e/ou coorientar alunos surdos.

Assim, as teses e as dissertações que integram nosso *corpus* estão vinculadas aos três programas de pós-graduação citados – PPGL, PPGET e PPGE – por serem os únicos em que pode ser constatada a presença de aluno surdo em algum momento de seus funcionamento até o ano de 2017 (período de coleta de dados). Até o fim da coleta de dados, não foi possível constatar a presença de alunos surdos em outros programas além desses citados. Se houve algum caso que não temos conhecimento, então muito provavelmente trata-se de pessoa surda não utente da língua de sinais, oralizada, usuária de AA ou IC, e que não se identifica ou não se reconhece como surda (podendo, talvez, ser identificada em seus programas de pós-graduação como deficiente físicos auditivos e não como surdos).

Pelo que percebemos, as políticas públicas inclusivas de surdos adotadas em algum momento por esses três programas da UFSC mostraram ser essenciais não apenas para o ingresso e permanência dos alunos surdos, como também pela possibilidade de produção de pesquisa voltadas às temáticas de ser surdo como “diferença” linguístico-cultural, de língua de sinais, educação inclusiva para surdos, entre outros assuntos acerca da surdez e do surdo.

Para Rosa (2015), há dificuldades na permanência do surdo no meio acadêmico e isso decorre de resistências oriundas de relações de poder, como a imposição do poder linguístico. Segundo a autora, a imposição da língua oral é um meio de controle sobre o surdo utente da língua de sinais, incluindo também a não aceitação dos textos escritos pelos surdos dado as diferenças na escrita deles, em comparação com norma culta da língua portuguesa.

Porém, Rosa (2015) salienta que a presença da língua de sinais no meio acadêmico depende de política linguística, mas vai muito além disso. Envolve reivindicações dos surdos que terão maior “valor”, maior abrangência, quando eles podem dizer respaldados por teorias, por conhecimentos adquiridos no meio acadêmico, em pesquisas, leituras etc. A autora ainda acrescenta:

Estar no meio acadêmico já proporciona ao surdo uma elevação em seu papel social como discente e membro participante da comunidade surda. Estar e permanecer no meio acadêmico são parte da política linguística no sentido de que coloca a Libras no mesmo patamar linguístico de qualquer outra língua oral, refazendo o cenário de uma só língua dominante. (ROSA, 2015, p. 05)

É nesse sentido que, para Rosa (2015, p. 01) o aluno surdo ao avançar nos estudos acadêmicos, ingressando no mestrado e doutorado, por exemplo, podem fazer pesquisas voltadas à língua de sinais, cultura surda etc., de modo a se apoiar nesses conhecimentos para conquistar as reivindicações que são da comunidade surda.

Ingressar em um curso de pós-graduação, especificamente aqui em cursos de mestrado e doutorado, é para alguns somente parte de um caminho acadêmico; para outros, um complemento ou ainda uma atualização; para os surdos, este ingresso, permanência e formação equivalem a traçar caminhos, perspectivas e ideais em busca de conhecimento, de valorização da língua de sinais, de suas pesquisas e de demais contextos relacionados. (ROSA, 2015, p. 01)

Ao que parece, esses surdos mestrandos e doutorandos não só “podem” dedicar-se a essas pesquisas como também é o que de fato estão fazendo, pelo menos no que tange aos surdos da pós-graduação stricto sensu da UFSC. Em nossa pesquisa, entre as dissertações e teses encontradas por nós disponíveis no sistema de biblioteca da UFSC (dentro do período de coleta de dados) com identificações da condição de surdez de seus autores explicitadas na letra da escrita (em frases como Sou Surdo/a), percebemos a predominância de pesquisas desses pesquisadores surdos de temas voltado à surdez, língua de sinais, identidade e cultura surdas, literatura surda, educação de surdos etc., enfim, de pesquisas relacionadas ao contexto do surdo (sobretudo, do surdo sinalizante).

Convém destacar quais os cursos de pós-graduação que mais formam mestres e doutores surdos no Brasil e as regiões do país em que as universidades que oferecem esses cursos estão situadas. Segundo o levantamento de dados feitos pela pesquisa desenvolvida por Monteiro (2018), considerando mestres e doutores surdos que concluíram seus cursos até o final do ano de 2016, os resultados obtidos foram:

#### 5.4. Levantamento por área de estudo:

- **69 Mestrados Femininos**, sendo **57** em instituições públicas e **12** em instituições privadas, de todas as regiões do Brasil, nas áreas de Tradução (**07**), Linguística (**15**), Educação (**39**) e (**8**) em outras áreas.
- **58 Mestrados Masculinos**, sendo **44** em instituições públicas e **14** em instituições privadas, das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, nas áreas de Tradução (**08**), Linguística (**18**), Educação (**24**) e (**8**) em outras áreas.
- **14 Doutorados Femininos**, todos em universidade públicas, nas regiões Sudeste e Sul, nas áreas de Linguística (**02**) e em Educação (**12**).
- **07 Doutorados Masculinos**, sendo **6** em instituições públicas e **1** em instituição privada, das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, nas áreas de Linguística (**03**), Educação (**03**) e (**1**) em outra área (História).
- **03 Pós-Doutorados**, entre 2012 e 2014, na área de Educação e na Região Sul do Brasil. (MONTEIRO, 2018, p. 33, grifos da autora)

Como podemos observar por meio dos dados obtidos por Monteiro (2008), as áreas de pós-graduação que mais concentram alunos surdos brasileiros são: Educação, Linguística e Tradução. Além disso, percebe-se pelos resultados da pesquisa dessa autora que a maioria das universidades com cursos de pós-graduação em doutorado em pós-doutorado que formaram surdos no Brasil está situada nas regiões sul e sudeste do país, como é o caso de universidades como a UFSC e a UFRGS.

Ao comparar os dados da pesquisa de Monteiro (2018) acerca da predominância de alunos surdos nessas áreas citadas – Linguística, Educação e Tradução nos cursos de pós-graduação de universidades brasileiras com a presença de surdos em mestrados e doutorados na UFSC, notamos que, assim como ocorre no cenário nacional, também nessa universidade são essas mesmas áreas que agregam esse público e que, como vimos, oferecem/ofereceram melhores condições para o ingresso e permanência dele.

Pelas condições de produção do discurso sobre o ingresso, permanência e pesquisas desenvolvidas pelos alunos surdos, constatamos que envolto a isso estão não apenas as políticas inclusivas e as políticas linguísticas – de entrada da língua de sinais -, mas também mobilizações de discursos sobre ser surdo (identidade) e estar pesquisador (mestrando/doutorando), sobre estar em lugar social onde se “pode dizer” e “ser ouvido” – no sentido de ter suas palavras um valor simbólico maior pelo lugar social e discursivo que o sujeito ocupa na sociedade. Esse lugar também pode marcar um deslocamento das reivindicações da comunidade surda para dentro da pesquisa acadêmico-científica, como ponderou Rosa (2015).

Tais discursos atravessam a constituição de nosso sujeito do *corpus*, a saber o sujeito surdo (aluno) pesquisador, de modo que ele diz sobre si e marca no texto sua subjetividade

surda (sinalizante) ainda que escrevendo em língua portuguesa e inscrito na escrita acadêmica, como podemos perceber nas análises desenvolvidas nas próximas seções deste capítulo.

#### 4.2 ESCRITA DE SI, DISCURSOS SOBRE SI NO TEXTO ACADÊMICO

Ao sujeito é impossível dizer sem estar sujeito: à língua e à ideologia. A inscrição do sujeito na escrita perpassa pelo seu assujeitamento à ambas. Isso implica que a escrita traz marcas de seu sujeito-autor, de seu inscrever-se ao dizer. Marcas de como os discursos o afetam e lhe convocam a dizer o que diz. Independente se o referente da escrita do sujeito seja ele próprio – no caso da escrita de si -, o outro (seu interlocutor) ou um objeto de pesquisa, por exemplo, o sujeito-autor imprime na escrita traços de sua constituição, de suas identificações em posições discursivas, de suas posições discursivas identitárias. Assim, podemos dizer ainda que a escrita evidencia a constituição do sujeito, conferindo-lhe identidade, isto é, marcando no texto suas identificações em posições discursivas.

Já dizia Foucault (2006 [1969], p. 150) ao tratar da escrita de si, “Escrever é pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro”. A escrita marca o sujeito, visto que marca o lugar de dizer de quem escreve, o lugar discursivo desse sujeito. Ao inscrever-se no discurso pela escrita, o autor assujeita-se a ser visto pelo outro, desvelando-se por “dar a ver” marcas de sua constituição (construção) no e pelo discurso.

Segundo Coracini (2010, p. 29), “[...] produzir um texto é um ato de escritura, ou melhor, de in-scrição – numa superfície vazia (papel em branco ou tela vazia) – de si, em si e no outro.”. A autora entende que a escrita (ou seja, escritura) implica em criar, em exteriorizar aquilo que estando “na simbiose com o fora” constitui o sujeito; *pôr à mostra* “[...] o que foi digerido deixando aí *marcas da singularidade*” (CORACINI, 2007, p. 112, grifos nossos), e não meramente um ato mecânico, a repetição sem “digestão”, isto é, sem (quase) nada acrescentar.

[...] a escrita significa, ao mesmo tempo, um movimento para fora (ex-scripto) – de si para outro – e um movimento para dentro (in-scripta) – do outro para si, do outro em si – de modo que a escrita, ou melhor, a escritura implica na inscrição daquele que (ex)põe suas ideias, seus sentimentos, seus afetos e desafetos, ao mesmo tempo em que *o sujeito se vê envolvido (marcado) pelo que escreve*. (CORACINI, 2010, p. 24, grifo nosso)

As *marcas de singularidade* do sujeito na escrita estão relacionadas a possibilidade da escrita ser um espaço onde pela letra o sujeito pode ser marcado por construção identitária (CORACINI, 2010). Nas palavras de Coracini (2010, p. 25), “[...] produzir um texto pode significar construir para si uma identidade, um lugar social, uma certa visibilidade, ainda que esta consista numa resposta a uma autoridade que detém o poder.”. Tomando como base, a princípio, a produção de três textos literários em que predominam a escrita de si, isto é, de cunho autobiográficos a autora considerou ainda que:

[...] escrever é construir uma identidade, é inscrever-se, explicitar seus devaneios: trata-se da invenção, ficção de si. O escritor se inventa à medida que escreve ainda que não seja sobre si nem seu texto esteja em primeira pessoa, mas sobre outro, porque um pouco de si sempre escapa pelos interstícios da linguagem que, porosa (Authier-Revuz 1988), permite que algo do sujeito (assujeitado à linguagem e, portanto, inserido no simbólico) se presentifique.” (CORACINI, 2010, p. 34)

Ressaltamos que, como já exposto no Capítulo 1, para discutirmos identidade na AD, tomamos como referência a noção de identificação do sujeito em formações discursivas. O sujeito surdo, nesse caso, é resultado de posição sujeito surdo, isto é, posição sujeito vinculada à identidade(s) surda(s), portanto como identificação em discursos sobre surdo. Nessa visão, escrever sobre si pode trazer esse “mostrar-se” de identidade do sujeito, pôr em evidência na escrita sua constituição de sujeito em posição identitária sujeito surdo.

O “mostrar-se” do sujeito pode ocorrer de modo mais marcado ou menos marcado no texto escrito e também mais ou menos e até não-autorizado, pois a depender dos discursos que constituem o modo de se inscrever na escrita de um texto, pode haver maior controle quanto a presença ou apagamento do sujeito ou do objeto.

No caso da escrita de si, por se tratar de uma inscrição do sujeito no discurso sobre si, de dizer sobre o eu a partir de formações imaginárias (IAA), de ter “autorização” para ser ao mesmo tempo, locutor e referente no texto, logo, a tendência é haver uma presença maior e mais acentuada das marcas de identidade do sujeito. De modo que se inscrever na escrita de si implica em pôr ainda mais em evidência o sujeito, pois ele tende a se “mostrar” mais por dizer mais sobre si, sobre suas posições discursivas diante de vivências baseadas em seu lugar social. Evidentemente, entendemos que a escrita de si, pensado enquanto materialização de inscrição em discurso sobre si, pode estar presente em diversos textos, inclusive no texto acadêmico, de

modo mais ou menos acentuado, devido a possibilidade de autorização ou restrição de “mostrar-se” impingida ao sujeito da escrita.

Por escrita de si, a pesquisadora Ângela Gomes (2004, p. 10) assim define: “A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar de produção de si no mundo moderno ocidental.”. Para a autora, pode-se entender melhor essa denominação pensando em uma relação entre o indivíduo moderno e os seus documentos.

Gomes (2004, p. 11) esclarece que a divulgação da prática da escrita de si passou a ter evidência em torno do século XVIII, período em que indivíduos considerados “comuns” passaram a escrever, de modo deliberado, uma memória de si. Apenas um século antes (séc. XVII), havia surgido as palavras, em língua inglesa, *biography* e *autobiography*, fato que a autora considera que assinala o surgimento de um processo que, perpassando os séculos seguintes, atinge seu apogeu no século XIX, quando, não por acaso, institucionalizou-se os museus e surgiu na literatura o chamado romance moderno.

Pensamos ser pertinente à nossa pesquisa, entendermos acerca da autobiografia, visto que analisamos escritas de si no texto acadêmico, no caso as (auto)narrativas de vivências surdas em nosso *corpus* e essas autonarrativas mobilizam o discurso sobre si no texto, sobretudo pela presença da autobiografia, ou melhor, de escrita de cunho autobiográfico.

Por autobiografia, Phillippe Lejeune, na sua obra referencial nessa área intitulada *O pacto autobiográfico* (2014), define se tratar de “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade.” (p. 16). Esse autor considera que nesse conceito de autobiografia faz-se presente quatro categorias: a) a forma de linguagem - se o texto em narrativa ou em prosa; b) o assunto a ser tratado – se a história é sobre a vida individual e sobre uma personalidade; c) a situação do autor – a identidade dele e do narrador; d) a posição do narrador – que pode ser pensada em relação à identidade do narrador e do protagonista da história, e como a “perspectiva retrospectiva da narrativa”. (p. 17)

Essas categorias são essenciais para definir de um texto pode ser considerado ou não autobiográfico, segundo a visão de Lejeune (2014). Para ele, um texto para ser classificado como autobiográfico deve atender a todas as condições apresentadas em cada uma dessas categorias, do contrário esse texto deve ser considerado como pertencentes à gêneros similares, como: memórias, biografia, romance pessoal, poema autobiográfico, diário ou autorretrato (denominado também como ensaio). O autor destaca que o preenchimento das condições pode ser parcial em certas categorias, porém, o texto autobiográfico deve ser constituído sobretudo

pela narrativa, não desprezando, nessa visão, a relevância do discurso para a narração autobiográfica, e também a perspectiva e a retrospectiva no texto autobiográfico.

Lejeune (2014) acrescenta que uma autobiografia pode apresentar no seu bojo seções compostas de outros gêneros como autorretrato, diário da obra ou mesmo do momento de redação do texto, crônica social ou política, com a condição de estarem inteirados ao assunto em destaque no texto como um todo: “a vida individual, a gênese da personalidade” (p. 17). Para ele, “Trata-se de uma questão de proporção ou, antes, de hierarquia: estabelecem-se naturalmente transições com os outros gêneros da literatura íntima (memórias, diário, ensaio) e uma certa latitude é dada ao classificador no exame de casos particulares.” (LEJEUNE, 2014, p. 17)

Por fim, Lejeune (2014, p. 18) alerta que “Para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima), é preciso que haja relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem.”. É a partir do eu, do discurso sobre si, que a autobiografia é escrita, ou, nas palavras retomadas por Lejeune da fala de Stendhal, “Do eu misturado comigo, fazes a recidiva”.

É notório que a autobiografia possui similaridades com a biografia, deixando de lado apenas alguns aspectos relacionados a coincidência ou não entre o autor e a pessoa cuja vida é escrutinada à público. Com isso, peculiaridades da biografia podem ser válidos para o estudo da autobiografia e vice-versa.

Segundo François Dosse, na obra *O desafio biográfico* (2009), “A biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstrução de uma época, com seus sonhos e angústias. [...]” (2009, p. 11). O autor baseia-se na noção apresentada por Dilthey, no século XIX, de que a biografia seria um meio privilegiado de se alcançar o universal. Assim, Dosse (2009, p. 11) acaba por concluir que “a história universal é a biografia, diríamos até a autobiografia da humanidade”.

Para Angelini (2013, p. 208), “Ao decidir contar a minha vida a um outro, preciso organizar a minha própria percepção de meu passado e resgatar, nele, fatos que considero relevantes”. Assim, ao narrar sua história o autor faz uso de filtros, de modo que pode haver ampliação, ou eliminação de eventos.

Esse “filtros” podem ser decorrentes de imagens de si, do outro e do referente (as vivências a serem narradas) mobilizadas pelo sujeito autor no discurso, partindo da perspectiva da Análise de Discurso. Escrever sobre si envolve a projeção de imagens de si em formações imaginárias, mas lembrando que como estamos lidando com um sujeito inconsciente, o sujeito diz mas não tem controle sobre o seu dizer, de modo que os “filtros” podem revelar mais sobre

os sujeito, sobre o que ele não diz ou oculta no seu dizer, do que ele projeta sobre o que as imagens que o outro, o interlocutor, faz do que ele, o sujeito, diz - I(A(B(R))).

Para escrever, é preciso inscrever-se no dizer por meio da língua. E nessa inscrição, o sujeito se constitui no discurso, ele significa e se significa na escrita. Por isso que, em toda escrita pressupõe-se a existência de um sujeito, é condição para a mobilização dos efeitos de sentidos: o sujeito (se) significa pela língua no discurso.

[...] toda e qualquer produção de sentidos (e a escrita é isso: iça a nossa subjetividade para lugares inesperados do nosso interior que é também exterior) passa, inexoravelmente, pela subjetividade, que é, por sua vez, agenciada pelas formas de poder que, de certo modo, garantem uma certa submissão e uma certa homogeneidade assegurada pelo respeito às regras, facilitando o controle. (CORACINI, 2010, p. 28)

O sujeito se inscreve na escrita atravessado pelo modo como os discursos o constituem como sujeito, como as ideologias o atravessam. Segundo Coracini e Eckert-Holf (2010, p. 09), “Toda escrita é inscrição de si, ainda que o gênero textual exija por convenções tácita e anonimamente acordadas, um (im)possível afastamento, uma (im)possível objetividade que deveria fazer o objeto falar(-se), como é o caso do discurso científico e do discurso jornalístico.” Logo, mesmo ao dizer sobre um certo referente, como o objeto de pesquisa no caso do texto acadêmico, o sujeito diz muito sobre si também, porque ele só pode dizer a partir de um lugar discursivo, a saber, o lugar em que ele se posiciona no discurso. De modo que a inscrição do sujeito na escrita implica na própria inscrição de si nesse espaço de materialização de sentidos do dizer, impedindo-lhe o afastamento.

Assim traços da subjetividade escapam de tal forma ao controle que se fazem presentes, mesmo nos textos ditos científicos (Coracini 2007), cujo autor segue as convenções estabelecidas pela formação discursiva para obter o efeito de “objetividade”. Neles, os enunciados assertivos, as modalidades lógicas, o uso constante da terceira pessoa, nos verbos e nos pronomes, as formas passivas, dentre outras convenções tacitamente acordadas, ao tentarem cercar a emergência da subjetividade para que o objeto “de diga”, camuflando, assim, o envolvimento necessário do pesquisador, ao tentarem evitar a evidência de que a perspectiva teórico-metodológica por ele adotada orienta, inevitavelmente, os resultados obtidos, revelam (no exato momento em que velam), como que, por denegação, a subjetividade inefável daquele que escreve e, portanto, o comportamento e o envolvimento do pesquisador.” (CORACINI, 2010, p. 35)



É dessa forma que na escrita acadêmica mesmo que o sujeito não seja “autorizado” a “mostrar-se”, pelo esperado efeito de objetividade que atravessa essa escrita, ele se “mostra”, visto que se inscreve no dizer e esse mostrar-se diz respeito a como ele se subjetiva no texto, como a escrita traz marcas de sua constituição como sujeito, cujo dizer parte de um lugar social e discursivo, marcando uma posição discursiva no texto. Esse mostrar-se traz as marcas de subjetividade do escritor, a assinatura de sua autoria, a singularidade que distingue sua escrita, seu inscrever-se como sujeito autor nessa escrita.

Se ao escrever o sujeito se mostra, então ao dizer sobre si, narrar suas vivências no texto, ele se desnuda, atraindo os olhares para si, para como ele se constitui e (se) significa no texto. Em textos como os literários, a sedução desse autonarrar-se tende a ser autorizada e, em alguns casos, celebrada por mobilizar a polissemia, a singularidade de “um novo dizer”, já que toda história de si é singular, pelas vivências narradas e pelo modo como elas são (re)significadas por quem as conta, mas também é universal, pelo que há em comum nessas vivências – a condição de surdez e suas implicações na construção do ser surdo, por exemplo. Mas no texto acadêmico, esse desnudar do sujeito no texto pela narrativa de si pode causar estranhamento dado o esperado efeito de objetividade que, por sua vez, tende ao “apagamento” do sujeito na escrita.

Um ponto a se considerar é que entre o narrar-se no discurso literário, por exemplo, para o discurso acadêmico, há mudanças nas relações de sentidos a serem consideradas. Como afirmou Orlandi, “[...] há relações de múltiplas e diferentes naturezas entre diferentes discursos e isso também é objeto de análise: relações de exclusão, de inclusão, de sustentação mútua, de oposição, *migração de elementos de um discurso para outro*, etc.” (ORLANDI, 2005a, p. 88, grifo nosso). Destacamos na citação “*migração de elementos de um discurso para outro*”, pois entendemos que em nossa análise partimos do pressuposto de que entre o narrar-se no discurso literário para o discurso acadêmico, ocorrem essas migrações, contudo com outra relação sujeito-objeto e processos de significação que podem ser diferentes dado o funcionamento discursivo distinto de cada um desses discursos.

Devido aos discursos da ciência, sobretudo sua primazia pela objetividade e “valor de verdade”, que atravessam a escrita acadêmica, como então o sujeito diz sobre si dentro da escrita acadêmica? A resposta que encontramos por meio da análise de nosso *corpus* é que sujeito da escrita o faz por meio de *brechas* na escrita do texto acadêmico.

Essa noção de brechas na escrita acadêmica, tomamos de Braga (2015, p 153): “[...] todo o dizer desse espaço de construção e circulação de saberes atua na constituição desse sujeito que precisa encontrar brechas para sua inscrição no texto, mesmo que para isso precise

fazer uso de outros gêneros nem tanto acadêmicos e, por isso, desvalorizados na Universidade.”. No caso dos textos de dissertação e tese de nosso *corpus*, o sujeito recorre ao Discurso sobre si em forma de autonarrativas de vivências surdas para se inscrever no texto na posição de sujeito surdo, subjetivando-se assim, por meio de brechas, em uma escrita cujos efeitos de objetividades a regem discursivamente constituindo-se uma regularidade.

No *corpus*, percebemos que essas brechas usadas pelos sujeitos autores para se subjetivar como sujeito surdo no texto acadêmico, tanto na estrutura textual, quanto na presença de língua de sinais e/ou elementos relacionados à identidade e cultura surdas na constituição da escrita dos textos do *corpus*. Predominantemente, as narrativas de si são apresentadas no início dos textos de dissertação/tese, sobretudo na introdução ou em primeiro capítulo que recebe além do título genérico “Introdução”, outras denominações variadas como: “Minha trajetória com a Libras e o Português” (MONTEIRO, 2015, p. 30); “Minha história como parte da história dos surdos” (STROBEL, 2008, p. 13); “Minha identidade visual” (CAMPELLO, 2008, p. 36); “Introdução/A busca por novos saberes” (VILHALVA, 2009, p. 01); “Trajetória de Pesquisa/Pessoal e profissional” (SILVEIRA, 2006, p. 09); “Introdução: trajetória pessoal e profissional” (2015, p. 31); “Introduzindo minha trajetória” (REIS, 2006, p. 18); “Minha trajetória pessoal e profissional” (FAQUETI, 2016, p. 31) “Contextualização e Justificativa” (DINIZ, 2010, p. 11); “A minha trajetória acadêmica” (BARBOSA, 2017, p. 17); “Introdução pessoal” (CAMPOS, 2008, p. 24); “Contexto e definição de pesquisa/Relato de vida” (LOSS, 2016, p. 27); “Introduzindo a minha trajetória de pesquisa” (SCHMITT, 2008, p. 16); “Introdução/Minha caminhada em busca do horizonte” (2015, p. 27); “Introdução/situando o contexto deste trabalho” (WANDERLEY, 2012, p. 29).

Notamos a recorrência do pronome possessivo de primeira pessoa do singular “minha” nesses títulos e subtítulos dos textos do *corpus* em que o sujeito surdo de modo mais acentuado se subjetiva na escrita. O possessivo “minha” tem a ver com o “eu”, com o colocar a si mesmo no texto, ou seja, a abertura de brecha para adentrar a subjetivação do autor surdo na escrita. O “minha” abre espaço para que dentro do que essencialmente não é “meu”, não é sobre mim – do sujeito – e sim sobre o objeto - de algo “fora de mim” -, haja o falar sobre si, introduzir-se como parte integrante desse dizer, presentificar-se no texto, corporificando-se no corpo dessa escrita.

Dessa forma, o “minha” constitui uma marca de uma brecha que possibilita a presença do “eu”, dessa escrita de si, dentro da escrita acadêmica no *corpus*. Uma brecha que tem laço com “eu”, que deixa o “eu” entrar, marcando a posse do eu – o “minha” - sobre o que se fala no texto – sobre si mesmo em forma marcada pelo possessivo que marca a 1. Pessoa: “*minha*

trajetória”, “*minha* identidade”. Essa brecha diz respeito a algo que sendo produzida pelo sujeito ao marcar-se em 1. Pessoa, o singulariza, subjetivando-o, dentro de algo que é caracterizado pela objetividade, a saber, a escrita acadêmica-científica.

Em nosso *corpus*, percebemos que em apenas um caso, a dissertação de Pereira (2017) a narrativa de si está situada nos agradecimentos. Trata-se de uma narrativa bastante curta, porém bem significativa quanto a identificação de posição sujeito surdo pesquisador. Além desse caso, percebemos na tese de Marques (2008) a presença da narrativa de vivências surdas na conclusão do trabalho. Vale ressaltar que em nosso *corpus* a tese de Marques (2008) se destaca por uma singularidade específica: a pesquisa apresentada é pautada nas experiências dele (o próprio autor) como surdo.<sup>85</sup>

Essas narrativas de vivências de si do sujeito surdo tendem a ser semelhantes às autobiografias da Literatura Surda, por apresentar o trajeto do surdo desde a descoberta da surdez, passando pelas dificuldades com o aprendizado da língua portuguesa e a comunicação com os ouvintes, e a solução encontrada para resolver essas dificuldades, que via de regra trata-se da aquisição da Libras (no caso de surdos sinalizantes). Tanto na Literatura quanto na escrita do *corpus*, percebemos que nessas histórias há mudanças entre as imagens de si do sujeito autor surdo, sendo que elas mantêm correlação com a aquisição da língua de sinais, dividindo a história e imagens do sujeito em antes da Libras e depois da Libras, de modo que temos: imagens de surdo com “deficiência” (antes da Libras) para imagens do surdo com “diferença” (depois da Libras). A diferença entre essas narrativas no texto acadêmico e no texto literário reside no lugar social de onde o sujeito diz sobre si – como sujeito surdo (aluno) pesquisador - e de como ele inscreve esse dizer sobre si nessa escrita tendo em vista as regularidades discursivas que constituem a escrita acadêmica.

Entendemos que o imbricamento da escrita de si do sujeito surdo na escrita acadêmica pode mobilizar a polissemia, que é uma indicação de gestos de criatividade na discursividade da escrita de textos de dissertações e teses, pois, como já vimos, a escrita desses textos é constituída pelo discurso científico (e o pedagógico), cuja(s) regularidade(s) aponta(m) para um “efeito de objetividade”, ou seja, a primazia do objeto sobre o sujeito no texto.

Relembramos que no capítulo 2 trouxemos a noção de polissemia na AD, a partir da noção de Orlandi (2005a), como a singularidade enunciativa que traz um “novo dizer” capaz de mobilizar uma mexida em processos (ilusórios) de estabilização de sentidos. Pensamos na polissemia (e na paráfrase, como colocamos mais adiante) partindo desse conceito de Orlandi

---

<sup>85</sup> Retomamos para esse ponto da tese de Marques (2008) no decorrer nossa última seção do capítulo, quando analisamos a “fusão” do sujeito com o objeto de pesquisa.

(2005a) e, apenas, ampliando-o para a noção de “novo modo de dizer” não mais como relacionado à enunciação, mas sim ao discurso.

Vale ressaltar que o dizer sobre si na escrita acadêmica também pode estar presente em textos de outros sujeitos, como os textos de ouvintes, mas os efeitos de sentidos mobilizados são outros que se distinguem das narrativas de vivências de si do sujeito surdo, devido à constituição discursiva deste e daqueles sujeitos, de como (se) significam pela língua e de suas posições sujeito em formações discursivas, ou seja, enquanto sujeitos em posição identitária X e alunos pesquisadores.

No caso de sujeitos surdos, trazer a escrita de si por meio de (auto)narrativas de vivências surdas em textos de dissertação/tese implica em traçar marcas de singularidade relacionadas à identidade(s), à subjetividade que perpassa uma pertença surda – de sujeito surdo sinalizante e “diferente” cultural e linguisticamente – em texto onde a objetividade e o “afastamento” do sujeito funcionam como base para o dizer na escrita.

Percebemos que nesse processo de subjetivação nos textos do *corpus*, o sujeito autor abre brechas para ter esse dizer sobre si “autorizado” na escrita acadêmica, mobilizando outro(s) modo(s) de dizer no texto acadêmico, capazes de causar fissuras ou ressignificação no esperado “efeito de objetividade”. Na análise que trazemos nas próximas seções deste capítulo tratamos melhor acerca desse ponto.

Vale destacar que só podemos perceber a singularidade, o que é da ordem da polissemia, se tivermos em vista aquilo que constitui o que é da ordem da paráfrase no discurso. Como já vimos no capítulo 2, a paráfrase se caracteriza pelo “dizer o mesmo” que traz (efeitos de) sentidos de estabilidade ao dizer, fazendo imergir o que é regular, a repetição com poucas (quase nenhuma) “mexidas” nos sentidos. Assim como propomos a extensão da polissemia, do enunciado para o discurso, também o fazemos com a noção de paráfrase aqui apresentada.

A paráfrase, no sentido ampliado que utilizamos, é resultante das regularidades discursivas mobilizadas na escrita do texto. Sobre a noção de regularidade discursiva, ela é definida por Foucault (1996, p. 8-9) da seguinte forma: “[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, pp. 8-9).

Partindo dessa concepção foucautiana, Coracini (2010, p. 28) afirma que “[...] se há regularidades (regras, convenções, leis), há também dispersões, discontinuidades que apontam para o diferente, o singular, para a resistência ao poder que as regularidades instauram.”. Para

a autora, escrever envolve respeitar as regularidades, garantir um efeito de homogeneidade ao texto que lhe garante legibilidade e condição para a leitura. Entretanto, escrever também é “[...] abrir-se para a dispersão, para a ruptura, desobediência às regras, irrupção da singularidade, emergência do heterogêneo.” (CORACINI, 2010, p. 28)

A partir dessas considerações sobre a regularidade como sendo da ordem da paráfrase e da singularidade como pertencendo à ordem da polissemia, nossa hipótese é a de que, no caso da escrita acadêmica dos textos de nosso *corpus*, as regularidades no discurso podem ser resultados de processo (ilusórios) de estabilização – ou seja, da ordem da paráfrase -, seguido de desestabilização - da ordem da polissemia-, que vem a se tornar em um novo e ressignificado processo de estabilização. Havendo assim um movimento cíclico envolvendo PARÁFRASE – POLISSEMIA - PARÁFRASE, na constituição do discurso da escrita.

Nesse movimento cíclico, o que se iniciou como uma singularidade na escrita, ou seja, que causou a desestabilização ou ressignificação pela polissemia no discurso, pode conduzir à uma nova regularidade, a um processo de reestabilização dos sentidos já ressignificados dentro das regularidades constitutivas da escrita acadêmica.

Partindo dessa perspectiva, analisamos nos próximos tópicos se e como isso ocorre em nosso *corpus*, pautando-nos em direcionar nosso olhar para as regularidades e implicações discursivas de dizer-se surdo e do narrar vivências surdas de si na escrita acadêmica dos textos de dissertação e tese que compõem nosso *corpus*.

#### 4.3 O DIZER DO SUJEITO SURDO SOBRE SI NO TEXTO ACADÊMICO: brechas para a subjetivação e suas implicações discursivas na escrita do sujeito surdo pesquisador em dissertações e teses da UFSC

Nesta seção, analisamos as regularidades discursivas observadas no nosso *corpus* – dissertações e teses dos programas de pós-graduação da UFSC (PPGL, PPGE e PGET), marcadas na letra da escrita como sendo de autoria de alunos surdos (pelo uso de expressões do tipo: “Sou surd@”) e que apresentem autonarrativas pautadas em vivências surdas de seus autores.

Considerando o que discutimos no tópico anterior sobre o “dizer o mesmo” – como regularidade discursiva - e o “dizer o novo” – como singularidade no discurso -, ou seja o que

é da ordem do parafrástico e do polissêmico no discurso, podemos estabelecer diretrizes para a análise de nosso *corpus*.

Nesse ponto, analisar o *corpus* considerando as regularidades esteve presente desde o início da pesquisa, visto que uma dessas regularidades foi crucial para a seleção de nosso *corpus* entre os textos de dissertação e tese de mestrando e doutorando da UFSC publicados no site dessa instituição até a data de coleta de nossos dados.

Essa regularidade refere-se à subjetivação dos sujeitos autores na escrita desses textos acadêmicos quanto à se dizer surdo e narrar vivências de si pautadas na condição de surdez. Foi no interior dessa regularidade discursiva que identificamos as demais regularidades que passamos a analisar nesta subseção.

Notamos no *corpus* que no dizer sobre si dos sujeitos autores nessas escritas acadêmicas, há regularidades pautadas em pontos em comum a todos esses sujeitos: ser surdo como condição e como posição do sujeito. E como sujeito em posição discursiva identitária de surdo ser marcado pela língua; estar na condição de pesquisador mestrando/doutorando, escrevendo sobre si e sobre temas vinculados à sua condição/cultura/identidade(s) surda(s), às suas vivências surdas – relação com a língua, com os “não-surdos”, educação inclusiva - no texto acadêmico de trabalho final de pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* da UFSC.

Assim, na subseção 4.3.1, analisamos os discursos sobre ser surdo que atravessam essas escritas de si, destacando como a língua marca o sujeito surdo do *corpus* sob vários aspectos, tanto no que concerne às narrativas de vivências surdas, como em marcas no texto acadêmico que remetem à questões vinculadas a língua, em especial, a de sinais.

Vale ressaltar que nesses textos não se trata apenas de discorrer acerca de uma condição (de surdez), mas sim de posições discursivas sobre ser surdo e suas implicações no que tange a relação com as línguas – a língua de sinais e a língua portuguesa - e com a escrita acadêmica em português.

Por fim, na subseção 4.3.2, nossa análise é focada na posição discursiva de sujeito surdo pesquisador. Entendemos que essa posição perpassa o estar no lugar social e discursivo de sujeito pesquisador mestrando/doutorando e “poder” se inscrever e escrever a partir desse lugar no discurso da ciência. Esse “estar” envolve “ter chegado a” esse lugar e poder dizer no texto acadêmico sobre ser surdo e pesquisador (e o que atravessa essa posição sujeito identitária) a partir desse lugar social e discursivo. A partir disso, discutimos sobre o sujeito pesquisador surdo se subjetivar no texto acadêmico e com isso tornar-se também objeto de sua pesquisa.

Destacamos que, em ambas essas subseções, a partir das discussões sobre as regularidades citadas, analisamos as implicações desse dizer-se surdo e narrar vivências

pautado em língua e identidade(s) surda(s) na (re)construção - ou ressignificação - de regularidades discursivas na escrita acadêmica do *corpus*, considerando os movimentos de paráfrase e polissemia dentro das regularidades constitutivas do texto acadêmico.

#### **4.3.1 Escre(vi)vendo entre duas línguas: de como o sujeito em posição discursiva identitária surda e no entremeio língua de sinais e a língua portuguesa mobiliza a escrita de si na sua inscrição na escrita acadêmica.**

Na seção 4.2, tratamos sobre o sujeito surdo pesquisador e “como ele diz sobre si” na escrita acadêmica, ou melhor, no texto acadêmico que compõem nosso *corpus*. Nesta subseção, nossa análise é pautada sobre “o que o sujeito surdo diz sobre si” nesses textos e suas implicações discursivas.

Sendo a escrita o espaço de materialização do discurso, logo é nela que ocorre a constituição desse sujeito surdo, atravessado pela língua de sinais e que pela sua própria posição discursiva identitária traz marcas de si no discurso da escrita acadêmica do *corpus*. Só que, no nosso *corpus*, dada a subjetivação decorrente do dizer sobre si em se recorrer à narrativa de cunho autobiográfica nos textos, essas marcas de si aparecem de modo mais acentuado, mobilizando novos dizeres e outros sentidos na escrita de dissertações e teses.

Para iniciarmos essa parte da análise, vejamos o fragmento de uma dissertação nosso *corpus*: “Como me narro? Sou humana, sou Surda, usuária de Língua de Sinais (LS), participo na Comunidade Surda (não vivo sem Comunidade Surda)” (SILVEIRA, 2006, p. 09). Essa identificação com ser surdo(a) como pertença identitária, ser sinalizante e ter contato com a comunidade surda é recorrente nas narrativas presentes nos textos que compõem nosso *corpus*, configurando, assim, uma regularidades na contação dessas histórias de vida. Ser surdo marca a escrita do sujeito de vários modos, observe que no caso do fragmento acima, esse marcar é bastante literal, seja no dizer-se surdo ou em grafar o “s” de surda com letra maiúscula, indicando uma filiação à pertença surda e ao modo (imaginário) de ser e viver como surdo “diferente”.

Ressaltamos que na escrita do *corpus* o sujeito não apenas se identifica na letra como surdo sinalizante, mas, sobretudo, inscreve-se na escrita como sujeito em posição identitária de ser surdo sinalizante e “diferente” cultural e linguisticamente, trazendo marcas do lugar

discursivo em que se situa no discurso de si. E é sobre como isso ocorre e suas implicações discursivas na escrita acadêmica que buscamos tratar nesta subseção deste capítulo.

Vale ressaltar que quando nos referimos ao sujeito surdo, estamos considerando que trata-se de posição identitária do sujeito em formações discursivas que permitem à ele significar e se significar no discurso e por intermédio da língua, em um processo de funcionamento tal qual define Orlandi (2013, p. 74):

[...] como sabemos, o sujeito, na análise do discurso, é posição entre outras, subjetivando-se à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva). Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. (ORLANDI, 2013, p. 74)

Sobre a constituição desse sujeito surdo na escrita do *corpus*, gostaríamos de esclarecer que entre os sujeitos surdos autores de cada texto do *corpus* há muitas diferenças, de modo que não estamos tomando identidade(s) surda(s) como homogêneas, mas sim entendemos que há heterogeneidade de discursos na constituição de “ser surdo”. Salientamos que tomamos identidade no sentido de identificação em posições discursivas, conforme apresentada Orlandi (2015).

Os sujeitos surdos não são iguais, porque sendo sujeitos podem estar em lugares sociais e discursivos distintos, e serem afetados de modo diferente pelas ideologias e pela língua. No dizer de Schmitt (2008) na introdução de sua dissertação de mestrado: “*Sou surdo do meu jeito!*” (p. 16, grifo nosso), isso implica que cada surdo autor dos textos do nosso *corpus* possui sua singularidade, considerando o modo como cada qual é atravessado por identidades outras que os fazem constituir-se de uma ou outra forma no discurso. Assim, vemos que mesmo dentro de um grupo de militância surda e/ou na comunidade surda há diferenças, há “jeitos” de ser sujeito surdo.

Seguindo os pressupostos da AD e a teoria dos Estudos Culturais de Stuart Hall, entendemos que não se pode reduzir os surdos como sendo um grupo constituído de modo homogêneo. Contudo, isso não significa que não seja possível observar o que os aproxima como sujeitos surdos. Neste ponto, lembramos da afirmação de Loss (2016, p. 05), autor de dissertação pertencente ao nosso *corpus*, em seus agradecimentos: “Aos surdos pela experiência de ser surdo que nos une.”



É inegável que há algo em comum entre sujeitos autores de nosso *corpus*, que os interpelam a serem sujeitos surdos no discurso, trata-se de ser surdo como condição desses sujeitos. É essa condição dada de seu lugar social que os leva a projetarem imagens sobre ser surdo e se posicionarem em formação discursiva, tornando-os sujeitos surdos, isto é, levando-os a (se) significarem no discurso por meio da língua. Como bem afirmou Orlandi (2013, p. 77), “O sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-históricamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia.”

Ser sujeito surdo é ser sujeito em posição em formações discursivas que (de)marca identidade. Neste sentido, cabe ressaltar que:

[...] a formação discursiva – [...] – representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificamente, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação.” (ORLANDI, 2013, p. 77)

Desse modo, na nossa pesquisa, estamos focando não no que difere na constituição desses sujeitos autores na escrita de cada um desses textos acadêmicos, sua singularidade refletida na diversidade pautada em como diz sobre si na escrita acadêmica (dissertações e teses), ou seja, nas múltiplas identidades observadas em como se narram, como se identificam distintamente em lugares sociais e discursivos que ocupam ou dizem ocupar em seu texto suas narrativas de si. Estamos, sim, direcionando nosso olhar para o que é da ordem da regularidade na posição sujeito surdo no *corpus* e, evidentemente, pautados no que nos propomos a pesquisar: o dizer-se surdo e narrar vivências surdas nessas escritas acadêmicas.

A partir das discussões trazidas nos capítulos anteriores e pela análise do *corpus*, em nossa pesquisa interpretamos que “o dizer-se surdo”, ou seja, o marcar-se na escrita em posição sujeito identitária, está correlacionado à constituição do sujeito autor dessa escrita e de sua inscrição na escrita dos textos de dissertação ou tese. Em todos os textos que compõem nosso *corpus*, há as seguintes regularidades permeando o lugar discursivo do sujeito da escrita: ser sujeito surdo aluno pesquisador mestrando/doutorando; inscrever-se na escrita acadêmica em língua portuguesa, sendo sujeito que, predominantemente no discurso, está em posição surdo sinalizante ou “diferente” (cultural e linguisticamente).

No decorrer da análise feita nesta subseção e na subseção seguinte, trazemos citações do *corpus* e considerações que dão sustentação à identificação dessa posição sujeito surdo, que marca um lugar discursivo do sujeito na escrita nessa escrita.

Passemos, então, para um outro lugar discursivo em que esse sujeito se inscreve nos textos acadêmico em questão, trata-se de ser/estar no lugar de aluno pesquisador mestrando/doutorando da UFSC. Ao analisarmos os textos que compõem nosso *corpus*, levantamos a possibilidade de denominar esse sujeito como “sujeito surdo pesquisador” e “sujeito pesquisador surdo”. Entendemos as implicações de usar uma ou outra denominação se não levarmos em conta que há um imbricamento de posição sujeito surdo e posição sujeito pesquisador (e vice-versa) na constituição discursiva do sujeito no *corpus*. E é nesse imbricamento que o sujeito se constitui na escrita acadêmica em questão.

Ora, se partirmos da escrita da sequência no enredo das vivências surdas narradas por eles, que trazem como primeira identificação ou identidade o ser surdo, podemos considerar que antes de estar no lugar social e discursivo de ser pesquisador, esses sujeitos já se constituíam como surdo. Então, o sujeito só poderia dizer do lugar de pesquisador, a partir do lugar de surdo, que o constitui.

Contudo, como bem alertou o orientador de nosso trabalho, Prof. Dr. Sandro Braga, o sujeito se diz surdo e narra vivências surdas – marcando o lugar discursivo de sujeito surdo – justamente no texto acadêmico, ou seja, no texto cuja escrita só se valida pelo seu lugar de sujeito pesquisador. Nessa visão, o sujeito pesquisador viria antes do sujeito surdo, pois só estando no lugar de pesquisador (e surdo), o sujeito pode “dizer” do lugar de surdo (e pesquisador).

Considerando esse imbricamento na constituição desses sujeitos, não é possível separarmos o pesquisador do surdo, nem o surdo do pesquisador. Ser sujeito surdo e ser sujeito pesquisador funcionam no discurso formando um, o sujeito dessa escrita do *corpus*, que de tão imbricados não permite a separação desses lugares discursivos que ele ocupa no seu dizer no texto, sem haver prejuízo de fragmentar essa totalidade apresentada.

O que pode ocorrer no texto é que tanto os lugares de sujeito surdo e sujeito pesquisador poderem estar em maior ou menor evidência em uma outra parte da escrita. Considerando o que observamos acerca dos sujeitos do *corpus*, percebemos que há um marcar de modo mais acentuado um ou outro lugar no discurso de si, isto é, seu lugar discursivo de sujeito surdo, propriamente dito, que também é pesquisador mestrando/doutorando, ou seu lugar discursivo de pesquisador mestrando/doutorando que também é surdo. Desse modo, não há uma cisão e sim uma maior visibilidade de uma ou outra imagem dos lugares de constituição do sujeito.

Na nossa escrita, utilizamos os termos “sujeito surdo pesquisador” e “sujeito pesquisador surdo” considerando esse imbricamento na constituição do sujeito, e, em alguns momentos, também observando qual a posição que se sobressai, em certo ponto da análise do *corpus*, se a de ser surdo (e pesquisador) ou a de ser pesquisador (e surdo).

Retomando nossa questão central de pesquisa: **O que implica, discursivamente, dizer-se surdo e narrar vivências surdas na escrita de textos de dissertações e teses?**, pensamos em duas questões que oriundam dela e que discutimos tanto nesta quanto na próxima subseção deste capítulo. Essas duas indagação são: Como o sujeito surdo diz sobre si na escrita de nosso *corpus*? Quais são as implicações discursivas disso no funcionamento da escrita acadêmica?

Na busca de respostas para essas questões, precisamos levar em consideração como esse sujeito surdo pesquisador de nosso *corpus* se inscreve na escrita acadêmica, tendo em vista o fato de essa escrita ser realizada em língua portuguesa. Lembrando que já discutimos sobre isso no final do Capítulo 3, quando discutimos sobre a inscrição do sujeito surdo na escrita acadêmica, de modo que retomamos as nossas considerações discutidas lá para procedermos a análise do *corpus*.

Com base nisso, passamos a análise da inscrição do sujeito surdo pesquisador na escrita acadêmica de dissertações e teses objetos de nossa pesquisa e, para isso, trazemos as citações abaixo de nosso *corpus*:

- I. *Realizar e finalizar esta tese foi um trabalho prazeroso, desafiante e reflexivo acerca dos aspectos da visualidade da educação de sujeitos Surdos que norteados pela política lingüística e da “opressão” e da “dominação visual” no espaço da educação de sujeitos Surdos, quer seja seja inclusivo, especial e de Surdos. Foi um desafio por eu ser Surda e pela “experiência visual”, assim como os outros sujeitos Surdos, com múltiplas identidades, mas que carregam as mesmas experiências visuais.* (CAMPELLO, 2008, p. 202)
- II. *Já que a academia ainda não nos permite concluir esse trabalho com “sinais finais”, somos obrigados a concluir com “palavras finais”. Lamentamos isso e esperamos contribuir para mudar esse quadro futuramente, seguindo a direção de propostas inovadoras e corajosas, [...]. Embora essa pesquisa aborde a gramática da Libras, fomos obrigados a falar do Português a todo momento e isso aconteceu em grande medida por estarmos reféns da escrita. [...]*  
Os acadêmicos surdos ainda hoje são colocados em situação de grande desvantagem em relação aos seus colegas ouvintes durante a sua formação na graduação e em pós-graduação, tendo que assistir aulas com o filtro de intérpretes; com professores que em geral desconhecem totalmente a Libras e os surdos; estudando uma literatura existente quase que exclusivamente em Português, sua segunda língua; estudando disciplinas que abordam a gramática do Português e não contribuem para o desenvolvimento de seus

trabalhos; *sendo obrigados a escrever suas publicações em Português, sua segunda língua*; dentre outras situações. (MONTEIRO, 2015, p. 225-226)

A inscrição do sujeito surdo na escrita, especificamente do sujeito surdo sinalizante, caracteriza-se pela relação dele com a língua, ou melhor, de como ele é marcado pela língua de sinais e pela língua portuguesa para se constituir sujeito em posição identitária de surdo. Ser sujeito surdo sinalizante é ser sujeito marcado pela relação com essas línguas e, sendo assim, por consequência, a inscrição dele na escrita acadêmica de nosso *corpus* também é marcada por ambas as línguas, como vemos no decorrer deste tópico.

O sujeito surdo sinalizante, não é apenas marcado pela língua de sinais (que o constitui em posição de sinalizante, de diferente), mas também é marcado pela língua portuguesa, como língua que também o constitui, apesar de parecer haver resistência dele a essa língua. Ambas essas línguas o acompanham constantemente dado os lugares sociais que ele ocupa, e que o interpelam a (se) significar por elas. Seja como língua de exclusão ou inclusão no dizer, como discutimos adiante, ambas as línguas atravessam o ser surdo, marcando não apenas ele, como sujeito surdo, como também a sua inscrição na escrita.

Como vimos no capítulo 2, de acordo com os teóricos dos Estudos Surdos, para o surdo sinalizante a língua portuguesa não é sua língua natural dada a modalidade oral-auditiva em que ela se realiza e devido a imagem de si como “diferente” pela singularidade de suas experiências visuais que definem as perspectivas culturais-identitárias surdas em que ele está mergulhado.

Daí decorrem outros processos de textualização da escrita desse sujeito, abarcando discursos pedagógicos sobre processos de ensino-aprendizagem da escrita em segunda língua e que também corresponde a escrever submetendo-se a uma segunda modalidade linguística (a saber, oral auditiva). Isso porque, a Libras, primeira língua desse sujeito segundo a identificação registrada em seu dizer no texto acadêmico, é uma língua descrita como sendo de modalidade visual-espacial e, como vemos nos exemplos que apresentamos no decorrer desta subseção, os sistemas de escrita dessa língua – SignWriting e ELLIS – diferem expressivamente da escrita em português.

Dada essas condições de produção, os discursos sobre se inscrever nessas escritas acadêmicas em português perpassam imagens de cerceamento linguístico à que o sujeito surdo sinalizante se submeteria para “poder dizer” no texto acadêmico de dissertação/tese. Devido às regras e normas que regem essa escrita em diversas instâncias – ABNT, regulamentos dos programas de pós-graduação da UFSC, línguas aceitas na escrita científica etc. -, ele só poderia dizer como sujeito aluno pesquisador mestrando/doutorando se ele se inscrever em outra língua,

de outra modalidade linguística. Daí sua imagem de escrita como “desafio”, já que escrever em português perpassaria, por exemplo, dizer em outra língua sobre si – sobre o surdo, educação de surdos e temas relativos a ele - e sobre sua língua, como podemos notar em: “Embora essa pesquisa aborde a gramática da Libras, *fomos obrigados a falar do Português a todo momento*” (MONTEIRO, 2015, p. 226). Parece haver uma incoerência, na visão do sujeito, escrever sobre algo como educação inclusiva dos surdos, mas ter que fazê-lo em português, ou no dizer do sujeito, “[...] *sendo obrigados a escrever suas publicações em Português, sua segunda língua [...]*” (MONTEIRO, 2015, p. 226), pois na produção do texto da tese não é permitida a inclusão de poder dizer em a língua de sinais. O sujeito pode dizer na escrita acadêmica sobre inclusão, mas sem estar incluído no que tange a sua diferença linguística...

Por entender que sua língua natural não é aceita nessa escrita, traz em sua escrita discursos de opressão e resistência a essa condição de ter que dizer em português, seja na escolha de temas que lhe permitam discutir sobre a língua de sinais e outros assuntos relativos aos surdos, como em I, no recorte da tese de Campello (2008), cuja discussão lhe autoriza dizer como sujeito surdo pesquisador em tom de denúncia e resistência com sentidos de estar o sujeito respaldado por resultados de pesquisa científica, como podemos ver em: “[...] “política linguística e da “opressão” e da “dominação visual” no espaço da educação de sujeitos Surdos”; ou em dizeres como: “*estarmos refêns da escrita*”; “*somos obrigados a concluir com “palavras finais*”; “*sendo obrigados a escrever suas publicações em Português*”. (MONTEIRO, 2015, p. 226).

Discursivamente, nesses dizeres sobre ser surdo sinalizante e “ser obrigado” a escrever em português abarcam sentidos de apagamento do que constitui o sujeito surdo, sua posição identitária de ser sujeito “diferente” cultural e linguisticamente. Relembrando que na escrita acadêmica, por esta ser atravessada pela escrita da ciência, há a tendência de busca pelo “apagamento” do sujeito da escrita, em prol da ênfase dada ao objeto de pesquisa sobre o qual se escreve. Logo, em se tratando da escrita acadêmica “obrigatoriamente” em português do sujeito surdo sinalizante, temos um duplo apagamento do sujeito: pelo efeito de objetividade da escrita acadêmica e pelo cerceamento linguístico que o impede de usar a língua com a qual se identifica como surdo: a Libras.

Os discursos sobre cerceamento linguístico relacionados ao uso “obrigatório” da língua portuguesa por sujeitos surdos utentes da língua de sinais estão presentes em vários outros textos do *corpus*, sobretudo quando na parte da autonarrativa em que o sujeito discorre sobre sua infância, contexto escolar e/ou aprendizado da língua portuguesa. Abaixo, trouxemos alguns exemplos do *corpus* em que esses discursos são mobilizados na escrita:

- III. Aconteceu algo com minha mãe naquela escola em Buenos Aires, sobre minha comunicação com ela. Ela é uma pessoa que fala rapidamente e, no meu caso, não poderia ser comunicação rápida. Por isso ela gesticulava bastante como se fosse bimodal, como método privado “Hessel Silveira”, usando de fala e gestos ou sinais domésticos. Então professoras daquela escola pediram para ela procurar não gesticular muito, até aconselharam que, se eu fosse sentar, *devia colocar mãos trancadas debaixo das minhas pernas*. Minha mãe jamais fez isto, continuou sendo assim. Como faz apenas vinte anos, não faz muito tempo... É espantoso que professoras mandassem, assim, “colocar mãos debaixo das pernas”, de uma forma antiquada como se fosse continuação de “Congresso de Milão”. (SILVEIRA, 2006, p. 11, grifo nosso)
- IV. Esta pesquisa traz muito da minha vivência, porque, sendo eu uma pessoa surda, utilizo a comunicação visual. Nós, os surdos, nos comunicamos através das línguas de Sinais, que são de modalidade visual espacial, [...]. A história de vida da maioria dos surdos é muito parecida. Nasci surdo em uma família de ouvintes, na qual, obviamente praticava-se o oralismo, *e eu era forçado a oralizar corretamente*. Com sete anos, aluno da 1ª série do ensino fundamental, fui matriculado em uma escola regular com alunos ouvintes e também no Instituto de Audição e Terapia da Linguagem (IATEL) com alunos surdos. Passei então a caminhar em dois mundos diferentes: o da visão e o da audição. Na escola regular tinha preferência pelas disciplinas mais visuais, como Artes, Matemática e Educação Física, enquanto que nas demais disciplinas eu me sentia prejudicado por perder muito do conteúdo ensinado verbalmente, gerando um sentimento de *exclusão*. (VIEIRA, 2016, p. 16, grifos nossos)

Em ambas as citações acima, percebemos o atravessamento de efeitos de sentidos de aprendizagem da língua portuguesa como uma língua cujas imagens em formações imaginárias relaciona-a a noção de ser imposta ao sujeito surdo sinalizante, o que aparece nesses textos acadêmicos marcados em: “[...] eu era *forçado* a oralizar corretamente” (VIEIRA, 2016, p. 16, grifo nosso), e em “[...] até aconselharam que, se eu fosse sentar, *devia colocar mãos trancadas debaixo das minhas pernas*.”. Esses sentidos remetem a discursos de surdez como deficiência e do surdo como deficiente que discutimos no Capítulo 1. Visto como “deficiente”, nessa formação de discursos, ao surdo caberia uma educação que o tornasse “eficiente” como falante de língua oral, independente da preferência do surdo pelo uso de língua de sinais. Aliás, pelo dizer do sujeito, impedir a sinalização, isto é, cercear o direito do surdo de usar sua língua natural era provavelmente o primeiro passo rumo a um ideal pautado em uma perspectiva oralista de eficiência linguística dele. Nesse sentido, surdo incluído era aquele que mais eficiente se tornasse na língua oral, que mais se assemelhasse ao falar de um ouvinte fluente nessa língua, esse surdo é que era a referência de “superação” aos seus pares, conforme vemos na dissertação de Silveira (2006):

Quando estudei na escola de surdos, pensava assim: surdos não vão ser iguais aos ouvintes; surdos nem podem estudar na faculdade como meus amigos ouvintes que estudavam na faculdade; nem serão professores da escola de surdos; a comunicação oral era melhor para se comunicar com os ouvintes, se desenvolver mais e ter mais informações; ser surda é um fracasso; etc. Sobre meus pensamentos “negativos” sobre a possibilidade dos surdos quando eu era adolescente, o motivo é que a educação da escola era Comunicação Total. Tudo os ouvintes decidiam. *Os professores ouvintes valorizavam os surdos se eles sabiam falar*, era difícil encontrar surdos que soubessem informações. Também não se mostrava que a Língua de Sinais era importante, emocionante, atraente. (p. 10, grifo nosso)

Como pudemos perceber nos discursos sobre a língua portuguesa do sujeito surdo sinalizante do *corpus*, as imagens em formações imaginárias sobre essa língua colocam-na no discurso como uma língua de exclusão ao surdo pelas dificuldades de aprendizado dado a modalidade oral-auditiva em que ela se apresenta. As imagens de exclusão pela língua portuguesa perpassa o ser excluído por não poder dizer e fazer-se ouvir, no sentido de ser compreendido, em português (da dificuldade de ser fluente) e muito menos poder usar a língua de sinais em todos os contextos sociais, por motivos diversos, que vão desde imagens negativas sobre essa língua até a falta de intérpretes para quem sinaliza.

Sobre isso, colocamos outras citações cujos efeitos de sentidos também direcionam a noção de língua de exclusão:

- V. Ao completar quatro anos já fazia meio período em uma escola especial. Meu convívio com as crianças ouvintes não era fácil, não me conseguia fazer entender pelos colegas e ficava extremamente agressiva. As mães das crianças ouvintes não me aceitavam e a discriminação era imensa. *Minha mãe, às vezes, ouvia de certas mães que eu atrapalhava o desenvolvimento verbal de seus filhos*. Mas ela, no papel de mãe de uma criança surda, no entanto, se sentia bem aventurada de me ver naquela escola tendo o mesmo desempenho que meus colegas. Raramente uma crítica ou discriminação lhe abatia.” (REIS, 2006, p. 20, grifo nosso)
- VI. A convivência com os ouvintes não era verdadeira, pois *eles tinham uma língua e cultura própria*. Quando falavam comigo, não era do mesmo jeito como dialogavam com outros ouvintes, pois sempre resumiam, simplificavam o conteúdo para mim e eu sempre era última a saber das novidades e dos problemas. Isso me revoltava e não achava justo fazerem isso comigo. (CAMPOS, 2008, p. 26, grifo nosso)

A língua portuguesa tomada no dizer do sujeito surdo como língua de exclusão pode ser decorrente de discursos dessa língua como a língua do outro, dos ouvintes, ou seja, uma língua que não pertenceria naturalmente ao surdo, mas que ele teria que se apropriar para poder dizer e ser ouvido. No dizer: “*eles [os ouvintes] tinham uma língua e cultura própria.*” (CAMPOS, 2008, p. 26, grifo nosso), o próprio sujeito surdo se exclui de qualquer sentido de língua portuguesa como sendo dele, a imagem de língua do outro remete ao lugar de “dizer do outro”, em que, por exclusão, não cabe a si, parecendo-lhe forçoso dizer desse lugar. E, nesse sentido, a imposição de ter de fazer uso da língua do outro, poderia ter efeito de apagamento de sua identidade surda desse sujeito, impedindo-o de poder dizer na língua que o identifica como surdo sinalizante.

Se a linguagem e, mais concretamente, a língua constituem o sujeito, atribuindo-lhe um lugar na sociedade, a língua do outro o destitui desse lugar, o impede de ocupar um lugar confortável no grupo a que pertencem, perturba o sentimento de pertença, de identidade, que, embora ilusoriamente todo sujeito constrói para si, a partir do olhar do outro com que se relaciona.” (CORACINI, 2013, p. 140)

De modo que indica o não controle do dizer, dos sentidos, pelo sujeito que diz, mesmo o sujeito surdo ressaltando a exclusão pela língua portuguesa, essa língua também é a língua de inclusão desse sujeito no “poder dizer” (sobre si, sobre a sua língua de sinais, sobre ser surdo) inscrito na escrita acadêmica de nosso *corpus*. Podemos dizer que, nesse caso, a língua portuguesa se torna uma língua de inclusão. E isso só é possível se esse sujeito obtiver certa fluência nela a ponto de dizer por meio dela em dissertação/tese como sujeito pesquisador mestrando/doutorando.

Nesse funcionamento como língua de inclusão desse sujeito, escrever em língua portuguesa possibilita ao sujeito surdo sinalizante resistir pela língua portuguesa a essa própria língua! Resistir no sentido de se posicionar no discurso contrariamente à imposição de ter que escrever nessa língua e não na sua língua, reivindicando o direito de produzir textos de dissertação e teses em Libras, língua que considera ser a natural dos surdos. E, resistir, sobretudo, trazendo marcas de si e da língua de sinais na escrita em português. Vale ressaltar que se sobre a língua de sinais recaem sentidos de língua natural, a outra, o português, nesses discursos seria seu oposto, uma língua “artificial” para o surdo!



Como esse sujeito é constituído pela sua posição surdo sinalizante, logo ao dizer sobre si, ele também diz sobre a língua de sinais com a qual se identifica. No *corpus*, observamos que em todos os textos a presença da relação entre escrita de si e língua de sinais, de forma mais ou menos acentuada. Entendemos que isso corrobora a relação íntima entre língua e identidade na constituição do sujeito, em sua posição sujeito surdo sinalizante, em nosso *corpus*.

Mas como o sujeito surdo traz marcas de si, da relação entre sua posição sujeito e língua de sinais, na escrita acadêmica? Fazemos esse questionando tendo em vista que para esse sujeito poder dizer na e pela escrita acadêmica, ele precisa se inscrever nas regularidades constitutivas dessa escrita, isto é, nos discursos da verdade da ciência, da objetividade (efeito de objetividade) que abrange certo apagamento da subjetividade – desse sujeito autor surdo pesquisador - em função do objeto.

É por meio das brechas na escrita acadêmica que o sujeito surdo traz essas marcas. Marcas essas que reverberam sua constituição como sujeito no discurso, sua posição identitária atravessada pela língua de sinais. É pelas brechas que ele traz a escrita de si para o texto acadêmico e assim marca sua subjetividade no texto de dissertação/tese. E, como já discutimos na seção anterior (4.2), quando isso ocorre, o sujeito traz nesse texto não apenas um novo dizer que mobiliza a singularidade e a polissemia, mas sobretudo, um novo modo de dizer nessa escrita, um novo modo de se inscrever, um novo modo de se fazer presente no texto, um novo modo de se corporificar no texto, ao dizer sobre si como surdo no texto acadêmico.

As brechas utilizadas pelo sujeito surdo que identificamos em nosso *corpus* estão situadas: a) no dizer sobre si, narrando suas vivências surdas como parte de sua inscrição como sujeito pesquisador (surdo) no discurso da ciência presente na escrita acadêmica; b) no dizer sobre si marcado por discursos sobre a Libras (ou genericamente sobre a língua de sinais) e a língua portuguesa, pela identificação do sujeito surdo com a primeira delas, e pela escrita do sujeito surdo ser marcada por essa sua constituição identitária atravessada por essa(s) língua(s).

Com relação ao dizer sobre si dentro de posição sujeito surdo pesquisador na escrita acadêmica elencada como item a) no parágrafo acima, deixamos a seção 4.3.2 em nossa tese exclusivamente para discutir sobre isso, dada sua relevância na pesquisa deste nosso trabalho. Assim, no presente tópico, focamos nossa análise apenas no item 2), analisando como os discursos sobre a língua de sinais são marcados no dizer sobre si nos textos acadêmicos desse sujeito surdo do *corpus* (visto que já discutimos acerca da relação desse sujeito com a língua portuguesa) e quais são suas as implicações discursivas disso na escrita acadêmica.

Após um levantamento dos dizeres sobre a língua de sinais, ou mais precisamente a Libras, em nosso *corpus*, percebemos algumas regularidades nos discursos sobre essa língua

nas narrativas de si nos textos que vamos analisar adiante. E esses discursos perpassam por imagens do sujeito sobre essa língua e sobre sua relação com ela.

Em nosso *corpus*, identificamos os seguintes discursos sobre a relação entre o sujeito surdo e a língua de sinais: a) relacionando a língua de sinais à “descoberta” de identidade surda; b) atribuindo à língua de sinais noções de língua “natural”, com sentidos “completos” para os surdos; c) associando o uso da língua de sinais à liberdade; d) vinculada à inclusão/exclusão do surdo na sociedade e no dizer. É sobre esses discursos que passamos a discorrer nos próximos parágrafos.

Colocamos abaixo alguns fragmentos dos textos de nosso *corpus* para analisarmos esses discursos sobre a língua de sinais e a relação do sujeito surdo com essa língua nessas escritas de si.

- VII. Minha irmã e eu somos surdas e oriundas de uma família ouvinte. A base da nossa educação foi oralista. Durante a minha infância, lembro que usar gestos e sinais não era correto nem prestigiado. Por muito tempo, fui resistente e só usei a língua oral como único meio de comunicação. No ambiente escolar e social, *me sentia excluída e diferente, sofri preconceito e tinha vergonha da minha surdez.*  
 Minha vida se transformou quando cursei a Graduação de Pedagogia com Habilitação em Educação Especial<sup>1</sup>. Nessa graduação, tive contato com a língua de sinais e a aprendi, obtendo informações que a desmitificaram, juntamente com a surdez. Nessa etapa da minha vida, aceitei a minha surdez. *Aceitar minha surdez me libertou de todos os preconceitos que carregava desde tenra idade, como, por exemplo, acreditar que, enquanto pessoa surda, eu nada poderia exigir socialmente, e sim aceitar o que me fosse proposto por ser “inferior”.*  
*Usar a língua de sinais me tornou uma pessoa mais confiante, pois não há barreiras para eu expressar qualquer ideia ou pensamento. Hoje, me sinto confiante, realizada pessoal e profissionalmente. Em momento algum, me sinto inferior pela questão da surdez ou da língua de sinais.* Muito pelo contrário, por existirem essas duas situações é que exerço minha profissão, com muita dedicação, interesse e busca constante por qualificação. (CÔRREA, Fabiana, 2014, p. 23-24, grifos nossos)
- VIII. Sou uma pessoa surda bilíngue, nascida ouvinte. Carioca de alma e coração, fiquei surda com três anos de idade e só bem mais tarde é que conheci a Libras. [...] fiz o segundo segmento do ensino fundamental no *Instituto Nacional de Educação de Surdos* (INES), onde aprendi e dominei a Libras, me identificando plenamente com a língua e com a comunidade surda. *Foi quando descobri minha identidade surda, me identificando com os meus semelhantes e tendo consciência de ser culturalmente surda e da importância de conviver em uma sociedade surda.* (ANDRADE, 2015, p. 27, grifo nosso)
- IX. Tornei-me um adolescente tímido, *era o único surdo na sala de aula e estava sempre isolado devido à barreira de comunicação.* A fonoaudióloga, analisando meu caso, resolveu chamar meus pais para uma reunião. Nessa

reunião ela os aconselhou a me matricular em no curso de informática do Setor de Atendimento à Pessoa Surda (SAPS) na UNIVALI, em Itajaí, sendo que meus pais aceitaram este conselho e com 16 anos ingressei no curso. No entanto, os surdos sinalizavam muito rápido e eu não os compreendia, isso fez com que eu perdesse o interesse e não conseguisse fazer amigos surdos. Meu pai sempre me aconselhava, dizendo que eu deveria me esforçar mais, assim, com o passar do tempo, eu consegui me aproximar dos surdos, o que oportunizou *o meu aprendizado da língua deles* e, a consequência disso, foi a descoberta de que essa língua é gramaticalmente organizada.

*Todo esse processo me fez aceitar minha identidade surda e perceber o valor da Língua de Sinais, bem como as fortes influências visuais que nós, surdos, recebemos. Na minha experiência, o uso da língua falada fez com que eu encontrasse muitas barreiras, que foram quebradas quando descobri o uso das mãos e da Língua de Sinais.* (ZANCANARO JÚNIOR, 2013, p. 20, grifos nossos)

- X. Hoje posso afirmar *que a língua dos sinais foi essencial na minha identificação como uma pessoa surda.* Tendo conhecimento e prática tanto com a Libras quanto com o Português, hoje me sinto como uma pessoa bilíngue, podendo me relacionar tanto com os surdos quanto com os ouvintes. *Se fosse conviver apenas com uma comunidade ouvinte, sem contato com outros surdos, me sentiria uma pessoa deslocada do convívio social, sentindo-me envergonhada por ser diferente da pessoa ouvinte.* Hoje percebo que o aprendizado da Libras, por meio de minha participação na área esportiva na associação de surdos, foi muito importante em minha vida, pois *é principalmente com uma língua de sinais que me comunico, expresso pensamentos e sentimentos, interajo com o mundo.* (MONTEIRO, 2015, p. 35, grifos nossos)
- XI. Estar na comunidade surda propicia um renascer, aquele sentimento de estar só no mundo acaba e o medo das pessoas vai diminuindo. Assim, *através da Língua de Sinais eu comecei a entender os significados dos sentimentos, das coisas, das pessoas, das ações e muito mais das palavras.* Viver realmente *como as demais pessoas e entender o porquê de minha existência [...].* (VILHALVA, 2009, p. 07, grifos nossos)
- XII. Assim, eu gostava de me comunicar em *Língua de Sinais*, pois *adquiria sentido melhor*, a comunicação era mais clara e eu podia me reunir com o grupo de surdos, diferentemente de me reunir com o grupo de ouvintes. Com o tempo, fui descobrindo a alteridade surda, descobrindo mais os estudos surdos, conhecendo mais ainda, só que era um pouco tarde. (SILVEIRA, 2006, p. 12, grifo nosso)
- XIII. Senti-me instantaneamente *liberto* quando vi o movimento das mãos dos surdos conversando em *língua de sinais*, quando “vi o barulho” que eles faziam naquele ambiente, discutindo as faltas do jogo, estabelecendo estratégias, tudo isso utilizando recursos visuais. Era incrível a facilidade com que eu entendia essas posições estratégicas “desenhando” com as mãos, com as expressões faciais e corporais. *Era tão natural e tão confortável para mim.* Fiquei me questionando: seria assim para os ouvintes quando ouviam? Seria assim *tão fluído, tão libertador?* Sem estar totalmente consciente do que acabara de acontecer, *me identifiquei com aquela língua*, e passei a frequentar semanalmente aqueles encontros, como uma válvula de escape, *onde eu podia ser eu mesmo, onde eu podia, enfim, ser Surdo.* . (LOSS, 2016, p. 27, grifos nossos)

Pelos dizeres do sujeito no *corpus*, notamos a presença das formações discursivas e posições sujeitos surdos que tratamos nos Capítulos 1, a saber: Formação discursiva da surdez como “deficiência” e do sujeito surdo como “deficiente”; Formação discursiva da surdez como “diferença” (linguística e cultural/identitária) e do sujeito surdo como “diferente”. Vale ressaltar que nas narrativas de vivências surdas do *corpus*, o sujeito divide sua identificação como surdo em duas imagens de si pautadas em formações discursivas diferentes: antes da aquisição da língua de sinais e do contato com surdos sinalizantes, como surdo “deficiente”; e depois de dominar a Libras e integrar-se com seus pares surdos, como surdo “diferente”.

Quanto denominamos o sujeito de nosso *corpus* como sujeito surdo sinalizante ou “diferente” estamos considerando a predominância dessa posição sujeito no discurso. Isso porque ainda que, como vimos, haja imagens de si antes da Libras como surdo “deficiente”, essas imagens aparecem como “pano de fundo” ou segundo plano, funcionando no sentido de “fortalecer” a relação entre língua e identidade, no caso entre língua portuguesa e a não identificação com identidade(s) surda(s). Isso devido a imagens associativas da língua portuguesa – processo de oralização – com a noção de “deficiência” que perpassa o linguístico e adentra imagens de si como “incapaz”.

Essa relação entre língua e imagens de si ressalta o quanto o sujeito surdo é marcado pela(s) língua(s), já que, devido às condições de produção que envolvem a relação desse sujeito com essa(s) língua(s) – aquisição, aprendizado, inclusão, exclusão, identificação ou não -, tanto a língua portuguesa, quanto a língua de sinais produzem sentidos nele sobre si próprio, sobre ser surdo.

Isso podemos observar nas citações acima VIII, IX, X e XI, em que há traços desses diferentes sentidos sobre ser surdo como decorrentes de imagens sobre uma ou outra língua e da relação imaginária de proximidade/distanciamento, inclusão/exclusão, identificação (identidade surda)/não identificação, entre o sujeito e essa língua. Nessas quatro citações, o contato com a língua oral e a convivência somente com ouvintes são associados pelo sujeito surdo com imagens negativas de si e com sentidos de exclusão social por barreira linguística,

Nesses dizeres e em outros presentes no *corpus* predominam os discursos sobre se sentir isolado, de não se identificar como surdo e não aceitar a surdez, sendo que, como podemos notar, o sujeito atribui isso a ausência de contato com a língua de sinais e com outros surdos.

Especificamente no recorte X, destacamos na narrativa de vivências surdas a imagem apresentada sobre a língua de sinais no primeiro contato do autor surdo com os surdos sinalizantes e, ao que tudo indica, com a Libras. No dizer de Zancanaro Jr. (2013): “No entanto, os surdos sinalizavam muito rápido e eu não os compreendia [...] com o passar do tempo, eu

consegui me aproximar dos surdos, o que oportunizou *o meu aprendizado da língua deles* [...]” (p. 20, grifos nossos). A língua de sinais como “língua deles”, produz efeitos de sentidos de auto exclusão do autor surdo de ter essa língua como sua língua, ao menos até poder adquiri-la ou aprendê-la no contato surdo-surdo. Como a relação dele com a língua portuguesa foi marcada por barreiras na comunicação, segundo a narrativa, então qual era mesmo a *língua dele* nesse período em que iniciou o contato com os surdos sinalizantes? Que língua possibilitava que ele (se) significasse e se identificasse? A língua portuguesa ou nenhuma língua? São questionamentos que fazemos para refletirmos sobre a formação de discursos sobre a relação entre língua e identidade nas vivências de surdos do nosso *corpus*. Ao que parece nesse primeiro contato o surdo se encontrava em um entremeio linguístico em que não se identificava plenamente nem com a língua portuguesa e nem com a língua de sinais. Nesse sentido, o isolamento dele diante de ouvintes e surdos pode ser um isolamento linguístico também em virtude de barreiras de comunicação tanto com o uso do português como da Libras. Na visão desse sujeito surdo, só depois desse contato, o que era “língua deles” passa a ser a “minha língua” ocorre a identificação linguística-identitária-cultural, que culmina com a resolução desse problema do isolamento.

Tanto no recorte X como nos demais recortes do *corpus*, a língua de sinais e o contato com outros surdos (sobretudo sinalizantes) são relacionados pelo sujeito surdo com imagens positivas de si e com sentidos de inclusão, principalmente na comunidade surda, pela língua e identidade(s) surda(s) que aproximam os surdos sinalizantes e “diferentes”. Nessa parte da narrativa em que o sujeito passa a se identificar como surdo sinalizante, predominam os discursos sobre aceitação da surdez, descoberta de identidade surda, fim do isolamento e da solidão. Assim, no discurso, a aquisição e a identificação com a língua de sinais são associadas nessas narrativas a um “renascimento”, ou melhor, uma “ressignificação” do sujeito, devido a uma “transição” de imagens no discurso de surdo “deficiente” para surdo “diferente”, perpassando assim pelos sentidos de ser surdo associado a sentidos de diferenças de ordem linguística e cultural/identitária.

Notamos que essa mudança nas imagens de si como surdo tem estreita ligação com a relação do sujeito com a língua, o que nos faz aventar que o modo como o surdo é sujeito na língua portuguesa é diferente de como ele é sujeito na língua de sinais – por isso que ele reclama da língua portuguesa<sup>86</sup>. Nossa hipótese é de que trata-se de modos diferentes porque a relação do sujeito surdo sinalizante com a língua portuguesa é apenas de assujeitamento, não é

---

<sup>86</sup> Essa concepção e as hipóteses que a seguem foram apontadas pelo Prof. Dr. Sandro Braga durante nossas orientações, sendo consideradas por mim como pertinentes e relevantes à minha pesquisa.

plenamente sujeito na língua e da língua, talvez por limitações ou interdições no que tange à (se) significar em português, que pode acarretar em não-identificação com essa língua. Já quando esse sujeito surdo adentra na Libras ele passa a se sentir, de fato, sujeito (e não meramente assujeitado) na e pela língua, ele sente que pode significar(-se) pela língua de sinais, sente-se senhor de si, como aquele que pode dizer, aquele que tem a dizer, para quem dizer pela língua.

Poderíamos conjecturar que em português ele é significado, em Libras ele significa na e pela língua. No dizer do sujeito surdo recorte XIV: “Fiquei me questionando: seria assim para os ouvintes quando ouviam? Seria assim tão fluído, tão libertador?” (LOSS, 2016, p. 27), constatamos a referência à fluidez da língua de sinais para o surdo em comparação com a língua portuguesa. Isso nos aponta para a noção de que por um lado quando o surdo está submetido à língua portuguesa, ele não consegue dar sentidos aquilo que o outro diz e dar sentido ao outro. Na verdade, ele pode até dar sentido, mas não é do mesmo modo, pois o sentido fica muito limitado, restrito. Por outro lado, quando ele passa da língua portuguesa para a Libras, ele alça aquilo que os falantes experenciam na língua, a saber, essa amplitude dos sentidos, essa possibilidade dessa fluência dos sentidos. Daí o porquê do modo de ser sujeito pela língua portuguesa ser um e o modo de ser sujeito pela Libras ser outro.

No discurso de si do sujeito surdo sinalizante, o uso da língua de sinais na comunicação é “natural”, “libertador” (recortes VIII, XIV), possibilita “sentido melhor”, “comunicação mais clara” (recorte XVIII), permite entender os significados das palavras (recorte XVII), traz confiança ao surdo (recorte XVIII) etc. Enfim, no dizer desse sujeito “a língua de sinais está para o surdo assim como a língua portuguesa está para o ouvinte”.

Essa visão da língua de sinais possibilitar ao surdo “entender os significados das palavras” (recorte XVII) e haver dificuldades sobre isso com a oralização e escrita em língua portuguesa, conforme é enfatizado nas narrativas de si do *corpus*, permeia as discussões da área de Estudos Surdos, como podemos perceber na afirmação de Stumpf (2014):

A criança ouvinte, quando vai para a escola, já conhece o significado das palavras. Quando ela aprende a ler, sabe o que as palavras significam, pois o português escrito apresenta características da fala, assim como se fosse um retrato. Quando aprende a ler, a criança ouvinte vê esse retrato e reconhece. Por outro lado, a criança surda não ouve a fala da família. Então, ela vai para a escola, aprende a ler, mas *não consegue entender o que as palavras representam*, ela não consegue reconhecer o retrato porque antes não ouviu a palavra associada à ação ou ao objeto. Por isso, o surdo parece que sabe ler mas *não entende o significado*.” (STUMPF, 2014, p. 60, grifos nossos)

Entendemos que esse não entender os significados funcionam como interdito ao “poder dizer” do sujeito. Ele é silenciado pela ausência de sentidos, pelo não (se) significar. Assim, nessa relação de incompletude entre sujeito e língua portuguesa, os sentidos pela língua são interditados ao sujeito, e isso lhes interdita o dizer pela língua. Como o discurso é efeito de sentidos, então se o sujeito não significa o dizer em certa língua (que não é fluente), logo ele também não pode dizer por meio dessa língua. E não pode haver discursos, se não houver sentidos...

Outro ponto digno de destaque é o discurso do uso de língua de sinais e identificação como surdo (identidade) como “libertação” (recortes VIII, XIV). Como vimos no Capítulo 1, por muito tempo os surdos foram proibidos de sinalizar, especialmente em escolas de práticas oralistas.

- XIV. Então, me mudei para Curitiba - Paraná, entrei numa escola especial para Surdos com quatro anos de idade, onde passei a conhecer a experiência visual e fiz terapia vocal. Naquela época não era permitido utilizar a Língua de Sinais (LS), por isso nos escondíamos no banheiro para bater papo em língua de sinais caseira. Não aprender a LS me fez muita falta, porém, continuava desenvolvendo e aprendendo somente a língua ORAL. (FAQUETI, 2016, p. 31)
- XV. [...] nesta escola, eu interagia com crianças da mesma identidade, ou seja, surdos oralizados, sem mistura com os colegas ouvintes. Entretanto, vale ressaltar que os surdos oralizados utilizavam gestos de forma escondida para comunicar com outros colegas, como relatado por todas as pessoas surdas que já passaram por escolas desse tipo. (MONTEIRO, 2015, p. 34)

Como mobilizado nos discursos da escrita de si do sujeito surdo sinalizante, ser liberto é “poder dizer” utilizando os sinais, a língua que lhe foi proibida. Uma língua que o sujeito vincula a sua identidade (surda) e a si próprio, como notamos em: “[...] a *Libras* é a minha primeira língua, *é a minha vida*, a minha comunicação, já que sou filha de pais surdos. (DINIZ, 2010, p. 11, grifos nossos)

É interessante notar que a escrita do sujeito traz marcas desses discursos relacionando o uso da língua de sinais à liberdade em um texto escrito, por imposição linguística, em português e não em Libras (filmado) ou em escrita de sinais. Essa peculiaridade é fundamental para observarmos como na escrita acadêmica o sujeito marca posição de resistência a ter que escrever em língua “dos ouvintes” (como definem alguns surdos...) e não em língua “dos surdos” (sinalizantes). E, mais ainda, essa associação entre o uso da língua de sinais e liberdade

mobiliza também sentidos de reivindicação de poder dizer em uma língua reconhecida por lei federal e com a qual se identifica como surdo sinalizante.

Como já exposto, em nosso *corpus*, percebemos também, no dizer do sujeito surdo, discursos que associam língua de sinais à sua inclusão entre os surdos e na sociedade em geral. A aquisição da Libras e o tornar-se surdo sinalizante são associados à inclusão desse sujeito surdo em comunidade surda, primeiro, e em outros lugares sociais como a universidade, a docência como professor(a) de Libras – profissão que afirma exercer pela maioria dos alunos autores de nosso *corpus*.

- XVI. Percebi que tudo recomeçou em 1999, quando entrei em contato com a comunidade surda, realizando pela primeira vez o contato surdo–surdo<sup>4</sup>, quando iniciei o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais [...] que, por conseguinte, possibilitou minha inclusão social, efetiva e afetivamente.” (OLIVEIRA, 2014, p. 25)
- XVII. O surdo que não aprende a LIBRAS fica isolado na sociedade, por exemplo, nas festas de família todos falam e o surdo fica na solidão. Falta o espaço para surdo na sociedade, escola, mercado de trabalho e outro. (SCHMITT, 2008, p. 21)

Aliás, as imagens sobre língua de sinais como língua inclusiva agregam também a noção de ser “solução” para muitas (senão todas) dificuldades enfrentadas pelo sujeito surdo, tais como: a barreira de comunicação, o isolamento social, as imagens negativas de si como surdo, o silenciamento.

Contudo, notamos que, assim como a língua portuguesa, além de língua de inclusão, a Libras também pode ser língua de exclusão para o “poder dizer” do sujeito surdo. Dizemos isso, partindo dos dizeres presentes no *corpus* e, indo além, adentrando em espaços de interdição de se fazer uso da língua de sinais diante de interlocutor que desconhece a Libras e/ou escrita de sinais, em ocasião de ausência de intérprete, e também na “impossibilidade”, ou mais precisamente, “não-autorização” do sujeito poder produzir e publicar textos totalmente em Libras (ou escrita de sinais), como na escrita acadêmica (de nosso *corpus*).

Por meio do discurso do sujeito surdo ecoam sentidos de que a língua de sinais inclui o sujeito surdo por ele se identificar com ela e poder “interagir” por meio dela, mas ao mesmo tempo pode excluir o sujeito, dado o baixo número de pessoas fluentes nessa língua o que demanda uma necessidade nem sempre atendida da presença de intérprete nos ambientes



frequentados pela pessoa surda utente da Libras e também as imposições para que o sujeito, por exemplo, tenha que escrever uma dissertação/tese em português...

Vejamos os exemplos de sentidos de exclusão pela língua de sinais na escrita do sujeito surdo:

- XVIII. Também lembro que no dia do meu aniversário de dez anos, convidei um surdo, que era meu colega na aula de fonoaudiologia; tinha bastantes convidados ouvintes, *só que fiquei muitas horas colado neste convidado surdo*. Não era só porque era melhor amigo ou legal, pois também tinha outros amigos ouvintes legais. Provavelmente era por causa da *referência de identidade surdo-surdo*. Também *a comunicação nossa era bem simples, fácil, sem complicações, sem nenhum esforço para entender, sem suar, sem erguer os olhos, sem franzir a testa. Era tudo serenidade pura!*” (SILVEIRA, 2006, p. 12, grifos nossos)
- XIX. Tarde demais, descobri a comunidade surda, a associação de surdos, a língua de sinais, os direitos do sujeito surdo, tecnologia especializada e política surda e escola de surdos. Em 1997 conheci a Associação de Surdos de Ribeirão Preto, nessa época eu não sabia da existência da Cultura Surda e de seu valor simbólico cultural e lingüístico. *Eu não era usuária da língua de sinais e nem freqüente na comunidade surda. Teve um momento que me senti excluída por ser oralizada, pois a Associação, naquela época, se comportava como um gueto onde não podia participar aqueles que não sabiam a língua de sinais ou que não eram parte da comunidade deles.* (CAMPOS, 2008, p. 26, grifo nosso)

Os discursos sobre a língua de sinais juntamente com os discursos sobre a língua portuguesa (para surdos) perpassam a posição sujeito surdo, marcando-o como sujeito em lugar discursivo no entremeio entre língua de sinais e língua portuguesa. Notamos que nas narrativas de vivências de si, o destaque maior é dado ao isolamento pela língua, por dificuldades na comunicação em língua portuguesa com os ouvintes. Estar incluído ou excluído do “poder dizer”, para esse sujeito, parece estar mais relacionado ao uso de uma e/ou outra língua do que a aceitação social de sua condição de surdez propriamente dita, na questão fisiológica que difere surdos de ouvintes, diferente de alguns outros grupos pertencentes às minorias, como mulheres e negros, em que as diferenças físicas prevalecem na inclusão/exclusão do “poder dizer”.

Por isso, dizemos que em sua inscrição na escrita acadêmica ao dizer sobre si o sujeito surdo é atravessado não apenas pela sua identificação com a língua de sinais, mas também pela sua relação com a língua portuguesa. Isso o torna um sujeito que está no entremeio entre duas línguas, de modalidades diferentes. Também está relacionado a sua inclusão ou exclusão no

dizer. Tomamos abaixo um recorte do *corpus* que aborda a relação do sujeito com ambas as línguas para ter possibilidade de dizer e ser “ouvido” por surdos e ouvintes:

- XX. A educação recebida nessa escola trouxe muitos benefícios para minha vida. *O meu aprendizado da língua oral garantiu independência e autonomia, pois pude me comunicar com as pessoas ouvintes pela leitura labial sem necessidade de usar os aparelhos auditivos. [...]*  
*Olhando para esse contexto hoje, vejo que a oralização pode ser benéfica para a pessoa surda desde que ela não seja privada da língua de sinais.*  
 [...] Até hoje não utilizo o aparelho auditivo. Para mim, o período que utilizei foi o suficiente para aprender a leitura labial mesmo não falando tão bem quanto um ouvinte e *sinto-me satisfeita por poder me comunicar com a família e poder ter oportunidade de interação com ouvintes.* Devo acrescentar que sempre fui muito esforçada, dedicada, bem como recebi todo o apoio de minha família ao longo da vida. Apenas lamento o fato de essa escolarização não ter sido acompanhada da língua de sinais, que teria proporcionado muito mais oportunidades a mim e a todos os meus colegas. (MONTEIRO, 2015, p. 34-35, grifos nossos)

Como podemos perceber, o dizer sobre si no *corpus* como sujeito surdo sinalizante, implica discursivamente muito mais do que compartilhar no texto o percurso como aluno e pesquisador e/ou justificativa para uma pesquisa (pontos que discutimos na próxima seção). Implica, entre outras coisas, em se posicionar no discurso sobre usar outra língua que não é a sua língua natural.

O sujeito surdo sinalizante não “pode dizer” em língua de sinais, mas pode dizer *sobre* ela ao dizer sobre si na escrita acadêmica, de modo a marcar essa língua em textos de dissertação e teses escrito em língua portuguesa.

Mas os traços da língua de sinais na escrita do sujeito surdo do *corpus* não se limitam a isso. Há também em vários textos analisados o uso da língua de sinais por meio de sistemas de escrita de sinais (SignWriting e sistema Elis) como segunda língua e, em um caso, como primeira língua da escrita de textos.

Em nosso corpus percebemos que nos textos em que aparecem a escrita de sinais há predominantemente o SignWriting, sendo que só em apenas na dissertação de Gabriela Otaviani Barbosa (2017) foi utilizado o sistema Elis. Percebemos o uso de língua de sinais, por meio de imagens ou escrita de sinais em:

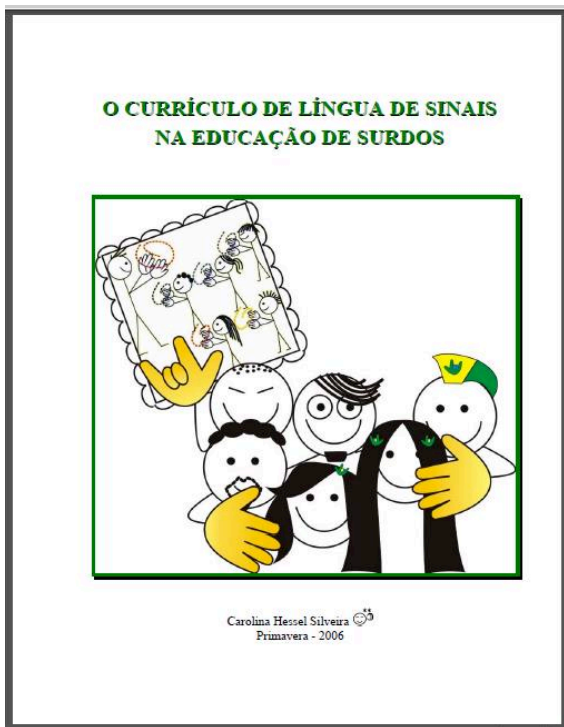
- Imagens de sinais em Libras na capa do trabalho:
- Tradução da capa em SignWriting:
- Uso de sistema de escrita de sinais em signWriting e sistema Ellis na identificação de autor e orientador:
- Tradução de resumo em SignWriting:
- Dissertação produzida em Libras (vídeo) pelo autor surdo e traduzida para a língua portuguesa por grupo de intérpretes do CCE/UFSC:
- Dissertação produzida em escrita de sinais, SingWriting, (como 1. Língua) e traduzida para a língua portuguesa (como 2. Língua):

Vale ressaltar que essas ocorrências apareceram tanto em textos cuja temática estava relacionada a um desses sistema de escrita quanto nos textos cujas discussões não eram necessariamente sobre esse assunto.

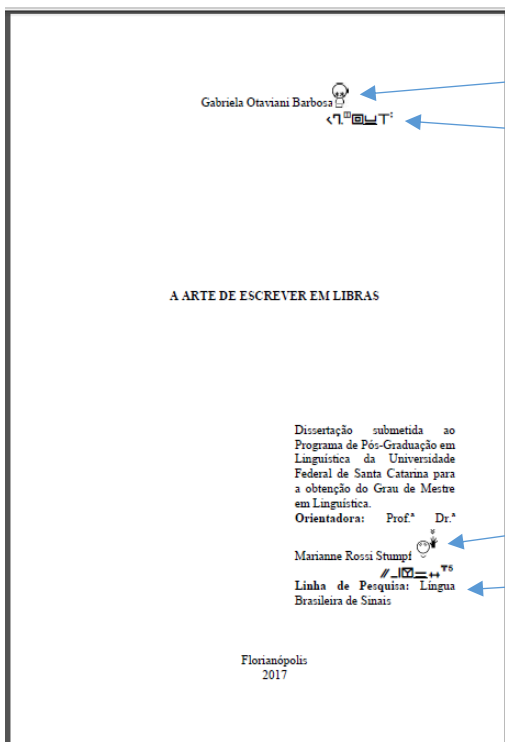
Seguem abaixo alguns exemplos tirados de textos do *corpus* em que percebemos a presença de signwriting e do Elis (Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais).



Dissertação de Ampessan (2015) – Texto completo em SingWriting (1. Parte do trabalho) e traduzido para a língua portuguesa (2. Parte do trabalho).



Capa de Dissertação com uso de imagem de sinais (SILVEIRA, 2006)



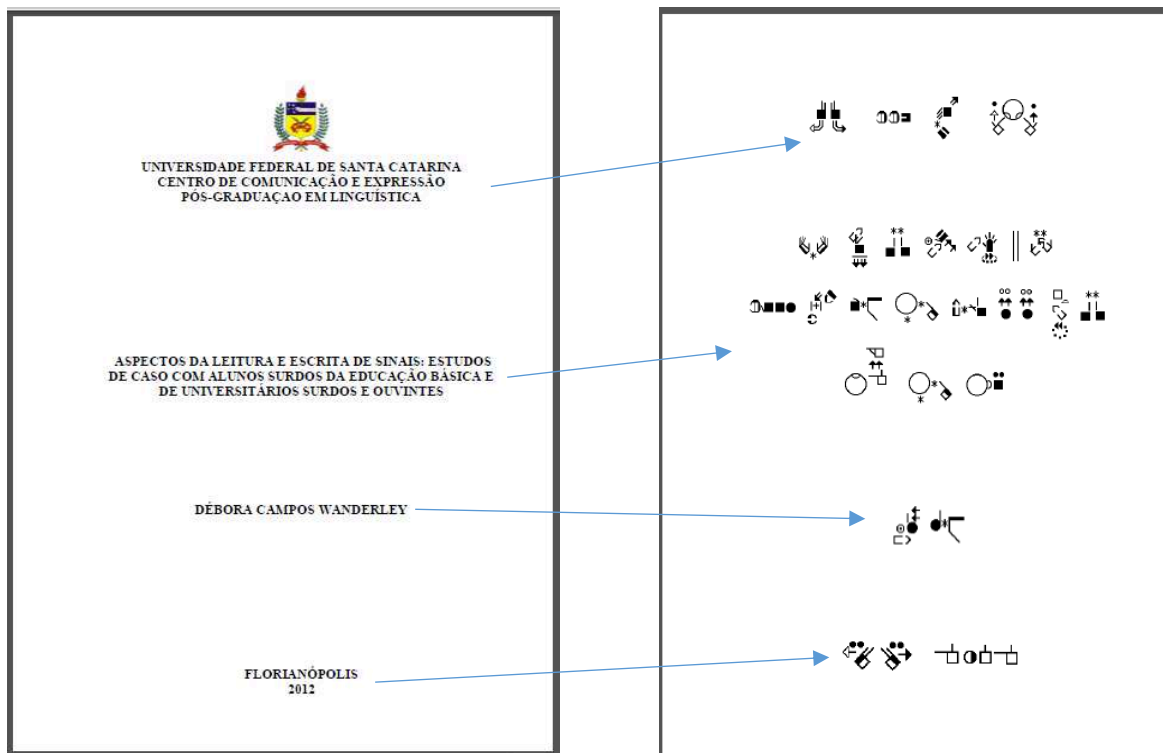
Sinal pessoal da autora em SignWriting

Sinal pessoal da autora na escrita de sinais Elis

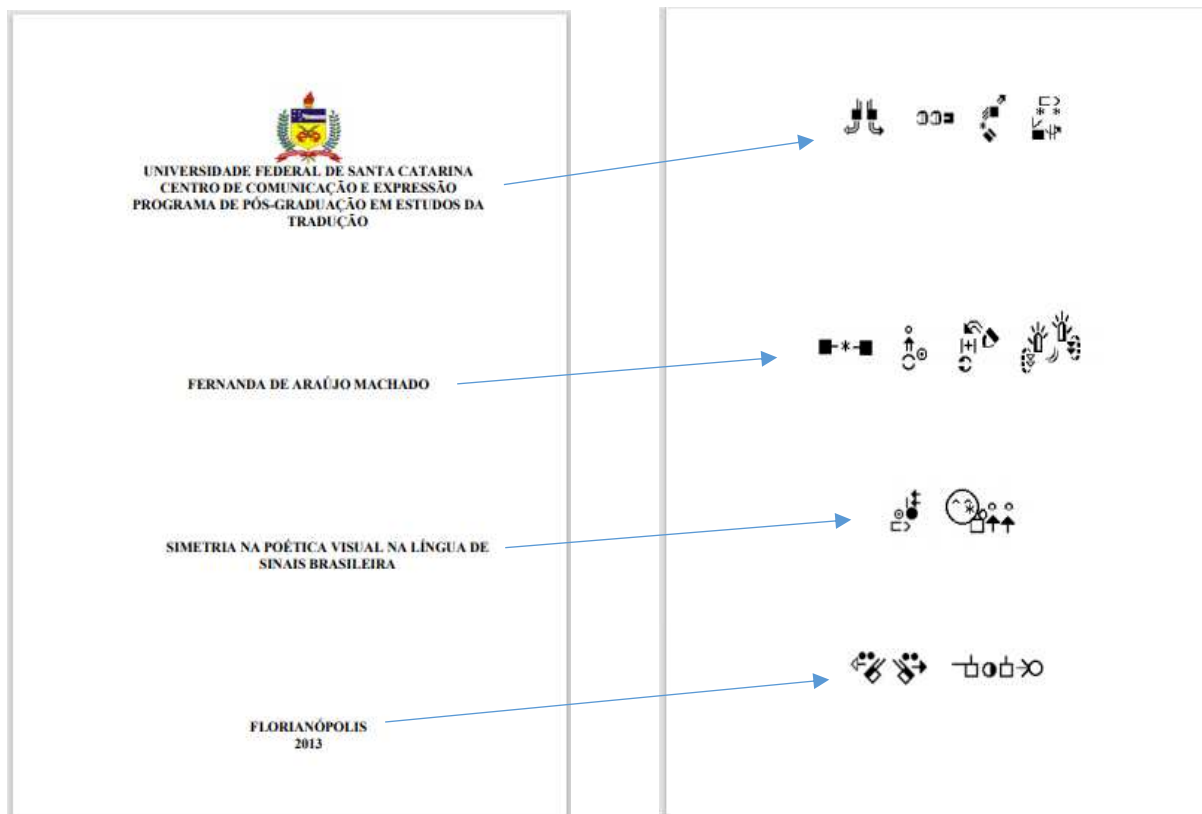
Sinal pessoal da orientadora em SignWriting

Sinal pessoal da orientadora em sistema Elis

Dissertação (BARBOSA, 2017) - transcrição do sinal em Libras da autora e também do sinal de sua orientadora em sistema de escrita ELIS e em SigWritting



Dissertação de Wanderley (2012) – capa em língua portuguesa traduzida para SingWriting



Capa e contracapa – com tradução em SignWriting da Dissertação de Machado (2013)

Segundo Silva, Costa, Bózoli e Gumiero, (2018), atualmente há quatro sistemas de escritas de sinais no nosso país. Esses sistemas são: o sistema SignWriting (SW), a Escrita de Língua de Sinais (ELiS), o Sistema de Escrita da Libras (SEL) e a Escrita Visogramada das Língua de Sinais (VisoGrafia).

Dentre esses sistemas de escrita de sinais, o mais conhecido e pesquisado no Brasil é o SignWriting. Apenas o SignWriting e a Elis aparecem registrados na escrita de nosso *corpus*, como pudemos observar nos exemplos acima<sup>87</sup>. Dada a presença de ambos nos textos que analisamos (com predominância do SignWriting), fazemos abaixo algumas considerações sobre eles.

Segundo Stumpf (2014), a escrita de sinais SignWriting surgiu a partir do Dance Writing, um sistema de escrita dos movimentos das danças, criado em 1974 pela coreógrafa americana Valerie Sutton. Esse sistema ficou conhecido pelos dinamarqueses da Universidade de Copenhague que viram nele a possibilidade de ser utilizado para a escrita de sinais e assim solicitaram que Sutton procedesse o registro de língua de sinais nesse seu sistema. Sutton aceitou a ideia, iniciou o trabalho com surdos e acabou criando o sistema de escrita de sinais SingWriting. Esse sistema mostrou ser eficaz para o registro de qualquer língua de sinais, isso porque possibilita fazer a representação de unidades gestuais, tornando-o universal para essas línguas, necessitando apenas fazer a adaptação de diferenças ortográficas de cada língua de sinais.

Conforme apontam Silva, Costa, Bózoli e Gumiero, (2018), no Brasil, a professora Dra. Marianne Rossi Stumpf, professora do PPGL/UFSC, foi a responsável pela tradução e adaptação no par linguístico Inglês-ASL/Português-Libras. Stumpf, junto com um grupo de pesquisadores dessa instituição, faz pesquisa sobre SignWriting, sendo que seus trabalhos nessa área são referência para os Estudos Surdos, sobretudo para os estudos sobre a Libras.

A ELIS (Escrita das Línguas de Sinais) foi desenvolvido por Mariângela Estelita Barros, sendo criada em 1997 durante seu mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Goiás e aperfeiçoado na pesquisa de doutorado em Linguística pela UFSC. Na tese de doutorado de Barros (2008, p. 25), elaborada sob orientação da Prof. Dr. Ronice Quadros, encontramos a definição da Elis como um sistema de escrita das línguas de sinais em geral, ou seja, que possibilita a escrita em qualquer língua de sinais e não apenas em Libras. Segundo Barros

---

<sup>87</sup> Como apenas o SignWriting e a Elis aparecerem em nosso corpus, discorreremos em nosso texto apenas sobre esses sistemas de escrita de sinais. Sobre os outros dois, cabe informar que o SEL foi desenvolvido pela professora Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira (UESB) e a VisoGrafia foi criada pelo professor Me. Claudio Alves Benassi (UFMT).

(2008, p. 25), “A estrutura da ELiS é a) de base alfabética, b) linear e c) organizada a partir dos parâmetros dos sinais propostos por Stokoe (1965).”.

Apesar da existência desses dois sistemas de escrita de sinais, para que os surdos sinalizantes possam fazer uso de um ou outro sistema seria necessária uma maior difusão e ensino sobre a escrita de sinais, e também de reconhecimento por órgãos oficiais para que seja regulamentado seu uso, por exemplo, em instituições educacionais. Isso é observado a partir de considerações de Barros (2008, p. 17) e de outros teóricos dos Estudos Surdos sobre o assunto como Ladi, Harrison e Campos (2014, p. 40), conforme podemos verificar em citações desses autores, a seguir:

A escrita em LS, seja em qual sistema for, ainda não é uma escrita ‘socialmente autorizada’. Fora do âmbito acadêmico, fora do meio de convivência dos surdos, os ataques a estes sistemas são veementes, assim como ainda é grande a resistência ao uso, ou mesmo à existência das LS. E se formos um pouco mais fundo, há resistência inclusive à existência da própria surdez. Médicos, fonoaudiólogos, professores, familiares, muitos querem “desensurdecer” os surdos, anular sua existência como sujeitos surdos e junto com eles, anular suas línguas, sejam elas em suas formas sinalizadas ou escritas. (BARROS, 2008, p. 17)

A imersão social dos surdos e a ausência de registro escrito da língua de sinais acabam sendo fatores que dificultam o processo de resistência pela língua. Embora, muitas vezes, aceite-se a língua de sinais como língua em circulação no ambiente escolar, ela é vista como prática de interação entre pares para trocas de experiências cotidianas e informais, e não como língua em uso para as práticas de ensino. Desvaloriza-se aquilo que o surdo tem a dizer, da forma como o diz. Esclarecemos. A língua de sinais não é considerada como própria para o desenvolvimento e a apropriação dos conhecimentos veiculados social e culturalmente e nem tampouco para se ter acesso à língua portuguesa. (LODI; HARRISON; CAMPOS, 2014, p. 40)

Stumpf (2014) destaca que a escrita em língua portuguesa representa um desafio para os surdos, isso porque ela reproduziria os sons que, como sabemos, os surdos não conseguem ouvir: “Com o português sempre há muita insegurança. Precisamos receber a aprovação para saber com certeza o significado das palavras e é ainda mais difícil organizar as frases. Essa é uma tarefa impossível para a quase totalidade dos surdos.” (STUMPF, 2014, p. 64).

Essa visão também é compartilhada por Quadros e Schmiedt (2006), para quem a escrita em língua portuguesa dos surdos sinalizantes é mediada pela língua de sinais, isso porque como os surdos não ouvem as palavras, então entre eles não há discussão sobre conceitos do que os

rodeiam (as coisas) e os significados em português. Desse modo, para as autoras, “a escrita do português é significada a partir da língua de sinais” (p. 33).

Tendo em vista essas dificuldades do surdo para escrever em uma língua de modalidade oral-auditiva, logo isso demandaria haver uma escrita que pudesse representar os sinais visuais-espaciais da Libras, que por sua vez também abrange ter nessa escrita sentidos de representatividade identitárias e culturais.

A escrita de sinais está para nós surdos, como uma habilidade que pode nos dar muito poder de construção e desenvolvimento de nossa cultura. Pode nos permitir, também, muitas escolhas e participação no mundo civilizado do qual também somos herdeiros, mas do qual até agora temos ficado à margem, sem poder nos apropriar dessa representação. Durante todos os séculos da civilização ocidental, uma escrita própria fez falta para os surdos, sempre dependentes de escrever e ler em outra língua, que não podem compreender bem, vivendo com isso uma grande limitação. (STUMPF, 2014, p. 60)

Como na UFSC não foi permitido ao aluno surdo ter sua dissertação/tese em Libras (filmado) ou um dos dois sistemas de escrita de sinais existentes no Brasil, ao menos não exclusivamente nessas escritas de sinais - todos os textos do *corpus* estão predominantemente em língua portuguesa, com exceção da Ampessan (2015) em que o português aparece como segunda língua e a escrita de sinais da Libras como primeira língua.

Por isso, quando o sujeito surdo traz a língua de sinais, como segunda língua, não é como traduzir um resumo da dissertação/tese para uma língua estrangeira, como todos os sujeitos-alunos-pesquisadores precisam fazer. É diferente porque marca uma diferença, que perpassa vários pontos: desde o fato do SignWriting ou sistema Elis não serem escritas alfabéticas até se tratar de uma língua que marca discursivamente a identidade do sujeito surdo sinalizante. Não é qualquer língua, é a língua dele, atrelada a sentidos de sua pertença surda. Desse modo, a escrita de uma língua e a identidade do autor se (con)fundem.

Tomamos abaixo a citação de Karnopp (2014) para verificarmos algumas considerações sobre a relação entre língua, escrita de surdos e identidade:

Alguns tipos de escrita têm mais *status* que outros. Escrever é uma luta, mesmo para o mais experiente escritor. Escrever constrói identidade para escritores, ou seja, a escrita identifica o escritor. Ligado ao poder, *status*, valores e atitudes da escrita, escritores estão interligados com outros e com as



questões de quem escreve sobre o que e para quem, para que, por que e como.[...]

Um grande número de pessoas surdas e também outros grupos sociais minoritários (sem poder) são privadas de contribuir para o estoque coletivo do conhecimento cultural existente nesses grupos, pois a educação favorece um certo tipo de capital cultural: aquele da cultura dominante. Nesse sentido, aprender a língua portuguesa representa um tipo especial de capital cultural tendo valor único na escola de surdos.

Sendo assim, é crucial lutar por um clima educacional, linguístico e cultural que proporcione mudanças, autonomia e emancipação e não apenas uma tolerância da pluralidade de manifestações, em que as manifestações críticas permanecem enclausuradas com o confinamento de guetos culturais.” (KARNOPP, 2014, p. 58)

A presença da escrita em língua de sinais na escrita acadêmica em língua portuguesa do sujeito surdo do *corpus* é mais um “evidência” das marcas discursivas da constituição desse sujeito no texto. Um sujeito marcado pelas duas línguas, escreve *em* e *sobre* ambas línguas no *corpus* e escrevendo em uma língua – o português - que o inclui no dizer na escrita acadêmica, mas não considera *sua* língua, traz a língua com a qual se identifica como sujeito surdo sinalizante, a Libras, e produz sentidos de resistência àquela língua ao usar também essa língua em seu texto.

Desse modo, o sujeito surdo traz marcas de si e de sua língua para o texto acadêmico. Isso, por um lado, promove movimentos de singularidade por um “novo dizer”, ou seja, pela polissemia nas regularidades constitutivas da escrita acadêmica. Todo dizer sobre si mobiliza um novo dizer pela singularidade que caracteriza as vivências pessoais. Experiências de si são únicas pelas memórias que evocam e os sentidos que o sujeito atribui a elas.

Por outro lado, também há movimentos de repetição nesse dizer sobre si, quando analisados sob o ângulo de se tornar uma regularidade na escrita acadêmica. É o que acontece com nosso *corpus*, onde encontramos marcas no narrar-se como sujeito surdo e marcar a língua de sinais que se configuram dentro de “um novo modo de dizer” na escrita acadêmica em sentido mais amplo, um “dizer o mesmo”, uma regularidade situada em nosso *corpus*, ou seja, um movimento parafrástico no discurso nesses textos analisados.

Em um levantamento do *corpus*, considerando os movimentos de polissemia (como singularidade no discurso) e paráfrase (como regularidade discursiva), notamos a dissertação de Ampessan (2015) como caso único em que a escrita de sinais (SignWriting) é utilizada como primeira língua no texto, aparecendo na primeira parte da dissertação, sendo que a segunda parte do texto compreende a tradução dessa escrita para a língua portuguesa (funcionando,

portanto, como segunda língua). Nesse caso em especial no nosso *corpus*, por não poder escrever exclusivamente em português, o sujeito surdo usa brechas para trazer de modo mais proporcional a escrita de sinais e a Libras junto com o português, fazendo com que sua escrita seja marcada por estar entre as línguas: a Libras e a língua portuguesa. Assim, temos uma singularidade na escrita acadêmica, ou melhor, a polissemia no discurso pelo acontecimento de um novo modo de “dizer”, uma nova forma de se inscrever no dizer, pela presença da língua de sinais como primeira língua na totalidade da dissertação (não apenas na capa, no resumo etc.), relegando à língua portuguesa ao lugar de segunda língua, um lugar ocupado em outros textos pela escrita de sinais.

Discursivamente, essa singularidade que ocasiona a mudança de lugares entre a escrita de sinais e a língua portuguesa implica em movimentos de posição identitária, por marcar a língua de identificação do sujeito surdo sinalizante “diferente”, e também implica em sentidos de resistência à imposição do sujeito surdo sinalizante de se ver “obrigado” a escrever seu texto em português ou em alguma outra língua oral e de prestígio (inglês, francês etc.).

Há um outro caso em nosso *corpus* que parece ser bastante singular. Trata-se do texto de dissertação de Machado (2013) produzido primeiramente em Libras (filmada) e sendo traduzido para a língua portuguesa pela equipe de intérpretes do CCE. Inclusive esse procedimento de tradução aparece documentado por meio de um texto de duas laudas com o título de “Nota” (p. 19), elaborado pela Coordenadoria de intérpretes (CCE-UFSC) e está situado logo após o *Abstract* dessa dissertação. Dizemos que parece ser singular porque estamos considerando o fato de que, no caso em questão, há documentado na escrita essa prática de tradução, e, caso haja outros casos nos textos do *corpus*, isso não apareceu registrado na escrita dos textos analisados.

Um terceiro caso em que há a singularidade também foi encontrado no *corpus*, trata-se da tese de Marques (2008) em que o autor é objeto de sua própria pesquisa de doutorado, um caso em que, dada a relação entre sujeito surdo pesquisador e a fusão com o objeto, optamos por discutir na próxima seção.

Nesses três casos nos deparamos também com um novo modo de dizer na escrita acadêmica como nos demais textos do *corpus*, contudo enquanto nestes percebemos a regularidade no que tange à recorrência de traços nos textos de uma concretização pela escrita desse novo modo de dizer – como na presença de narrativa de vivências surdas – que marcam uma singularidade na escrita acadêmica, naqueles três percebemos que a singularidade excede a noção de novo modo de dizer na escrita acadêmica e instauram-se também nas particularidades de materialização de uma escrita mais peculiar, mais individualizada em seus

traços, que acabam por marcar e demarcar o inscrever-se de cada um desses autores surdos na escrita de si na escrita acadêmica de nosso *corpus*, de como esses sujeitos se inscrevem nesse novo modo de dizer nessa escrita.

Daí constamos que tanto nesses três textos, quanto nos demais que compõem nosso *corpus* faz-se presente uma regularidade concernente as marcas de um novo modo de dizer. A diferença reside no fato de que somente nos três casos, além dessa regularidade também vemos uma escrita acadêmica marcada por uma singularidade mais individualizada entre os textos de nosso *corpus*.

Nesse sentido, mesmo dentro de uma regularidade marcada pelo novo modo de dizer, temos também uma singularidade no escrever, no marcar esse dizer, que dada a sua aparente traço de individualidade de um sujeito da escrita, não se tornou-se (ainda) uma regularidade no discurso em nosso *corpus*, de modo que no movimento cíclico que propomos PARÁFRASE – POLISSEMIA – PARÁFRASE, podemos considerar que essa escrita “exclusiva” desse novo modo de “dizer” possibilitou a movimentação da paráfrase (pelas regularidades da escrita acadêmica) para a polissemia (pelas singularidades nessa escrita) e, no *corpus*, ao que parece, permaneceu no que é da ordem da polissemia.

O escrever sobre si em português do sujeito surdo sinalizante destacando a relação com a língua de sinais, e trazer a escrita de sinais para a escrita acadêmica, certamente mobiliza sentidos outros que diferem das narrativas de si do ouvinte utente da língua portuguesa nesses textos e do traduzir partes dele (como o resumo) para uma língua que não é o português.

Se a língua só e conhecível por mim pela sensação que me dá, então o outro não poderia conhecer a experiência que ela proporciona a não ser aquela que a língua dele lhe apresenta. É dessa experiência que as pessoas não surdas tencionam que as pessoas surdas tenham a partir da sua língua; parece-lhes impossível perceber que o miraculoso espetáculo só poderia se realizar a partir de outra concepção de língua e que esta língua está para as pessoas surdas como as línguas orais estão para as pessoas não surdas.” (MARQUES, 2008, p. 100)

Como afirmou Orlandi (2013, p.41), “Sabemos que línguas diferentes produzem discursos diferentes, ou seja, diferentes ordens simbólicas estruturam-se de modo diverso em diferentes discursos.” São sujeitos diferentes, trazendo vivências diferentes e marcando diferentemente outra(s) línguas que para eles distintamente significam... Diferenças na escrita tracejadas no dizer do sujeito surdo sinalizante em português:

### 4.3.2 Escrita de si na escrita acadêmica: implicações discursivas do dizer-se surdo e narrar vivências de si no *corpus*

No nosso *corpus*, notamos que o modo como o sujeito surdo traz a narrativa de si na escrita acadêmica remonta a sentidos de que suas vivências pessoais estão em consonância com o que está sendo discutido em seu texto, mantendo relação estreita com o tema e/ou objeto de pesquisa. Esta relação pode ser colocada pelo sujeito como sendo tão íntima que passam a ser considerada como integrantes da própria pesquisa. O sujeito estabelece um vínculo entre a história de vida de si como parte do pesquisador surdo que ele se tornou e a pesquisa que o mesmo desenvolve. De modo que sujeito pesquisador e pesquisa se aproximam de tal modo que, em alguns casos, fundem-se e se confundem a ponto de se tornar bastante difícil separar um do outro (em alguns casos, isso é até impossível, como vemos adiante).

Em um primeiro momento, em nosso *corpus* observamos que essa relação entre vivências do pesquisador e objeto de pesquisa é marcada pelo modo como o sujeito abre brechas na escrita de textos do *corpus* para escrever sobre si, como podemos observar nas citações abaixo:

- XXI. *Em pesquisas científicas, não é muito comum o aluno colocar a sua subjetividade. Porém, como já afirmei antes, enquanto surda acho fundamental que a subjetividade do sujeito surdo seja apresentada a toda a comunidade acadêmica. Além disso, a presente pesquisa foi elaborada a partir da minha vivência enquanto pessoa surda e também como profissional da língua de sinais, em particular a partir da minha experiência como professora de Libras para ouvintes como L2 e surdos como L1. Essa história pessoal vai também ilustrar a questão da interferência do Português sobre a Libras. (MONTEIRO, 2015, p. 30, grifo nosso)*
- XXII. *Antes de entrar no enfoque e na forma de meu tema a ser abordado, quero narrar sobre a minha vida, como vivi dentro do mundo dos surdos, porque faço parte do povo surdo, da pedagogia surda e identidade surda. Não tenho como esconder minha trajetória pois ela está inseparável de minha pesquisa. A minha trajetória escolar possui aspectos de singularidade que me orientam pelos labirintos da pesquisa. Não me deterei somente à descrição biográfica, mas em aspectos singulares constituídos por minha condição de surda imersa, na maior parte de minha vida escolar, num contexto regular de ensino.” (REIS, 2006, p. 20, grifo nosso)*
- XXIII. *[...] é necessário reconstruir traços, marcas, conflitos, tensões, diálogos que me permitiram ser o que sou e acreditar que seria possível, em dois anos, compartilhar a construção de um sonho coletivo de fortalecer o projeto*

“Contextualização da Trajetória dos Surdos e Educação de Surdos em Santa Catarina”, tema da minha pesquisa.”

Nesta Introdução tentei explicitar não apenas minha intenção, mas também *minhas influências na construção deste trabalho, destacando o aprofundado envolvimento pessoal/afetivo, político e acadêmico que tenho com os temas aqui abordados.*” (SCHMITT, 2008, p. 16 e 24, grifo nosso)

- XXIV. Então o meu encontro com o projeto de pesquisa, *como surda* e ex-aluna da escola regular, me incentivou a investigar, neste trabalho, o processo cultural e educacional dos surdos que estudam na escola regular que segue as propostas inclusivas promovidas pela Secretaria de Educação Especial de 2003.” (CAMPOS, 2008, p. 29, grifo nosso)
- XXV. Na UFSC, interessei-me em pesquisar mais profundamente na área dos Estudos de Tradução porque sua contribuição é muito importante para a tradução em Libras, e, também, *como eu sou uma pessoa surda*, desejo pesquisar com especial enfoque no uso dos espaços visuais para a construção das expressões imagéticas.” (VIERA, 2016, p. 18, grifo nosso)
- XXVI. *Enquanto pesquisadora surda*, a presente proposta será desenvolvida com o olhar identificado com a comunidade surda, sua cultura e sua língua – a Libras.” (MACHADO, 2013, p. 32, grifo nosso)
- XXVII. Nesta dissertação, iniciei a discussão narrando *algumas experiências vividas por mim em minha família que acabaram me influenciando como pesquisadora*, despertando-me para o estudo do processo de variação e mudança na Libras.” (DINIZ, 2010, p. 11)
- XXVIII. Durante a trajetória de meu curso de doutorado na UFSC, para escrever a minha tese tenho pesquisado e trazido às experiências narradas e escritas do povo surdo e também *minhas próprias como ‘ser surda’*; vislumbrando os muitos caminhos históricos que o povo surdo tem percorrido ao construir suas identidades e de reconhecimento de suas diferenças culturais.” (STROBEL, 2008, p. 20, grifo nosso)
- XXIX. *A escolha da pesquisa em escrita de sinais deu-se através da minha experiência em segunda língua*. Desde a minha adolescência que não notava a importância da escrita, pois era única surda na escola regular da primeira série até o terceiro grau. [...] *Imaginei que alguns surdos como eu* estão sofrendo para se esforçar sem ter conhecimento da importância da escrita do português. Por isso que *quero estimular*, em primeiro lugar, *as pessoas surdas* a terem prazer em escrever a escrita como a primeira língua para compreender que é tão significativa dentro da sociedade e também terem possibilidades, com a sua boa vontade, de aprender em outras línguas, como segunda opção.” (WANDERLEY, 2012, p. 29-30)

Notamos na análise de nosso *corpus* que o sujeito reconhece que para se inscrever na escrita acadêmica precisa submeter-se aos discursos que a constituem. Sendo assim, trazer a escrita de si para a escrita acadêmica seria *incomum*, devido à objetividade (ou efeito de objetividade) esperada nos textos de dissertação (e tese), dada a presença da escrita da ciência

que em sua constituição. Como o sujeito autor coloca em XXII, “*Em pesquisas científicas, não é muito comum o aluno colocar a sua subjetividade.*” (MONTEIRO, 2015, p. 30, grifo nosso), a escrita de sua dissertação é colocada como um texto em que se traz discussão e resultados de “pesquisas científicas”, ou seja, constitui-se do Discurso Científico, em que é incomum haver espaço “legítimo” para a subjetivação. Daí a necessidade de aberturas de brechas para o subjetivar-se pela escrita de si nesse texto, de modo que o sujeito para narrar suas vivências precisa buscar modos de “legitimar” esse dizer sobre si nesse textos acadêmico.

Como o sujeito abre essa brecha em XXII, por meio da justificativa do imbricamento de sua história pessoal com a pesquisa apresentada em seu trabalho científico. A brecha é introduzida pela conjunção adversativa “Porém”: “*Porém, como já afirmei antes, enquanto surda acho fundamental que a subjetividade do sujeito surdo seja apresentada a toda a comunidade acadêmica.*” (MONTEIRO, 2015, p. 30, grifo nosso). Para o sujeito há um “porém” para a subjetivação nessa escrita de uma dissertação de mestrado e, por extensão, da escrita da ciência, dada as “regras” ou “coerções” que regulamentam o dizer nesse texto acadêmico. O “porém” abre a brecha, pois o sujeito reconhece a existência da “regra”, mas justifica o “quebrar essa regra” na e pela referida relevância de sua pertença surda e suas vivências como sendo parte integrante da pesquisa discutida naquele texto.

A imagem do sujeito surdo pesquisador, construída pelas narrativas de vida, acabam se (con)fundindo com o objeto de pesquisa. Isso também vemos no recorte XXIII: “*Não tenho como esconder minha trajetória pois ela está inseparável de minha pesquisa.*” (REIS, 2006, p. 20, grifo nosso). O sujeito abre a brecha para se subjetivar marcando sua “condição de surda”, afirmando sua identidade surda e seu pertencimento ao povo surdo como inerente à própria realização da pesquisa.

Assim, pelo dizer do sujeito, entendemos que pesquisador e pesquisa se aproximam tanto que até mesmo se fundem e se confundem na escrita acadêmica, especialmente em alguns textos de nosso *corpus*. Em certas dissertações e teses essa proximidade é menor, e em outras é tamanha que ocorre a fusão. Esses movimentos de aproximação e/ou fusão ocorrem devido aos discursos que envolvem e atravessam ambos: pesquisador em posição de sujeito surdo e objeto de pesquisa sobre o surdo, língua de sinais e afins. Esse movimento de aproximação do sujeito na pesquisa parece tornar-se ainda mais imbricado no dizer do sujeito via escrita em XXIV: “*Nesta Introdução tentei explicitar não apenas minha intenção, mas também minhas influências na construção deste trabalho, destacando o aprofundado envolvimento pessoal/afetivo, político e acadêmico que tenho com os temas aqui abordados.*” (SCHMITT, 2008, p. 24, grifo nosso) e também no recorte XXVII “*Nesta dissertação, iniciei a discussão*

*narrando algumas experiências vividas por mim em minha família que acabaram me influenciando como pesquisadora*, despertando-me para o estudo do processo de variação e mudança na Libras.” (DINIZ, 2010, p. 11, grifo nosso).

Notamos que, em sua escrita, o sujeito inclui-se na pesquisa, já que sua constituição como surdo – “ser o que sou” –, suas vivências surdas e envolvimento com os temas do trabalho estão imbricados com a própria construção da pesquisa desenvolvida, como podemos observar ainda no recorte XXIV: “[...] *é necessário reconstruir traços, marcas, conflitos, tensões, diálogos que me permitiram ser o que sou* [...]”. (SCHMITT, 2008, p. 24, grifo nosso). E como o sujeito no *corpus* tende a narrar vivências partindo de sua condição de surdez e direcionando a história para situações de inclusão e exclusão pautadas nesse lugar social e suas implicações linguísticas e culturais, logo os discursos sobre si, ou seja, sobre “*ser o que sou*” estão voltados, sobretudo, a “ser surdo”, enquanto lugar discursivo situado em posição sujeito identitária. É o lugar discursivo de sujeito surdo marca onde este pesquisador se situa, de onde ele “diz”.

Esses lugares social e discursivo são marcados na escrita do *corpus*, por exemplo no recorte XXV: “Então o meu encontro com o projeto de pesquisa, *como surda* e ex-aluna da escola regular, me incentivou a investigar, neste trabalho, o processo cultural e educacional dos surdos [...]” (CAMPOS, 2008, p. 29). Observemos que “*como surda*” marca o lugar do pesquisador, de modo que para o sujeito sua condição (e posição) de surdo (e também de ex-aluno de escola regular) teve um papel crucial em seu engajamento na pesquisa em questão, e ele usa isso como justificativa para a escolha do objeto de pesquisa e para se inserir na pesquisa também, como surdo que é.

Também podemos ver os lugares social e discursivo de surdo marcado em XXVI, em especial na parte em que o sujeito afirma: “[...] *como eu sou uma pessoa surda*, desejo pesquisar com especial enfoque no uso dos espaços visuais para a construção das expressões imagéticas.” (VIEIRA, 2016, p. 18). Nesse caso, o sujeito remete a esse lugar para que, colocando-se dentro da pesquisa e, partindo de um olhar de pesquisador surdo e sinalizante (que compreende ser o surdo e a cultura surda mais voltados para as experiências visuais), poder definir o objeto para seu trabalho sobre assunto referente a algo que diz experimentar em suas vivências surdas.

Assim, o sujeito coloca-se no discurso, ao mesmo tempo, como pesquisador e também como parte integrante do objeto da pesquisa, ou seja, como pesquisador e também como partícipe do que está sendo pesquisado, o que pode ser exemplificado em XXX, em que podemos perceber esse duplo lugar de pesquisador e também, de algum modo, de pesquisado (sujeito e objeto de pesquisa): “*A escolha da pesquisa em escrita de sinais deu-se através da minha experiência em segunda língua. [...] Imaginei que alguns surdos como eu* estão sofrendo

para se esforçar sem ter conhecimento da importância da escrita do português.” (WANDERLEY, 2012, p. 29-30, grifo nosso). Notemos o modo como o sujeito coloca-se na pesquisa, ele o faz nessa escrita acadêmica como sendo a sua experiência (sofrida) em língua portuguesa a justificativa para a sua pesquisa e, parte dessa vivência surda de si e de exclusão pela língua para delinear seu objeto de pesquisa – a investigação da relação de outros surdos com a escrita língua portuguesa e com os sistemas de escrita em língua de sinais. Na sequência desse recorte, “Por isso que *quero estimular*, em primeiro lugar, *as pessoas surdas* a terem prazer em escrever a escrita como a primeira língua para compreender que é tão significativa dentro da sociedade e também terem possibilidades, com a sua boa vontade, de aprender em outras línguas, como segunda opção.” (WANDERLEY, 2012, p. 30), o sujeito estabelece objetivo para seu trabalho de pesquisa como algo bastante subjetivo, colocado como um desejo, o que vai de encontro ao efeito de objetividade esperado para essa escrita. É possível que isso ocorra devido à fusão entre pesquisador e objeto de pesquisa, já que o sujeito que pesquisa, pautando-se em sua própria experiência com o que está pesquisando, encontra-se tão envolto pela pesquisa de seu objeto que se torna um com ele, de modo que sendo uma unidade (pesquisador e objeto de pesquisa) busca ampliar suas bordas para abarcar mais possibilidades de influências das experiências de si – como sujeito e objeto - para com outros sujeitos surdos.

Percebemos no *corpus* que o pesquisador marca seu lugar no discurso como um sujeito que, por ser surdo, pode ter um olhar diferenciado de um outro pesquisador que não seja surdo, sobre um objeto de pesquisa relacionado ao surdo. Portanto, a imagem sobre condição de surdez dele, enquanto pesquisador, parte dele próprio como sujeito surdo pesquisador cuja constituição identitária de pertença surda o diferencia de outros pesquisadores. Em outras palavras, por estar posicionado na formação discursiva de surdez como diferença e do surdo como diferente cultural e linguisticamente, então ele marca no discurso imagens positiva de pesquisador surdo.

Essa imagem positiva de sujeito pesquisador surdo diante de sua pesquisa pode ainda ser observada, por exemplo, no recorte XXVII: *Enquanto pesquisadora surda*, a presente proposta será desenvolvida *com o olhar identificado* com a comunidade surda, sua cultura e sua língua – a Libras.” (MACHADO, 2013, p. 32, grifo nosso). Essa imagem positiva de pesquisador surdo, decorre justamente devido a sua diferença que, para esse sujeito, permite-lhe ver o que o outro (não surdo) não vê na pesquisa. Nessa perspectiva, seria, então, a sua inserção no contexto da surdez, que o permitiria ter um olhar mais aguçado sobre objetos de pesquisa e discursos sobre o surdo/surdez/língua de sinais que o afetam e o constituem.

Na análise de nosso *corpus*, percebemos que o sujeito traz no discurso imagem de si enquanto pesquisador surdo (IAA), cujos sentidos se mesclam com as imagens sobre o próprio



objeto de pesquisa (IAR), como um saber empírico que respalda o fazer pesquisa sobre questões vinculadas ao surdo (língua, cultura, identidade, educação inclusiva etc.). Observemos que a condição de surdez – marcado em *como surda*, por exemplo – demarca um lugar social do sujeito, e esse lugar interfere na posição sujeito pesquisador (surdo) e em sua atitude diante de caminhos de pesquisa e imagens sobre um objeto de pesquisa. Com isso, no discurso, é justamente o ser surdo que constitui o ser pesquisador e mobiliza escolhas sobre o objeto de pesquisa. As imagens em formações imaginárias sobre o seu ser surdo, suas vivências surdas, as línguas de sinais, a educação de surdos, perpassam as imagens e discursos sobre ser ou estar no lugar social de pesquisador surdo e parecem justificar no discurso a pesquisa desse pesquisador sobre o que diz respeito ao que o constitui como sujeito surdo (isto é, a uma posição identitária surda).

Assim, essa aproximação torna-se tão estreita que acarreta em uma fusão entre pesquisador e pesquisa. Ao se fundir com sua pesquisa, o sujeito se significa como pesquisador, mas não qualquer pesquisador, e sim um pesquisador, acima de tudo, surdo, com vivências que colocam a si mesmo como parte de sua investigação/análise de dados, seja como um dado inicial (objeto) que instigou a elaboração de um projeto de pesquisa ou mesmo como próprio objeto a ser pesquisado no trabalho de mestrado/doutorado. Esse modo de colocar-se como sujeito pesquisador surdo e as vivências surdas como parte da pesquisa pode ser notada no recorte XXIX. Nesse recorte de da tese de Strobel (2008), a autora destaca que suas vivências de como ser surda é parte integrante de sua pesquisa. No dizer em questão o sujeito pesquisador é tomado como fundido ao objeto de sua própria pesquisa, de modo que o sujeito diz sobre si, como surdo, para fazer parte da pesquisa sobre como ser surdo: [...] para escrever a minha tese tenho pesquisado e trazido às experiências narradas e escritas do povo surdo e também *minhas próprias como ‘ser surda’ [...]*.” (STROBEL, 2008, p. 20, grifo nosso).

Mas, devemos ter em vista que, se por um lado há essa aproximação – intensificada pelo dizer sobre si, pela subjetividade surda do pesquisador na escrita acadêmica -, por outro lado, por ter que se inscrever na escrita acadêmica, o sujeito do *corpus* faz uso da linguagem dessa escrita, que, como já vimos no final do capítulo 3, caracteriza-se por um movimento inverso – o “afastamento” do sujeito para dizer sobre o objeto.

Vejamos, a seguir, como ocorrem esse duplo movimentos de afastamento e de aproximação de sujeito surdo pesquisador com o objeto de pesquisa no *corpus*. Selecionamos abaixo algumas outras citações de nosso *corpus* que mobilizam discursos de si, por meio de imagens de si, como parte integrante da pesquisa. Nesses dizeres, notamos que o sujeito pesquisador faz uso de linguagem da escrita acadêmica e, com isso, mobiliza sentidos de

afastamento do sujeito de sua pesquisa, já que, como vimos, essa escrita por ser atravessada pelo discurso da ciência tende a buscar o foco no objeto e não no sujeito – efeito de objetividade. Ao mesmo tempo, há a aproximação e fusão entre sujeito pesquisador e pesquisa, dada a imersão de vivências surdas, subjetivas, no âmago do fazer pesquisa e do próprio projeto e objeto de pesquisa.

XXX. *Os pilares sobre os quais se erigiu a presente pesquisa foram determinados em consonância com as vivências empíricas, onde a autora da mesma é inserida e procura buscar as soluções fundamentadas nas teorias organizacionais em suas próprias práticas relacionadas aos aspectos da visualidade no Brasil, ou fora dele.*

*A tese se organiza a partir de um primeiro capítulo que apresenta as motivações pessoais e os fatos que justificam o conteúdo da mesma: a identidade visual da autora. (CAMPELLO, 2008, p. 29 e 33, grifos nossos)*

XXXI. *A presente tese expõe uma pesquisa ontológica sobre o Ser Surdo, fundamentada no corpo próprio; uma reflexão sobre as pessoas surdas antes de destacar seus aspectos culturais. [...] A tese foi desenvolvida com base na experiência da surdez do próprio autor, uma vez que, atuando como ator e autor da experiência em diversos campos, vivenciou a transição para a surdez, o desespero e aceitação da família, o cotidiano escolar na infância, na adolescência, na juventude e maturidade, e nos diversos níveis de ensino até a conclusão desta pesquisa. (MARQUES, 2008, p. 08 – Resumo da tese, grifo nosso)*

XXXII. *Minha atitude diante deste tema de pesquisa tem sido ao mesmo tempo de proximidade e distanciamento. Por um lado, a Libras é a minha primeira língua, a minha vida, a minha comunicação, já que sou filha surda de pais surdos. Possuo parentes surdos na família e sou participante ativa da comunidade surda da capital do Rio de Janeiro. Posso ser considerada como “testemunha ativa” no processo de mudança da Libras, ou seja, tenho presenciado a variação e a mudança de alguns sinais durante a comunicação dos meus pais e seus pares da mesma idade e comparando os mesmos na comunicação do meu grupo social. Por outro lado, na condição de uma pesquisadora da língua, procuro me manter distante, apenas investigando este processo de descrição e análise comparativa dos sinais buscando evitar que estereótipos, preconceitos e outras atitudes valorativas em relação à língua interfiram na investigação.” (DINIZ, 2010, p. 11, grifo nosso)*

Na análise de nosso *corpus*, entendemos que o duplo movimento do sujeito diante de sua pesquisa, a saber, o de aproximação (às vezes, a fusão) e o afastamento, são resultados da própria constituição desse sujeito. Por ser sujeito surdo, ocupar posição sujeito identitária (surda), logo ele é atravessado pelos discursos sobre ser surdo, sobre línguas (de sinais e

portuguesa) etc., de modo que é inevitável sua aproximação maior ou menor, mas nunca nula, com seu objeto de pesquisa que verse de algum modo sobre esses discursos. E por ser sujeito aluno pesquisador, ou melhor, por escrever do lugar social de sujeito pesquisador um texto acadêmico resultante de trabalho de pesquisa, logo necessita submeter-se à escrita acadêmica, uma escrita que, como já frisamos, traz em si os discursos da ciência que buscam evidenciar o objeto em detrimento do sujeito, resultando em efeitos de objetividade no texto acadêmico.

A forma mais encontrada de afastamento, como efeito de objetividade, do sujeito na escrita diz respeito à linguagem da escrita acadêmica utilizada no texto do *corpus*. O primeiro ponto diz respeito à estrutura textual e à organização de conteúdos de textos de dissertação e tese. Um fato notório é que em todos os textos do *corpus* mesmo havendo a escrita de si, com a narrativa de vivências surdas pessoais, que produz efeitos de subjetividade no *corpus*, o dizer sobre si segue a ordem estrutural e de conteúdo estabelecida para esses textos acadêmicos. Assim, as narrativas de si aparecem sempre como que buscando estar em certa consonância com “o que deve e pode ser dito” em cada seção desses textos. Em seções como introdução, há maior abertura para as autonarrativas, haja vista que o sujeito autor pode utilizar-se de brechas como justificativa, percurso da pesquisa, apresentação pessoal e profissional etc. para se subjetivar e, sobretudo, fazer isso sem deixar de estar inscrito na linguagem da escrita desses textos acadêmicos.

Também percebemos nessas práticas de escrita o uso de estruturas morfossintáticas da língua portuguesa que produzem os efeitos de objetividade no texto, com destaque para o uso da 3. Pessoa do singular ou da 1. Pessoa do plural (com exceção da parte em que há a autonarrativa, onde ocorre o predomínio da 1. Pessoa do singular, fato que já é esperado por se tratar de escrita de si) e o uso de índice de indeterminação de sujeito e da partícula apassivadora SE.

Observemos o uso de linguagem da escrita acadêmica nas citações XXXI e XXXII. Nessas citações há predominância do uso de sujeitos da oração que não são aquele que escreve, de modo que as ações são atribuídas a elementos não pessoais, os quais passam a protagonizá-las, enquanto o sujeito autor se esconde nos bastidores, como quem sofre as ações, não executando-as, como podemos ver em: “Os *pilares* sobre os quais se erigiu a presente pesquisa *foram determinados* em consonância com *as vivências empíricas, onde a autora da mesma é inserida [...]*” (CAMPELLO, 2008, p. 29, grifo nosso). Note que no dizer do sujeito, “a autora” é objeto de inserção de suas próprias “vivências empíricas”. Nisso interpretamos há sentidos de afastamento do sujeito pesquisador – que surge como inserido, ou seja, submetido à inserção! - pela linguagem acadêmica utilizada, devido ao efeito de objetividade mobilizado nessa escrita.

Enquanto isso, “pilares” surge assumindo o protagonismo de sujeito oração, como se “os pilares” se erigissem por si mesmos e não houvesse uma “autora” como a responsável por definir e erigir esses “pilares” da pesquisa. No dizer da mesma autora que aparece na sequência (também em XXXI) é possível observar esse afastamento do sujeito: “A tese se organiza a partir de um primeiro capítulo que apresenta as *motivações pessoais e os fatos que justificam o conteúdo da mesma: a identidade visual da autora.*” (CAMPELLO, 2008, p. 29, grifo nosso), onde “a tese” parece assumir uma função de poder “se organizar” (por si mesma), sem um agente humano para fazê-lo e a autora é colocada como um terceiro, um alguém (objeto de pesquisa) cuja identidade serviu para justificar o conteúdo da tese.

Também vimos que o sujeito da escrita distancia-se em XXXII: “A presente tese expõe uma pesquisa ontológica sobre o “ser Surdo”, fundamentada no corpo próprio; uma reflexão sobre as pessoas surdas antes de destacar seus aspectos culturais. [...] *A tese foi desenvolvida com base na experiência da surdez do próprio autor, [...]*” (MARQUES, 2008, p. 08, grifo nosso), visto que nesse excerto, que faz parte do resumo de tese, o substantivo “tese” surge como sujeito da oração, enquanto o “próprio autor” tornou-se objeto da oração (e da própria pesquisa, como vemos adiante).

Já a aproximação e/ou fusão do sujeito pesquisador com o objeto de pesquisa pode ser observada quando passamos a um outro nível de análise que contempla a relação entre esse sujeito com a pesquisa por ele realizada. Nessas mesmas citações XXXI e XXXII, os sentidos de afastamento do sujeito pesquisador e protagonismo de objetos de pesquisa parecem se prender mais à linguagem da escrita acadêmica do que a um “afastamento” desse sujeito, de suas “experiências de si” integrando ou tendo alguma influência sobre a pesquisa. Em XXXI, a aproximação ocorre pelo adentrar (e não por ser inserido) do sujeito pesquisador na construção da pesquisa, de o sujeito pesquisador tomar as vivências como situações empíricas que de certo modo direcionam os pilares da pesquisa. Nesse caso, a noção de os pilares da pesquisa serem erigidos em “consonância” com as vivências de si, envolve considerar que os sentidos de estar em “consonância” têm relação com estar voltados a, estar de acordo, em conformidade, em convergência, ou seja, esses pilares foram construídos provavelmente com base nessas vivências, já que pressupõe-se que essas vivências foram anteriores à construção do projeto de pesquisa.

Em XXXI, nossa interpretação é a de que o sujeito autor coloca o conteúdo da tese como sendo justificado pela identidade visual da autora, ou seja, os discursos mobilizados são pautados em noções de que a autora só escreveu o que escreveu, só escolheu sobre certo tema e determinada abordagem devido a sua identidade surda. Logo, é estabelecida uma conexão

estreita entre sujeito surdo pesquisador e objeto de pesquisa da tese, e mais: ao conteúdo da tese como um todo.

Essa proximidade se estreita tanto que entendemos haver uma fusão entre sujeito surdo pesquisador e objeto de pesquisa em casos como a tese de Marques (2008), cujo fundir-se com o objeto é o que possibilita a existência da própria tese. Trata-se da única tese de nosso *corpus* em que seu autor coloca-se, na literalidade do dizer do sujeito na escrita, como objeto da pesquisa realizada no doutorado, conforme podemos constatar em: “A tese foi desenvolvida com base na experiência da surdez do próprio autor, [...]” (MARQUES, 2008, p. 08). Aliás, o fato de nessa tese haver essa explicitação foi o que nos fez refletir sobre como o dizer sobre si poderia implicar em colocar o sujeito surdo pesquisador como objeto de sua pesquisa, incluindo suas vivências surdas de si como “objeto empírico” no desenvolvimento do trabalho de pesquisa de dissertação/tese.

Pelo que percebemos na análise do *corpus*, esse duplo movimento de proximidade e afastamento na escrita dos textos do *corpus* converge para uma constituição discursiva desse sujeito surdo pesquisador nessa escrita como um sujeito que é, simultaneamente, sujeito e objeto da pesquisa. Ele ocupa o lugar de sujeito da pesquisa por ser aquele que é responsável por fazer a pesquisa, analisar os dados de acordo com critérios científicos metodológicos (imbuído de verdades da ciência), trazer resultados em forma de textos científicos e/ou acadêmicos, como uma dissertação/tese. E ele se torna objeto da pesquisa por colocar a si mesmo, suas vivências e “experiências pessoais” dentro da própria pesquisa realizada. Pensando nos sentidos sobre objeto da pesquisa correntes como o que/quem é alvo de pesquisa, de análise, interpretação, investigação e afins, então esse sujeito surdo pesquisador do *corpus* ao dizer sobre si coloca a si mesmo e suas vivências no texto como alvo de investigação/análise/interpretação científica com maior ou menor intensidade, visto que em cada texto temos singularidades e regularidades em posições sujeito, corresponderia ao duplo lugar de pesquisador pesquisado, sujeito e objeto.

Como já dissemos, em nosso *corpus* a proximidade entre sujeito pesquisador surdo e objeto de pesquisa sobre ser surdo e temas relacionados ocorreu de dois modos: em um nível mais estreito e mais marcado na escrita— a ponto de mobilizar sentidos de fusão entre ambos—; ou de forma mais afastada e menos marcada. Contudo, em todos os textos de nosso *corpus*, essa proximidade atravessa a escrita, sobretudo, no dizer sobre si marcado em autonarrativas, pois nesse dizer sobre si o sujeito da escrita inclui a si e as suas vivências surdas na pesquisa realizada, seja como o que teria dado origem à ela e/ou como o que seria a responsável pela própria constituição do sujeito surdo pesquisador, de modo a, por formações imaginárias, dar

sentidos de respaldo, de “legitimidade” para como o sujeito diz o que diz em sua escrita. Essa proximidade decorrente da constituição do sujeito surdo pesquisador pode ser exemplificada em XXXIII, no dizer do sujeito em sua escrita:

*Minha atitude diante deste tema de pesquisa tem sido ao mesmo tempo de proximidade e distanciamento. Por um lado, a Libras é a minha primeira língua, a minha vida, a minha comunicação, já que sou filha surda de pais surdos. [...] Posso ser considerada como “testemunha ativa” no processo de mudança da Libras [...] (DINIZ, 2010, p. 11, grifo nosso)*

Mas, por outro lado, na condição de sujeito aluno pesquisador, esse sujeito da escrita precisaria estabelecer um marco de distanciamento com a sua pesquisa. Para ser sujeito pesquisador, ou melhor, para se inscrever nesse lugar e poder escrever na academia pautado no que é considerado válido, verdadeiro, no fazer científico, precisa haver um assujeitamento ao discurso da ciência. Daí a mobilização de sentidos (via formações imaginárias) de afastamento de sua subjetividade, dos discursos que o constituem como surdo, e a busca por centralizar o seu objeto de pesquisa, como podemos ver também em XXXIII:

*Por outro lado, na condição de uma pesquisadora da língua, procuro me manter distante, apenas investigando este processo de descrição e análise comparativa dos sinais buscando evitar que estereótipos, preconceitos e outras atitudes valorativas em relação à língua interfiram na investigação.” (DINIZ, 2010, p. 11)*

Assim, por estar atravessado pelo Discurso da Ciência, esse sujeito pesquisador precisa manter uma imagem de si como capaz de manter um distanciamento de sua subjetividade, de sua posição sujeito surdo, e de centralização de seu objeto de pesquisa na escrita acadêmica, de modo a se sujeitar a escrever mantendo o “efeito de objetividade” esperado em sua dissertação/tese.

Seu lugar de sujeito pesquisador, produz imagens no discurso pautadas em que suas atitudes diante de sua pesquisa é a de ter que se afastar do objeto para poder vê-lo melhor, como um todo (completo) e não como partes isoladas, nem como condicionadas a um olhar supostamente focalizado e subjetivado. Porém, ao mesmo tempo por ser sujeito surdo e estar em posição de aluno pesquisador, não é possível esse afastamento idealizado dele com o objeto.

Pelo contrário, como o tema de pesquisa, ou melhor, o objeto de pesquisa diz respeito a si próprio, aos discursos que o atravessam e o constituem como sujeito surdo pesquisador, logo para esse sujeito parece ser impossível distanciar-se da interpelação de como esses discursos o afetam, de marcar seu lugar social e discursivo. Enfim, de poder dizer de si no objeto, ainda que se objetificando no processo de subjetivação.

Nesse ponto, deparamo-nos com uma via de mão dupla, pois se pensarmos na noção de sentidos de proximidade e fusão entre sujeito surdo pesquisador e objeto de pesquisa, logo mesmo quando o sujeito buscasse evidenciar o objeto em detrimento de si mesmo, ele estaria colocando em evidência a si, a sua constituição como sujeito surdo que é atravessado pelos discursos que permeiam seu objeto de estudo, dada à própria fusão (ou proximidade) com esse objeto.

Dessa forma, esse sujeito pesquisador ao mesmo tempo em que se funde ao objeto de pesquisa, para pesquisar esse objeto precisaria estar fora dele também! Ele passaria a se ver, em formações imaginárias, como o objeto de estudo, e ver esse objeto (em que ele também está inserido) como sujeito pesquisador que é, ou seja, ver suas vivências com os “olhos da ciência” e tratá-las como “experiências de si como objeto empírico” na pesquisa realizada

Na análise do *corpus*, observamos que essa proximidade ou fusão do sujeito pesquisador surdo com sua pesquisa (sobre temas vinculados aos surdos), mobilizada pelo dizer sobre si na escrita acadêmica, possuem implicações para seus textos de dissertação/tese. Considerando a regularidade dessas implicações nos textos, percebemos que há duas delas que se sobressaem. A primeira diz respeito à mobilização de sentidos de legitimidade do pesquisador surdo diante do tema de pesquisa e de outros pesquisadores não-surdos que também fazem/fizeram pesquisas na área. Com relação à primeira implicação descrita, passamos a discutir como ocorrem no *corpus*. Por meio das citações abaixo de nosso *corpus* podemos chegar a uma visão sobre esse ponto. Vejamos:

- XXXIII. O fato de estar, no presente, cursando o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC na linha de pesquisa: “Educação e Processos Inclusivos” é para mim uma grande oportunidade de pesquisar a história da educação de surdos em Santa Catarina *porque eu sou surdo e as pesquisas sempre são feitas por ouvintes*. De fato, o ingresso neste programa representa a possibilidade de discutir as questões relacionadas à educação de surdos com pesquisadores surdos e ouvintes em uma Universidade Pública Brasileira. Se no passado este foi o meu sonho, hoje é uma realidade para os militantes do movimento surdo em Santa Catarina. (SCHMITT, 2008, p. 16, grifo nosso)

- XXXIV. Assim, *a inspiração para esse trabalho vem da experiência de vida que tenho como usuária da língua de sinais dentro da comunidade surda*, com contação de história e piadas. Pertencer a esses espaços me fez pensar e repensar em várias possibilidades de conhecer e registrar esses aspectos de narrativas literárias. Esse reconhecimento começa com a subjetividade, passa à língua, em particular. À língua de sinais. Além da subjetividade, destacam-se também aspectos culturais e identitários que constituem o discurso nas narrativas de surdo para surdo. Pesquisas nessa área estimulam os surdos a participarem e se apropriarem do cotidiano e do espaço acadêmico para desenvolver novas pesquisas, pois estas, *quando realizadas por sujeitos surdos, sua contribuição se torna mais profunda por serem os surdos sujeitos de uma comunidade que usa a língua de sinais, com identidade e cultura próprias.*”  
 Assim, considera-se que as *pesquisas acadêmicas realizadas pelos surdos trazem legitimidade às investigações, pois estes sujeitos estão imersos nessa cultura e mantêm contato direto com a comunidade surda*. Por outro lado, *podem compartilhar suas experiências com uma sensibilidade maior em apresentar para os seus pares detalhes da comunidade surda, contribuindo, assim, para o aumento de novas pesquisas.* (MACHADO, 2013, p. 28-29)

Os discursos de legitimidade permeiam a escrita do sujeito surdo pesquisador de nosso *corpus*. A legitimidade, nesse caso, está atravessada por sentidos de (re)afirmar, de (de)marcar imagens positivas, um lugar na escrita acadêmica e científica para os pesquisadores surdos em pesquisas sobre surdos. Essas imagens sobre o pesquisador surdo sobre si no texto podem funcionar como justificativa para fazer essas pesquisas, dada sua condição de surdez, suas experiências sobre ser surdo, ter vivências surdas que abrangem questões linguísticas, educacionais e culturais-identitárias. Dizer-se surdo e narrar sua história de vida funcionariam no texto acadêmico mobilizando sentidos como atribuir a si mesmo a legitimidade de reivindicação de estar atuando no lugar de pesquisadora da área da surdez (Educação inclusiva/ Estudos surdos/língua de sinais).

No dizer do sujeito: “[...] *porque eu sou surdo e as pesquisas sempre são feitas por ouvintes.*” (SCHMITT, 2008, p. 16, grifo nosso), esses discursos aparecem bastante marcados na escrita. A noção de “ninguém melhor que um surdo para escrever sobre um surdo”, que discutimos na introdução de nossa tese, permeia a imagem do sujeito sobre si (IAA) como pesquisador surdo, sobre a pesquisa (IAR) e sobre como sua imagem é projetada pelo outro – ou seja, seus pares e demais pesquisadores -, como esse outro interlocutor o vê enquanto pesquisador surdo dada sua condição de surdez (IBA). Mobilizando sentidos de legitimidade ao dizer na escrita acadêmica, “Sou surd@” funcionaria, então, no texto como um modo de reivindicar um lugar pré-autorizado pelas “experiências de si” do sujeito pesquisador com os assuntos de seu tema de pesquisa.



Esses sentidos legitimação do lugar de sujeito pesquisador surdo podem ser observados na continuidade desse recorte do texto de Schmitt (2008, p. 16): “De fato, o ingresso neste programa representa a possibilidade de discutir as questões relacionadas à educação de surdos com pesquisadores surdos e ouvintes em uma Universidade Pública Brasileira.” Assim, o sujeito aparece (re)afirmando no dizer, via escrita, sentidos relativos a sua capacidade de fazer a pesquisa que se propõe fazer, devido a suas vivências surdas, e também, sobretudo, a legitimação de estar no lugar social de aluno pesquisador mestrando/doutorando de uma universidade pública como a UFSC, que é referência nacional na área dos Estudos Surdos.

Vemos que o discurso de legitimação desse lugar do sujeito pesquisador está tão presente no corpus, que no recorte XXXV, o sujeito faz uso na escrita de palavras que remetem a eles de forma mais marcada no texto acadêmico, como em “Assim, considera-se que *as pesquisas acadêmicas realizadas pelos surdos trazem legitimidade às investigações*, pois estes sujeitos estão imersos nessa cultura e mantêm contato direto com a comunidade surda.” (MACHADO, 2013, p. 28-29, grifo nosso). Nesse fragmento, destacamos a palavra “legitimidade”, cujos sentidos marcam a posição do sujeito surdo pesquisador da área da surdez em formações discursivas sobre si, sendo que entendemos que essa posição discursiva está permeada pelas imagens de A sobre A. São as imagens que esse sujeito projeta sobre si e que orientam sua posição sujeito surdo pesquisador nessa escrita. E nessas imagens predominam os discursos sobre a surdez como diferença e do surdo como diferente, sendo que essa “diferença” (linguístico-cultural) acarretaria em trazer um olhar diferenciado, autorizado e legítimo à pesquisa na área da surdez, como podemos observar em: “*Pesquisas nessa área [...] quando realizadas por sujeitos surdos, sua contribuição se torna mais profunda por serem os surdos sujeitos de uma comunidade que usa a língua de sinais, com identidade e cultura próprias.*” (MACHADO, 2013, p. 28, grifo nosso) e também em: “[os surdos] *podem compartilhar suas experiências com uma sensibilidade maior em apresentar para os seus pares detalhes da comunidade surda*, contribuindo, assim, para o aumento de novas pesquisas.” (MACHADO, 2013, p. 28-29, grifo nosso).

Assim, dizer sobre si na escrita acadêmica do *corpus* implica em incorrer em discursos de legitimação de lugar do sujeito surdo pesquisador na pesquisa sobre surdez na universidade para poder escrever a partir desse lugar social e discursivo e ter a sua escrita “validada”, com “valor de verdade” científica, dentro do discurso da ciência constitutivo dessa escrita.

A segunda implicação nos textos de dissertação/tese dessa proximidade ou fusão do sujeito pesquisador surdo com sua pesquisa está relacionada ao “poder dizer” do sujeito surdo no lugar social e discursivo de pesquisador mestrando/doutorando da UFSC. Esse “poder dizer”

refere-se aos discursos de “poder”, ou melhor, de (em)poder(amento) surdo, e de ter “voz” (o dizer sobre si como surdo) como sujeito surdo “diferente” (nessa posição discursiva). Esses discursos são mobilizados pelo dizer sobre si na escrita acadêmica do *corpus*. E é pela escrita de si e por ser esse sujeito constituído no entremeio de línguas que esse sujeito marca a si mesmo no texto acadêmico, e que define a posição desse sujeito em formações discursivas, mais precisamente, em formações discursivas sobre a surdez como diferença e do surdo como diferente (que tratamos no Capítulo 1).

Observemos melhor esses discursos voltados ao “poder dizer” no *corpus*, a partir das citações abaixo:

- XXXV. Pelo fato de *o sujeito Surdo ter ficado muitas vezes “sem voz” diante de uma sociedade* que busca na homogeneidade as respostas aos problemas cotidianos, busco aqui, através da minha experiência acima narrada, elevar o conceito de educação de Surdos a uma categoria visualmente reconhecida..” (CAMPELLO, 2008, p. 48, grifo nosso)
- XXXVI. *A maioria dos trabalhos acadêmicos sobre inclusão nunca foi realizada por olhares surdos, escritas pelos surdos, sempre eram criadas por ouvintes.* Como os surdos e ouvintes da minha turma discutiam muito sobre teorias, práticas e ensino para surdos, percebia-se *a importância de uma surda pesquisar com seu próprio olhar* sobre a realidade da inclusão da criança surda em contexto aos conhecimentos e experiências pessoais, como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno a ser estudado. Tendo assim uma flexibilidade no assunto. *Acredito que sendo autora surda diminuiria aqueles discursos de que foi ouvinte que fez isso e aquilo, a idéia foi da sociedade ouvicêntrica e também de que surdos não precisam de escola de surdos, de língua de sinais, etc.* (CAMPOS, 2008, p. 29, grifos nossos)
- XXXVII. *Os surdos estão se fazendo ouvir e serem vistos, estão trazendo outros olhares – olhares surdos – sobre temas* como o ensino da língua portuguesa para surdos que geralmente tem sido abordado a partir de uma concepção de educação centrada no som e não na experiência visual dos surdos mesmo que implicitamente. (SILVA, 2008, p. 16 – referindo-se a sua pesquisa em ensino de L. Port.)
- XXXVIII. Com base nessas perspectivas é que se situa essa pesquisa de tese, que resgata os *discursos dos sujeitos surdos que foram silenciados* e diluídos nos relatos registrados, demonstrando, ainda que tardiamente, que também foram e continuarão sendo atuantes em sua história. *Como mulher surda* que também protagonizou muito dos momentos históricos que são resgatados neste trabalho, *tanto como ‘surda’ quanto profissional da área, pretendi realizar uma pesquisa que retrate a história que os sujeitos surdos gostariam de ter contado, se tivessem tido oportunidade de fazer ecoar seu discurso, “minha voz” na “sua voz”!* (STROBEL, 2008, p. 21, grifo nosso)

Em todas as citações acima, notamos a predominância do “poder dizer” por meio de discursos de não-silenciamento dos surdos, o que pode ser explicado pelo contexto sócio-histórico, ideológico relacionado a pessoas com surdez, visto que, como tratamos em nosso Capítulo 1, por um longo período os surdos vivenciaram situação extrema de exclusão e silenciamento na sociedade. No dizer do sujeito em XXXVI, sobretudo no início: “Pelo fato de o *sujeito Surdo ter ficado muitas vezes “sem voz”* diante de uma sociedade que busca na homogeneidade as respostas aos problemas cotidianos, [...]” (CAMPELLO, 2008, p. 48, grifo nosso), percebemos uma remissão aos discursos de surdez como “deficiência” na história do surdo, por lhe relegar um lugar social de silenciamento e exclusão, marcado por não “poder dizer”, por ter ficado “sem voz” na sociedade. E isso perpassava os sentidos de opressão linguística, por ser proibido de dizer em sua língua natural – a língua de sinais -, com “autoridades” ouvintes decidindo pelos surdos (como ocorreu no citado congresso de Milão de 1880) não possibilitando a estes a escolha linguística devido à imposição de práticas oralistas como única opção para a inclusão social dos surdos.

Pelas condições de produção, vimos que o não poder dizer dos surdos implicou em se submeter a que outros dissessem em seu lugar, não como intérpretes, mas sim como quem, diante do “silenciamento” do surdo e tendo imagens dele como “incapazes” de dizer, decide pelo surdo, toma-lhe a palavra ou coloca-lhe palavras em sua boca pautadas em sentidos sobre o que o surdo deveria dizer, de modo que o surdo teve seu dizer tomado pelo outro que, tomando seu silêncio como um não poder dizer, buscou dizer em seu lugar de um outro lugar (por ser um não-surdo).

As imagens sobre ter seu dizer tomado pelo e para o dizer do outro atravessam os dizeres no *corpus*, como podemos interpretar não apenas em XXXVI, como também nas demais citações que a sucedem (XXXVII a XXXIV). Em XXXVII e XXXVIII, os discursos sobre o poder dizer é direcionado para o não(mais)-silenciamento do surdo pela sua ocupação de lugar de sujeito pesquisador surdo diante da pesquisa na área da surdez, mais precisamente dos Estudos Surdos, como vemos em Campos (2008, p. 29): “A maioria dos trabalhos acadêmicos sobre inclusão nunca foi realizada por olhares surdos, escritas pelos surdos, sempre eram criadas por ouvintes [...] [de modo que] percebia-se a importância de uma surda pesquisar com seu próprio olhar [...]” e também em Silva (2008, p. 16) “[...]“*Os surdos estão se fazendo ouvir e serem vistos, estão trazendo outros olhares – olhares surdos – sobre temas* como o ensino da língua portuguesa para surdos [...]. Em ambas estas citações, o sujeito pesquisador surdo projeta em si e na sua pesquisa imagens que remetem a discursos de retomada de “voz” – que por tanto tempo esteve no poder dos sujeitos não-surdos - para poder dizer na escrita acadêmica sobre

temas que dizem respeito a suas vivências surdas, isto é, em assuntos que defende ter seu dizer legitimado, autorizado pelo seu lugar de sujeito que além de pesquisador é também surdo.

Com isso, há nessa escrita a presença de discursos de (em)poder(amento) surdo, em dizeres cujo engajamento no tema podem, em certos momentos, beirar em seus limites a sentidos de militância surda. Aliás, sobre essa questão da militância, vale ressaltar que em alguns dos textos do *corpus*, como em Silva (2008), Marques (2008), Vilhalva (2009) e Campello (2008), há a identificação de sujeito autor como participante de militância surda e isso é tratado com sentidos de legitimação e (em)poder(amento) surdo que, saindo de um outro lugar consegue adentrar na universidade e reverberar na pesquisa acadêmica-científica.

A presente pesquisa é fruto de minhas inquietações perante a educação de surdos, como pedagoga, professora e também como pessoa surda, e principalmente *como militante que tem lutado por uma vida digna ao nosso povo surdo*.

Inquietações que partiram da minha chegada à comunidade surda. (SILVA, 2008, p. 17, grifo nosso)

Este trabalho foi um marco relevante na minha vida profissional. *Sempre estive lutando na questão das pessoas surdas*, seja pela emancipação da língua de sinais na sociedade ou pela caracterização como um grupo cultural diferente.

Conduzido pelas teorias que rege a cultura, toda minha formação acadêmica estava centrada sob um prisma: não somos deficientes, somos diferentes. *Essa sempre foi minha batalha enquanto líder de comunidades surdas, presidente de associação de surdos, membro de federação de surdos, professor e pesquisador da área de educação de surdos*. (MARQUES, 2008, p. 123, grifos nossos)

O despertar para a *militância na comunidade surda*, sendo que, neste período, ainda estava com um projeto a ser realizado em Corumbá: o Encontro Sul - Mato - Grossense de Surdos em 1991. (VILHALVA, 2009, p. 05, grifo nosso)

*Sou militante da causa dos Surdos* e por causa disso assumi a Federação acional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos - FENEIDA, em 1986. Em 1987 mudei a denominação para Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, para preencher a lacuna no contexto político, social, cultural e educacional que se apresenta, aqui no Brasil, no campo da política dos sujeitos Surdos. (CAMPELLO, 2008, p. 47, grifo nosso)

As imagens sobre o sujeito autor, nesses textos citados, perpassa pela noção de ser referência como surdo militante – que diz desse lugar - e como pesquisador surdo – que diz também de outro lugar, um lugar “autorizado” pela ciência para dizer sobre si com certa visibilidade e credibilidade (dado o discurso da verdade na escrita científica e acadêmica). E é

desse outro lugar, de pesquisador surdo, que na escrita acadêmica que o sujeito se inscreve para poder dizer, no sentido de não apenas ter a “voz” como, sobretudo, “ser a voz” de seus pares surdos que sofrem a interdição do dizer na sociedade, como vemos em XXXIX:

*Como mulher surda* que também protagonizou muito dos momentos históricos que são resgatados neste trabalho, *tanto como ‘surda’ quanto profissional da área, pretendi realizar uma pesquisa que retrate a história que os sujeitos surdos gostariam de ter contado, se tivessem tido oportunidade de fazer ecoar seu discurso, “minha voz” na “sua voz”!* (STROBEL, 2008, p. 21, grifos nossos)

Vale ressaltar que a escrita acadêmica, pela sua própria condição de ser escrita e estar situada no contexto universitário, instaura-se duplamente em espaços que reverberam sentidos de poder. Como vimos no Capítulo 3, a escrita sempre esteve atrelada a discursos de poder, logo se inscrever na escrita já demanda um adentrar do sujeito em espaço de poder. E, quando direcionamos isso ao escrever textos acadêmicos como dissertação/tese, há uma elevação dessa dimensão do poder da escrita, dado o atravessamento da escrita da ciência – seus sentidos de valor de verdade, sobretudo - na constituição da escrita acadêmica.

Desse modo, escrever dissertação/tese estando no lugar social de aluno pesquisador mestrando/doutorando implica atribuir sentidos de “empoderamento” ao dizer do sujeito e à imagem dele próprio, visto que ele faz uso da escrita acadêmica para se subjetivar, discorrer sobre si por narrar suas vivências surdas como parte de “experiências de si como objeto empírico” que marcam sua pesquisa e seu lugar social e discursivo de sujeito surdo pesquisador.

Uma vez que esse sujeito já tenha legitimado o seu subjetivar-se para se objetivar na pesquisa, tendo legitimado seu lugar discursivo de pesquisador surdo, e tendo trazido esses resultados de pesquisa sobre surdo (cultura, identidade, língua) na escrita marcada pelo seu lugar de sujeito pesquisador, então esse sujeito surdo “empoderado” (pelo dizer da ciência) diz na e pela escrita sendo a voz dos seus pares, sobretudo os que não podem dizer por serem excluídos pela língua e por não estarem nesse lugar, que não é apenas social, mas também discursivo. Em outras palavras, o dizer desse sujeito torna-se no discurso “minha voz na sua voz” (STROBEL, 2008, p. 21), fazendo ecoar na escrita as vozes de outros surdos. É assim que o sujeito dessa escrita passa a ter vez e voz, ou melhor, passa a TER a vez para SER a voz...

Em síntese, o sujeito surdo pesquisador abre brechas no texto acadêmico para dizer sobre si e nesse dizer ele se aproxima/se funde com seu objeto de pesquisa para legitimar ou

reivindicar um lugar social e discursivo na escrita de dissertação/tese e também para poder dizer no lugar de outros surdos, que são silenciados na sociedade, sendo, como definiu Strobel (2008, p. 21) “a minha voz na sua voz”...

Como vimos, as narrativas de vivências surdas de si são tomadas nessa escrita como “experiências de si” do pesquisador surdo para com sua pesquisa, fazendo com que o pesquisador se torne (em casos mais acentuados) objeto de sua própria pesquisa. Ao que parece o que pode ter se iniciado como uma singularidade trazida pelo polissêmico de um “novo modo de dizer (sobre si)” pela proximidade e/ou fusão com o objeto, e assim, objetivando-se, dada a sua recorrência em textos que compõem o nosso *corpus*, tornou-se uma regularidade no discurso, marcando o parafrástico, o dizer o mesmo na escrita acadêmica.

Dessa forma, analisando as implicações discursivas dessa subjetividade trazida por essas brechas na escrita acadêmica, nas regularidades que constituem essa escrita, percebemos que há uma resignificação da objetividade, no efeito de objetividade, mas não um rompimento com as regularidades que constituem essa escrita. Isso porque apesar de não haver um “apagamento” do sujeito no discurso (esperado nessa escrita), há um outro movimento que agrega a “evidência” do sujeito, que se torna objeto para se destacar dentro de e por meio do texto acadêmico de dissertação/tese. E assim, sujeito se (con)funde com objeto e objeto com sujeito no curso do discurso da escrita acadêmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, **“o que implica, discursivamente, dizer-se surdo e narrar vivências surdas de si na escrita acadêmica de textos de dissertações e teses?”**

Nesse desfecho de nossa tese, retomamos a nossa questão central e apresentamos as respostas que encontramos nessa nossa pesquisa que teve como *corpus* os textos de dissertações e teses de alunos surdos mestrands e doutorandos de programas de pós-graduação da UFSC (PPGL, PPGET e PPGE).

Em busca de respostas para nossa questão central de pesquisa, entendemos que em nossa análise antes de qualquer posição em relação a ela, precisaríamos investigar a constituição desse sujeito surdo no discurso e como ele traz a escrita de si, marcando a subjetividade, em sua inscrição na escrita acadêmica, para só, depois disso, analisar as implicações do dizer-se surdo e autonarrar vivências surdas no *corpus*. A problemática envolvida nisso reside no fato de que a escrita acadêmica se constituir no entremeio do Discurso da Ciência (e do Pedagógico), e por isso buscar evidenciar no texto o objeto, ou melhor, o efeito de objetividade, e “apagar” o sujeito autor da escrita.

Assim, buscamos em nosso texto discorrer sobre a constituição do sujeito surdo sinalizante no discurso, partindo das condições de produção e formações discursivas que atravessam o ser sujeito em posição discursiva identitária (surdo). Fizemos isso, investigando as condições de produção dos discursos que marcam o lugar social e discursivo do sujeito em condição de surdez, a saber, os discursos sobre ser surdo, surdez, língua de sinais, surdo oralizado, surdo sinalizante etc. Optamos por fazer isso trazendo diversos textos escritos em português por surdos. Trata-se de textos em que há marcas de identificação do sujeito surdo, sendo que alguns também trazem narrativas de vivências pessoais surdas, são eles: literatura autobiográfica de surdos, textos acadêmicos em formato digital e outros textos de fácil acesso na internet, como artigos de jornais eletrônicos, publicações feitas em blogs, santinhos de políticos surdos, depoimentos de surdos em sites abertos etc.

Percebemos que a posição sujeito surdo diz respeito a uma posição discursiva identitária – decorrente da noção de identidade como identificação do sujeito em formações discursivas, como define Orlandi (2015). Essa posição marca o dizer do sujeito surdo no discurso sobre si mobilizado na escrita em língua portuguesa. Trata-se de posição discursiva de sujeito que, sendo surdo, é marcado pela sua relação de identificação (ou não) com a língua portuguesa e/ou

pela língua de sinais, podendo constituir-se no discurso como sujeito surdo oralizado ou sujeito surdo sinalizante.

Os sujeitos da escrita dos textos do *corpus* identificaram-se no dizer como surdos sinalizantes e/ou bilíngues (utentes da Libras e fluentes em língua portuguesa). E a posição discursiva predominante desse sujeito no *corpus* – de sujeito surdo pesquisador - também mostrou estar atrelada à essa identificação, pois, como vimos na análise, esse sujeito é marcado na escrita por estar em posição identitária de surdo sinalizante e “diferente” linguística e culturalmente.

Ser sujeito surdo sinalizante implica ser marcado na escrita em língua portuguesa, tanto pela língua de sinais - a primeira língua e língua natural desse sujeito, segundo seu dizer sobre ela-, como pela língua portuguesa - a segunda língua, com a qual ele precisa se inscrever para poder dizer na escrita acadêmica do *corpus*. Desse modo, o sujeito surdo sinalizante (posição discursiva identitária predominante em nosso *corpus*) se constitui no entremeio de línguas: a língua de sinais e a língua portuguesa.

Por meio das narrativas de vivências de si presentes nas dissertações e teses que analisamos tanto a Libras quanto a língua portuguesa são línguas de inclusão, mas também de exclusão no “poder dizer” desse sujeito no discurso. As imagens da língua portuguesa nas narrativas de si desse sujeito são vinculadas a discursos de exclusão, devido a barreiras de comunicação advindas de haver poucas pessoas fluentes na Libras (mesmo dentro da própria família do surdo), da escassez ou ausência de intérpretes em determinados ambientes, além de dificuldades do surdo com o aprendizado de uma língua de modalidade oral-auditiva, que naturalmente, difere de sua experiência visual-espacial que marca sua identificação como ser surdo. Enquanto isso, as imagens sobre a língua de sinais, Libras, são atravessadas por discursos de inclusão do surdo, segundo o sujeito desse sujeito essa língua lhe permite adquirir “sentido completo” das palavras, maior “fluidez”, segurança para poder dizer, participar da comunidade surda e “descobrir-se” no sentido de “aceitar” uma pertença surda e suas implicações linguísticas, culturais e identitárias. No discurso, trata-se de língua com a qual o sujeito se identifica e lhe identifica como sujeito em posição discursiva identitária (surdo sinalizante).

Ambas essas línguas também são línguas de exclusão. Como para poder dizer na escrita acadêmica de dissertação/tese o sujeito surdo não pode fazê-lo em sua língua natural, precisando estar assujeitado à língua portuguesa, de modo a se inscrever nessa escrita por meio dessa língua, logo a língua portuguesa, nesse sentido, também é uma língua de inclusão do dizer desse sujeito no discurso acadêmico-científico. E, nesse caso, o mesmo motivo que leva o português discursivamente a ser língua de inclusão na escrita acadêmica é o que faz a Libras



ser uma língua de exclusão no dizer desse sujeito no texto acadêmico. A interdição linguística de usar a língua de sinais como primeira língua nessa escrita é o que mobiliza essa exclusão pela língua natural do surdo sinalizante nesse dizer.

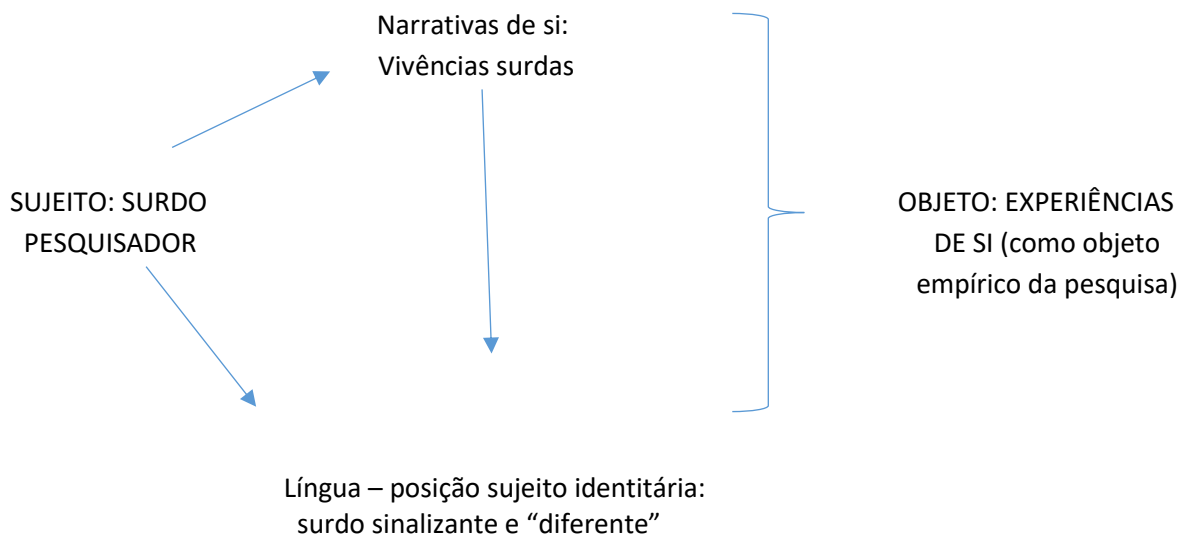
Nos textos do *corpus*, o sujeito surdo ser marcado pela língua implicou em sua escrita acadêmica ser marcada por discursos sobre as duas línguas citadas, sobretudo a língua de sinais. Também implicou em marcar no texto essas línguas, por meio de o sujeito escrever o texto ou parte(s) dele em língua portuguesa e traduzir em escrita de sinais; ou escrever em língua de sinais e traduzir para a língua portuguesa; ou trazer imagens da Libras (em partes como capa) entre outros.

Pela análise do *corpus*, interpretamos que é possível que isso ocorra por um lado como implicação de cerceamento linguístico impingido a esse sujeito surdo. Como não pode escrever na língua que considera ser sua língua natural, ele o faz na língua que lhe é imposta – a língua portuguesa –, porém quando o faz, traz nessa escrita marcas de si e a língua de sinais, como forma de resistência. E como consequência, ocorrem as marcas no corpo da escrita de posição sujeito identitária de surdo “diferente”, que, como vimos no Capítulo 1 (?), é atravessado pelas imagens de surdez como diferença e do surdo como diferente cultural e linguisticamente.

Por outro lado, como se trata de um sujeito que se constitui por estar “entre línguas”: o português e a Libras, logo a escrita desse sujeito somente traz para a letra, aquilo que já está impresso nesse sujeito, aquilo que o constitui. Assim, o que marca o sujeito marca também a sua escrita, ou seja, a inscrição e submissão dele a essas línguas e sua relação com ambas no “poder dizer” pelo discurso, e isso perpassa no discurso as imagens sobre elas e sobre fazer uso de ambas na grafia da escrita, em especial, por sistemas de escrita de sinais, no caso da Libras.

Para se subjetivar marcando posição identitária na escrita acadêmica o sujeito surdo pesquisador abre brechas nas regularidades que constituem essa escrita, em especial, no efeito de objetividade. Ele abre brecha para se subjetivar e se coloca nessa brecha, completando-a, pois ao ressignificar suas vivências surdas como “experiências de si” atreladas à pesquisa que faz, ele se aproxima e se funde ao objeto de sua investigação, passando de sujeito pesquisador à objeto da pesquisa. E esse tornar-se, nessa escrita, objeto, permite-lhe ressignificar sua condição de sujeito a ser “apagado”, para o objeto a ser “evidenciado” no dizer atravessado pelo discurso da ciência.

A seguir, apresentamos um esquema sobre o funcionamento discursivo do “dizer-se surdo e narrar vivências surdas na escrita acadêmica do *corpus*, considerando a constituição do sujeito surdo; e também o funcionamento da passagem do sujeito à objeto como implicação desse dizer sobre si no discurso:



Adentrando na análise das implicações de dizer-se surdo e narrar vivências de si dentro das regularidades discursivas que constituem a escrita acadêmica, trouxemos a discussão acerca da singularidade e da regularidade que marcam a mexida com os sentidos nos discursos dessa escrita. Situamos a singularidade como sendo da ordem da polissemia, do “novo modo de dizer”, que provoca mexidas nas redes de significação e termina por mobilizar processos de desestabilização na (ordem do dizer?). Enquanto colocamos a regularidade como o que se refere ao que é da ordem da paráfrase, ou seja, “do dizer o mesmo”, com poucas (quase nenhuma) mexida da rede de sentidos. Tomamos a noção de paráfrase e polissemia de Orlandi, mas pensamos em ambas a partir de uma ampliação que passa de seu funcionamento no enunciado e para adentrar o discurso.

Nessa perspectiva, interpretamos que esse dizer sobre si do sujeito surdo na escrita acadêmica passa da singularidade, trazida pelo “novo modo de dizer” sobre si como parte da pesquisa, para a regularidade, dada repetição desse “novo dizer” nos textos, em nosso *corpus*. Vale ressaltar que nesse processo de subjetivação no texto acadêmico ocorreu a resignificação tanto do sujeito quanto do objeto pela proximidade ou fusão de ambos no dizer sobre si como experiências de si tomadas como objeto empírico na pesquisa. Com isso, as brechas que o sujeito surdo abre na escrita acadêmica não causam um rompimento com as regularidade constitutivas da escrita acadêmica, mas sim uma resignificação do objeto em evidência e da opacidade do sujeito.

Esperamos que os resultados dessa pesquisa possam contribuir para as pesquisas e estudos sobre a escrita acadêmica, sobretudo no que se refere a presença da subjetividade e

inscrição do sujeito em posição discursiva identitária, como o sujeito surdo, em textos acadêmicos.

Destinamos as palavras finais de nossa tese para trazer um dizer do sujeito surdo de nosso *corpus* que, para nós, (de)marca o que ele diz sobre si ao(s) outro(s) ao se subjetivar no texto acadêmico, a saber, um fragmento da tese do Prof. Dr. Rodrigo Rosso Marques, ex-aluno de doutorado em Educação da UFSC e atual professor dessa instituição. Com isso, metaforicamente, abrimos (mais) espaço para o sujeito surdo sinalizante poder dizer nesta escrita acadêmica e demonstramos nosso respeito e gratidão aos mestres e doutores surdos da UFSC que por meio da elaboração e publicação de suas dissertações e teses participaram da pesquisa sobre a escrita acadêmica desta tese (mesmo sem ter ciência disso).

A questão da visibilidade do outro nem sempre é fácil de perceber, é um outro corpo que está ali se apresentando ao mundo que se compartilha. A pessoa surda remonta a história, constrói a cultura a partir do seu ser, sai do anonimato para o discurso, mãos elevadas prontas para entoar argumentos, através de movimentos, configurações, representações significativas que demonstram a magia de uma língua, e esta pode ser vista moldurando no espaço vazio as informações que deseja transmitir. Para tal conteúdo, exige das pessoas não surdas o entendimento de um contexto de informações, não apenas lingüísticas, mas alguém diferente exigindo uma atenção que não lhe é comum. É o ser no mundo, e este não pode ser visto na sua ausência, mas na sua pertença, pois é nela que ele mostra sua igualdade.” (MARQUES, 2008, p. 85)

## REFERÊNCIAS

ANGELINI, Paulo Ricardo Kralik. Eu sou uma saudade do que fui: vestígios do narrador em exercício autobiográfico na narrativa portuguesa contemporânea. In. MELO, Ana Maria Lisboa. *Escritas do eu: introspecção, memória e ficção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

ALTUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*. Trad. De Joaquim José de Moura Ramos. 3.ed. Lisboa: Presença, 1980.

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia; SANTOS, Rosani Suzin. *Ser Surda: história de uma vida para muitas vidas*. Curitiba: Juruá, 2013.

BEHARES, Luís Ernesto. Novas correntes na educação do surdo: dos enfoques clínicos aos culturais. *Revista de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria*. Santa Maria, RS: UFSM, 1991.

BÍBLIA SAGRADA. Português. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BISOL, Cláudia. *Tibi e Joca: uma história de dois mundos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

BRAGA, Sandro. O sujeito submetido à língua escrita sob o viés dos gêneros acadêmicos: é possível ser autor na posição-sujeito aluno-universitário? In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda. (Orgs.) *Análise do discurso em rede: cultura e mídia*. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes, 2015, v. 1, p. 127-154.

BRAGA, Sandro; SENEM, Janaina. A escrita acadêmica do aluno na Universidade: na tensão dos discursos científico, acadêmico e pedagógico. FLORES, Giovana; GALLO, Solange; LAGAZZI, Suzy (Et. al). *Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. *Cadernos CEDES*, vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998 (versão online) ISSN 1678-7110. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300005> Acesso: 16.01.21.

CAMPOS, Débora Wanderley; STUMPF, Marianne Rossi. Cultura surda: um patrimônio em contínua evolução. In. PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2012.

CAVALCANTI, Marilda C. SILVA, Ivani Rodrigues. “Já que ele não fala, podia ao menos escrever...”: o grafocentrismo naturalizado que insiste em normalizar o surdo.” In. KLEIMAN, Angela. CAVALCANTI, Marilda C. *Linguística aplicada: suas faces e interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOMSKY, Noan. *The Minimalist Program*. MIT Press. 1995.

CICCO, Nuccia. *Pérolas da minha surdez*. Porto Alegre: wwlivros, 2016.

CICCO, Nucia. Blog *As 1001 Nuccias*. Disponível em [As 1001 Nuccias: Nova Parceria \[Autores\] - Cláudia Miqueloti e A Deusa de Anília](#) Acesso: 07.01.21.

CORACINI, Maria José. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, Maria José R. F. ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. A-Present(e)ação. In. ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. CORACINI, Maria José R. F. (Orgs.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, língua materna e estrangeira*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

COSTA, Brenda. *Bela do silêncio*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, S. *Práticas de letramento na educação bilíngüe para surdos*. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: <[http://www.culturasorda.eu/resources/Fernandes\\_praticas\\_letramentos+surdos\\_2006.pdf](http://www.culturasorda.eu/resources/Fernandes_praticas_letramentos+surdos_2006.pdf)>. Acesso em: 12 jun de 2016.

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Edmundo Cordeiro e António Bento. Paris: Éditions Gallimard, 1971. p.1-23. Disponível em: <[http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault\\_OrdemDoDiscurso.pdf](http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf)> acesso 14.07.18

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso* (1971). São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*(1969). Trad. José A. Bragança. São Paulo: Paisagens, 2000.

GALLO, Solange. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

GALLO, Solange. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? In. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 1, número 2, jan./jun. 2001. ISSN 1982-4017 (on line) ISSN 1518-7632 (impressa).

GALLO, Solange. Autoria: função do sujeito e efeito do discurso. In. TASSO, Ismara (org.). *Estudos do Texto e do Discurso: Interfaces entre Lngua(gens), Identidade e Memória*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008.

GALLO, Solange L. Da escrita à escritorialidade: um percurso em direção ao autor online. In: Rodrigues, Eduardo A.; SANTOS, Gabriel L.; CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia A (Orgs.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUARINELLO, A. C. *O papel do outro na escrita de surdos*. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2007.

GRIGOLETTO, E. A construção da identidade na escrita de si: do ambiente universitário à internet. *Revista Desenredo*. v. 2, n. 2. Passo Fundo, p. 203-223. jul./dez. 2006. Disponível em [A construção da identidade na escrita de si: do ambiente universitário à internet | Revista Desenredo \(upf.br\)](#) Acesso 07.01.21

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016 [2013].

HIGOUMET, Charles. *História concisa da escrita*. 10. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: Orlandi, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Orgs.). *Discurso e textualidade*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

INDURSKY, Freda. *As determinações da prática de escrita na escola*. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 12 - n. 1 - p. 30-47 - jan./jun. 2016.

KARNOPP, L. B. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, Ana Cláudia; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. (orgs.). *Letramento e minorias*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

KELLER, H. *A história de minha vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

KENEDY, Eduardo. 2013. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

LABORIT, E. *O vôo da gaivota*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

LADD, Paddy. *Understanding deaf culture: In search of deafhood*. Clevedon (UK), Buffalo (USA), Toronto (Canadá), Sydney (Austrália): Multilingual Matters Ltd, 2003.

LAGAZZI, Suzi. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In. Rodrigues, Eduardo A.; SANTOS, Gabriel L.; CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia A (Orgs.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas, SP: Editora RG, 2011).

LAGAZZI, Suzy (Et. al). *Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

LEITE, Tereza; LEITE, Thalita. *Quem decide?: caminhos e escolhas na vida de uma criança surda*. Angra dos Reis, RJ: Costa Barros Soluções Gráficas Ltda, 2014.

LEJEUNE, Phillippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LISBÔA, Noeli Tejera. A oposição silêncio e interdito no funcionamento da linguagem e suas relações com a ideologia. In. *Revista Organon – UFRGS*, v. 24, n. 48, 2010 **E-ISSN: 22388915 / ISSN** **Impresso: 0102-6267** Disponível em <https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/28645/17324> Acesso: 01/11/18

LIRA, Darlene Seabra de. *A experiência e opinião dos estudantes surdos nas escolas bilíngues e de inclusão*. Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial: Estudos Surdos. Orientadora: Professora Liliane Longman. Faculdade Santa Helena. Recife, 2009. Disponível em: [www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/monografia\\_darlene\\_s\\_lira.pdf](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/monografia_darlene_s_lira.pdf) Acesso: 16.01.21.

LOBATO, LAK. *Desculpe, eu não ouvi*. São Paulo: Atitude Terra, 2014.

\_\_\_\_\_; SOARES, Eduardo. *E não é que eu ouvi?* São Paulo: Atitude Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. Blog *Desculpe, eu não ouvi*. Publicado em 20.06.11. Disponível em <https://desculpenaoouvi.com.br/o-que-sao-surdos-oralizados/> Acesso 15.01.20.

LODI, Ana Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidade dentro do contexto educacional. In. LODI, Ana Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite; TESKE, Ottmar (Orgs.). *Letramento e minorias*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LOPES, Maura Corcini. *Surdez & Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MACHADO, Rosely Diniz da Silva. O sujeito discursivo e a questão da autoria. In. MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. *Práticas discursivas e identitárias*. Porto alegre: editora nova prova, 2008.

MIANES, Felipe Leão; MÜLLER, Jante Inês; FURTADO, Rita S. Silveira. Literatura surda: um olhar para as narrativas de si. KARNOPP, Lodenir; KLEIN, Madalena; LUNARDI-

LAZZARI, Márcia L. (Orgs.). *Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*. Canoas, RS: ULBRA, 2011.

MONTEIRO, Rosa; SILVA, Daniele Nunes Henrique; RATNER, Carl. *Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos. Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2016, vol.32, n. esp., pp. 1-7, ISSN 1806-3446. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e32ne210> Acesso 16.01.21.

MONTEIRO, Myrna Salermo. MESTRES E DOUTORES SURDOS: Sobre a Crescente Formação Especializada de Pessoas Surdas no Brasil. CENTRO VIRTUAL DE CULTURA SURDA. *REVISTA VIRTUAL DE CULTURA SURDA*. Edição Nº 23 / Maio de 2018 – ISSN 1982-6842. Disponível em [http://editora-arara-azul.com.br/site/revista\\_edicoes](http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes) Acesso 25.06.20.

MOREIRA, Luciano. Sobre os Graus e Tipos de Surdez. *Portal Otorrino*. Disponível em <https://portalotorrino.com.br/tipos-graus-de-surdez/> Publicado em 24.03.2017

MORGADO, Marta. *Literatura das Línguas Gestuais*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011. Disponível em <http://nomundodalibras.blogspot.com/p/literatura-surda.html> Acesso 16.06.18.

O MANIFESTO DOS SURDOS ORALIZADOS: revisto e atualizado. Brasil, 15 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=1062> Acesso em: 17.11.2018.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Identidade linguística escolar*. In: SIGNORINI, I (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: formação e circulação de sentidos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias? In: ORLANDI, Eni (org.). *Linguagem, sociedade, políticas*. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*. In: Orlandi, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Orgs.). *Discurso e textualidade*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PADEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. *Inside deaf culture*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2005.



PÊCHEUX, M. Análise Automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

PEREIRA, Marcos Villela. A escrita acadêmica – do excessivo ao razoável. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 52, jan.-mar. 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000100013> Acesso 07.01.21.

PERLIN, Gladis Terezinha Taschetto. *Histórias de vida surda: Identidades em questão*. Dissertação de Mestrado em Educação. Orientador: Prof. Dr. Carlos Bernardo Skliar. Porto Alegre: UFRGS, 1988. Disponível em <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=20&idart=153> Acesso 17.01.21.

\_\_\_\_\_. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2004.

\_\_\_\_\_. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

PFEIFER, Paula. *Crônicas da Surdez*. São Paulo: Plexus, 2013.

\_\_\_\_\_. *Novas Crônicas da Surdez*. São Paulo: Plexus, 2015.

\_\_\_\_\_. Blog *Crônicas da surdez*. Disponível em <https://cronicasdasurdez.com> Acesso 07.01.21.

PIMENTA, Nelson. Oficina-Palestra de Cultura e Diversidade In: INES (org.). *Anais do IV Seminário nacional do INES: Surdez – Diversidade Social*, Rio de Janeiro: 2001. Disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/me002966.pdf> Acesso 28.04.19.

PIZZIO, Aline; QUADROS, Ronice. *Aquisição da língua de sinais*. Florianópolis: UFSC, 2011 (Disponível em [http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoDeLinguaDeSinais/assets/748/Texto\\_Base\\_Aquisi\\_o\\_de\\_l\\_inguas\\_de\\_sinais\\_.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoDeLinguaDeSinais/assets/748/Texto_Base_Aquisi_o_de_l_inguas_de_sinais_.pdf)) Módulo do curso Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a Distância

PIZZIO, Aline; REZENDE, Patrícia L. F.; QUADROS, Ronice Müller. *Língua Brasileira de Sinais VI*. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: [https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/linguaBrasileiraDeSinaisVI/assets/619/TEXT0\\_BASE\\_-\\_LIBRAS\\_VIn.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/linguaBrasileiraDeSinaisVI/assets/619/TEXT0_BASE_-_LIBRAS_VIn.pdf) Acesso 06.02.21.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

\_\_\_\_\_. SCHMIEDT, M. L. P. *Idéias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice. PIZZIO, Aline. *Aquisição da língua de sinais*. Florianópolis: UFSC, 2011 (Disponível em [http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoDeLinguaDeSinais/assets/748/Texto\\_Base\\_Aquisi\\_o\\_de\\_l\\_inguas\\_de\\_sinais\\_.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoDeLinguaDeSinais/assets/748/Texto_Base_Aquisi_o_de_l_inguas_de_sinais_.pdf)) Módulo do curso Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a Distância.

Reis, Arley. *Vestibular UFSC 2012: concurso teve provas especiais para surdos*. (texto de autoria da jornalista da Agecom) publicado em 12/12/2011 às 17:17. Disponível em <https://noticias.ufsc.br/2011/12/vestibular-ufsc-2012-pela-primeira-vez-concurso-oferece-provas-em-computadores-individuais-para-surdos/> Acesso 10.07.2020.)

ROSA, Emiliana Faria. Identidades Surdas: o identificar do surdo na sociedade. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (org.). *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*. Curitiba: Editora CVR, 2012.

ROSA, Emiliana Faria. Ingresso e interação dos alunos surdos na pós-graduação. *6º SBECE 3º SIECE - Educação, Transgressões, Narcisismo*. Anais Eletrônicos, Bianual, 2015. Canoas, RS: ULBRA, 2015. ISSN 2446-810X. Disponível em [http://www.2015.sbece.com.br/resources/anais/3/1428505048\\_ARQUIVO\\_Ingressoeinteracaodosalunosurdosnapos\\_completo.pdf](http://www.2015.sbece.com.br/resources/anais/3/1428505048_ARQUIVO_Ingressoeinteracaodosalunosurdosnapos_completo.pdf) Acesso 25/06/20.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006. SACCONI, Luiz Antônio. *Grande dicionário Sacconi da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico*. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007.

\_\_\_\_\_. BÉRGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Revista Educação e Sociedade*. Unicamp: Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005 Disponível em [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br) Acesso: 22.05.19.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHONS, Carme Regina. Escrita, efeito de memória e produção de sentidos. In: SCHONS, Carme Regina; RÖSING, Tania M. Kuchenbecker; ZANDWAIS, Ana [et al.]. *Questões de escrita*. 2. ed. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 138 – 156

SILVA, Carlos Roberto Lyra. SILVA, Roberto Carlos Lyra. VIANA, Dirce Laplaca. *Dicionário Ilustrado De Saúde*. 6ª ed. São Caetano do Sul, SP: Ed. Yendis, 2011.

SILVA, Ângela Carrancho; NEMBRI, Armando Guimarães. *Ouvindo o silêncio: Surdez, linguagem e educação*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

SODRÉ, Muniz. *Por um conceito de minoria*. In Barbalho, A. e Paiva, R. (Orgs.) *Comunicação e Cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUZA, Julio Cesar. *Jogadas da vida: uma história de amor e superação*. São Paulo: Phorte, 2009.

STROBEL, Karin. *Surdos: vestígios não registrados na história*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2008.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2009a.

\_\_\_\_\_. *História da Educação de Surdos*. Florianópolis: UFSC, 2009b. (módulo do componente curricular do curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância). Disponível em [www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf) Acesso 09.02.2020

STROBEL, Karin. A visão histórica da in[ex]clusão do surdo na escola. *REVISTA ETC – educação temática digital*. v. 7, n. 2 (2006). Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/806/821> Acesso 09.02.2019

STUMPF, Marianne Rossi Stumpf. Transcrição de língua de sinais brasileira em Sign Writing. In. LODI, Ana Claudia B; HARRISON, Kathryn Marie P.; CAMPOS, Sandra Regina L. de Campos; TESKE, Ottmar (Orgs.). *Letramento e minorias*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

TFOUNI, [Leda Verdiani](#). *Letramento e alfabetização*. Campinas, SP: Cortez, 1995.

VIDAL, Vanessa Lima. *A verdadeira beleza: uma história de superação*. 2. ed. Fortaleza: Expressão gráfica e editora Ltda., 2011.

\_\_\_\_\_. Blog *Vanessa Vidal e a caravana da cidadania*. Disponível em [Vanessa Vidal e a Caravana da Cidadania \(vanessavidalcidadania.blogspot.com\)](http://VanessaVidal.e.a.Caravana.da.Cidadania.blogspot.com) Acesso: 07.01.21.

VIDAL MACHADO, Vanessa Lima. *Análise da variação querológica em traduções de materiais EAD Letras-Libras* (UFSC). Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Orientador: Prof. Dr. Markus Johannes Weininger. Coorientador: Deonísio Schmitt. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis: UFSC, 2016. 207 p.

VILHALVA, Shirley. *Despertar do silêncio*. Petrópolis, Rj: Editora Arara Azul, 2004. Disponível em <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/livro1.pdf> acesso 14.07.18.

WITT, Patrícia Rodrigues. *Surdez: silêncio em vôo de borboleta*. Porto Alegre: Movimento, 2013.

**Referências das dissertações e teses do corpus:**

AMPESSAN, João Paulo. *A escrita de expressões não manuais gramaticais em sentenças da libras pelo sistema SignWriting*. Trad. Marcos Luchi. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientadora: Profa. Dra. Marianne Rossi Stumpf. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2015. 326 p.

ANDRADE, Betty Lopes L'Astorina. *A tradução de obras literárias em Língua Brasileira de Sinais – Antropomorfismo em foco*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Orientador: Dr. Rodrigo Rosso Marques. Coorientadora: Profa. Dra. Rachel Sutton-Spence. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis: UFSC, 2015. 120 p.

BARBOSA, Gabriela Otaviani. *A arte de escrever em Libras*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientadora: Profa. Dra. Marianne Rossi Stumpf. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2017. 180 p.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. *Aspectos da visualidade na educação de surdos*. Tese (Doutorado em Educação). Orientadora: Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2008. 245 p.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. *Cultura surda: possível sobrevivência no campo da inclusão na escola regular?* Orientadora: Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros. Coorientadora: Heloíza Barbosa. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2008. 222 p.

CORRÊA, Fabiana Schmitt. *Língua Brasileira de Sinais: expressões inovadoras*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientador: Prof. Dr. Tarcísio de Arantes Leite. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2014. 141 p.

DINIZ, Heloise Gripp. *A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras): Um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientador: Prof. Dr. Tarcísio de Arantes Leite. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2010. 144p.

FAQUETI, Charlles Giovany. *Análise do uso de estratégias de troca de turno por alunos de Libras L2*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Orientador: Prof. Dr. Markus Johannes Weininger. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis: UFSC, 2016. 127 p.

FERREIRA, Daiane. *Estudo comparativo de currículos de cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português no contexto brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Estudo da

Tradução). Orientador: Prof. Dr. Markus Johannes Weininger. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis: UFSC, 2015. 182 p.

LOSS, Afonso da Luz. *Avaliação de fluência em Língua de Sinais Brasileira*: definindo critérios sob uma perspectiva surda. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Orientadora: Profa. Dra. Ana Regina e Souza Campello. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis: UFSC, 2016. 138 p.

MACHADO, Fernanda de Araújo. *Simetria na Poética Visual na Língua de Sinais Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Orientadora: Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis: UFSC, 2013. 149 p.

MARQUES, Rodrigo Rosso. *A experiência de ser surdo*: uma descrição fenomenológica. Tese (Doutorado em Educação). Orientadora: Profa. Dra. Ida Mara Freire. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2008. 133 p.

MONTEIRO, Myrna Salermo. *A interferência do Português na análise gramatical em Libras*: o caso das preposições. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientador: Dr. Tarcísio de Arantes Leite. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2015. 250 p.

OLIVEIRA, José Carlos. *Leitura e escrita do português como segunda língua*: a experiência de um professor surdo com um aluno surdo no contexto acadêmico. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientador: Prof. Dr. Tarcísio de Arantes Leite. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2014. 240 p.

PEREIRA, Paulo Henrique. *A descrição de uma narrativa baseada em planos cinematográficos*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientador: Tarcísio de Arantes Leite. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2017. 125 p.

REIS, Flaviane. *Professor surdo*: a política e a poética da transgressão pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientadora: Profa. Dra. Gladis Perlin. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2006. 121 p.

SCHMITT, Deonísio. *Contextualização da trajetória dos surdos e Educação de surdos em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientadora: Ronice Müller de Quadros. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2008. 144 p.

SILVA, Simone Gonçalves de Lima. *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos*: das políticas as práticas pedagógicas. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientadora: Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2008. 121 p.

SILVEIRA, *O currículo de língua de sinais na educação de surdos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientadora: Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2006. 135 p.

STROBEL, Karin Lilian. *Vestígios Culturais não Registrados na História*. Tese (Doutorado em Educação). Orientadora: Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros. Coorientadora: Profa. Dra. Gladis Perlin. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2008. 176 p.

VILHALVA, Shirley. *Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientadora: Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros. Coorientador: Prof. Dr. Gilvan Müller de Oliveira. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2009. 124 p.

VIEIRA, Saulo Zulmar. *A produção narrativa em Libras: uma análise dos vídeos em Língua Brasileira De Sinais e da sua Tradução Intersemiótica a partir da Linguagem Cinematográfica*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rosso Marques. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis: UFSC, 2016. 171 p.

WANDERLEY, Débora Campos. *Aspectos da leitura e escrita de sinais: estudos de caso com alunos surdos da educação básica e de universitários surdos e ouvintes*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientadora: Profa. Dra. Marianne Rossi Stumpf. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2012. 192 p.

ZANCANARO JUNIOR, Luiz Antonio. *Produções em Libras como segunda língua por ouvintes não fluentes e fluentes: um olhar atento para os parâmetros fonológicos*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientadora: Profa. Dra. Marianne Rossi Stumpf. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2013. 198 p.